

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

Gestão Integrada de Colecções Museológicas:
proposta aplicada aos Museus da Câmara Municipal do Porto

Ana Patrícia Soares Lapa Remelgado

Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Museologia
Orientador: Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno

Porto

2008

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos aqueles que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada.

Desde logo ao Professor Doutor Rui Centeno, orientador desta dissertação, pela forma como orientou o meu trabalho, bem como pela cordialidade com que sempre me recebeu. Para além disso, apraz-me sublinhar a liberdade de acção que, desde sempre, me concedeu na abordagem do tema desta investigação, o que contribuiu, inquestionavelmente, para o desenvolvimento das minhas competências e espírito crítico.

A todos os professores e colegas do Mestrado, e também da Pós-Graduação em Museologia, pela partilha de experiências, pelo contributo insofismável para o debate de ideias e pela amizade manifestada.

A todas as entidades que, de algum modo, contribuíram para a concretização dos objectivos que me propus atingir, dirigindo um particular agradecimento à empresa Sistemas do Futuro, a toda a sua equipa, pela disponibilidade e profissionalismo que os caracterizam, e em especial ao Dr. Fernando Cabral e ao Dr. Alexandre Matos, pela amizade, incentivo e interesse que sempre manifestaram; ao Instituto de Museus e Conservação, nomeadamente ao Dr. Paulo Costa, pela disponibilidade manifestada no esclarecimento de algumas questões decorrentes da análise efectuada à aplicação Matriznet; à Câmara Municipal do Porto, nomeadamente ao Departamento de Museus e Património Cultural, pelo interesse e apoio evidenciados na execução desta dissertação; ao Museu de Olaria, pela experiência profissional que me permitiu adquirir ao longo dos últimos anos, e que, evidentemente, se manifesta nesta dissertação, bem como pelo apoio e disponibilidade que me permitiram conciliar o desenvolvimento desta investigação com a minha actividade profissional; ao MDA – Museum Documentation Association, nomeadamente a Gordon Mkenna; ao Archeologia e Calcolatori, nomeadamente a Paola Moscati; ao ICOM – International Council of Museums, no Chile, nomeadamente a Lisa Nagel, pela colaboração prestada.

A todos os colegas de profissão, pelo estímulo e partilha de experiências.

A todos aqueles cujo companheirismo, paciência, apoio, amizade e afecto incomensuráveis, contribuíram para a concretização dos objectivos que me propus concretizar.

Lista de abreviaturas:

AAM – American Association of Museums

AAT – Art and Architecture Thesaurus | Getty Institute

AFRIDOC – Handbook of Standards Documenting African Collections

AHDS – Arts and Humanities Data Service

AHRS – Arts and Humanities Research Council

AITF – Art Information Task Force

AMICO – Art Museum Image Consortium

ANSI – American National Standards Institute

ARCHIMUSE – Archives and Museums Informatics

ARLIS – Arts Libraries Society

ASCII – American Standard Code for Information Interchange

ASTC – Association of Science Technology Centres Incorporated

CCO – Cataloguing Cultural Objects

CDWA – Categories for the Description of Works of Art

CGM – Computer Graphics Metafile

CHAMPOLLION – Cultural Heritage and Multilingual Programme of Long Standing Legacy in Open Network

CHIN – Canadian Heritage Network

CIDOC – International Committee for Documentation

CIDOC CRM – CIDOC Conceptual Reference Model

CIMCIM – International Committee of Musical Instruments and Collections

CIMI – Computer Interchange of Museum Information

CLIR – Council on Library and Information Resource

CMGJ - Casa-Museu Guerra Junqueiro

CMMOS – Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio

CNI – Coalition for Networked Information

COAC – Casa-Oficina António Carneiro

COPAR – Council for the Preservation of Anthropological Records

DAC – Documentación Asistida de las Colecciones

DATARQUEOS – Base de Dados do Património Arqueológico

DCMI – Dublin Core Metadata Initiative

DGEMN- Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

DISKUS – Digitales Informations | System für Kunst und Sozialgeschichte

DLF – Digital Library Federation

DOMUS – Documentación Museológica

DPI – Dots per Inch

EAD – Encoded Archival Description

ECHO – Exploring Cultural Heritage Online

EFF – Electronic Frontier Foundation

EMII – European Museum Information Institute

ETNO – Base de Dados do Património Etnológico

EXIT – Exchangeable Image File

FISH – Forum on Information Standards in Heritage

GIF – Graphic Interchange Format

GLYPH – Centre for Computer-aided Egyptological Research

GNUM – Gabinete de Numismática

GRI – Getty Research Institute

GRIPHOS – General Retrieval and Information Processor for Humanities Oriented Studies |
Museum Computer Network

HTML – Hyper Text Markup Language

HTTP – Hyper Text Transfer Protocol

IAC – Inventário do Património dos Açores

IATH – Institute for Advanced Technology in the Humanities

IBIM – SIGME – Inventário Básico Informatizado de Museos | Sistema Integrado de Gestión de Museos Españoles

ICC – International Colour Consortium

ICCD – Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione

ICHAM – International Committee on Archaeological Heritage Management

ICOM – International Council of Museums

ICONCLASS – Iconographic Classification

IEDS – Integrated Egyptological Database System

IFLA – International Federation of Library Association

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IMC – Instituto dos Museus e Conservação

IMLS – Institute for Museums and Library Science

INBI – Inventário de Bens Móveis do Património Histórico Espanhol

IP – Internet Protocol

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPCR – Instituto Português de Conservação e Restauro

IPM – Instituto Português de Museus

IPPAR – Instituto Português do Património Arqueológico

IRGMA – Information Retrieval Group of Museum Association

ISCI – International Standard Collection Identifier

ISSO – International Organization for Standardization

IT IS – Integrated Taxonomic Information System

JIDI – Jisc Image Digitization Initiative

JPEG – Joint Photographic Experts Group

MCN – Museum Computer Network

MDA – Museum Documentation Association

MENHIR – Multimedia European Network of High Quality Image Registration

MIBAC – Ministério Italiano para os Bens e Actividades Culturais

MICHAEL – Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe

MIDAS – Monument Inventory Data Standard

MINERVA – Ministerial Network for Valorising Activities

MLAC – Museum, Libraries and Archives Council

MODES – Museum Object Data Entry System

MRQM – Museu Romântico

MVPT – Museu do Vinho do Porto

NARCISSE – Network of Art Research Computer Image Systems in Europe

NINCH – National Initiative for a Networked Cultural Heritage

NIP – National Inventory Programme

NISO – National Information Standards Organization

OAC – Observatório das Actividades Culturais

OCR – Optical Character Recognition

OCS – Office of Computer Services | Smithsonian Institute

OPENGIS – Standards and Specifications

PDF – Portable Document Format

PNG – Portable Network Graphics

RAD – Rules for Archiving Description´

RAMA – Remote Access to Museum Archives

RCHME – Royal Commission on the Historical Monuments of England

RDF – Resource Description Framework

RLG – Research Libraries Group

RPM – Rede Portuguesa de Museus

RSLP – Standard for Collection-Level Description

RVMN – Reservas Municipais

SELGEM – Self Generating Master | Smithsonian Institute

SHIC – Social History and Industrial Classification

SIBIA – Base de Dados do Património Arquitectónico

SIDRA – Sistema de Información Documental en Red de Asturias

SIIRS – Smithsonian Institution Information Retrieval System

SIPHA – Sistema de Información del Património Histórico de Andaluzia

SMQ – Société des Musées Québécois

TGN – Thesaurus of Geographic Names

TIFF – Tagged Image File Format

ULAN – Union List of Artists Names | Getty Institute

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URL – Uniform Resource Location

USB – Universal Serial Bus

VRA – Visual Resource Association

W3C – World Wide Web Consortium

XML – Extensible Markup Language

Índice

I. Introdução	16
1. Objectivos	18
2. Estrutura	19
3. Metodologia	21
 II. A Gestão Integrada das colecções museológicas: a problemática dos sistemas de documentação.....	25
1. Contextualização da problemática do inventário	26
2. Identificação dos princípios orientadores e normalizadores do inventário	29
2.1 Normas de sistemas de informação	31
2.2 Normas de dados	31
2.2.1 Definição da estrutura de dados	31
2.2.2 Identificação e tipificação dos campos.....	35
2.2.3 Tipos de conteúdos. Instrumentos de controlo terminológico.....	36
2.3 Normas de procedimentos	39
2.4 Normas de intercâmbio de informação	40
3. A experiência internacional.....	40
3.1 Estados Unidos da América	42
3.2 Canadá.....	48
3.3 Holanda	49
3.4 França.....	50
3.5 Espanha	53
3.6 Reino Unido	60
3.7 Itália.....	61
3.8 Os projectos multinacionais	63
3.9 O contributo da UNESCO: as convenções.....	64
4. A experiência nacional	68
4.1 Elementos para a história da informatização das colecções em Portugal.....	68

4.2 Normativos legais relacionados com a temática do inventário	69
4.2.1 Os Museus Portugueses durante a 1ª República.....	69
4.2.2 Os Museus e o Estado Novo	71
4.2.3 Os Museus nas primeiras décadas do regime	72
4.2.4 O Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.....	74
4.2.5 O panorama museológico português findo o regime ditatorial	76
4.2.6 A Lei-Quadro dos Museus Portugueses	78
5. O projecto “Rede Portuguesa de Museus”	80
6. O Instituto de Museus e Conservação: novas competências	80
7. Instrumentos de controlo terminológico: o caso português.....	81
8. O estudo de caso: o Matriz Online	82
8.1 Caracterização	82
8.2 Estrutura	83
8.3 Definição de conceitos, relativamente aos campos em análise	84
8.3.1 Super categoria.....	84
8.3.2. Categoria	85
8.3.3. Subcategoria.....	85
8.3.4. Denominação.....	85
8.3.5. Autoria.....	85
8.4 Análise de dados	85
8.4.1. Super Categoria	85
8.4.2. Categoria	86
8.4.3 Subcategoria.....	87
8.4.4 Autoria.....	88
8.4.5 Designação	89
III. Os Museus da Câmara Municipal do Porto: proposta de gestão integrada	92
1. Introdução	93
2. Objectivos	93
3. Identificação e caracterização dos Museus no domínio dos inventários das colecções	94

3.1 Museu Romântico da Quinta da Macieirinha.....	94
3.2 Gabinete de Numismática / Casa Tait	95
3.3 Casa- Museu Marta Ortigão Sampaio	95
3.4 Casa-Museu Guerra Junqueiro	96
3.5 Casa-Oficina António Carneiro.....	96
3.6 Museu do Vinho do Porto	96
3.7 Reservas Municipais	97
4. Análise e avaliação dos inventários actuais	97
4.1 Introdução	97
4.1.1 Identificação de todos os campos utilizados no conjunto dos 7 inventários	97
4.1.2 Identificação dos campos mais utilizados no Inventário.....	98
4.1.3 Análise da coerência dos dados no que concerne à normalização dos conteúdos (morfologia e sintaxe)	98
4.1.3.1 Autorias	98
4.1.3.2 Designação	99
4.1.3.3 Categoria	99
4.1.3.4 Classificação.....	100
4.1.3.5 Colecção	100
4.1.3.6 Cronologia.....	101
4.1.3.7 Época.....	101
4.1.3.8 Função	102
4.1.3.9 Localização.....	102
4.1.3.10 Marca.....	102
4.1.3.11 Material	102
4.1.3.12 Técnicas.....	103
5. Proposta de normalização: Gestão integrada das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto	104
5.1 O software de gestão de colecções: InArte Premium.....	104
5.2 O Conceito de Inventario	106
5.2.1 Módulo “Inventário”	106

5.2.2 Módulo “Entidades”	106
5.2.3 Módulo “Eventos”	106
5.2.4 Módulo “Documentação”	107
5.2.5 Módulo “Tabelas Auxiliares” / Controlo Terminológico.....	107
5.3 Gestão integrada das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto	107
5.3.1 Características técnicas essenciais do sistema informático e de comunicações	107
5.3.2 Conceitos associados às acções inerentes à realização do inventário	108
5.3.3 Procedimentos	133
5.3.3.1 Procedimentos Genéricos	133
5.3.3.1.1 Utilizadores e Permissões.....	133
5.3.3.1.2 Gestão das imagens	134
5.3.3.1.3 Gestão das Tabelas Auxiliares Específicas	136
5.3.3.2 Procedimentos Específicos de Tarefas	137
5.3.3.2.1. Inventário	137
5.3.3.2.1.1 Procedimentos para o inventário de um Objecto.....	137
5.3.3.2.1.2 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Autor”	138
5.3.3.2.1.3 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Inventariantes”	138
5.3.3.2.1.4 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Seguradoras”	139
5.3.3.2.1.5 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Proprietários”	139
5.3.3.2.1.6 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Outras Entidades”	139
5.3.3.2.1.7 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Movimentos”	139
5.3.3.2.1.8 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Seguros”	140
5.3.3.2.1.9 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Exposições”	140
5.3.3.2.1.10 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Conservação”	141
5.3.3.2.1.11 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Empréstimos”	141
5.3.3.2.1.12 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Bibliografia”	142
5.3.3.2.1.13 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Material Gráfico”	142
5.3.3.2.1.14 Tabelas Auxiliares Específicas. Área de Controlo Terminológico	142

Conclusão.....	144
Bibliografia:	148
Anexos:	186
Anexo 1. Selecção de Thesaurus e Listas de Valores disponíveis para consulta na Internet....	187
Anexo 2. Projectos de Normalização em Museus.....	198
Anexo 3. Selecção de Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais (UNESCO).....	200
Anexo 4. Selecção de normativos legais portugueses relacionados com a temática do inventário	202
Anexo 5. Projectos desenvolvidos no domínio do Património Cultural, que potencialmente incidem sobre acções de inventário, no âmbito de financiamento do Programa Operacional da Cultura, da Rede Portuguesa de Museus, da Fundação da Ciência e Tecnologia e da Comissão de Coordenação da Região Norte.....	204
Anexo 6. Museus e Palácios tutelados pelo Instituto dos Museus e Conservação, utilizadores da aplicação Matriz	208
Anexo 7. Normas de Inventário do IPM /IMC: Compilação do modelo estruturado para utilização nos campos Supercategoria, Categoria e Subcategoria.....	209
Anexo 8. “Categorias” atribuídas a “Supercategorias”. Síntese.....	213
Anexo 9. Duplicação de Subcategorias.....	214
Anexo 10. Registo de “Autorias”. Síntese	216
Anexo 11. Resultados de pesquisa no Matriznet. Síntese	240
Anexo 12. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: nº de objectos informatizados	255
Anexo 13. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: Grupos de Informação utilizados pelos diferentes espaços museológicos, pelo menos uma vez.....	255
Anexo 14. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: Grupos de Informação mais utilizados pelos diferentes espaços museológicos.....	257
Anexo 15. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: Grupo de Informação Específica “Cronologia”. Critérios de preenchimento do campo “Cronologia_texto”, ao nível da morfologia e da sintaxe	258
Anexo 16. Lista de valores a usar no contexto da aplicação InArte Premium.....	260

I. Introdução

A concepção dos Museus enquanto meros locais de depósito e exibição de objectos constitui uma ideia do passado, que não corresponde de todos aos desafios contemporâneos. Efectivamente, os Museus da actualidade constituem estruturas orgânicas complexas, onde as questões relacionadas com as colecções, nomeadamente a sua gestão, assumem primordial importância. Neste contexto, destacamos a problemática do inventário.

A temática do inventário do Património Cultural constitui, desde há alguns anos, uma preocupação efectiva dos muitos profissionais que, no exercício das suas actividades no domínio do Património Cultural, convivem com diversos vestígios, materiais e imateriais, do nosso Património. Efectivamente, uma análise atenta da legislação promulgada, ao longo das últimas décadas, no domínio do Património Cultural, não só em Portugal, como também no estrangeiro, permite-nos verificar uma tendência crescente no sentido de promover o inventário do Património Cultural, condição essencial ao seu conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação.

No entanto, o conceito de inventário, nomeadamente de “inventário museológico”, tem evoluído ao longo do tempo, adquirindo um maior rigor e apresentando-se em diferentes formatos. De facto, o número, a designação e a proveniência que, inicialmente, garantiam a identidade de um objecto, deram lugar a um registo mais complexo, onde a variedade de campos de preenchimento de dados apresentados varia de acordo com a informação que é possível apurar. Por outro lado, os tradicionais registos em formato de papel foram sendo progressivamente substituídos por aplicações informáticas que facilitam a gestão da informação, agilizam o seu acesso e permitem o estabelecimento de complexos sistemas de relações com base nos princípios de indexação há muito utilizados.

De facto, a ideia de que só se pode proteger o Património que se conhece, tem constituído a base de inúmeras iniciativas que, de um modo geral, se traduzem na realização de inventários, assegurando-se, nesse contexto, o levantamento sistemático, actualizado e, sempre que possível, exaustivo, dos bens culturais, com vista à respectiva identificação e caracterização de monumentos, sítios arqueológicos, colecções museológicas e outras manifestações culturais, nas suas diversas vertentes.

Recentemente, mais concretamente no âmbito do último Quadro Comunitário de Apoio, no qual a região Norte assumiu um papel preponderante, os investimentos dirigidos para estas acções alcançaram valores muito significativos, os quais contribuíram, de forma inquestionável, para o conhecimento de um Património frequentemente ameaçado, face à voracidade de um desenvolvimento desenfreado e frequentemente discutível, com elevados impactos, e porque não, prejuízos, ambientais e patrimoniais.

No caso específico das instituições museológicas, cuja realidade é objecto de análise nesta dissertação, as questões relacionadas com o inventário assumem determinadas especificidades e, inevitavelmente, algumas dificuldades acrescidas. Por um lado, verifica-se um processo continuado de criação de novos museus, numa manifesta ânsia de “registar” e “manter” um passado que rapidamente é esquecido; por outro lado, assiste-se ao desenvolvimento das actividades relacionadas com o Património Cultural, nomeadamente ao nível da investigação, e que, frequentemente, se traduzem, na incorporação de novos espólios.

Na década de 90, assistimos a alterações significativas no domínio do Património Cultural, nomeadamente no que concerne a aspectos de carácter técnico. Apesar de não constituírem um facto inédito, a banalização de métodos e ferramentas de trabalho, em estreita articulação com as tecnologias da informação e da comunicação, permitiram o desenvolvimento de novas potencialidades e a apresentação de novos desafios, certamente complexos, mas essenciais no contexto de uma sociedade que se assume como global. Para tal, conceitos como “planear”, “sistematizar”, “estruturar” e “ordenar” deverão constituir-se, mais do que meras intenções, como princípios incontornáveis do rigor que esta temática exige.

1. Objectivos

Esta dissertação é, na sua essência, um caminho no sentido do rigor, contemplando, a definição de objectivos, conceitos, metodologias, procedimentos e terminologias, num exercício assumidamente inacabado, mas certamente um contributo para um processo em constante mutação e desenvolvimento. Para tal, definimos como nossos objectivos:

- Contextualizar a problemática do inventário no panorama museológico nacional;
- Identificar os fundamentos legais relacionados com a problemática do inventário, desde o aparecimento dos primeiros diplomas, até à actualidade;
- Identificar os princípios orientadores e normativos da elaboração dos inventários museológicos;
- Identificar e caracterizar a evolução da problemática do inventário, desde o seu registo em suporte de papel, até à sua gestão em formato digital;
- Identificar e caracterizar os diversos modelos aplicativos utilizados, em formato digital, sua estruturação e funcionamento, desde as primeiras aplicações informáticas à actualidade;
- Identificar os principais problemas e objectivos verificados ao nível do inventário museológico;

- Avaliar e caracterizar a problemática do inventário museológico nos museus portugueses, no contexto da utilização das novas tecnologias;
- Propor princípios de boas práticas ao nível da orgânica e gestão do inventário museológico;
- Contribuir para a definição de procedimentos e de princípios de normalização do inventário museológico.

2. Estrutura

Tendo por finalidade os objectivos enunciados, a presente dissertação foi desenvolvida de acordo com a seguinte estrutura:

Capítulo I. Introdução

O primeiro capítulo tem por finalidade dar a conhecer os objectivos que nortearam o desenvolvimento deste trabalho, bem como a relevância que o caracteriza, e que, no nosso entender, justificam a abordagem da temática da normalização do inventário museológico. Finalmente, apresentamos a estrutura da dissertação, no contexto formal, assim como a metodologia por nós utilizada com o intuito de concretizarmos os objectivos propostos

No primeiro capítulo, é ainda traçado um esboço, necessariamente sumário, da estrutura da dissertação.

Capítulo II. A gestão integradas das colecções museológicas: a problemática dos sistemas de documentação

O segundo capítulo da dissertação constitui uma abordagem teórica da problemática dos sistemas de documentação, com particular incidência nas questões relacionadas com o inventário. Para tal, e fazendo uso da vasta bibliografia existente, sobretudo internacional, contextualizamos a problemática do inventário e identificamos os seus princípios orientadores e normalizadores, não só numa perspectiva conceptual, mas também recorrendo a experiências diversas, cujo reconhecimento pela comunidade internacional, contribui para a sua utilização enquanto “Normativos Internacionais”. Neste contexto, optamos, não por nos cingirmos a exemplos concretos relacionados com experiências em instituições museológicas, mas sim traçar uma caracterização mais abrangente da problemática do inventário, no sentido lato do Património Cultural. Paralelamente, consideramos igualmente premente a apresentação de um conjunto diversificado de instrumentos de controlo terminológico, alguns internacionalmente reconhecidos, outros numa fase inicial de desenvolvimento, mas todos eles, no nosso entender,

um exercício que importa sublinhar pelo seu contributo inquestionável para a normalização dos sistemas de documentação.

Após a apresentação da experiência internacional, que não pretende ser exaustiva, apresentado, apenas, os exemplos que, no nosso entender, são mais relevantes, incidimos a nossa análise na experiência nacional. Começamos por apresentar elementos para a história da informatização das colecções museológicas em Portugal, o que atesta o carácter recente desta realidade no panorama nacional. No entanto, entendemos que seria oportuno apresentar os normativos legais relacionados com a problemática do inventário, no decorrer do século XX, reflexo de uma preocupação crescente com estas questões. Paralelamente, enunciamos alguns instrumentos de carácter terminológico que têm vindo a ser desenvolvidos por diversas entidades, mesmo tendo em conta o seu carácter incipiente.

Para concluir este segundo capítulo, apresentamos o Matriznet, enquanto exemplo mais relevante, no panorama nacional, no que diz respeito a esta matéria. Depois de fazermos a sua caracterização e apresentarmos a sua estrutura, incidimos a nossa abordagem na análise dos dados, no âmbito da sua morfologia e sintaxe, na perspectiva do utilizador.

Capítulo III. Os Museus da Câmara Municipal do Porto: proposta de normalização

O terceiro capítulo da dissertação tem por objectivo a apresentação de uma proposta de normalização e gestão integrada do espólio museológico dos Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto. Após a identificação e caracterização dos espaços museológicos, das colecções e da documentação existentes, procedemos à análise e avaliação do inventário existente.

A proposta por nós apresentada foi elaborada em estreita articulação com o Departamento de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, não constituindo um mero exercício teórico, mas sim uma abordagem que tem por base uma realidade concreta, em fase de implementação: a gestão integrada das colecções museológicas dos Museus Municipais.

Neste contexto, consideramos essencial a elaboração de um manual de procedimentos gerais, que reflecta não só a utilização da aplicação informática InArte Premium, mas também procedimentos por nós entendidos como essenciais, no domínio na gestão das colecções museológicas, no seu sentido mais lato. Para além disso, e tendo conta as funcionalidades e características da aplicação, apresentamos um conjunto de listas de valores, que mesmo não sendo exaustivas, constituem, no nosso entender, um ponto de partida essencial à concretização dos nossos objectivos.

Capítulo IV. Conclusão

O IV capítulo da dissertação tem por objectivo apresentar as conclusões decorrentes da investigação desenvolvida e que sustentam a dissertação apresentada.

Capítulo V. Bibliografia

A bibliografia constitui a apresentação dos fundamentos teóricos que sustentam a dissertação apresentada.

Capítulo VI. Anexos

Em anexo, apresentamos toda a informação complementar compilada no decurso da investigação, e cuja inclusão no presente documento se nos afigura relevante como instrumento de suporte à análise desenvolvida.

3. Metodologia

O desenvolvimento desta dissertação teve por base uma dupla abordagem: por um lado, uma componente teórica, sustentada na bibliografia existente sobre esta matéria; por outro lado, a análise de dois exemplos práticos: o inventário das colecções museológicas dos museus tutelados pelo Instituto Português de Museus / Instituto de Museus e Conservação, disponíveis online através do interface Matriznet, e as colecções dos Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto, ambos essenciais no âmbito da reflexão que pretendemos fazer sobre a normalização da informação nas instituições museológicas. A reflexão aturada que desenvolvemos ao longo dos últimos meses traduz-se numa proposta de normalização e gestão integrada dos Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto.

Apesar de não constituir um exemplo isolado no panorama museológico nacional, o Matriznet, atendendo às suas características e intervenientes¹, constitui uma referência nesta matéria, o que, contribuiu, necessariamente, para a nossa escolha recair sobre esta solução. Não é nosso objectivo criticar, pelo simples exercício da crítica, a utilização desta aplicação, mas sim utilizar um exemplo prático que nos permita abordar as questões relacionadas com a normalização documental de uma forma consistente.

Para concretizar os objectivos que nos propusemos alcançar, foi necessário definir uma metodologia de trabalho e análise de dados, exequível, tendo em conta o volume de informação que nos propusemos tratar. Assim, começamos por exportar cerca de 30000 registos de

¹ A aplicação Matriznet disponibiliza online colecções museológicas de 29 museus.

objectos, em formato de listagem², a partir do Matriznet. Após recolhidos todos os registos, procedeu-se à sua análise e tentativa de normalização, o que nos permitiu reduzir os 30000 registos iniciais a um universo significativamente menor. A análise efectuada teve em conta as Normas de Inventário publicadas pelo Instituto Português de Museus / Instituto de Museus e Conservação.

A aplicação de gestão de colecções museológicas Matriz possui um conjunto diversificado de campos que, em teoria, procuram corresponder a todas as necessidades de inventariação de um objecto. No entanto, no que concerne à análise por nós desenvolvida, apenas foram objecto de reflexão os seguintes campos: Designação e Autoria. Paralelamente, foi igualmente objecto de análise a atribuição da Supercategoria, Categoria e Subcategoria aos objectos inventariados.

A análise por nós desenvolvida não teve por objectivo avaliar o rigor científico dos conteúdos disponibilizados pelas diversas instituições museológicas tuteladas pelo Instituto de Museus e Conservação. Pretendemos, sim, analisar a informação disponível e, dentro do possível, identificar os procedimentos, ou a ausência deles, que sustentam uma aplicação com estas características. Neste contexto, procedemos à análise dos conteúdos do ponto de vista da morfologia e da sintaxe, bem como à sua interpretação em função das Normas de Inventário publicadas pela tutela.

No que diz respeito aos Museus da Câmara Municipal do Porto, pretendemos apresentar uma proposta de normalização das colecções existentes, tendo por objectivo a gestão integrada das mesmas.

A elaboração da proposta de normalização teve por base uma metodologia de trabalho previamente definida, e que consideramos essencial à concretização dos objectivos por nós apresentados.

Numa primeira abordagem, procedemos à caracterização do espólio museológico dos Museus da Câmara Municipal do Porto, o que se revelou uma tarefa complexa, tendo em conta que os inventários existentes, na sua maioria manuais, são extremamente diversificados e inconsistentes, não permitindo, em alguns casos, perceber com total rigor o acervo museológico em causa. Por outro lado, os inventários em suporte digital, alguns fazendo uso do software de gestão de colecções museológicas existente, estão numa fase embrionária, com todas as dificuldades inerentes a um processo em desenvolvimento: número de registos

² A aplicação Matriznet fornece os resultados de pesquisa em três formatos distintos: lista (identificação das peças com respectiva imagem); tabela (identificação das peças sem imagem associada); álbum (imagem das peças com respectivo número de inventário). Tendo em conta o volume de informação e os objectivos desta análise, a nossa escolha recaiu sobre o formato de listagem. Apesar de apresentar algumas limitações, na medida em que este formato permite visualizar um menor número de campos, no que concerne ao tratamento de dados, revela-se mais adequado.

diminuto; informação incompleta; ausência de normalização terminológica; inexistência de procedimentos³. A constatação desta realidade, constitui uma condicionante ao desenvolvimento da nossa proposta: o desconhecimento do espólio museológico na sua totalidade não nos permite uma abordagem exaustiva de todas as colecções. No entanto, não constitui esse o nosso objectivo, mas sim apresentar um ponto de partida, sustentado, normalizado, que possa constituir um instrumento de trabalho precioso num processo que sabemos estar em permanente desenvolvimento. O inventário não é, de todo, um processo acabado, mas sim em permanente construção: os desenvolvimentos verificados ao nível das tecnologias, em articulação com os avanços verificados no domínio do estudo das colecções museológicas, permitem novas reflexões, diferentes abordagens.

Após a caracterização e identificação do espólio museológico dos Museus Municipais, procedemos ao seu tratamento, no sentido de estabelecer uma normalização de procedimentos e vocabulário utilizados que nos permitam definir um modelo de gestão de documentação e colecções museológicas, em articulação com o software de gestão de colecções museológicas utilizado pelas instituições: o InArte Premium, numa óptica de “gestão integrada da informação”.

A diversidade das colecções museológicas reflecte-se, necessariamente, na terminologia associada a cada um dos objectos, algo que pode constituir uma dificuldade acrescida se atendermos à inexistência de normas de inventário. É frequente a atribuição de diferentes designações a um mesmo objecto, em diferentes instituições; por outro lado, objectos semelhantes apresentam diferentes níveis de detalhe, reflexo da inexistência de um intercâmbio de informação eficaz, que permita ultrapassar algumas lacunas do ponto de vista da informação associada a um determinado objecto. Atendendo a estes pressupostos, consideramos essencial contemplar, no manual de procedimentos, listas controladas de valores, bem como alguns Tesaurus internacionalmente reconhecidos, que nos garantam a consistência dos conteúdos, não só atendendo à gestão das colecções do ponto de vista institucional, mas também tendo em conta a disseminação da informação.

³ Apenas a Casa-Museu Guerra Junqueiro possui o inventário informatizado na sua totalidade, fazendo uso, para tal, do software de gestão de colecções museológicas – InArte Premium.

II. A Gestão Integrada das colecções museológicas: a problemática dos sistemas de documentação

1. Contextualização da problemática do inventário

O inventário das colecções museológicas sempre se afigurou como uma das tarefas básicas dos museus em virtude de estas constituírem, tradicionalmente o ponto de partida para a actividade de um museu: os objectos musealizados.

No entanto, ao longo da história dos museus, o conceito de inventário tem vindo a ser utilizado com diferentes significados⁴ que vão, desde o seu significado etimológico⁵ até, nos nossos dias, a um conceito mais abrangente no contexto dos Sistemas de Informação⁶, dos Sistemas de Gestão Documental e das Ciências da Informação⁷.

A introdução da microinformática nos anos 80, bem como todas as transformações daí decorrentes, permitiu e, de certo modo, determinou que o conceito estrito de inventário fosse reequacionado, enquanto processo de sistematização da informação que congrega a informação existente sobre um objecto, alargando-o. O museu passou a ser considerado uma estrutura que reúne, produz e sistematiza informação sobre as colecções que alberga, associada à informação de carácter administrativo e documental, numa lógica que procura integrar toda a informação, independentemente da sua natureza e localização. Desta forma, o processo de informatização dos inventários dos museus não é a simples transposição da informação dos inventários para suportes electrónicos mas, sobretudo, a aplicação de metodologias de novas disciplinas (Gestão de informação⁸, Ciências da Informação, Sistemas de Informação) à problemática do inventário das colecções museológicas, à introdução de novos conceitos no domínio da gestão de informação, no contexto das instituições museológicas.

A gestão das colecções⁹ museológicas sempre se caracterizou por alguma complexidade, uma tendência que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, reflexo de um novo conceito de “museu” e, paralelamente, de uma nova concepção de “espólio museológico”, que ultrapassa em muito o tradicional conceito de “objecto”. De facto, a definição de “museu”

⁴ Cadastro, inventário, pré-inventário são alguns exemplos de conceitos que não são unânimes.

⁵ “Inventário”, do latim “inventariu”, enumeração e descrição dos bens que pertenceram ou pertencem a uma pessoa, empresa, etc; documento em que esses bens estão descritos; enumeração minuciosa, relação; lista (Dicionário Editora da Língua Portuguesa, 2008).

⁶ “Conjunto ordenado de procedimentos normalizados que permite a gestão dos documentos e a exploração metódica da informação mediante as tecnologias adequadas. Procurar e discernir as fontes de informação necessárias, armazenar a informação recolhida, qualquer que seja a sua natureza ou suporte, analisar e sintetizar os conteúdos, normalizando a sua representação para permitir a interoperabilidade entre sistemas (...) (SIDRA - Sistema de Información Documental en Red de Asturias, 2005).

⁷ A primeira versão do Matriz privilegiou exclusivamente a perspectiva de inventário e não a da gestão.

⁸ “A gestão documental significa tratamento da informação, armazenamento, memória, selecção de ideias, reagrupamento de noções e conceitos, síntese de dados” (SIDRA - Sistema de Información Documental en Red de Asturias, 2005).

⁹ Segundo o Dublin Core Metadata Initiative Working on Collection Description, a “colecção” consiste numa agregação física ou digital. Neste contexto, é criado o conceito de “Collection Description”, com o objectivo de criar um sistema integrado de informação sobre as colecções.

evoluiu ao longo das últimas décadas. Hoje, e de acordo com o ICOM, definimo-lo como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que desenvolve investigação sobre os testemunhos materiais do Homem e do seu meio envolvente, adquirindo-os, conservando-os e divulgando-os, com o objectivo de estudo, educação e deleite” (ICOM Definition of a Museum, 2001), independentemente do tipo de Museu considerado. Para além disso, as exigências de uma sociedade global, dominada pelas tecnologias da informação, exigem, necessariamente, uma reformulação dos objectivos e procedimentos das instituições museológicas, bem como a definição de alguns conceitos, assumidamente obsoletos tal como se apresentam.

Paralelamente a um novo conceito de “museu”, desenvolve-se uma nova concepção de “espólio museológico”, constituído por objectos e documentos. Para além dos objectos, tradicionalmente entendidos como o eixo privilegiado de toda a actividade museológica, passamos a incluir no novo conceito de “espólio” o acervo documental, uma realidade complexa que alguns autores denominam “processo de documentação museológica” (Zoreda, *La documentación museológica*, 1988), enquanto “tratamento de todos os dados existentes nos Museus, directamente relacionados com os objectos, ou decorrentes de outras fontes de informação”. Segundo Andrew Roberts (Roberts A. D., 1995), um sistema de documentação para museus engloba os procedimentos utilizados para gerir a informação sobre os fundos dos museus e as suas funções. Ainda neste contexto, alguns autores consideram existir três características essenciais num sistema de documentação: fiabilidade (a capacidade de um sistema assegurar a cobertura de todos os processos de documentação através dos instrumentos adequados); flexibilidade (a possibilidade de adaptação a diversos museus com diferentes tipos de colecções); economia (pesquisa célere e eficiente da informação) (Hernández F. H., 1992).

Segundo Caballero Zoreda (Zoreda, *La documentación museológica*, 1988), devemos distinguir dois tipos de informação: o espólio, propriamente dito, constituído por objectos, cuja história e morfologia constituem fontes de informação, só por si; os fundos documentais¹⁰, com tipologias diversificadas, que contribuem para o conhecimento do objecto. Ambos contribuem, segundo este autor, para a constituição de um “instrumento documental museológico, o inventário, base ou memória do processo documental” (Zoreda, *La documentación museológica*, 1988), o qual deverá garantir a recuperação da informação por parte dos diferentes públicos, sob pena de comprometer um sistema documental que se pretende efectivo.

De facto, o espólio documental de uma instituição museológica é vasto e diversificado, assumindo uma importância fundamental no âmbito das diversas actividades desenvolvidas

¹⁰ Alguns documentos, atendendo às suas características e à definição de espólio considerada, podem ser considerados objectos museológicos. Ex. “As farpas”, de Ramalho Ortigão, na Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio. No que concerne aos fundos documentais, podemos ainda considerar o acervo documental de carácter administrativo que, não possuindo relação directa com o acervo museológico, poderá, numa perspectiva mais abrangente, contribuir para o seu conhecimento.

pelos Museus, no seu carácter mais prosaico, como é o caso das intervenções de conservação e das exposições realizadas, até às questões relacionadas com a investigação. Neste contexto, importa salientar uma crescente preocupação por parte de diversos organismos, tutelas e, inclusivé, instituições governamentais, no sentido de sensibilizar os profissionais dos museus para a importância da documentação das colecções museológicas¹¹

A gestão da documentação não constitui uma realidade exclusiva da museologia contemporânea, apesar de, nos últimos anos, esta questão ter adquirido uma maior relevância, reflexo do crescimento dos espólios museológicos e da variedade de fundos documentais que os constituem. Por outro lado, a introdução da informática nas instituições museológicas deu a conhecer as fragilidades decorrentes da ausência de uma regulamentação técnica e administrativa na maioria dos museus, patente na diversidade de práticas existentes, na disparidade de estruturas catalográficas, na multiplicidade de fichas de inventário, consoante a tipologia das colecções, etc., que comprometia, não só a consistência dos registos, como também as potencialidades de integração em redes informáticas especializadas e a sua divulgação junto dos diferentes públicos. Assistimos, assim, a uma adaptação às exigências da sociedade contemporânea, onde as tecnologias da informação, em estreita articulação com a disseminação da informação, assumem um papel preponderante, exigindo a adopção de novos métodos de gestão.

O desenvolvimento da informática e, paralelamente, a sua introdução nas instituições museológicas, manifesta-se em vários domínios de actividade. As questões de carácter administrativo, passando pela gestão das colecções, que incluem o inventário, a conservação, as exposições e investigação propriamente dita, a informação bibliográfica e o arquivo documental, propiciam o desenvolvimento de diferentes bases de dados que, em última análise, deverão traduzir-se num sistema integrado de gestão museológica, capaz de otimizar a gestão da instituição, bem como favorecer a disseminação da informação junto dos diferentes públicos. De facto, a informatização oferece grandes vantagens e possibilidades no domínio da gestão da informação, mas exige também coerência nos sistemas de trabalho e consistência na informação.

Os museus têm vindo a desenvolver sistemas informáticos, no domínio das suas actividades, desde os anos 60 do século XX. Inicialmente, estamos perante sistemas muito simples, com funcionalidades muito reduzidas, e utilizados por uma única instituição, o que se traduzia, logo à partida, numa idiossincrasia evidente: os sistemas, a sua estrutura e componentes, variavam consoante a instituição em que se desenvolviam. Por outro lado, esta realidade constituía uma condicionante à implementação de sistemas integrados de gestão de

¹¹ Segundo Stuart Holm, a documentação de colecções é toda a informação registada que um museu possui relativamente aos bens museológicos que detém; contempla ainda a recolha, armazenamento, gestão e recuperação dessa mesma informação (Holm, 1991).

coleções museológicas que, já nos anos 70, começavam a assomar, nomeadamente no Museum Computer Network ¹², nos Estados Unidos da América.

2. Identificação dos princípios orientadores e normalizadores do inventário

A documentação dos objectos constitui um instrumento essencial para o desenvolvimento das diversas actividades museológicas, no domínio da conservação, da investigação e divulgação. A constatação deste facto contribui para o desenvolvimento e progressiva adopção de sistemas informáticos que permitam gerir o espólio museológico, constituído por objectos e documentos, na plenitude das suas potencialidades. No entanto, a eficácia de um sistema com estas características e objectivos, depende, numa primeira análise, da definição de normas ¹³, não só no que respeita à sua concepção, mas também no domínio da sua utilização. Uma norma deverá ser, portanto, uma regra ou modelo capaz de uniformizar aquilo que, à partida, evidencia alguma diversidade.

A questão da normalização reveste-se de enorme complexidade, nomeadamente no que diz respeito ao registo e catalogação de um objecto, dado que as variantes a considerar são múltiplas: a produção de um objecto, a sua cronologia, a sua função, são apenas alguns dos elementos que influenciam a forma como registamos toda a informação, já para não falar da perspectiva individual da instituição, na figura do inventariante, que, inevitavelmente, reflecte diferentes perspectivas de análise, estudo, investigação. No entanto, a definição de uma norma não poderá, obviamente, passar por particularismos e especificidades de cada objecto, mas sim na generalidade dos mesmos e nos conceitos que mantêm em comum, independentemente das suas características individuais.

A normalização da documentação constitui uma questão essencial, sobretudo no contexto da informatização. De facto, não estamos perante uma mera criação de normas com o objectivo de documentar o Património, mas sim de um exercício bem mais complexo, que não pode ser dissociado da informatização das instituições museológicas, e consequentes desafios: o registo da informação, a sua integração com outros sistemas de documentação e disponibilização aos diferentes públicos.

Desde os anos 70 do século XX, é possível identificar diversas referências a normas que permitiriam documentar as coleções dos museus de uma forma coerente e consistente. No entanto, este tem sido um processo extremamente moroso, sobretudo quando comparado com as

¹² Para mais informações: www.mcn.edu

¹³ Norma: regra de procedimento; princípio; preceito; modelo; padrão; critério generalizado a que um processo ou produto deve obedecer ou ponto de referência a que deve corresponder, com definição de tipos, eliminação de variedades supérfluas e fixação de dimensões, no intuito geral de simplificar e acelerar toda a actividade (Dicionário Editora da Língua Portuguesa, 2008).

bibliotecas, as quais, desde há muitos anos, possuem normas e procedimentos definidos e internacionalmente adoptados.

Desde 2007, a ISO TC46¹⁴ tem vindo a desenvolver um sistema de identificação de colecções e fundos, com o intuito de ser utilizado no domínio dos museus, arquivos e bibliotecas. O ISCI – International Standard Collection Identifier (Information and documentation international standards collection identifier (ISCI), 2007) tem por objectivo a definição de um sistema de identificação de colecções que contribua para a optimização dos resultados de pesquisa. Neste contexto, em 2007, foi apresentado um documento de trabalho: a ISO/WD 27730¹⁵.

Esta preocupação não é inédita, sendo comum, de um modo geral, a todos os sistemas informáticos de gestão de colecções museológicas. No entanto, esta questão assume uma maior relevância perante os desafios de uma Sociedade de Informação Global, onde o intercâmbio e integração de informação constituem uma realidade em crescendo. Neste contexto, o ISCI pretende constituir-se como um sistema de identificação único e universal, em articulação com a NISO Z39.91-200X¹⁶.

Segundo um relatório publicado no “The American Archivist” (Developments in museum and cultural heritage information standards, 2001), podemos considerar três tipos de normas que podem ser aplicadas aos sistemas de informação para o Património Cultural:

- **Normas técnicas:** normas exactas, com idênticos resultados, como, por exemplo, o ASCII¹⁷, que permite o reconhecimento de caracteres em termos informáticos;
- **Convenções:** normas mais flexíveis, podendo assumir algumas variações consoante o local onde são adoptadas. A título de exemplo, podemos referir o Museum Documentation Association Data Standard;
- **Linhas de orientação:** normas que estabelecem alguns critérios que nos permitem avaliar, por exemplo, um determinado sistema de informação. A título de exemplo, podemos referir o “Cidoc Guidelines for Museum Object Information: the information groups and categories” (CIDOC International Guidelines for Museums Objects Information: the information groups and categories, 1995).

Neste contexto, podemos definir algumas normas específicas no domínio dos sistemas de informação utilizados pelos Museus (Developments in museum and cultural heritage information standards, 2001):

¹⁴ ISO TC46 – Comité Técnico para a Informação e Documentação. Para mais informações: www.iso.org.

¹⁵ Para mais informações: <http://www.collectionscanada.gc.ca/iso/tc46sc9/docs/sc9n457.pdf>

¹⁶ NISO Z39.91-200X – Collection Description Specification.

¹⁷ American Standard Code for Information Interchange. Para mais informações: <http://www.asciitable.com>

2.1 Normas de sistemas de informação

As normas de sistemas de informação permitem definir as funcionalidades necessárias à totalidade do sistema de informação.

2.2 Normas de dados

As normas de dados permitem definir a forma como deve ser construída a base de dados ou sistema de informação, no que diz respeito à estrutura de dados, à identificação e tipificação dos campos e o tipo de conteúdos a utilizar.

2.2.1 Definição da estrutura de dados

As normas de estrutura de dados incidem sobre o modelo de estrutura de dados subjacente a um determinado sistema, com particular destaque para as relações estabelecidas entre os diferentes campos e tabelas de informação. Tendo em conta este objectivo, são comumente utilizadas as bases de dados relacionais¹⁸.

Para além disso, as normas de estrutura de dados incidem também sobre o formato de dados, os quais garantem que, independentemente da forma que assumam¹⁹, são passíveis de serem integrados e, quando objecto de uma pesquisa, reproduzidos. Neste contexto, são internacionalmente utilizados os seguintes formatos de dados:

- HTML - Hyper Text Markup Language²⁰, para documentos Web;
- JPEG, GIF e TIFF²¹, para imagens;
- WAV²², para documentos áudio;
- Extensible Markup Language – XML²³, para documentos electrónicos.

¹⁸ Conceito criado por Edgar Frank Codd, em 1970, tendo sido descrito no artigo “Relational Model of Data for Large Shared Data Banks”. Consiste num sistema de bases de dados onde a informação pode ser acedida e organizada de acordo com as relações existentes entre as diferentes tabelas que a compõem.

¹⁹ Os documentos podem apresentar diferentes formatos: texto, imagem, som.

²⁰ Para mais informações: <http://www.w3.org/MarkUp>

²¹ A diversidade dos espólios museológicos, onde a componente digital adquire cada vez maior significado, contribuiu para a definição de algumas normas também neste domínio, nomeadamente ao nível dos formatos das imagens, do seu processo de criação e do seu conteúdo. Neste contexto, podemos destacar as seguintes normas: [NISO Z39.87-2002 - Technical Metadata for Digital Still Images](#); [DIG35 Specification](#) metadata for Digital Images; [MPEG-7](#), uma norma para descrição de formatos de vídeo e áudio ((ISO/IEC 15938); [Video Development Initiative \(ViDe\) User's Guide: Dublin Core Application Profile for Digital Video](#). Para mais informações: <http://www.image-formats.com>

²² Para mais informações: http://www.digitalpreservation.gov/formats/fdd/sound_fdd.shtml

²³ Para mais informações: www.w3.org

No que diz respeito à definição da estrutura de dados, destacamos o CIDOC Relational Data Model²⁴ (ICOM, 2006), apresentado na Conferência Trienal do ICOM, em 1995, em Stavanger, na Noruega, resultante do trabalho do Data Model Working Group do CIDOC, um documento de referência na construção de sistemas de informação no domínio do Património Cultural.

O CIDOC Relational Data Model “estabelece definições e uma estrutura formal para descrever os conceitos implícitos e explícitos e as relações usadas na documentação do Património” (CIDOC - CRM Homepage, 2007). Ainda de acordo com a mesma fonte, o objectivo principal deste documento é criar uma plataforma de entendimento entre os sistemas de informação do Património Cultural, uma semântica comum, que facilite a sua concepção, implementação e comunicação entre os diferentes sistemas.

Segundo Nicholas Croft (Crofts, et al., 2003), o objectivo do CIDOC Conceptual Reference Model é a definição de uma estrutura de toda a informação científica necessária à documentação do Património Cultural, independentemente do tipo de utilizador a que destina (investigador, conservador de museu, utilizador comum), e do nível de exigência que este determina. Para além de contemplar a variedade de públicos, o CIDOC CRM abrange todo e qualquer tipo de Património Cultural dependente de instituições de carácter cultural, nomeadamente colecções museológicas, sítios arqueológicos, monumentos, arqueologia, etnografia, etc. Importa referir que este modelo é baseado em linguagem orientada por objectos²⁵, com classes, subclasses, propriedades, subpropriedades, que possuem dependências entre elas, e se relacionam entre si, permitindo descrever todo o processo de registo de informação sobre qualquer tipologia de Património que se pretenda documentar. Para além da estrutura, este documento define ainda a semântica da base de dados, baseando-se, para tal, no CIDOC Information Groups and Categories.

Este documento privilegia, também, a troca e integração da informação proveniente de sistemas de informação distintos, nomeadamente arquivos, bibliotecas e museus, num modelo supra-institucional, abstraído de qualquer contexto local. No entanto, a informação de carácter administrativo, que não apresenta relação directa com o objecto, nomeadamente, o número de visitantes, aspectos contabilísticos, etc, não são contemplados neste modelo. Efectivamente, o

²⁴ O CIDOC CRM constitui o culminar de um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos por diversos grupos de trabalho do CIDOC, nomeadamente o CIDOC Documentation Standards Working Group e o CIDOC CRM SIG, tendo sido instituído como norma ISO 21127:2006, em 9 de Dezembro de 2006. Para mais informações: http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=34424

²⁵ “an object-oriented data model” (CIDOC – CRM: Conceptual Reference Model, 2004).

CIDOC CRM incide na informação que permite contextualizar o Património: a história, a contextualização geográfica, as informações de carácter teórico” (Crofts, et al., 2003).

Este modelo procura, ainda, adaptar-se às tecnologias emergentes, não descurando a comunicação entre sistemas já ultrapassados, mas cuja utilização ainda é recorrente em algumas instituições.

Importa sublinhar que este documento se assume como uma declaração de princípios, um documento de trabalho a adoptar pelas instituições museológicas, de acordo com as suas necessidades. Neste contexto, podemos identificar alguns projectos de normalização já compatibilizados com o CIDOC CRM²⁶ (Crofts, et al., 2003), nomeadamente:

- Dublin Core²⁷;
- AMICO – Art Museum Image Consortium²⁸;
- EAD - Encoded Archival Description²⁹;
- MDA Spectrum³⁰;
- Natural History Museum, John Clayton Herbarium Data Dictionary³¹;
- GENREG – National Museum of Denmark³²;
- IFLA – International Federation of Library Associations and Institution – Functional Requirements for Bibliographic Records³³;
- OPENGIS³⁴;

²⁶ Em 2001, Iraklis Karvasonis liderou a execução de um relatório técnico, promovido pelo Institute of Computer Science, Foundation for Research and Technology – HELLAS / Technology Park of Crete, Greece, com o objectivo de demonstrar que o CIDOC CRM corresponde às necessidades de qualquer instituição museológica. Para tal, foram utilizadas das bases de dados do National Museum of Denmark; do Museum of Natural History of London e o Australian Museum Online (Karvasonis, 2001).

²⁷ Desenvolvido pelo Dublin Core Metadata Initiative, o Dublin Core define as categorias de informação a integrar, de modo a permitir a sua fácil pesquisa. Foi aprovado como uma norma ANSI Z39.85.2001 e ISO 15836. Para mais informações: <http://www.dublincore.org>

²⁸ Para mais informações: <http://www.amico.org>

²⁹ A EAD – DTD é uma norma no domínio dos arquivos, com o objectivo de facilitar a inserção, recuperação e integração da informação (Theodoridou & Doerr, 2001). Para mais informações: <http://lcweb.loc.gov/ead>

³⁰ Para mais informações: <http://www.mda.org.uk/spectrum.htm>

³¹ Para mais informações: <http://www.nhm.ac.uk>

³² Para mais informações: <http://www.natmus.dk/kulturnet>

³³ Um grupo de trabalho tem vindo, ao longo dos últimos anos, a desenvolver um projecto de integração daquilo que alguns autores designam por “infodiversidade da informação” (Boeuf, Lahanier, Aitken, Sinclair, Lewis, & Martinez, 2005), procurando harmonizar o modelo conceptual do IFLA / FRBR, vocacionado para as bibliotecas, com o modelo CIDOC CRM. Para mais informações: <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr1.htm>

³⁴ Para mais informações. <http://www.opengis.org>

- Association of American Museums Nazi-era Provenance Standard³⁵;
- RLG - Research Libraries Group – Cultural Materials Initiative DTD³⁶.

Outros há que se encontram numa fase de adaptação a este modelo, nomeadamente:

- CIMI³⁷ – Computer Interchange of Museum Information, com o Z39.50 Profile - Information Retrieval Protocol (ISO 23950)³⁸, standards técnicos que permitem a troca de informações entre dois sistemas;
- Council for the Preservation of Art Theft – Object-ID³⁹;
- The International Committee for Documentation of the International Council of Museums (CIDOC). The International Core Data Standard for Archaeological and Architectural;
- Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage⁴⁰;
- CIDOC Normes Documentaires (Archeologie)/ Data Standards (Archaeology);
- English Heritage MIDAS - A Manual and Data Standard for Monument Inventories⁴¹ (Midas: a manual and data standard for monument inventories, 2003);
- English Heritage SMR 97⁴²;
- Hellenic Ministry of Culture POLEMON Data Dictionary⁴³.

De entre todos os projectos mencionados, consideramos pertinente destacar o SPECTRUM⁴⁴, um standard de referência, no domínio da documentação, no Reino Unido. Gerido pelo MDA – Museum Documentation Association, é reconhecido internacionalmente como um dos documentos mais importantes nesta matéria. Publicado pela primeira vez em

³⁵ Para mais informações: http://www.aam-us.org/nazi_guidelines.htm

³⁶ Para mais informações: <http://www.rlg.org>

³⁷ Para mais informações: www.cni.org/pub/CIMI/framework.html

³⁸ Para mais informações: http://www.niso.org/standards/resources/Z3950_Resources.html

³⁹ Para mais informações: <http://www.object-id.com>

⁴⁰ Para mais informações: <http://www.object-id.com/heritage/core.html>

⁴¹ Em 1998, o English Heritage desenvolveu o projecto MIDAS, com o objectivo de desenvolver standards no domínio do inventário de imóveis. Actualmente, esta iniciativa é mantida pelo FISH – Forum for Information Standards in Heritage (FISH - Forum for Information Standards in Heritage, 2007), disponibilizando entre outros recursos, thesaurus: Thesaurus of Monument Types (Thesaurus for Monuments Types, 2007) (MDA Archaeological Objects Thesaurus); MDA Archaeological Objects Thesaurus. Para mais informações: <http://www.rchme.gov.uk/midas/index.html>

⁴² Para mais informações: <http://www.english-heritage.org.uk/knowledge/nmr/otherwork/smr>

⁴³ Para mais informações: http://www.ics.forth.gr/isl/projects/projects_individual.jsp?ProjectID=20

⁴⁴ O reconhecimento deste standard tornou-o uma referência na indústria do software para museus, no domínio do desenvolvimento de sistemas de informação. Neste contexto, foi desenvolvida uma parceria entre o MDA e a indústria de software para a criação de aplicações com base nesta norma que, depois de creditadas, são etiquetadas como compatíveis com o SPECTRUM. Para mais informações: <http://www.mda.org.uk/stand>

1994, o Spectrum tornou-se um standard em 1995. Actualmente, constitui um instrumento de creditação para todos os museus que pretendem ser creditados no Reino Unido pelo The Museums, Libraries and Archives Council.

O Spectrum é constituído por duas secções principais: os procedimentos e os requisitos de informação. A primeira define os procedimentos que devem ser utilizados nos museus, em termos de documentação; a segunda define os requisitos de informação necessários para a documentação das colecções. Disponibiliza, ainda, um serviço denominado “Spectrum Terminology⁴⁵”, o qual apresenta recomendações para a criação de Tesauros, bem como algumas terminologias de referência.

Apesar de evidenciar uma acentuada componente tecnológica, o SPECTRUM constitui uma mais-valia, mesmo sem recurso a qualquer aplicação informática, fornecendo aos profissionais dos museus uma norma de procedimentos que lhes permite documentar e gerir as suas colecções de acordo com um determinado procedimento.

2.2.2 Identificação e tipificação dos campos

Uma base de dados é constituída por diferentes campos, os quais podem assumir diferentes tipologias⁴⁶. No domínio da gestão de uma base de dados, que se requer eficaz e normalizada, é importante identificar os campos a utilizar, bem como definir a forma como cada um destes campos é preenchido⁴⁷. No que diz respeito a campos previamente formatados, como é o caso dos campos de data, esta questão não apresenta grandes dificuldades. No entanto, se atendermos a campos de texto ou alfanuméricos, somos confrontados com uma dificuldade acrescida, decorrente da variedade de soluções que podem ser adoptadas. Neste contexto, a definição do modo como a informação é inserida, do ponto de vista da morfologia e da sintaxe, é essencial, de modo a garantir a normalização dos conteúdos.

⁴⁵ Para mais informações: <http://www.mda.org.uk/spectrum-terminology>

⁴⁶ Numa base de dados, os campos podem assumir diferentes tipologias: alfanumérico (contém cifras e letras e apresentam uma longitude limitada – 255 caracteres); numérico (existem de vários tipos, principalmente inteiros (sem decimais) e reais (com decimais)); booleanos (possuem duas formas: verdadeiro e falso); data (armazenam datas); texto.

⁴⁷ Neste contexto, destacamos: “**Cataloguing Cultural Objects (CCO). A guide to describing cultural works and their images**”, desenvolvida pelo Visual Resources Association; “**Anglo-American Cataloguing Rules**”, desenvolvido pelo AACRII; “**RAD – Rules for Archiving Description**”, desenvolvido pelo Bureau of Canadian Archivists; “**Documenting your collections. Info-Museum network documentation guide**”, desenvolvido pela SMQ - Société des Musées Québécois; “**Les règles d’inscription des noms propres**”, desenvolvida pela SMQ - Société des Musées Québécois; “**Chin Data Dictionaries**”, desenvolvido pelo CHIN; “**Spectrum – Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums**”, desenvolvido pelo MDA; “**Cidoc Guidelines for Museum Object Information. The CIDOC Information Categories**”, desenvolvido pelo CIDOC – International Committee for Documentation; “**Comment gérer vos collections? Le guide de gestion du Réseau Info-Museum**”, desenvolvido pelo SMQ - Société des Musées Québécois.

2.2.3 Tipos de conteúdos. Instrumentos de controlo terminológico

A definição do tipo de vocabulário a utilizar no preenchimento dos campos é essencial à sua normalização. Os sistemas documentais possuem vários instrumentos de controlo terminológico, no domínio do processamento da informação⁴⁸. No que diz respeito aos museus, estes devem ser comuns a todo o tipo de fundos tratados (objectos, documentos, bibliografia), de modo a garantir uma efectiva integração da informação e, consequentemente, a sua recuperação.

As terminologias ou vocabulários⁴⁹ utilizados para classificar e descrever os objectos e colecções museológicas são essenciais a uma gestão eficaz da informação existente na aplicação, no só do ponto de vista da própria instituição museológica, mas também atendendo à divulgação dos conteúdos. Neste contexto, o controlo terminológico determina a adopção de Tesouros⁵⁰ e Listas de Autoridades⁵¹, reconhecidos internacionalmente e adoptados por diversas instituições museológicas⁵², até pelas inúmeras vantagens que apresenta.

O Tesouro corresponde, não apenas a um controle de vocabulário, mas também a um sistema descritivo, ou seja, a análise de um objecto dentro de uma gama variada de objectos correlativos, sistematizados hierarquicamente, de acordo com determinados critérios, tais como função ou forma, no âmbito de um universo determinado.

⁴⁸ Alguns sistemas de classificação incluem terminologia específica no domínio da designação de objectos, tais como: **“The Revised Nomenclature for Museum Cataloging: A Revised and Expanded Edition of Robert G. Chenhall's System for Classifying Man-Made Objects”**, uma classificação hierárquica para objectos, de acordo com a sua função; **“Classification System for Historical Collections”**, desenvolvido pelo Canadian Parks Service / Parks Canada, Department of Canadian Heritage; **“Social History and Industrial Classification: A Subject Classification for Museum Collections (SHIC)”**; **ICONCLASS**; **“Outline of Cultural Materials”**; **“ITIS - Integrated Taxonomic Information System - Canadian Version”**; **“Les systèmes de classification du Réseau Info-Muse : pourquoi et comment les utiliser”**

⁴⁹ O **“Nomenclature for Museums Cataloging”** (1978) constitui um dos primeiros Tesouros, no domínio da Museologia, tendo-se tornado uma referência para inúmeras instituições museológicas. Coordenado por Robert Chenhall, é constituído pelas seguintes categorias: estruturas, mobiliário, objectos pessoais, equipamentos e ferramentas para materiais, equipamentos e ferramentas para ciências e tecnologias, equipamentos e ferramentas para comunicações, objectos de distribuição e transporte, objectos de comunicação, objectos recreativos, objectos inclassificáveis. (ANSI/NISO, 2005).

⁵⁰ Segundo a norma ISO 2788, um Tesouro é “um vocabulário controlado e dinâmico, composto por termos que possuem entre eles relações semânticas e genéricas, sendo aplicado a um domínio particular do conhecimento”.

⁵¹ Listas de termos utilizados pelos museus para controlo da terminologia associada às colecções museológicas. Para mais informações: www.chin.ga.ca

⁵² A título de exemplo, apresentamos alguns Tesouros e Listas de Valores de referência. Ver anexo 1.

Os Tesouros surgiram na década de 50⁵³, com o intuito de “ampliar o vocabulário de indexadores (...) de novos modelos no uso da informação e expansão de aplicações de armazenamento e de processamento e recuperação de informação em computadores; foram aperfeiçoados para promover o controlo terminológico de sistemas de informação e se tornar uma estrutura conceptual de um determinado campo de conhecimento”. (Murakami, 2005). Desde então, são utilizados para promover o controlo de vocabulário em sistemas de recuperação de informação, tendo por base determinadas relações semânticas: equivalência, associativas e hierárquicas (Aguera, 2004).

Hoje, os tesouros são desenvolvidos tendo por base normas definidas por entidades especializadas nesta matéria, nomeadamente:

- a **ISO 2788:1986** – “Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri⁵⁴”, criada pela International Organization for Standardization⁵⁵;

- a **ANSI/NISO Z39.19:2005** – “Guidelines for the construction, format and development of monolingual thesauri⁵⁶” (ANSI/NISO, 2005);

- a **BS 8723-1:2005** – “Structured vocabularies for information retrieval. Guide. Definitions, symbols and abbreviations, criada pela British Standards Institution (BSI)⁵⁷;

- a **BS 8723-2:2005** – “Structured vocabularies for information retrieval. Guide. Thesauri, criada pela British Standards Institution (BSI)⁵⁸;;

- a **ISO 13250:2003** – “Information technology - SGML applications - Topic maps”, criada pela International Standards Organizations⁵⁹;

- a **NISO TR-02-1997** – “Guidelines for indexes and related information Retrieval Devices”, criada pela National Information Standards Organization⁶⁰;

- **ISO 5964** - Guidelines for the Establishment and Development of Multilingual Thesauri⁶¹.

⁵³ O E.I. Dupont de Nemours Engineering Department, desenvolvido em 1959, é considerado o primeiro Tesouro da Época Moderna (Murakami, 2005, cit. HUDON, Michèle, “True and tested products: theauri on the web”, The Indexer, Londres, v. 23, nº 3, Abril 2003, p. 115-119)

⁵⁴ Na sequência deste documento, alguns organismos desenvolveram normas similares, nomeadamente a norma elaborada pela American National Standards Institute / National Information Standards Organization: “Guidelines for the Construction, Format and management of Monolingual Controlled Vocabularies: ANSI/NISO Z39.19-2005). Para mais informações: www.niso.org

⁵⁵ Para mais informações: www.iso.org

⁵⁶ Para mais informações: www.niso.org

⁵⁷ Para mais informações: <http://global.ihs.com/news/temp/bsi-ppc/bsi-ppc-lp.htm?RID=Z56&MID=W094>

⁵⁸ Para mais informações: <http://global.ihs.com/news/temp/bsi-ppc/bsi-ppc-lp.htm?RID=Z56&MID=W094>

⁵⁹ Para mais informações: www.iso.org

⁶⁰ Para mais informações: www.niso.org

⁶¹ Para mais informações: www.iso.org

Para além das normas referidas, destacamos também algumas iniciativas, desenvolvidas por algumas instituições de referência neste domínio, tais como:

Getty Information Institute⁶²:

- Guidelines for Forming Language Equivalents: A Model Based on the Art & Architecture Thesaurus;
- CDWA - Categories for the Description of Works of Art (CDWA)
- A Guide to the Description of Architectural Drawings;

Direcção dos Museus de França⁶³:

- Méthode d'inventaire informatique des objets beaux-arts et arts décoratifs;
- Définitions des techniques, médiums, matériaux et supports;
 - Méthode d'inventaire informatique - Ethnologie;
 - Méthode d'inventaire informatique - Archéologie;

CIDOC / ICOM⁶⁴:

- CIDOC Draft International Core Standard for Archaeological Sites and Monuments;
- CIDOC International Core Data Standard for Archaeological Sites and Monuments;
- CIDOC International Core Data Standard for Ethnology/Ethnography;
- CIDOC International Core Data Standard for Archaeological Objects;
- Handbook of Standards Documenting African Collections / Manuel de normes documentation des collections africaines

VRA – Virtual Resource Association⁶⁵:

- VRA Core Categories;

SMQ – Société des Musées Québécois⁶⁶:

- Le Catalogue des Estampes;

⁶² Para mais informações: <http://www.getty.edu>

⁶³ Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/culture/min/index-dmf.htm>

⁶⁴ Para mais informações: <http://icom-cc.icom.museum/Home>

⁶⁵ Para mais informações: <http://www.vraweb.org>

⁶⁶ Para mais informações: www.smq.qc.ca

- La documentation des ensembles;

FISH⁶⁷:

- MIDAS (Monument Inventory Data Standard);

Research Library Group⁶⁸:

- RSLP – Standard for Collection-Level Description;
- Fichier des collections du Musée de la civilisation, Essai méthodologique;
- RLG – Reach Element Set, desenvolvido pelo Research Library Group;

Outros:

- The Inventaire General des Monuments et des Richesses Artistiques de la France;
- Content Standard for Anthropological Metadata, desenvolvido pelo COPAR - Council for the Preservation of Anthropological Records;
- Object ID: Protecting Cultural Objects in the Global Information Society;

A Lista de Autoridades constitui um aspecto essencial no domínio da gestão da informação museológica. No entanto, e contrariamente ao que se verifica nas bibliotecas⁶⁹, esta questão carece ainda de normalização, o que se traduz na existência de diferentes bases de dados, elaboradas por cada instituição, o que não invalida a existência de uma base de dados de artistas, de referência, desenvolvida pelo Getty Institute – Getty Union List⁷⁰.

2.3 Normas de procedimentos

As normas de procedimentos constituem os procedimentos a adoptar pelos indivíduos que gerem e utilizam o sistema, nomeadamente ao nível da documentação de colecções⁷¹.

⁶⁷ Para mais informações: <http://www.fish-forum.info>

⁶⁸ Para mais informações: www.rlg.org

⁶⁹ O IFLA – International Federation of Libraries Association - desenvolveu um programa sobre Controlo Bibliográfico Universal. Para mais informações: <http://www.ifla.org/index.htm>

⁷⁰ Para mais informações: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/ulan

⁷¹ A título de exemplo, destacamos: **Alberta Standard Practices Handbook for Museums**, 2nd Edition, and **Museum Excellence Program Guide**; **Association of Manitoba Museums Standards for Manitoba Museums**; **Museum Association of Newfoundland and Labrador Guidelines for the Operation of Community Museums**; **Collections Management Policy for the Nova Scotia Museum**; **Association Museums New Brunswick Guidelines for Museums in New Brunswick**; **Museums**

2.4 Normas de intercâmbio de informação

As normas de intercâmbio da informação permitem estabelecer uma comunicação eficaz entre diferentes sistemas de informação, definindo, para tal, as condições técnicas para que tal possa acontecer. Assim, a definição da estrutura de dados surge em estreita articulação com a definição de uma arquitectura do sistema que garanta a integração da informação entre diversas instituições, independentemente do sistema que os suporta. Neste contexto, existem diversos standards no domínio da arquitectura dos sistemas que garantem a sua interoperabilidade, nomeadamente:

- IP – Internet Protocol: standards técnicos que permitem o intercâmbio da informação através da Internet;
- HTTP – Hypertext Transfer Protocol: standards técnicos que permitem a interoperabilidade dos servidores;
- Z39.50 – Information Retrieval Protocol (ISO 23950)⁷²: standards técnicos que permitem a troca de informações entre dois sistemas;
- XML – DTD Spectrum – permite o intercâmbio de informação de acordo com as normas do Spectrum.

Para além das questões técnicas, a eficaz integração e intercâmbio da informação dependem também da correcta identificação dos campos⁷³ e suas correspondências / equivalências.

3. A experiência internacional

No panorama museológico internacional, podemos identificar inúmeras iniciativas que têm contribuído inquestionavelmente para a reformulação de conceitos e procedimentos relacionados com a normalização da documentação e a gestão de colecções museológicas. Neste

Association of Saskatchewan Standards for Saskatchewan Museums; SPECTRUM: The UK Museum Documentation Standard; Registration step by step: when an object enters the museum (Un objet arrive au musée: Enregistrement étape par étape; Labelling and marking objects (Etiquetage et marquage des objets), MDA Fact Sheets; The New Museum Registration Methods. 4th Edition. 1998. Edited by Rebecca A. Buck and Jean Allman Gilmore; Benchmarks in Collection Care for Museums, Archives, and Libraries: A Self-assessment Checklist.

⁷² Para mais informações: http://www.niso.org/standards/resources/Z3950_Resources.html

⁷³ O CHIN – Canadian Heritage Information Network desenvolveu o “Museum Metadata Crosswalks” ou “semantic mappings” cujo objectivo é estabelecer paralelismos entre diferentes metadados / campos. Deste modo, é possível migrar dados entre aplicações, dentro de uma instituição ou entre instituições. Para mais informações: www.chin.ga.ca.

contexto, podemos citar diversos exemplos, alguns de âmbito nacional, ora assumindo-se como meros documentos orientadores, desenvolvidos no âmbito de iniciativas de carácter associativo, tal como o Museum Association, no Reino Unido⁷⁴, ora como regulamentos legalmente instituídos, como é o caso do Real Decreto 620/1987 de 10 de Abril – Regulamento de Museus de Titularidade Estatal e do Sistema Espanhol de Museus (Real Decreto 620/1987, de 10 de abril, 2007); outros há que resultam de parcerias multidisciplinares, entre diversos países, no contexto dos programas de financiamento da cultura da União Europeia, tais como o MICHAEL – Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe⁷⁵ ou o MINERVA – Ministerial Network for Valorising Activities⁷⁶.

Não é nosso propósito fazer uma abordagem exaustiva das inúmeras iniciativas desenvolvidas ao longo das últimas décadas, pelo que não nos parece oportuno enumera-las neste contexto. Configura-se-nos, isso sim, essencial, destacar os exemplos mais significativos, não só do ponto de vista nacional, mas também pelo reconhecimento internacional alcançado no domínio da Museologia e do Património Cultural, em alguns casos continuamente ao longo do tempo, não só no que concerne à normalização da documentação e gestão de colecções, mas também no que diz respeito à elaboração de inventários⁷⁷, o que não quer dizer que estes correspondam necessariamente a relações de bens culturais com algum critério de normalização. Aliás, a ausência de normalização nos inventários é uma realidade muito frequente. No entanto, consideramos que a realização de um inventário, mesmo que desprovido de algumas normas e procedimentos essenciais, constitui um ponto de partida essencial do ponto de vista da gestão do Património Cultural, no seu sentido mais lato, evoluindo, frequentemente, para modelos de gestão melhor estruturados.

Tendo em conta os objectivos que nos propomos alcançar com esta abordagem, iniciamos esta reflexão com alguns dos exemplos mais significativos no contexto do Património Cultural, ocorridos no século XIX, e cuja notoriedade e reconhecimento perdurou até aos nossos dias.

⁷⁴ Museum Association. Para mais informações: www.museumassociation.org

⁷⁵ Michael European Portal. Para mais informações: <http://www.michael-culture.org/mpf/portal/choose-language.html>

⁷⁶ O projecto MINERVA, criado em 2002 sob a direcção do Ministério da Cultura Italiano, tinha por objectivo a promoção de abordagens e metodologias comuns para a digitalização do material cultural europeu. O projecto reconhece “o valor único da herança cultural europeia e o papel estratégico que tal pode desempenhar no crescimento da indústria da conteúdos digitais na Europa”. (Justrell, 2004) Para mais informações: www.minervaeurope.org

⁷⁷ De acordo com a Lei – Quadro dos Museus Portugueses, datada de 19 de Agosto de 2004, o inventário museológico é “a relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação”.

Para mais informações: http://www.pm.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MC/Comunicacao/Outros_Documentos/20040318_MC_Doc_Lei_Museus.htm

3.1 Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América, cujo desempenho no âmbito desta problemática se foi consolidando, ao longo do século XX, já no século XIX apresentavam algumas iniciativas que importa sublinhar. De facto, as iniciativas de carácter privado, no domínio da Cultura, nos Estados Unidos, são recorrentes desde oitocentos, nomeadamente o Smithsonian Institution⁷⁸, criado em 1846, e o Getty Center⁷⁹.

No início dos anos 60, o National Museum of Natural History| Smithsonian Institution formou um comité especializado, com o objectivo de dotar a instituição de um sistema documental informatizado, naquela que constitui uma das primeiras iniciativas do género em instituições norte-americanas (Gautier, 1978). Neste contexto, em 1969, o OCS – Office of Computer Services do Smithsonian Institution apresentava o SIIRS – Smithsonian Institution Information Retrieval System, uma aplicação informática destinada à gestão do espólio museológico da instituição, substituída alguns anos mais tarde por um novo sistema de gestão de dados designado SELGEM – Self-Generating Master

O Getty Center é um empreendimento cultural constituído por vários núcleos:: o J. Paul Getty Trusts, a sede; o museu J. Paul Getty Museum; o instituto de pesquisas Getty Research Institute, o instituto de conservação Getty Conservation Institute e o instituto de lideranças Getty Leadership Institute, o qual está empenhado em educar museólogos principiantes bem como propiciar o aperfeiçoamento a profissionais já experientes nesta área. Com uma actividade particularmente relevante no domínio das Artes⁸⁰, no que diz respeito, especificamente, à temática que sustenta esta análise, salientamos as iniciativas desenvolvidas no âmbito da documentação, referências internacionais no domínio do Património Cultural, nomeadamente:

- a ULAN - Union List of Artists Names, uma base de dados constituída por cerca de 290 mil nomes de artistas e respectivas referências biográficas e bibliográficas (ULAN - XML Data Dictionary, 2007);

- o AAT – Art and Architecture Thesaurus⁸¹, um vocabulário estruturado de termos relacionadas com a Arte e a Arquitectura (AAT - XML Data Dictionary , 2007);

⁷⁸ Smithsonian Institution: instituto privado cuja actividade incide, sobretudo, no domínio da Museologia. Para mais informações: <http://www.si.edu/>

⁷⁹ Getty Center: instituto privado cuja actividade incide no domínio do Património Cultural. Para mais informações: <http://getty.com>

⁸⁰ Em 1983, o Getty Institute criou o Programa de Informação de Historia de Arte com o objectivo de desenvolver normas que garantissem a acessibilidade da informação no domínio da História da Arte.

⁸¹ Desde 2000, o Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales, no Chile, tem vindo a desenvolver a versão espanhola do Art & Architecture Thesaurus, o que atesta o reconhecimento internacional desta ferramenta (Vega & Valle, El Art & Architecture Thesaurus. Una herramienta necesaria para la normalización del vocabulário, 2001).

- o TGN – Thesaurus of Geographical Names, um tesouro constituído por cerca de 1 milhão de referências geográficas (TGN - XML Data Dictionary, 2007);

- CDWA – Categories for the Description of Works of Art: definição de categorias, no domínio das artes decorativas e da arquitectura (CDWA: Categories for the Description of Works of Art).

Apesar desta ser apenas uma das vertentes da actuação do Getty Institute, não podemos, efectivamente, deixar de dar particular destaque ao desenvolvimento de projectos no domínio da gestão da documentação, nomeadamente através do desenvolvimento de bases de dados, um dos exemplos mais bem conseguidos no domínio da gestão do Património Cultural. Desenvolvidas de acordo com as normas internacionais ISO⁸² e NISO⁸³, as bases de dados fornecem listas de vocabulário, algumas das quais hierarquicamente organizadas, tendo sido adoptadas por inúmeros profissionais do Património em geral, e de Museus em particular.

Tendo em conta a descrição, mesmo que sumária, das actividades desenvolvidas pelo Getty Institute, podemos considera-lo uma das instituições mais dinâmicas no que diz respeito a projectos de carácter cultural, no seu conceito mais abrangente, com particular destaque para o desenvolvimento de Tesouros.

Ainda no domínio das actividades desenvolvidas pelo Getty Institute, destacamos o projecto Object-id⁸⁴, iniciado em 1993, com o objectivo de definir normas e procedimentos no domínio da descrição dos objectos culturais (Vega, 2002). Esta iniciativa reveste-se de particular importância, não só no domínio da documentação dos objectos, de um ponto de vista museológico, mas também no domínio da protecção do Património Cultural.

A necessidade de uma documentação das colecções adequada, bem como uma efectiva normalização das práticas museológicas, de modo a garantir a plena utilização das tecnologias da informação, contribuiu para o desenvolvimento de algumas iniciativas de carácter nacional e internacional. Em 1946, é criado um dos mais importantes organismos no âmbito da Museologia, a nível mundial: o ICOM – International Council of Museums, uma organização internacional de museus, para profissionais de museus, cuja actuação incide na conservação, preservação e divulgação do Património Cultural e Natural, presente e futuro, tangível e intangível⁸⁵.

⁸² ISO: International Organization for Standardization. Para mais informações: <http://www.iso.org/iso/home.htm>

⁸³ NISO: National Information Standards Organization. Para mais informações: <http://www.niso.org>

⁸⁴ Object-Id. Para mais informações: <http://www.object-id.com/about.html>

⁸⁵ ICOM: International Council of Museums. Missão do ICOM. Para mais informações: <http://icom.museum>

Constituído por cerca de 24 mil membros, distribuídos por cerca de 150 países⁸⁶, o ICOM constitui uma instituição de referência no âmbito do Património Cultural, consubstanciada nas inúmeras actividades desenvolvidas, bem como nas parcerias mantidas com organismos congéneres, tais como a UNESCO.

O reconhecimento da complexidade da actividade museológica determinou a criação de grupos de trabalho, nacionais e internacionais. Os comités nacionais constituem o principal instrumento de comunicação entre o secretariado do ICOM e os seus membros; por outro lado, os comités internacionais, cujo principal objectivo é o estudo no domínio de uma determinada tipologia de museu ou colecção, exercem uma actividade fundamental enquanto meio privilegiado de colaboração internacional, permitindo a definição de standards, normas e procedimentos, na óptica de uma sociedade global de informação⁸⁷.

A enumeração de todos os comités internacionais, num total de 30 até à data⁸⁸, não constitui um objectivo no âmbito desta análise, pelo que optamos por salientar o comité que assume um papel determinante no domínio da temática que nos propomos tratar: o CIDOC⁸⁹

Criado em 1950, o CIDOC/ICOM – International Committee for Documentation – concentra a sua actividade no domínio da gestão de documentação museológica, em estreita articulação com as tecnologias da informação, contribuindo para a definição de normas e procedimentos.

Em 1965, na sequência de uma reunião de trabalho realizada em Nova Iorque (e que se mantém até hoje com uma periodicidade anual), foram apresentadas as primeiras recomendações sobre a documentação museológica, nomeadamente no que diz respeito à definição de standards e ao uso de equipamento informático (Roberts A. , CIDOC history - Draft, 2007), o que determinou a criação de um grupo de trabalho especializado nesta problemática: Documentation Working Party. Este grupo de trabalho possuía três áreas distintas de intervenção: a documentação de colecções, através do Documentation of Collections Working Party; a bibliografia museológica, através do International Museological Bibliography Working Party; a terminologia museológica, através do Museological Terminology Working Party, responsável pelo (ICOM, 2007)“Dictionarium Museologicum”.

A importância do trabalho desenvolvido pelo CIDOC não tardou a ser reconhecida, nomeadamente pelo carácter especializado que o caracterizava. Assim, para além das conferências anuais, eram frequentes as reuniões de trabalho, tal como a que teve lugar em

⁸⁶ Informação de carácter institucional disponibilizada online. Para mais informações: <http://icom.museum>

⁸⁷ A título de exemplo, podemos destacar o ICOM AFRIDOC: Handbook for Standards Documenting African Collections, publicado em 1996. Para mais informações: <http://icom.museum/afriidoc>

⁸⁸ Informação de carácter institucional disponibilizada online. Para mais informações: <http://icom.museum>

⁸⁹ CIDOC: International Committee for Museum Documentation. Para mais informações: <http://cidoc.mediahost.org>

Barcelona, em 1976, a qual reuniu um conjunto de especialistas nesta matéria com o objectivo de se trocarem experiências no que diz respeito à utilização das novas tecnologias da informação na gestão do Património Cultural, bem como apresentar uma proposta sobre esta matéria à UNESCO. Na sequência desta reunião, foi desenvolvido o conceito de “category” (Roberts A. , CIDOC history - Draft, 2007), posteriormente adoptado pelo CIDOC’s Documentation Working Party, enquanto informação mínima que deverá estar associada à descrição e caracterização dos objectos museológicos. Entre os investigadores que contribuíram para o desenvolvimento desta metodologia, realçamos Bob Chenhall e Peter Homulus, membros do CHIN⁹⁰. O trabalho apresentado por Chenhall e Homulus em 1978, na Suécia, passou a ser então a base de trabalho na procura de normas de documentação para os museus dentro do CIDOC, bem como em algumas iniciativas de âmbito nacional.

A intensa actividade desenvolvida pelo CIDOC, constituído, em 1980, por 53 membros de 22 países (Roberts A. , CIDOC history - Draft, 2007), bem como a percepção da complexidade das temáticas nas quais pretendia actuar, determinou uma maior especificação dos grupos de trabalho já existentes. Assim, entre 1980 e 1992, foram desenvolvidas duas iniciativas distintas: o Data Standard Working Group⁹¹, um grupo de trabalho que iria analisar e construir as diferentes categorias de informação para colecções de Arte e Arqueologia; e o Data Model Working Group⁹², o grupo de trabalho que teria a responsabilidade de arquitectar um modelo de dados que permitisse o registo da informação das colecções.

Em 1992, no âmbito da conferência internacional do ICOM no Québec, iniciou-se o desenvolvimento de um documento de boas práticas nesta matéria, designado “International Guidelines for Museum Object Information (International Guidelines for Museum Object information. The CIDOC Information Categories, 1995), o documento de referência sobre este assunto a nível internacional⁹³. Em 1995, no contexto de uma conferência do ICOM realizada na Noruega, foi apresentado o CIDOC Relational Data Model (Reed, 1995), resultante do trabalho do Data Model Working Group, e que se torna o documento basilar na construção de sistemas de informação capazes de registar e documentar o Património Cultural. A partir de então, os dois grupos de trabalho inicialmente existentes foram agregados, dando lugar a um único grupo

⁹⁰ CHIN: Canadian Heritage Information Network. “The Canadian Heritage Information Network (CHIN) is a national centre of excellence that provides a visible face to Canada's heritage through the world of networked information. CHIN's vision is to connect Canadians and worldwide audiences to Canada's heritage. Our mission is to promote the development, the presentation and preservation of Canada's digital heritage content for current and future generations of Canadians”.

Para mais informações: http://www.chin.gc.ca/English/About_Chin/index.html

⁹¹ CIDOC. Data Standard Working Group. Para mais informações: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidefor.htm>

⁹² CIDOC. Data Model Working Group. Para mais informações: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidefor.htm>

⁹³ O International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories apresenta uma descrição das categorias utilizadas no âmbito da documentação das colecções museológicas, nomeadamente: a definição das categorias, normas para a inserção da informação e recomendações ao nível da terminologia a utilizar.

de trabalho, denominado Data Standards Working Group / CIDOC Data and Terminology Working Group⁹⁴.

Desde o início da sua actividade, o CIDOC, através do seu grupo de trabalho especializado na gestão da documentação, procurou definir um modelo de dados para museus. Neste contexto, foi concluída, em 1999, a primeira edição do “CRM – CIDOC Conceptual Reference Model⁹⁵”. Nesse mesmo ano, este documento foi apresentado ao ISO – International Standards Organization, com o objectivo de validar este diploma, o que viria a acontecer em 2006, com a criação do standard ISO 21127:2006 International Standards Organization (Information and documentation — A reference ontology for the interchange of Cultural Heritage Information, 2006).

O CIDOC-CRM estabelece “definições e uma estrutura formal para descrever os conceitos implícitos e explícitos e as relações usadas na documentação do Património”⁹⁶. O objectivo principal é criar uma plataforma de entendimento, uma linguagem, sobre sistemas de informação de Património Cultural e Natural, que facilitará a sua concepção implementação e comunicação entre diferentes sistemas de gestão do Património, favorecendo a estruturação da informação existente em cada instituição⁹⁷.

Para além do CIDOC, salientamos ainda, pelo seu contributo para a definição de normas e procedimentos no domínio da gestão das colecções museológicas, o Comité Internacional do ICOM para as Colecções Têxteis / Traje⁹⁸ e o Comité Internacional do ICOM para as Colecções de Instrumentos Musicais⁹⁹.

Para além das instituições já referidas, cujo contributo para o desenvolvimento da gestão documental em Museus é consensual, o exemplo norte-americano não seria plenamente

⁹⁴ A actividade desenvolvida por estes grupos de trabalho tem-se traduzido na elaboração de alguns documentos de referência no domínio da normalização: **International Guidelines for Museum Objects Information: the CIDOC Information Categories; CIDOC International Core Data Standard for Archaeological Sites and Monuments; CIDOC International Core Data Standard for Archaeological and Architectural Heritage; CIDOC International Core Data Standard for Archaeological Objects.**

⁹⁵ CIDOC-CRM: Conceptual Reference Model. Para mais informações: <http://cidoc.ics.forth.gr/index.html>

⁹⁶ CIDOC-CRM: Conceptual Reference Model. Comprehensive Introduction. Para mais informações: <http://cidoc.ics.forth.gr/index.html>

⁹⁷ CIDOC – CRM: “the CRM is not aimed at proposing a complete matching of user documentation structures with the CRM, nor that a user should always implement all CRM concepts and associations; rather it is intended to leave room for all kinds of extensions to capture the richness of cultural information, but also for simplifications for reasons of economy”. Para mais informações: http://cidoc.ics.forth.gr/docs/cidoc_crm_version_4.2.pdf

⁹⁸ The International Committee for Museums and Collections of Costume. Para mais informações: <http://dept.kent.edu/museum/link/icom.html>

⁹⁹ The International Committee of Musical Instruments and Collections. Para mais informações: <http://www.music.ed.ac.uk/euchmi/cimcim/>

testemunhado sem a referência ao MCN – Museum Computer Network¹⁰⁰, uma instituição criada em 1967, e que se destacou na promoção do desenvolvimento de aplicações técnicas, num regime de colaboração interinstitucional (Roberts A. D., Planning the documentation of museum collections, 1995), algo que se mantém inalterado, constituindo, ainda hoje, uma referência no domínio da utilização das tecnologias da informação nas instituições museológicas, promovendo o intercâmbio de experiências entre as instituições e os profissionais dos museus. Este projecto, pioneiro no seu género, surgiu na sequência de um grupo de trabalho existente na Universidade de Nova Iorque – Institute for Computer Research in the Humanities, -, responsável pelo desenvolvimento de aplicações informáticas de gestão documental para a Universidade, como o GRIPHOS – General Retrieval and Information Processor for Humanities Oriented Studies (MCN - Museum Computer Network).

O projecto iniciado pelo MCN, que contou com a colaboração de diversos especialistas e profissionais de museus, desenvolveu uma aplicação informática o mais abrangente possível, independentemente das colecções museológicas, para além de garantir a optimização da gestão da informação. Em 1971, a aplicação informática inicial, aplicada ao Metropolitan Museum, em Nova Iorque, tinha já evoluído para uma nova versão, em rede, integrando várias instituições museológicas numa mesma plataforma.

No início dos anos 80, a utilização de aplicações informáticas nos museus nova-iorquinos estava, de certo modo, vulgarizada. O MoMA – Museum of Modern Art – constitui um dos exemplos mais paradigmáticos nesta matéria, no que concerne à sua organização, funcionamento e metodologias, no domínio das práticas museológicas. Neste contexto, e tendo em conta o objecto da nossa análise, importa destacar o “Departamento de Registo”, responsável “pelo arquivo, catalogação e registo de todas as obras e objectos artísticos que entram e saem do Museu, por diferentes razões, sejam elas parte integrante do espólio do Museu, ou inseridas num processo de empréstimo ou depósito, no âmbito de alguma exposição” (Vela, 1984), e que, desde 1960, realiza a catalogação através de fichas informatizadas.

A colaboração entre profissionais e instituições museológicas conheceu um avanço significativo no início da década de 90, com o desenvolvimento do projecto CIMI – Computer Interchange of Museum Information¹⁰¹, liderado por David Bearman, cujo objectivo consistia no desenvolvimento de standards que permitissem o intercâmbio de informação entre as diversas instituições museológicas, nomeadamente através de uma base de dados comum. Em 1993, esta iniciativa deu lugar a uma organização independente, que publicou o CIMI Standards Framework, um documento orientador sobre normas a cumprir tendo em vista o intercâmbio de

¹⁰⁰ MCN – Museums Computer Network. Para mais informações: <http://www.mcn.edu/>

¹⁰¹ CIMI – Consortium for the Computer Interchange of Museum Information. Para mais informações: <http://www.cni.org/pub/CIMI/intro.html>

informação entre as diversas instituições, nomeadamente, no que diz respeito aos campos a preencher.

Paralelamente, proliferam os programas de financiamento no âmbito do Património Cultural, que contribuem indiscutivelmente para o incremento das iniciativas neste domínio. A título de exemplo, destacamos o Electronic Frontier Foundation¹⁰² e o NINCH – National Initiative for a Networked Cultural Heritage¹⁰³.

A experiência desenvolvida por todas estas instituições no âmbito destes projectos propiciou o desenvolvimento de alguns projectos em parceria, com resultados francamente positivos, nomeadamenteo AITF - Art Information Task Force¹⁰⁴, um projecto liderado pelo AHIP – Getty Art History Information Program e pelo National Endowment for the Humanities, uma iniciativa que conta com a colaboração de três dos organismos norte-americanos mais influentes neste domínio: o MCN – Museum Computer Network, o VRA – Virtual Resources Association¹⁰⁵, e o ARLIS/NA – Art Libraries Society of North America¹⁰⁶, com o intuito de serem desenvolvidos standards no domínio da descrição de objectos artísticos que permitissem o intercâmbio de informação.

3.2 Canadá

O exemplo canadiano nesta matéria remonta a 1972, através do Canada National Inventory Programme¹⁰⁷. Em 1972, o National Museum Policy propôs a criação de um inventário, no domínio das colecções culturais e científicas, a levar a cabo pelas instituições públicas do país. Com esta iniciativa, o NIP tinha por objectivo criar um sistema de inventário informatizado, capaz de facilitar a partilha de informação relativa às colecções, favorecer a investigação e contribuir para o desenvolvimento de standards de gestão de informação e tecnologias, bem como, em última instância, sensibilizar a comunidade museológica para estas questões. Paralelamente, o agora designado CHIN – Canadian Heritage Information Network - contribui para o estabelecimento de standards, promovendo a consistência da documentação

¹⁰² Electronic Frontier Foundation. Para mais informações: www.eff.org

¹⁰³ NINCH – National Initiative for a Networked Cultural Heritage. Para mais informações: www.ninch.org

¹⁰⁴ AITF. Art Information Task Force. Para mais informações: <http://library.wustl.edu/~listmgr/imagelib/Oct1994/0003.html>

¹⁰⁵ O VRA – Visual Resources Association - é o organismo responsável pelo desenvolvimento do CCO: Cataloguing Cultural Objects, um documento que apresenta normas para a “selecção, ordenação e formatação da informação”. Em 2007, foi apresentado o VRA Core 4.0, um standard de documentação no domínio do Património Cultural. Para mais informações: <http://www.vraweb.org/>

¹⁰⁶ ARLIS / NA – Art Libraries Society of North America. Para mais informações: <http://www.arlisna.org>

¹⁰⁷ O National Inventory Programme (NIP) foi criado em 1970. Para mais informações: http://www.chin.gc.ca/English/About_Chin/chin_1972.html

museológica, não só do ponto de vista nacional, mas também a nível internacional, destacando-se a sua colaboração com organismos de referência, nomeadamente: o CIMI – Consortium for the Computer Interchange of Museum Information, e o ICOM / CIDOC – International Committee for Documentation of the International Council of Museums.

O CHIN Data Dictionaries é utilizado pelos museus canadianos desde os anos 70 do século XX, constituindo uma referência incontornável neste domínio, pelo seu contributo para a definição de sistemas de gestão de colecções. Sublinhamos, ainda, o facto desta norma estar desenvolvida de acordo com o SPECTRUM e o CIDOC Guidelines for Museum Objects Information.

No que diz respeito ao continente europeu, os exemplos de projectos no domínio do Património Cultural são diversificados, alguns com uma incidência local e nacional, outros com uma abrangência mais global, uma tendência que se tem vindo a acentuar, tendo em conta as parcerias promovidas por projectos como o Cultura 2000¹⁰⁸. No entanto, o reconhecimento do Património Cultural como um bem comum, garante de uma identidade europeia colectiva, remonta à década de 40 do século XX. Efectivamente, em 1949, foi criado o Conselho da Europa¹⁰⁹, uma organização política representativa de 25 países europeus. Entre os seus desígnios, sublinhamos a promoção do Património Cultural, consubstanciado no comité com o mesmo nome, cujo objectivo consistia em “fazer conhecer melhor os patrimónios culturais respectivos e provocar uma tomada de consciência dos valores comuns que a isso estão ligados a fim de favorecer a compreensão mútua e criar um sentimento de pertença e de identidade europeia comum”¹¹⁰.

3.3 Holanda

Neste contexto, começam a surgir algumas iniciativas que, inicialmente, tinham um alcance muito reduzido, mas que, rapidamente, assumiram uma preponderância tal que justificou, inclusivé, a sua internacionalização, tal como aconteceu com o ICONCLASS – Iconographic Classification¹¹¹. Concebido inicialmente nos anos 50, em Leiden, nos Países Baixos, a primeira versão do ICONCLASS foi concluída nos finais dos anos 70, por um grupo

¹⁰⁸ Programa Cultura 2000. Para mais informações: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29006.htm>

¹⁰⁹ Conselho da Europa. Para mais informações: <http://www.coe.int/DefaultEN.asp>

¹¹⁰ Conselho da Europa – Património Cultural. Para mais informações: <http://www.coe.int/DefaultEN.asp>

¹¹¹ ICONCLASS – Iconographic Classification. A base de dados é constituída pelas seguintes categorias: Religião e Magia; Natureza; Seres Humanos, Homem em geral; Sociedade, Civilização e Cultura; Ideias abstractas e conceitos; História, Bíblica; Literatura; Mitologia Clássica e História Antiga. Para mais informações: <http://www.iconclass.nl>

de investigadores da Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, tendo sido apresentadas várias versões desde então. O ICONCLASS, sistema de classificação iconográfica, organizado hierarquicamente, constitui uma linguagem documental utilizada em diversas bases de bases, europeias e americanas, contribuindo para a definição de um sistema normalizado de classificação e descrição de objectos e imagens, facilitando o acesso à informação.

A título de exemplo, no que diz respeito à adopção do ICONCLASS por outras instituições que não holandesas, podemos referir o projecto “DISKUS – Digitales Informations – System fur Kunst und Sozialgeschichte”¹¹², uma iniciativa conjunta de diversas entidades alemãs de carácter cultural (museus, arquivos, monumentos), cujo objectivo é o inventário do património cultural alemão (Torres, 2002, p. 309).

3.4 França

Também em França, na década de 70, a exemplo do que se verificou noutros países europeus, assistimos a algumas iniciativas no domínio do Património Cultural, dinamizadas pelo Ministério da Cultura Francês, responsável pela preservação e divulgação do Património Cultural, tangível e intangível, gaulês. Tendo em conta as suas competências no domínio do Património, nomeadamente através da Direcção dos Museus Franceses, o organismo promoveu um conjunto de projectos em que as novas tecnologias da informação assumem um papel preponderante, contribuindo para a difusão e democratização da diversidade cultural¹¹³.

No entanto, uma análise detalhada desta questão obriga-nos a recuar até 1964, altura em que André Malraux, Ministro da Cultura de então, determinou a organização de um inventário geral do Património Cultural francês, “o inventário geral dos monumentos históricos e das riquezas artísticas de França” (*André Malraux et l’inventaire général*, 2007). Segundo Malraux, o inventário dos monumentos e das riquezas artísticas de França iria ser desenvolvido “num contexto de investigação científica, excluindo todas as preocupações de carácter administrativo ou fiscal, com o objectivo de inventariar, estudar e divulgar todas as obras que, pelo seu carácter artístico, histórico ou arqueológico, constituem um elemento do Património Nacional” (*André Malraux et l’inventaire général*, 2007). Aquilo que se nos assemelha, à partida, como um mero inventário do Património, apresenta, na sua organização, uma maior complexidade que importa destacar. A criação de um Secretariado Geral do Inventário, de uma Comissão Nacional e de duas Comissões Regionais (Alsácia e Bretanha) são exemplo disso.

¹¹² DISKUS – Digitales Informations – System fur Kunst und Sozialgeschichte. Para mais informações: http://www.fotomaburg.de/projects/diskus-network?set_language=en

¹¹³ Ministère de la Culture. Para mais informações: <http://www.culture.fr>

Nos anos 80 do século XX, o trabalho desenvolvido ao longo de duas décadas é disponibilizado, em bases de dados, não só aos profissionais do Património, mas também ao público em geral. Em 1975, é criada a Joconde¹¹⁴, um catálogo colectivo das colecções dos museus franceses; em 1978, é criada a Mérimée¹¹⁵, especializada em arquitectura; em 1989, é criada a Palissy¹¹⁶, especializada em mobiliário; em 1995, a Mémoire¹¹⁷, especializada em documentos gráficos e fotográficos; em 1997, a Archidoc¹¹⁸, especializada em bibliografia sobre o património arquitectónico dos séculos XIX e XX; em 2000, o Thesaurus¹¹⁹, um conjunto organizado de 1135 termos atribuídos a designações de obras arquitectónicas e 2529 designações de peças de mobiliário, contribuindo para uma melhor gestão das bases de dados Merimée e Palissy, entre outras.

As metodologias utilizadas na gestão do Património Cultural Móvel foram sendo progressivamente aplicadas a outros bens patrimoniais, nomeadamente aos Jardins Históricos. Após a definição do Jardim enquanto bem patrimonial, na sequência dos Simpósios Internacionais de Fontainebleau (First International Symposium on Protection and Restoration of Historic Gardens, 1971) e Granada (Second International Symposium on Protection and Restoration of Historic Gardens, 1973), juntamente com a Carta de Florença (The Florence Charter (Historic Gardens and Landscapes), 1981), a abordagem desta questão tornou-se inevitável. Assim, na década de 80 do século XX foi colocada em prática a “Política dos Parques e Jardins de Interesse Paisagístico, Histórico e Botânico”, tendo sido desenvolvidas bases de dados para a elaboração de um inventário especializado, a exemplo do Inventory of Parks and Gardens of Historic Interest, desenvolvido na Grã-Bretanha.

A partir dos anos 90, uma matéria que até então se restringia ao foro interno da política cultural francesa, assume um novo enquadramento, ao qual não será alheio, certamente, o papel desempenhado pelo Conselho da Europa. Assim, em 1992, e sob recomendação deste organismo, foi elaborada a “ficha mínima europeia” para o inventário arquitectónico, o reconhecimento inequívoco da necessidade de “garantir uma unidade científica e de

¹¹⁴ JOCONDE – Catalogue des Collections des Musées de France. Segundo N. Croft, a base de dados Joconde, em 2004, era constituída por 136 mil registos; 23 mil imagens; 35 mil registos de indivíduos e locais. Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/pres.htm>

¹¹⁵ Mérimée – Architecture et Patrimoine. Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine>

¹¹⁶ Palissy – Mobilière. Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine>

¹¹⁷ Mémoire – Documentos Gráficos e Fotográficos. Para mais informações: http://www.mediatheque-patrimoine.culture.gouv.fr/fr/archives_photo/aide/aide_memoire_objets.html

¹¹⁸ Archidoc – Bibliografia sobre Património Arquitectónico. Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/presenta/bddinv.htm>

¹¹⁹ O Thesaurus de arquitectura foi desenvolvido tendo em conta algumas referências internacionais, nomeadamente: The Art and Architecture Thesaurus; The Royal Commission on the Historical Monuments of England; os descritores do Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione. Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/presenta/bddinv.htm>

normalização dos dados (...) fiável, perene, comparável e actualizada” (*André Malraux et l’inventaire général*, 2007).

Para além destes projectos, cuja importância é inquestionável, tendo em conta a sua complexidade, especificidade e grau de incidência, não podemos deixar de referir algumas iniciativas, de carácter institucional, mas cujos benefícios são consensuais. Referimo-nos, neste contexto, ao desenvolvimento de bases de dados em contexto museológico que, mesmo não tendo grandes ambições em termos de utilização interinstitucional, constituem um grande contributo para a gestão das colecções museológicas. A título de exemplo, a informatização das colecções egípcias do Museu do Louvre (Ziegler, 1995), datada de 1975 e que, já nessa altura, constituiu um instrumento de investigação e conhecimento únicos no mundo. Tendo em conta a importância e dimensão da colecção egípcia do Museu, o que dificultava a gestão do inventário manual, segundo métodos tradicionais, a adopção de um sistema de gestão informatizado constituía uma prioridade. Assim, em 1975, foi criada a base de dados Pharaon, constituída por cerca de 37 mil objectos, numa manifesta vontade do Ministério da Cultura francófono de proteger o Património Cultural mediante a catalogação e estudo das obras de arte de carácter artístico, arqueológico e etnológico. A criação de um Departamento de Informática, bem como o reconhecimento da importância da difusão da informação, levou à implementação de um projecto que não se resumia apenas às colecções do Antigo Egipto, mas que pretendia desenvolver uma base de dados que englobasse o espólio do Museu por inteiro. Nesse contexto, na década de 90, surgiu a base de dados MISTRAL. Para além destas, destacamos, ainda, no Museu do Louvre, a base de dados ATLAS¹²⁰, constituída por cerca de 30000 objectos; o Inventário do Departamento de Artes Gráficas¹²¹; o Catálogo Lafayette¹²²; para além do Louvre, a base de dados do Centre Pompidou – Colecção Nacional de Arte Moderna¹²³; a base de dados do Museu da Música¹²⁴. Importa sublinhar, neste caso específico, a dupla funcionalidade destas aplicações: por um lado, do ponto de vista do profissional do museu; por outro lado, do ponto de vista do utilizador comum.

O contributo francês é igualmente meritório no domínio de diversas iniciativas desenvolvidas com o intuito de estabelecer uma plataforma comum de gestão e divulgação de colecções museológicas, consubstanciadas em alguns projectos, nomeadamente: a Agence Photographique de la Réunion des Musées Nationaux¹²⁵, um catálogo digital constituído por

¹²⁰ ATLAS – Base de donées du Musée du Louvre. Para mais informações: <http://cartelfr.louvre.fr>

¹²¹ Inventário do Departamento de Artes Gráficas. Para mais informações: <http://arts-graphiques.louvre.fr/fo/visite?srv=home>

¹²² Catálogo Lafayette – Catálogo de artistas norte-americanos, integrados em colecções francesas. Para mais informações: <http://musee.louvre.fr/bases/lafayette/?lng=0>

¹²³ Centre Pompidou – Centre Pompidou - Collection du Musée National d'Art Moderne. Para mais informações: <http://collection.centrepompidou.fr/Navigart/index.php?db=minter&q=1>

¹²⁴ Cité de la Musique. Para mais informações: <http://www.cite-musique.fr/francais/musee/collections.html>

¹²⁵ Agence Photographique de la Réunion des Musées Nationaux. Para mais informações: <http://www.culture.fr/>

mais de 200 mil imagens de colecções museológicas francesas; a colecção “Les grands sites archéologiques”¹²⁶, uma aplicação multimédia sobre sítios arqueológicos, franceses e estrangeiros; o catálogo “Patrimoine Numérique”¹²⁷, constituído por cerca de 1000 colecções e respectivas aplicações multimédia; o projecto Videomuseum¹²⁸, um projecto que reúne museus e outras instituições com colecções de arte moderna e contemporânea com o objectivo de divulgar a arte moderna e contemporânea.

No que diz respeito ao panorama legislativo, salientamos a lei nº 2002-5 de 4 de Janeiro de 2002¹²⁹, relativa aos Museus de França, a qual estabelece algumas normas no que diz respeito aos museus de franceses, nomeadamente no que concerne ao inventário, garantindo a sua normalização. A intervenção do Estado reflecte-se também no Programa Nacional de Numeração¹³⁰ do Património Cultural dinamizado pelo Ministério da Cultura e da Comunicação¹³¹, que inclui, não só o Património Cultural pertencente ao Estado, como também o espólio pertencente a colectividades territoriais, associações ou fundações, permitindo, por um lado, a preservação da informação, e, por outro lado, a sua disponibilização aos diferentes públicos, num formato electrónico. Neste contexto, e apesar de não constituir um diploma de carácter legislativo, consideramos relevante destacar um documento preconizado pela Direcção dos Museus de França / Ministério da Cultura e da Comunicação, no domínio da realização de inventários informatizados: “Méthode d’inventaire informatique des objets beaux-arts et arts décoratifs” (Introduction à la méthode d’inventaire documentaire informatisé, 2005).

3.5 Espanha

O exemplo espanhol constitui um caso singular no que diz respeito à gestão do Património Cultural, mesmo tendo em conta alguma semelhança com a política cultural francesa, no que concerne a uma gestão descentralizada do Património. De facto, o modelo adoptado em Espanha reflecte as autonomias administrativas¹³² que compõem este

¹²⁶ Les grands sites archéologiques .Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/culture/arnat/fr/>

¹²⁷ Patrimoine Numérique - catalogue des collections numérisées .Para mais informações: <http://www.numerique.culture.fr/mpf/pub-fr/index.html>

¹²⁸ Iniciado em 1991, contava, em 2003, com cerca de 50 colecções de arte moderna e contemporânea, representadas numa base de dados constituída por cerca de 200 mil obras e 85 mil imagens. Para mais informações: www.videomuseum.fr

¹²⁹ Para mais informações: <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/partenaires/AIDEMUSEES/methode.htm>

¹³⁰ Segundo o “Dictionnaire Encyclopédique de l’information et de la documentation”, o processo de numeração é definido como “um processo electrónico de produção de símbolos electrónicos numéricos, a partir de um documento ou de um objecto físico.”

¹³¹ O Plano de Numeração dos fundos iconográficos, sonoros e audiovisuais pertencentes ao Estado foi iniciado em 1996, tendo sido alargado aos fundos pertencentes a colectividades locais em 2000.

¹³² A Constituição Espanhola de 1978 determina a distribuição territorial do estado espanhol, distribuído por 17 Comunidades Autónomas e duas Cidades Autónomas. Esta realidade proporcionou um processo de descentralização que, no que diz respeito aos

estado europeu, o que não inviabiliza a existência de um organismo central – o Ministério da Cultura –, cujos objectivos essenciais consistem no reconhecimento da diversidade cultural; no fortalecimento da cooperação e no reconhecimento da cultura enquanto instrumento de desenvolvimento económico e de coesão social¹³³.

A problemática da documentação museológica em Espanha verifica-se no início do século, em 1901 (Cano J. M., 1999), com o Regulamento Geral dos Museus regidos pelo Corpo Facultativo de Arquivistas, Bibliotecários e Arqueólogos. Segundo este diploma, os Museus (num total de 14, nesta altura), eram obrigados a elaborar três documentos distintos: o Inventário Geral, o Catálogo Sistemático e o Catálogo Monográfico, para além de um livro de registo de entrada de objectos por compra ou doação, e um livro de registo de objectos em depósito. Alguns anos mais tarde, em 1942, uma Ordem Ministerial do Ministério da Educação Nacional / Direcção Geral de Belas Artes, especifica algumas das instruções já conhecidas, através das “Instruções para a Formação e Redacção do Inventário Geral, Catálogos e Registos”. No contexto da gestão documental, e tendo em conta o período cronológico em que se situa, desprovido de legislação sobre esta matéria, esta iniciativa afigura-se de particular importância, não só do ponto de vista da gestão interna das instituições, mas também pelo contributo para o conhecimento global do Património Arqueológico, na medida em que instituiu a obrigatoriedade da entrega de uma cópia da documentação ao Ministério da Cultura.

Neste contexto, consideramos oportuno tecer algumas considerações sobre a utilização, em Espanha, dos termos “inventário” e “catálogo”, os quais apresentam algumas diferenças. Até 1985, o “Catálogo” consistia numa relação de bens do Património, documentados pormenorizadamente, e declarados de interesse histórico-artístico, mediante Real Decreto; por outro lado, o “Inventário” consistia numa relação de todos os bens que constituíam o Património Cultural do país (Pereda, 2007). A inclusão dos bens patrimoniais não pressupõe qualquer protecção jurídica (ao contrário dos bens patrimoniais incluídos no Catálogo, os quais possuíam protecção estatal), assumindo, apenas uma função informativa. Após a lei de 1985, o inventário significa, sobretudo “Protecção”.

A partir de 1985, a Lei do Património Histórico Espanhol¹³⁴, que defendia a delegação de competências dos museus de titularidade estatal e do Sistema Espanhol de Museus, o

museus, levou à transferência da gestão de 59 museus para as Comunidades Autónomas, mantendo o Estado as suas competências apenas no domínio dos edifícios e dos espólios destes museus (García J. M., 2005). Esta situação despoleta uma dialéctica de responsabilidades entre a administração titular e a administração gestora.

¹³³ Linhas de actuação do Ministério da Cultura Espanhol. Para mais informações: <http://www.mcu.es/lineasActuacion/LineasActuacion.html>

¹³⁴ A Lei de Protecção de Património Histórico (1985) considera que “íntegram o Património Histórico os imóveis e outros móveis de interesse artístico, histórico, paleontológico, arqueológico, etnográfico, científico ou técnico. Também formam parte do mesmo o Património Documental, bibliográfico, os achamentos e zonas arqueológicas, assim como os sítios culturais, jardins e parques que possuem valores artísticos ou antropológicos”.

tratamento dos fundos documentais ficou reduzido a três livros: o Livro da Colecção do Museu; o Livro das Peças em Depósito, pertencentes à Administração Central; o Livro de outros Depósitos. Para além disso, ficou igualmente estipulada a existência de um registo de inventário, com o objectivo de identificar pormenorizadamente todo o espólio museológico, e um registo de catálogo, com o objectivo de documentar e estudar os fundos museológicos, relativamente ao seu meio artístico, histórico, arqueológico, científico e técnico.

No contexto do que se verificava em diversos países europeus, também em Espanha, na década de 60, assistimos ao início de várias iniciativas com o objectivo de inventariar o Património Cultural Nacional (Garcia, 1986). Com o objectivo de formalizar o Inventário Geral, foi criado, em 1961, o Serviço Nacional de Informação Artística, Arqueológica e Etnológica, dependente da Direcção Geral de Belas Artes, do Ministério da Educação, estruturado por Decreto de 3 de Dezembro de 1964 (Pereda, 2007).

Em 1966, foram realizados vários inventários artísticos do património cultural espanhol, em colaboração com os Departamentos de Arte de Universidades espanholas; entre 1979¹³⁵ e 1982, foi realizado o inventário do Património Arquitectónico Espanhol de carácter histórico-artístico, integrando, actualmente, o projecto PIC – Puntos de Información Cultural del Ministerio de Cultura.

No que concerne aos museus, o estado espanhol criou a Red de Museos Estatales que, entre outros objectivos, pretende reestruturar o panorama museológico nacional, dotando os museus dos recursos necessários ao seu bom funcionamento, de acordo com o Plano Estratégico da Rede dos Museus Estatais (Plan Estratégico de la Red de Museos Estatales (2004-2008), 2004).

O mosaico cultural que caracteriza o território espanhol, dividido em 19 regiões autonómicas reflecte-se, de forma incontornável, na gestão do Património de Espanha (Zoreda, A propósito del sistema de documentación para museos, 1983), uma situação para a qual a Constituição Espanhola de 1978 contribuiu de forma determinante. Efectivamente, este documento previa a transferência de alguns museus de titularidade estatal para a competência das comunidades autonómicas, as quais foram assumindo estas competências através de convénios e da aprovação de estatutos. Assim, constatamos a existência de diversas instituições, de carácter local, que complementam a actividade preconizada pelo organismo central – o Ministério da Cultura. Para além disso, as comunidades autónomas elaboram uma legislação própria, no domínio dos Museus e do Património Cultural, reconhecendo, neste contexto, o conceito de “sistema de museus” (Torres, 2002, p. 310), na gestão e administração destas instituições, o que pressupõe uma coordenação efectiva entre as diversas instituições

¹³⁵ Em 1979, foi desenvolvida a primeira ficha de inventário com o objectivo de ser processada informaticamente (Pereda, 2007).

museológicas, no que diz respeito à política de actuação, intercâmbio de recursos, normalização, etc. A título de exemplo, podemos citar a Red de Museos de Extremadura¹³⁶, a Red de Museos Etnográficos de Astúrias¹³⁷, a Red de Museos de Navarra¹³⁸ e o Consello Galego de Museos¹³⁹

A utilização das tecnologias da informação nos museus espanhóis verifica-se no início dos anos 90, altura em que a Subdirección General de Informatica del Ministerio de Cultura desenvolveu o projecto “IBIM-SIGME – Inventário Básico Informatizado de Museos / Sistema Integrado de Gestión de Museos Españoles” (Torres, 2002), com o objectivo de dotar a gestão das instituições museológicas de novas funcionalidades, mas sem grandes resultados. No entanto, esta iniciativa constituiu uma primeira abordagem que, algum tempo depois, deu origem ao “Proyecto de Normalización Documental: elementos para una aplicación informática de gestión museográfica”, em 1996, dirigido por Andrés Carretero (Torres, 2002), cujos objectivos fundamentais incidiam sobre os fundos museográficos, documentais, bibliográficos e administrativos. Este projecto traduziu-se no desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão museológica, denominada “Domus – Documentación Museológica”, que contempla o “controlo da informação sobre os fundos museográficos e documentais do museu, como os processos de ingresso e de gestão de que os objectos são alvo, permitindo também a automatização de alguns elementos como a atribuição de números de inventário, a geração de actas, listas, e formulários diversos (...) ocupando-se, igualmente, da gestão administrativa da instituição” (Perez A. C., El proyecto de normalización documental de museos: reflexiones e perspectivas, 2001a). No contexto da utilização desta aplicação informática em diversas instituições museológicas, foi dado particular destaque à regulamentação da terminologia utilizada para designar, descrever e classificar os bens culturais, essencial ao intercâmbio eficaz da informação. Assim, e paralelamente à Comissão de Normalização Documental¹⁴⁰, foram constituídos diversos grupos de trabalho especializados em diversas temáticas: os chamados “Grupos de Vocabulários Técnicos¹⁴¹”.

¹³⁶ Red de Museos de Extremadura. Para mais informações: <http://www.museosextramadura.com/>

¹³⁷ Red de Museos Etnográficos de Astúrias. Para mais informações: <http://www.redmeda.com/>

¹³⁸ Red de Museos de Navarra. Para mais informações: http://www.navarra.es/home_es/Temas/Turismo+ocio+y+cultura/Museos

¹³⁹ Consello Galego de Museos. Para mais informações: <http://www.cgmuseos.org/>

¹⁴⁰ A Comissão de Normalização Documental foi constituída em 25 de Outubro de 1994, por um Resolução da Direcção Geral de Belas Artes, com o objectivo de definir e unificar os processos documentais museológicos e administrativos, a normalização de terminologias e o desenvolvimento de aplicação informática. Na sequência desta iniciativa, foi desenvolvida uma “campanha de catalogação” (Yañez, 2004), tendo sido apurados os seguintes resultados em Fevereiro de 2007: em 2002, foram importados 238.000 registos de objectos inventariados; em Janeiro de 2004, existiam 377.654 registos; em Outubro de 2006, 471. 474 (Alquézar, Carrasco, & Fontes, 2007).

¹⁴¹ Inicialmente, foram constituídos grupos especializados nas seguintes temáticas: Artes Gráficas, Numismática, Cerâmica, Mobiliário, Escultura, Têxteis, Metais e Vidro.

No domínio da aplicação das novas tecnologias na gestão documental museológica, e entre vários exemplos possíveis, salientamos o Museu Nacional de Arqueologia¹⁴². Para além dos projectos no domínio da informatização das colecções museológicas – o DOMUS -, o Museu Nacional de Arqueologia desenvolveu um projecto de digitalização dos documentos existentes na biblioteca da instituição, de modo a facilitar o acesso à informação, não só do ponto de vista de gestão interna, mas também na óptica do utilizador/ investigador, contribuindo também para a manutenção da integridade física das colecções museológicas – o projecto DIDO – Plano de Digitalização de Documentos (Prado, 1999). Apesar de não constituir um exemplo isolado, não podemos deixar de reconhecer o seu carácter inovador, no domínio dos museus e das colecções arqueológicas, nomeadamente no que diz respeito à difusão da informação através de canais especializados, nacionais e internacionais.

O Museu Nacional de Arqueologia de Espanha integrou ainda um projecto internacional designado “Champollion – Cultural Heritage and Multilingual Program of Long Standing Legacy in Open Network”, resultante da colaboração entre dez museus de diferentes países europeus com colecções egípcias (Díez, 2005). Esta iniciativa permitiu o desenvolvimento de um Tesouro Multilíngue de Egiptologia¹⁴³, uma base de dados especializada – IEDS – Integrated Egyptological Database System¹⁴⁴, e um programa para gestão de textos hieroglíficos – o GLYPH¹⁴⁵. Para além do contributo do ponto de vista da divulgação do conhecimento sobre a cultura egípcia, parece-nos particularmente relevante o facto desta iniciativa estar sustentada numa estreita colaboração entre profissionais de diversas instituições culturais, o que permitiu desenvolver uma terminologia normalizada, com critérios unificados, permitindo o intercâmbio da informação.

Para além deste projecto, impulsionado pela Administração Central, destacamos também algumas iniciativas desenvolvidas nas diversas regiões autónomas, no domínio da informação e da documentação. De entre os exemplos mais significativos, destacamos o exemplo catalão. Em 1992, foi disponibilizado, em alguns museus da Catalunha, um software de gestão de colecções museológicas e documentação – o DAC – Documentación Asistida de las Colecciones (Monserrat, 1995), elaborado pelo Servicio y El Centro Gestor de Museos del Ayuntamiento de Barcelona, que rapidamente se difundiu pelos restantes museus desta região autónoma, juntamente com o manual de “Normas de Documentación”, reunindo-se, assim, as condições necessárias para a constituição de uma base de dados única sobre o Património Móvel da Catalunha.

¹⁴² O Museo Nacional de Arqueologia constitui um dos primeiros museus espanhóis a iniciar o processo de informatização, em 1990, no âmbito do projecto concedido pela CICYT – Informatización de Museos.

¹⁴³ Multilingual Egyptological Thesaurus. Para mais informações: <http://www.ccer.nl/>

¹⁴⁴ IEDS – Integrated Egyptological Database System. Para mais informações: <http://www.ccer.nl/article28.html>

¹⁴⁵ GLYPH - Para mais informações: <http://www.ccer.nl/article49.html>

Para além do exemplo catalão, consideramos merecedoras de particular destaque as iniciativas desenvolvidas na Andaluzia. De facto, no que diz respeito à gestão do Património Cultural, a administração andaluza tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas dignas de registo, nomeadamente através da elaboração de inventários diversificados: por um lado, o inventário de acordo com a tipologia de bens, como por exemplo o inventário de achados arqueológicos¹⁴⁶ e o inventário do património etnográfico; por outro lado, o inventário de uma determinada categoria, como por exemplo o inventário do Património Industrial, o Inventário de Conjuntos Históricos, o Inventário de Cemitérios ou o Inventário de Jardins Históricos (Cabrera, 1999).

A lei 2/1984, de 9 de Janeiro (Jané, 2001) institui um Sistema Andaluz de Museos, ou seja “uma rede de museus andaluzes com uma unidade de gestão ao serviço da comunidade”. Deste modo, a Andaluzia assume-se como a primeira Comunidade Autónoma espanhola a abordar, de forma legal, a planificação e coordenação dos seus museus, de que o Instituto Andaluz del Património Histórico constitui o exemplo mais significativo. Neste contexto, em 1993, surgiu a primeira iniciativa no domínio da informatização dos museus andaluzes, com o projecto ODISEUS, com o objectivo de uma integração, a breve prazo, no SIPHA – Sistema de Información del Património Histórico de Andaluzia, constituído por várias bases de dados no âmbito do Património Cultural da Região¹⁴⁷. Este projecto foi implementado, inicialmente, no Museo de Artes y Costumbres Populares de Sevilha (1994), tendo sido depois adoptado por outros museus da região.

O SIPHA – Sistema de Informacion del Patrimonio Historico de Andalucia, um projecto de referência no domínio da gestão do Património Cultural espanhol, tem por objectivos “investigar e sistematizar a informação relacionada com o Património Histórico, transmitir a informação a diferentes utilizadores e integrar diferentes organismos e instituições produtoras de informação” (Cruz, Hacia un sistema integrado del Património Histórico de Andalucia: la base de datos del Património Inmueble, 2001). Depois de sistematizada a informação relacionada com o Património Histórico da região andaluz, foram desenvolvidas diferentes bases de dados, sectoriais¹⁴⁸. Paralelamente, foi desenvolvido o sistema de georeferenciação do

¹⁴⁶ Entre 1996 e 1997, o Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico procedeu à sistematização, normalização e informatização do inventário de Achados Arqueológicos da Andalucia, utilizando para tal a aplicação informática ARQUEOS. Posteriormente, esta aplicação foi instalada na Unidade de Informação da Dirección General de Bienes Culturales, (Cacho, Quincoces, & Iglesias, 2000).

¹⁴⁷ O Instituto Andaluz de Património Histórico está a coordenar, conjuntamente com a Dirección General de Bienes Culturales, o projecto “Mosaico”, cujo objectivo é o desenvolvimento de um “Sistema de Gestão de Bens Culturais”, capaz de integrar a informação do património cultural com a gestão informatizada das actividades administrativas aí desenvolvidas (Sanchez, La catalogación del Património Cultural: conceptos generales, 2007).

¹⁴⁸ Bases de dados de Património Arquitectónico – SIBIA; Base de dados do Património Arqueológico – DatARQUEOS; Base de dados do Património Etnológico – ETNO; Base de Dados do Património Móvel - Catálogo, Conjuntos Históricos, Cidades Históricas, Jardins Históricos, etc. No que diz respeito à Base de Dados do Património Móvel, esta surge na sequência da Disposição Transitória Quinta da Lei 16/1985 de 25 de Junho, do Património Histórico Espanhol, que estabelecia um prazo de dez

Património Histórico, bem como um Tesouro. A partir de 1995, inicia-se um processo de divulgação da informação para o público em geral através do desenvolvimento de uma Rede de Informação do Património Histórico, um sistema integrado de informação cujo objectivo se traduz na integração dos diferentes núcleos de informação, nomeadamente a gestão patrimonial, a informação relacionada com o Património Histórico, a informação territorial e a informação documental.

Entre todas as iniciativas promovidas pelo Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico de la Junta de Andalucía, o Tesouro do Património Histórico Andaluz constitui um dos projectos mais ambiciosos, cujo objectivo consiste no desenvolvimento de “um instrumentos capaz de controlar, integrar e estruturar, num único tesouro, o extenso vocabulário proveniente das diferentes bases de dados que constituem o Sistema de Informação do Património Histórico Andaluz e, sobretudo, porque essencial, servir de suporte de indexação e recuperação documental, não só para a instituição que o desenvolve, mas também para todas as instituições, autonómicas e nacionais, que, de algum modo, actuem no domínio da gestão do património histórico e artístico”. (Hernandez M. A., 2000).

Neste contexto, destacamos ainda o exemplo da Galiza, onde um decreto de 1986 incluía nas funções das instituições museológicas a documentação¹⁴⁹.

Na Galiza, é possível identificar algumas iniciativas no domínio da gestão do Património Cultural, apesar de numa fase muito embrionária. No início da década de 90¹⁵⁰, alguns autores propuseram a criação de um Sistema Galego de Museus, “uma realidade estrutural e funcional que, mediante formulações jurídicas e mecanismos administrativos, regule a integração de todos os museus da Galiza num programa de vínculos e relações que dote o país de um serviço operativo e dinâmico para construção de uma moderna oferta museológica” (Rodríguez, 1990)¹⁵¹. A título de exemplo, destacamos a base de dados POTES, desenvolvida

anos, desde o momento da sua entrada em vigor, para determinar os bens móveis integrantes do Património Histórico Espanhol na posse de instituições eclesiais. (Montiel, 1995). Actualmente, existe uma Base de Dados de Bens Móveis – INBI: Inventário de Bens Móveis do Património Histórico Espanhol – promovida pela Secretaria de Estado da Cultura / Ministério da Educação, Cultura e Desporto, a qual integra informação de bens móveis inventariados e de bens declarados de Interesse Cultural (Díaz, 2000). Existem ainda bases de dados temáticas, relacionadas com os Sistemas Documentais, constituída pela base de dados Bibliográfica, que contém os dados relativos aos livros e revistas que possuem alguma referência aos bens existentes no SIPHA; a base de dados Gráfica, que contém as imagens que documentam os bens existentes no SIPHA; a base de dados Documental, que possui todos os documentos de carácter oficial ou administrativo relacionados com os objectos existentes no SIPHA.

¹⁴⁹ O Decreto 314/1986, de 16 de Outubro, regulamenta o sistema público de museus da Comunidade Autónoma da Galiza.

¹⁵⁰ Em 1994, são publicadas as “Normas para la cumplimentación de la ficha de inventario”, publicadas pela Conselleria de Cultura, concluindo-se, assim, a primeira etapa para a constituição do IPMMG – Inventario del Patrimonio Mueble de los Museos Galegos, iniciado em 1989 (NISTAL, 1995-1996).

¹⁵¹ Em meados da década de 90, o Libro Blanco de la Cultura, apresentado pela Conselleria Galega, apresentava como objectivo a concretizar no domínio das instituições museológicas da Comunidade, a “dotação de um sistema apropriado de documentação (...) para a informatização dos fundos de todos os museus galegos (...) contando com a unificação prévia dos inventários” (NISTAL,

com objectivo de otimizar a gestão do material arqueológico proveniente de escavações arqueológicas da região (Fernandez, Perez, & Martinez, 1995).

Julgamos, igualmente, relevante, o projecto desenvolvido pela Generalitat Valenciana, através do Sistema Valenciano de Inventários (Generalitat Valenciana. Área de Património Cultural).

Finalmente, destacamos o “Sistema de Información Documental en Red de Asturias”.

3.6 Reino Unido

No que diz respeito ao Reino Unido, hoje uma referência incontornável no domínio da documentação museológica, os primeiros sinais da utilização das novas tecnologias da informação nos museus britânicos remontam, tal como noutros países europeus já citados, à década de 70¹⁵². Os contributos mais relevantes, nesta matéria, são atribuídos à AMC – Area Museum Council e ao MDA – Museum Documentation Association (Roberts A. D., Planning the documentation of museum collections, 1995). Enquanto o primeiro se destaca no domínio dos museus “não-nacionais”, o MDA, constituído em 1977, possui uma incidência muito mais significativa, não só nos museus locais, como também nos museus nacionais, para além do reconhecimento internacional granjeado ao longo das últimas décadas, pelo seu contributo para a definição de normas e procedimentos, na sequência do trabalho desenvolvido pela IRGMA – Information Retrieval Group of the Museum Association, fundada na década de 60, por elementos do Museum Association (Roberts A. D., Planning the documentation of museum collections, 1995), com o objectivo de estabelecer sistemas de documentação normalizados.

A actividade desenvolvida pelo MDA, no domínio da documentação museológica, traduz-se em diversas iniciativas que consideramos relevantes. Em 1987, foi criado o MODES – Museum Object Data Entry System, uma aplicação de gestão museológica adoptada por diversos museus. Alguns anos mais tarde, em 1994, foi publicada a primeira versão do SPECTRUM (Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums) – The UK Museum Documentation Standard¹⁵³, desde então uma referência no domínio da documentação museológica.

1995-1996). Actualmente, existe um “Sistema de Galego de Museus”, designado “MUGA”. Para mais informações: <http://www.museosdegalecia.com/index.jsp>

¹⁵² O Museu Britânico utiliza aplicações informáticas, no âmbito das suas diversas actividades, desde 1979, tendo desenvolvido uma nova aplicação, única, em 1987. O Museu da Ciência britânico disponibiliza online uma base de dados das colecções museológicas desde 1982 (Wentz, 1989).

¹⁵³ Museum Documentation Association. Para mais informações: www.mda.org.uk

Ainda no que diz respeito à experiência britânica no domínio da aplicação das novas tecnologias à gestão do Património Cultural, importa destacar o RCHME – Royal Commission on the Historical Monuments of England¹⁵⁴, responsável pela gestão da informação do património arquitectónico e arqueológico. No exercício da sua actividade, o RCHME desenvolveu e publicou normas de catalogação, no âmbito da utilização das novas tecnologias, bem como terminologias específicas, nomeadamente um tesouro de arquitectura e arqueologia¹⁵⁵.

Neste contexto, destacamos, ainda, o projecto Cornucópia, uma base de dados colectiva dos museus britânicos, desenvolvida pelo Resource: the Council for Museums, Archives and Library, um organismo criado em 2000, em substituição do MGM – Museums and Galleries Commission, e o LIC – Library and Information Commission.

3.7 Itália

Em Itália, só na década de 70 foi criado o Ministério Italiano para a Cultura e Património Ambiental, o que, obviamente, justifica a história recente desta problemática neste país. No entanto, é possível verificar, ao longo das últimas duas décadas, algumas iniciativas que evidenciam uma sensibilização das diversas entidades para a utilização das novas tecnologias no domínio da gestão do Património Cultural.

Neste contexto, o Ministério da Cultura italiano tem desenvolvido algumas iniciativas de carácter nacional, nomeadamente através do ICCD - Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione, um organismo dependente do Ministério Italiano para os Bens e Actividades Culturais (MIBAC), criado em 1969, responsável pela definição de standards e instrumentos no domínio da catalogação e documentação do Património Arqueológico, Arquitectónico, Histórico, Artístico e Etno-Antropológico nacional, de acordo com as especificidades de cada região¹⁵⁶. Paralelamente, destaca-se o estabelecimento de parcerias em projectos internacionais, entre os quais o MICHAEL – Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe¹⁵⁷, um projecto desenvolvido no âmbito dos programas de financiamento da Comissão Europeia.

¹⁵⁴ RCHME – Royal Commission on the Historical Monuments of England. Em 1999, este organismo deu lugar ao English Heritage, um organismo público cujo objectivo é a protecção e promoção do Património Ambiental Britânico. Para mais informações: <http://www.english-heritage.org.uk>

¹⁵⁵ National Monuments Record Thesauri. Para mais informações: <http://thesaurus.english-heritage.org.uk/frequentuser.html>

¹⁵⁶ Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione. Para mais informações: <http://www.iccd.beniculturali.it>

¹⁵⁷ Iniciado em 2004, o projecto MICHAEL tem por objectivo disponibilizar online as colecções dos museus, arquivos e bibliotecas europeus, numa plataforma multilingue, normalizada e consubstanciada em standards previamente definidos.

De entre todos os projectos desenvolvidos no domínio da catalogação, destacamos o Thesaurus Multilingue del Corredo Ecclesiastico di Culto Cattolico¹⁵⁸, datado de finais dos anos 90, que disponibiliza um thesaurus religioso; La Piazza Storiche dell'Italia Meridionale e Insulare¹⁵⁹, datado de finais dos anos 80, que disponibiliza online mais de uma centena de praças da região meridional italiana; o Percorsi di Catalogazione¹⁶⁰, um catálogo de bens patrimoniais, também disponível online; o SCHEDA AO-D – Metadati Descrittivi: verso un modello di mappatura tra metadati, formati bibliografici e standard catalografici nei settori dei beni culturali¹⁶¹, um documento para a descrição informatização e elaboração de catálogos e inventários de objectos e obras de arte.

O contributo do ICCD no âmbito da gestão do Património Cultural Italiano incide também, e de forma muito particular, na questão da formação dos profissionais envolvidos nesta problemática. Neste contexto, promove o E-Sigec cujo objectivo essencial é a formação de profissionais especializados na catalogação integrada e informatizada do Património Cultural Italiano.

Neste momento, está em fase de execução o projecto E-Mouseion, um motor de busca que tem por objectivo disponibilizar informação relativamente aos museus italianos. No entanto, aquela que poderia ser uma iniciativa de elevado interesse, a exemplo das já citadas redes de museus espanholas, apresenta-se-nos fragilizada pela escassez de recursos apresentados: não se trata de uma base de dados de colecções museológicas, mas sim um recurso de carácter meramente informativo e descritivo de instituições museológicas, o que é necessariamente insuficiente no contexto de uma sociedade de informação global.

No que considerarmos ser a contextualização das diversas iniciativas verificadas no domínio do Património Cultural, optamos por elencar alguns dos exemplos mais significativos, conscientes, porém, de que muitos outros poderiam ter sido referidos, não só no contexto europeu, como também noutros continentes.¹⁶²

¹⁵⁸ Para mais informações: www.iccd.beniculturali.pt

¹⁵⁹ Para mais informações: www.iccd.beniculturali.pt

¹⁶⁰ Para mais informações: www.iccd.beniculturali.pt

¹⁶¹ Para mais informações: <http://www.iccu.sbn.it/upload/documenti/metaDES1.pdf>

¹⁶² Em 2002, o Council for Museums, Archives and Libraries desenvolveu um estudo cujo objectivo consistiu na revisão do “Registration Scheme for Museums and Galleries in The United Kingdom”, criado em 1988 pelo Museums and Galleries Commission (Mason & Weeks, 2002), tendo, para tal, sido contactados diversas instituições museológicas, o que permitiu aferir a existência de várias iniciativas neste domínio. Ver anexo 2.

3.8 Os projectos multinacionais

Todos os exemplos apresentados até agora, com excepção do Michael – Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe, constituem iniciativas com uma incidência local ou nacional, apesar de frequentemente influenciados por exemplos de instituições homólogas de outros países. No entanto, a nossa reflexão não ficaria completa sem a referência a mais algumas iniciativas multinacionais, algumas das quais desenvolvidas no âmbito da Comissão Europeia.

Os projectos multinacionais constituem iniciativas de grande relevo, não só do ponto de vista de cada entidade participante, mas também pelo seu indiscutível contributo para a definição de modelos de gestão transversais que, em última análise, favoreçam a gestão integrada do Património Cultural e a definição de uma entidade cultural colectiva.

Os exemplos são múltiplos, sobretudo se atendermos à última década do século XX. No início dos anos 90, iniciou-se o desenvolvimento do projecto NARCISSE – Network of Art Research Computer Image Systems in Europe, uma base de dados iconográfica, de carácter científico, produzida no âmbito de trabalhos de conservação e restauro. Para além da informação gráfica, a base de dados fornece ainda registos do processo de conservação em formato de texto.

O projecto RAMA – Remote Access to Museum Archives, desenvolvido entre 1992 e 1995, constitui uma das iniciativas mais bem conseguidas, no sentido de estabelecer uma ligação entre grandes museus europeus, com recurso às novas tecnologias da informação, na sequência do European Museum Network Project¹⁶³, datado de finais dos anos 80. Os resultados obtidos pelo RAMA contribuíram para o desenvolvimento do MENHIR - Multimedia European Network of High Quality Image Registration, em 1996, cujo objectivo consistia no desenvolvimento de uma base de dados iconográfica de colecções museológicas. Esta iniciativa traduziu-se num catálogo online constituído por cerca de 120 mil imagens de diversos museus. Nesse mesmo ano, tem início o projecto MEDICI Framework – Multimedia for Education and Employment through Integrated Cultural Initiatives – cujo objectivo consistia na utilização das tecnologias da informação e multimédia no acesso ao Património Cultural. Também nos anos

¹⁶³ Em 1987, a Comissão da Comunidade Económica Europeia pôs em marcha o programa RACE, destinado a desenvolver a competitividade da indústria europeia das telecomunicações, a tecnologia e os serviços, através da comunicação integrada em banda larga. Neste contexto, foram desenvolvidos inúmeros projectos, maioritariamente de carácter comercial, destacando-se, no domínio da Cultura, a Red Europea de Museos – European Museum Network, cujo objectivo era demonstrar que as bases de dados multimédia, em combinação com as modernas técnicas de informação existentes hoje em dia, podem ser de extrema utilidade no trabalho diário dos museus, oferecendo, também, novos serviços, não só ao público visitante, mas também aos próprios profissionais dos museus, contribuindo, assim, para a integração cultural da Europa. Esta iniciativa contou com a participação de diversos museus europeus, nomeadamente o Museu Calouste Gulbenkian, em Portugal (Bravo, 1993).

90, teve início o projecto Herein¹⁶⁴, fruto de uma cooperação entre o Conselho da Europa e a União Europeia, com o objectivo de disponibilizar online informações no domínio da protecção do Património Arquitectónico e Arqueológico. Apesar desta iniciativa não incidir propriamente sobre as questões relacionadas com o inventário, consideramo-la relevante no contexto de uma abordagem do Património que se pretende multidisciplinar e interinstitucional, e que, em 2001, regista uma iniciativa com grande significado. Nesse ano, representantes e especialistas da Comissão Europeia e Estados membros reuniram-se em Lund, na Suécia, para discutir como coordenar, a nível europeu, os programas de digitalização nacionais. Desse encontro, resultou a publicação de um conjunto de princípios gerais para administrar iniciativas públicas de digitalização e sua respectiva coordenação, numa acção que ficou conhecida como “os princípios de Lund”, e de que o projecto Minerva – Ministerial Network for Valorising Activities in Digitisation -, criado em 2002, constituiu um exemplo.

Todas as experiências enunciadas constituem um testemunho efectivo da dinâmica verificada no domínio da gestão do Património Cultural ao longo das últimas décadas, apesar de, em alguns casos, os projectos não terem alcançado os objectivos inicialmente propostos, face a algumas debilidades que comprometeram a sua sustentabilidade. De facto, o reconhecimento, por um lado, da diversidade do Património Cultural, nomeadamente das colecções museológicas, e, por outro lado, da complexidade da sua gestão, contribuiu, nos últimos anos, para o desenvolvimento de inúmeros projectos, com um cunho tecnológico bastante acentuado. Paralelamente, assistimos à constituição de grupos de profissionais especializados, que procuram dar resposta a algumas das questões mais prementes, no que concerne a esta matéria, nomeadamente o estabelecimento de normas e procedimentos, essenciais para uma gestão eficiente dos espaços museológicos e, consequentemente, das suas colecções.

A constituição destes grupos de trabalho, alguns de carácter eminentemente privado, outros com uma vertente institucional pública, não pode ser dissociada de algumas convenções internacionais, na sua maioria promovidas pelas UNESCO, o que nos sugere uma outra abordagem de análise desta problemática.

3.9 O contributo da UNESCO: as convenções

No decorrer do século XX, é possível identificar numerosas iniciativas em prol do Património Cultural, desenvolvidas por reconhecidas instituições. A colaboração estabelecida entre os diversos organismos, frequentemente traduzida em reuniões de trabalho, permitiu a

¹⁶⁴ Herein – European Heritage Network. Para mais informações: <http://www.european-heritage.net/sdx/herein/index.xsp>

definição de convenções e recomendações que, mesmo não constituindo uma obrigatoriedade, constitui a formulação de um compromisso que os Estados envolvidos procuram cumprir. A UNESCO constitui um dos organismos mais representativos desta tendência. Efectivamente, através do Comité do Património Mundial, a UNESCO considera que a protecção internacional do património cultural, histórico e artístico depende da realização de um inventário dos bens histórico-artísticos de cada país, e dos bens culturais de valor universal (Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972).

Não é nosso objectivo apresentar aqui uma lista exhaustiva de todas as políticas culturais, convenções ou legislação sobre esta matéria, tendo em conta a sua vasta abrangência. Assim, parece-nos antes oportuno salientar os documentos que directamente incidem sobre o Património Cultural, no que concerne às instituições museológicas, nomeadamente no âmbito do inventário.

O Património Cultural padece, de um modo geral, de uma grande vulnerabilidade. Motivações de carácter diverso, em circunstâncias muito específicas, traduzem-se na delapidação e, não raras vezes, efectiva destruição, do Património Cultural. Os cenários de guerra e conflito armado constituem palco privilegiado deste tipo de acontecimentos. Numa primeira abordagem, podemos ser levados a associar estes episódios à actualidade, condicionados pelas imagens da destruição dos Budas Gigantes na província do Barniyan, no Afeganistão, por exemplo, ou pelos relatos do tráfico de obras de arte do Crescente Fértil, na sequência do conflito no Iraque. No entanto, a História está repleta de exemplos como estes, testemunhados até aos nossos dias, pelos sumptuosos museus das grandes capitais europeias, como o Museu do Louvre, em Paris, ou o British Museum, em Londres.

A preocupação com a expropriação e destruição do Património Cultural motivou a realização de uma convenção em Haia, em 1954 (Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, 1954). Na sequência deste evento, organizado pela UNESCO, 118 países ratificaram um documento com o objectivo de assegurar a “preservação da propriedade cultural, do Património Móvel e Imóvel, e o seu reconhecimento como “bem-comum”, nomeadamente em cenários de guerra, tão propícios à sua destruição” (Nagel, 1997). Nesse mesmo ano, em Paris, a Convenção Cultural da Europa, em estreita relação com o evento organizado em Haia, promove a preservação, investigação e divulgação do Património Cultural da Europa, sublinhando o papel a desempenhar por cada Estado, não só em benefício do seu próprio interesse, mas também tendo em conta a defesa do Património Europeu, no seu sentido mais lato, reflexo de um conceito de “Europa unificada”, desenvolvido no pós-guerra. Neste contexto, é também salientada a importância do intercâmbio cultural entre Estados, bem como o acesso aos diferentes recursos de carácter cultural.

Se, inicialmente, constamos a existência de recomendações com um carácter demasiado vago, onde apenas se defende o Património Cultural, não especificando, exactamente, em que termos, alguns anos depois, verificamos uma tendência, ainda que ténue, no sentido de serem estabelecidas algumas normas e procedimentos. A este facto não é, certamente, alheia, a influência do CIDOC- ICOM, constituído na década de 50. Assim, em 1956, a UNESCO formulou uma recomendação sobre os princípios internacionais subjacentes a escavações arqueológicas, no âmbito de uma conferência geral realizada em Nova Deli, na Índia (Recomendação de Princípios Internacionais Aplicados a Escavações Arqueológicas, 1956). Para além de recomendações que privilegiam a conservação do Património Arqueológico, é feita uma referência sobre a gestão do imóvel, bem como de toda a documentação que lhe está associada. Apesar de não possuir qualquer carácter vinculativo, este documento constituiu um modelo para muitos regulamentos e deliberações legais.

Em 1960, a UNESCO apresentou uma recomendação, no âmbito da 11ª Reunião Geral, realizada em Paris, sobre a questão da acessibilidade dos museus aos diferentes públicos, não só do ponto de vista arquitectónico, mas também no que diz respeito aos conteúdos existentes e aos diferentes serviços disponibilizados (Recomendação de Acessibilidade Global dos Museus, 1960). Assumindo a sua missão em prol da Cultura e da Educação, a UNESCO recomenda ainda a criação de um serviço especializado, vulgo “Serviço Educativo”. Apesar de não ser feita qualquer recomendação explícita à gestão documental, é sublinhada a necessidade das “coleções deverem estar disponíveis à fruição de qualquer indivíduo (...), através de legendas claras e concisas, da publicação de guias e roteiros (...) e de visitas guiadas” (Recomendação de Acessibilidade Global dos Museus, 1960), o que obriga a algum método no tratamento da informação.

Dez anos após a conferência de Haia, realiza-se, em Paris, a 13ª Reunião Geral da UNESCO, tendo sido retomado o tema abordado nos Países Baixos. Mais uma vez, a destruição e transacção ilícita do Património Cultural motivou a elaboração de um documento que recomendava o desenvolvimento de um inventário do Património, por cada um dos Estados (Recommendation on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Export, Import and Transfer of Ownership of Cultural Property, 1964). Assistimos, assim, a uma iniciativa que promove o registo da informação, o inventário do Património. O mesmo propósito é defendido em 1968, no âmbito da preservação do Património Cultural, público e privado. Mais uma vez, é sublinhada a necessidade da existência de um inventário, assim como a definição de procedimentos e mecanismos legais que sustentem estas acções.

O conceito de “Inventário” defendido pela UNESCO em 1964, tornou-se, desde então, um conceito recorrente em grande parte das recomendações apresentadas por este organismo internacional, nomeadamente em 1969, no âmbito de um documento sobre a protecção do

Património Arqueológico, no qual é recomendada a elaboração de um inventário dos objectos arqueológicos, permitindo o seu intercâmbio entre públicos e especialistas (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, 1969). É, evidentemente, prematuro, falar de “redes de informação” nesta altura, no entanto, o conceito de “intercâmbio de informação” é já uma realidade.

A década de 70 é particularmente fecunda em iniciativas de carácter cultural, como já tivemos oportunidade de constatar, não só na Europa, com o britânico MDA, mas também na América do Norte, como canadiano CHIN. Neste contexto, em 1978, a UNESCO apresentou um documento sobre a protecção do Património Móvel, identificando medidas e procedimentos considerados fundamentais para a prossecução deste objectivo (Recommendation for the Protection of Movable Cultural Property, 1978). Pela primeira vez, é feita uma referência clara e inequívoca à participação de todos os intervenientes nestes processos: Governos, Museus, Públicos, em benefício de um património comum, que não é mensurável em termos de responsabilidades ou domínios. Paralelamente, é feita uma referência particular à educação dos públicos, crianças e adultos, e a uma progressiva consciencialização da importância do Património Cultural na definição da identidade individual e colectiva.

O desenvolvimento e a ocupação desregrada do território constituem uma ameaça ao Património Cultural, nomeadamente no que diz respeito aos Sítios Arqueológicos. Neste contexto, o ICHAM – ICOMOS International Committee on Archaeological Heritage Management – reuniu-se na Suíça, em 1990, procurando dar resposta às ameaças latentes ao Património Arqueológico (Carta de Lausanne, 1990). Nesse sentido, o documento recomenda o estabelecimento de normas e procedimentos no que concerne à conservação, investigação e divulgação; promove também a elaboração de inventários do Património, os quais, pelo seu carácter genérico, podem ser adoptados por qualquer Estado ou entidade. Não podemos deixar de sublinhar o incentivo à colaboração de especialistas em diversas matérias, o que atesta a importância crescente da investigação e da documentação na gestão do Património Cultural. Paralelamente, este documento promove a colaboração internacional. Os princípios defendidos neste documento foram reiterados, dois anos mais tarde, com a revisão da Convenção Europeia sobre a Protecção do Património Arqueológico, destacando-se, aqui, um incitamento explícito a uma abordagem multidisciplinar dos problemas, à criação de projectos de financiamento que envolvam profissionais de diversos organismos e Estados, numa clara apologia ao estabelecimento de parcerias internacionais, essenciais para a divulgação do Património e para o intercâmbio de experiências (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, 1992).

4. A experiência nacional

4.1 Elementos para a história da informatização das colecções em Portugal

Desde os anos oitenta, verificamos a existência de algumas tentativas pontuais no sentido de criar um sistema informatizado de inventário das colecções, restritas a alguns museus e com objectivos muito particulares. Os exemplos mais significativos têm lugar no Museu Regional D. Diogo de Sousa, em Braga, e no Museu da Cidade, em Lisboa, os quais, tendo em conta as necessidades decorrentes da gestão dos seus espólios, não só no que concerne aos objectos, mas também à documentação que lhe está associada, investiram no desenvolvimento de um software que pudesse corresponder às suas necessidades, com o auxílio de empresas e ferramentas já existentes no mercado. Também o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa procurou solucionar alguns dos problemas no domínio da gestão das suas colecções museológicas, recorrendo para tal às ferramentas disponibilizadas pelos sistemas operativos da Apple¹⁶⁵. Estes três sistemas foram objecto de estudo por Pedro Teotónio Pereira, no âmbito da tese de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, em 1996 (Pereira, 1996).

A introdução das novas tecnologias da informação nos museus portugueses foi tardia, não só no que concerne à gestão do ponto de vista administrativo, mas também no que diz respeito à gestão do espólio e documentação museológicos. De facto, só no início dos anos 80, com a proliferação dos microcomputadores, assistimos à informatização dos inventários dos museus, tradicionalmente feitos em papel, e com sistemas de arquivo e de indexação completamente obsoletos. Neste contexto, e sobretudo a partir dos anos 90, assistimos ao aparecimento de algumas aplicações informáticas no panorama museológico nacional, inicialmente desenvolvidas no seio das próprias instituições, e sem grandes ambições do ponto de vista da utilização interinstitucional, mas que, progressivamente adquiriram um perfil comercial, sendo desenvolvidas por empresas especializadas neste tipo de software.

No que diz respeito aos museus que optaram por desenvolver as suas próprias bases de dados, parece-nos oportuna uma referência à tese de mestrado de Pedro Teotónio Pereira, apresentada em 1996 à Universidade Nova (Pereira, 1996), onde o autor apresenta quatro estudos de casos de museus: Museu da Cidade, em Lisboa; Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga; Museu de Ciência, da Universidade de Lisboa; Museus do Instituto

¹⁶⁵ Empresa que desenvolve sistemas operativos para computadores e outro tipo de software. Para mais informações: <http://www.apple.com>

Português de Museus / Instituto de Museus e Conservação. Na altura, perante a inexistência de qualquer solução no mercado, estes museus desenvolveram as suas próprias bases de dados.

No que concerne a sistemas de gestão de colecções museológicas desenvolvidas por empresas especializadas, os exemplos são múltiplos: DocBase Museu, comercializado pela DID; Index Rerum, comercializado pelo FCO; Micromusée, comercializado pelo Mobydock; Matriz, comercializado pela Cofipor; In arte, In Patrimonium, In Domus, In Natura, In Memoria, comercializados pela Sistemas do Futuro. De acordo com o estudo desenvolvido por Alexandre Matos, no âmbito da sua dissertação de mestrado (Matos, Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas. Contribuições para a certificação de museus, 2007),¹⁶⁶ a maioria dos museus inquiridos utiliza o Sistema Matriz, cujo exemplo, aplicado aos museus tutelados pelo Ministério da Cultura, constituirá o nosso estudo de caso.

4.2 Normativos legais relacionados com a temática do inventário

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses, aprovada em Agosto de 2004, constitui o culminar de um longo processo evolutivo do panorama museológico português. Efectivamente, no decurso do século XX, é possível identificar algumas leis promulgadas pelo Estado português no sentido de regularizar e desenvolver a realidade dos museus nacionais, nomeadamente no domínio do inventário.

4.2.1 Os Museus Portugueses durante a 1ª República

As primeiras leis de protecção do Património Cultural nacional surgem pouco antes da 1ª República, designadamente através do Decreto de 30 de Dezembro de 1901, que aprova as bases para a classificação dos monumentos nacionais e bens mobiliários.

Após a proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, surgiu o primeiro decreto com incidência no panorama museológico português. O Decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911 constitui a base da acção desenvolvida no domínio museológico português no decurso da 1ª República, procurando, assim, concretizar uma política museológica para o sector.

¹⁶⁶ O estudo teve em conta um universo apurado de 76 instituições museológicas, a partir do envio de 143 inquéritos. Os resultados obtidos com esta análise deverão ser complementados com a informação disponibilizada por cada uma das empresas citadas, no que diz respeito ao número de clientes existentes: a Softlimits conta com cerca de 100 clientes; a Sistemas do Futuro, conta com cerca de 180 clientes; a FCO possui um cliente. As restantes empresas não fornecem dados sobre esta matéria.

Segundo o diploma de 1911, os museus constituíam um complemento fundamental do ensino artístico e um elemento essencial da educação em geral. Paralelamente, e para efeitos de conservação do património nacional, o Decreto nº 1 estabelecia a divisão do território nacional em três circunscrições artísticas, as do sul, as do centro e as do norte, sedeadas em Lisboa, em Coimbra e no Porto, respectivamente. Em cada uma das sedes, funcionaria um Conselho de Arte e Arqueologia, a quem o Estado confiava, entre outras, a guarda dos monumentos e a direcção suprema dos Museus,

O Decreto de 26 de Maio realçou ainda a importância dos Museus regionais na divulgação e disseminação cultural e artística no país. Efectivamente, entre 1912 e 1924, surgiram em Portugal 13 museus regionais (Gouveia, 1985). Para além disso, este documento promovia uma política de protecção do Património Cultural, nomeadamente no que diz respeito à alienação das obras de arte e de objectos arqueológicos para o estrangeiro, o que motivou o desenvolvimento dos primeiros inventários gerais.

A 18 de Dezembro de 1924 foi publicada a lei nº 1700, a qual apresentava uma legislação a aplicar sobre o Conselho Superior de Belas Artes e os Conselhos de Arte e Arqueologia, para além de manter e ordenar o inventário das obras de arte e peças arqueológicas e de manifestar particular interesse quanto às questões relacionadas com os museus e os palácios nacionais. Este documento instituía, ainda, a divisão dos Museus em dois conjuntos distintos: o Museu de Arte Antiga, o Museu de Arte Contemporânea e o Museu Nacional dos Coches formavam um dos grupos, estando todos os outros museus tratados em igualdade de circunstâncias noutro grupo.

Constituída por sete capítulos, a lei nº 1700 consagra o capítulo IV à questão museológica, nomeadamente no que diz respeito à inspecção e fiscalização dos museus e das suas actividades. Assim, começa por determinar que a inspecção dos museus de arte e arqueologia do Estado e dos que por ele forem subsidiados ou tutelados, será exercida gratuitamente pelos Presidentes dos Conselhos de Arte e Arqueologia, os quais passavam a exercer um papel preponderante sobre os principais aspectos da vida dos museus do Estado. Efectivamente, e de acordo com esta disposição legal, competia-lhes propor as alterações que julgassem convenientes relativamente à organização, remodelação e administração dos museus. Por outro lado, os inspectores do Estado deviam também fiscalizar o funcionamento das instituições museológicas, nomeadamente no que concerne à segurança e conservação dos valores artísticos aí existentes, determinando o tratamento e reparação das peças que constituíssem o espólio do Museu. Os Conselhos deviam ainda garantir o estudo e o enriquecimento das colecções museológicas, organizar exposições e seleccionar as peças que devessem ser expostas, proceder à aquisição de obras de arte e peças arqueológicas para os Museus.

O Conselho Superior de Belas Artes, constituído, entre outros elementos, pelos Presidentes dos Conselhos de Arte e de Arqueologia, possuía, entre outras competências, o dever de inventariar as obras de arte existentes nos museus e organizar a representação portuguesa em exposições internacionais de arte e de arqueologia. Este Conselho, do qual faziam parte alguns dos mais importantes membros da vida cultura e artística portuguesa de então, nomeadamente directores de museus, como por exemplo, o Museu Machado de Castro, em Coimbra, tinha ainda um papel preponderante no que diz respeito à fundação de museus artísticos ou arqueológicos e ainda sobre a aquisição, construção ou adaptação de edifícios destinados a museus.

A lei nº 1700 foi regulamentada em 1926, através do decreto nº 11445, tendo sido, então, alvo de algumas alterações. De acordo com o decreto em questão, os directores dos Museus eram nomeados pelo Governo, deixando de existir qualquer especificação no que concerne aos directores dos Museus de Lisboa.

De acordo com a disposição legal de 1926, os directores dos Museus, tanto nacionais como regionais, ficavam obrigados a apresentar ao Ministério da Instrução Pública os elementos necessários para o registo do inventário e impressão dos catálogos provisórios ou definitivos dos respectivos museus, e aos regulamentos privativos dos serviços de guarda, conservação, visitas e pessoal, no caso desses catálogos e regulamentos não estarem ainda publicados. Finalmente, o decreto em análise incumbia a Direcção Geral das Belas Artes de preparar as bases de um futuro regulamento geral dos museus, bem como de apresentar uma proposta de criação de um fundo dos museus, destinado a facilitar a aquisição de obras de arte.

Em 28 de Maio de 1926, por altura do Golpe Militar, era esta a principal legislação em vigor em Portugal, no que concerne aos Museus.

4.2.2 Os Museus e o Estado Novo

No que diz respeito ao dispositivo cultural, a Ditadura Militar reorganizou, remodelou e regulamentou alguns serviços, dado que o Governo de António de Oliveira Salazar considerava ser da competência da esfera política fornecer as primeiras pistas de um modelo de restauração do universo cultural. No que concerne ao panorama museológico português, o Estado Novo procurou alterar ou renovar algumas das directrizes legislativas herdadas do regime anterior, moldando este sector cultural do país às suas formas e princípios. Neste contexto, e passada a agitação política que ditou o início do regime militar, o Estado Novo iniciou uma série de reformas que se traduziu na alteração das estruturas legislativas existentes.

A gestão do património cultural do país durante as duas primeiras décadas do Estado novo assentou num todo coerente baseado numa restauração. No que concerne aos museus, estabeleceu uma prática museológica caracterizada pela criação de espaços de privilégio onde se encontrariam as obras de arte capazes de fabricar e divulgar a imagem consagrada do passado, em função da qual o presente se passava a definir.

4.2.3 Os Museus nas primeiras décadas do regime

Em 22 de Março de 1928 foi publicado o decreto nº 15216 intitulado “Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos”. De acordo com este decreto, o Governo procurou modificar e melhorar a legislação existente, sem proceder a alterações de fundo.

Em 1931, é instituído o decreto nº 20586, o qual tem por objectivo salvaguardar o património artístico e arqueológico nacional, não permitindo a sua saída do país e garantindo ao Estado o direito de preferência aquando de transacções que envolvessem peças desse mesmo património. Para tal, o presente diploma promoveu a realização de um inventário, que se pretendia o mais completo quanto possível, o qual deveria incidir sobre espécies já especificadas na legislação anterior, e também sobre outras.

O decreto nº 20985 introduziu algumas alterações importantes no quadro legislativo dos museus portugueses. Publicado em 7 de Março de 1932, este diploma constitui um marco da política cultural do Estado Novo no que concerne às instituições museológicas.

De acordo com o decreto nº 20985, os Conselhos de Arte e de Arqueologia são extintos, passando o Conselho Superior de Belas Artes a assumir as funções técnicas e administrativas que se encontravam dispersas, ficando os trabalhos especulativos, de carácter académico, reservados à Academia Nacional de Belas Artes. Por outro lado, o diploma propõe a criação de comissões municipais de Arte e Arqueologia, constituída por “amigos dos monumentos da sua terra”, cujo objectivo era a defesa e propaganda do património artístico e arqueológico.

O diploma em análise atribuiu ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, a coordenação dos trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos e a guarda e conservação do património artístico e arqueológico do país. Para tal, a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, mediante a cooperação da Academia Nacional de Belas Artes, do Conselho Superior de Belas Artes, da Inspecção-geral das Bibliotecas e Arquivos e de quaisquer entidades oficiais ou particulares com a necessária competência, promoveria a organização do inventário de móveis ou imóveis que, em

conformidade com as disposições do presente decreto, possuísem valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático digno de inventariação.

Na sequência do diploma nº 20985, o Ministério da Instrução Pública contava, enquanto órgão consultivo, com o Conselho Superior de Belas Artes, constituído, entre outros, pelos directores dos Museus de Arte Antiga e Arte Contemporânea, dos Coches e do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos. As atribuições deste Conselho estariam divididas em duas secções distintas: a secção central e a secção dos museus, da qual fariam parte, obrigatoriamente, os directores dos Museus Nacional de Arte Antiga, Nacional de Arte Contemporânea e Nacional dos Coches.

Competia, ainda, ao Conselho Superior de Belas Artes dar o parecer favorável para a fundação de Museus artísticos ou arqueológicos, sobre a aquisição, construção ou adaptação de edifícios destinados a museus e sobre a exportação excepcional e temporária de obras de arte do Estado.

Para defesa dos interesses artísticos e facilidade na organização do inventário, o diploma propunha a organização de comissões municipais de arte e de arqueologia, com funções consultivas, cuja constituição deveria integrar o director do museu da localidade, quando existente, e três vogais nomeados pelo Ministério de entre os sócios dos grupos de amigos dos museus da área.

O capítulo V do decreto nº 20985 era inteiramente dedicado aos museus, os quais passam a ser classificados em três grupos: Museus Nacionais (todos em Lisboa); Museus Regionais; e Museus, Museus Municipais, tesouros de arte sacra e outras mais colecções oferecendo valor artístico histórico ou arqueológico.

No que concerne aos Museus Nacionais, estavam incluídos os Museus de Arte Antiga, de Arte Contemporânea e dos Coches; os Museus Regionais compreendiam os Museus de Machado de Castro, de Grão Vasco, de Aveiro, Regional de Évora, Regional de Bragança e de Lamego. As restantes colecções, quer pertencentes ao Estado, quer às autarquias locais, quer a entidades particulares subvencionadas pelo Estado, ficavam subordinadas, sob o ponto de vista de fiscalização artística, ao Ministério de Instrução Pública. Além dos três Museus Nacionais e sete Museus Regionais Estatais, existiam então, segundo um inquérito realizado pelo Museu Nacional de Arte Antiga (COUTO, João, “Congressos e Conferências do Pessoal Superior dos Museus”, in “Livro do Segundo Congresso Transmontano”, Lisboa, 1942, cit. In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord), “Iniciação à museologia”, Lisboa, Universidade Aberta, 1993), outros 33 espalhados pelo país: 22 dependentes das Câmaras Municipais; 2 de

Comissões de Iniciativa e Turismo; 2 pertencentes às Juntas Gerais dos Distritos; 2 ligados a Misericórdias; 3 particulares e o Museu da Casa de Nazareth e o Museu Camiliano.

Na década de 1950, através do Decreto-Lei nº 38906, de 10 de Setembro de 1952, e da Lei nº 2065, de 25 de Junho de 1953, assiste-se a um investimento efectivo na classificação de bens de reconhecido valor histórico, arqueológico e artístico, com o intuito de impedir a sua alienação para o estrangeiro, para além da inventariação dos bens importados.

4.2.4 O Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia

Em 18 de Dezembro de 1965, foi publicado o decreto-lei nº 46758, conhecido como o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, o qual introduziu importantes alterações no panorama museológico português. Efectivamente, e de acordo com este diploma, os objectivos, a constituição e as funções dos museus foram revistos.

Segundo este diploma, os museus deveriam ser organismos vivos onde, para além de se conservarem, ampliarem, exporem e investigarem colecções de objectos com valor artístico, histórico e arqueológico, se assumissem como centros activos de divulgação cultural. Ou seja, o museu deveria assumir uma função artística e científica, assim como uma missão educativa e social, ao serviço da comunidade. Para tal, o museu deveria deixar de ser uma instituição passiva, incapaz de estabelecer qualquer relação de proximidade com os seus visitantes, para passar a constituir um espaço acolhedor, dinâmico e atractivo para todos os seus públicos e potenciais visitantes.

O decreto-lei nº 46758 apresentou algumas alterações dignas de registo, nomeadamente no que concerne ao regulamento da função de conservador de museu. Assim, o estágio instituído pelo decreto nº 39116, deu lugar a um curso de Conservadores de Museus. Neste curso, a disciplina fundamental passou a ser a Museologia, apesar de serem mantidas algumas outras ministradas pela Faculdade de Letras, a exemplo do que acontecia no regulamento anteriormente citado. O decreto de 1965 evidencia, assim, uma crescente preocupação no sentido da profissionalização do pessoal dos museus, limitando o desempenho de cargos superiores nos museus a pessoas detentoras do curso.

Para além da questão relacionada com os profissionais dos museus, o decreto em análise incidiu igualmente sobre a organização e arranjo dos museus e das suas exposições, considerando que a acumulação e a amálgama tradicionais cederam lugar à selecção, à simplicidade e ao bom gosto. Por outro lado, o museu é descrito como um órgão de cooperação escolar, destinado não apenas a um público de eruditos, mas sim a um público mais vasto. Para tal, incitou os museus a desenvolverem mecanismos para atrair visitantes e sobre eles exercer

uma acção pedagógica eficiente, concretamente através da edição de publicações, realização de conferências e exposições temporárias, bem como de visitas colectivas orientadas por comentadores qualificados.

O decreto-lei de 1965 apresentava algumas directrizes quanto à política de aquisições dos Museus do Estado, não só relacionada com os quantitativos orçamentais disponíveis, mas pautada por critérios mais vastos e uniformes. Por outro lado, regulamentava a organização interna dos Museus, instituindo a existência de livros de registo e inventários, tendo por objectivo a uniformização das documentações existentes nos museus, assim como no que concerne à actividade de publicação de catálogos e guias.

O Regulamento Geral apresentava ainda algumas disposições, a nível nacional, quanto ao funcionamento das instituições museológicas, nomeadamente no que diz respeito aos horários de funcionamento e ao pagamento das entradas.

O decreto determinava igualmente a lista dos museus dependentes da direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, num total de 20 instituições. Apresentava, seguidamente, os encargos financeiros a eles respeitantes. Neste sentido, as Câmaras Municipais ficavam sujeitas a uma participação a acordar com os ministérios do Interior, Finanças e Educação Nacional. Nos casos específicos das Câmaras Municipais de Abrantes, Braga, Castelo Branco, Guimarães e Leiria, a lei estipulava a manutenção das obrigações financeiras para com os respectivos museus, conforme e legislação anterior

O decreto-lei tecia algumas considerações quanto à organização interna e o funcionamento dos museus, bem como no que diz respeito às suas direcções e às funções reservadas aos conservadores e à inspecção das instituições museológicas.

O documento legislativo terminava com uma alusão ao Instituto Dr. José de Figueiredo, uma instituição que exercia funções no âmbito dos Museus. O Instituto, cujo nome prestava uma homenagem a um antigo Director do Museu Nacional de Arte Antiga, constituía um importante laboratório e oficina no domínio do trabalho nacional de restauro de pintura, escultura, mobiliário, talha, tecidos e tapeçaria. Efectivamente, por esta instituição continuavam a passar o fundamental dos trabalhos de restauro e de conservação do património artístico móvel nacional.

O decreto-lei de 1965 constitui-se, assim, como o culminar de um processo de modernização dos museus portugueses.

4.2.5 O panorama museológico português findo o regime ditatorial

Os últimos anos do século XX traduziram-se em algumas mudanças no que concerne ao panorama museológico português. A este facto não é certamente alheio as mudanças políticas verificadas em Portugal após a queda do regime ditatorial. Efectivamente, após a revolução de 1974, os relacionamentos internacionais tornaram-se mais notórios, assim como as influências daí recorrentes. Por outro lado, a fundação do regime democrático promoveu o aparecimento de um renovado interesse pelo Património Natural e Cultural, consubstanciado naquilo que alguns autores denominam como o “fenómeno da municipalização do universo museológico” (Brígola, Teixeira, Pereira, & Nabais, 2003), reflexo das iniciativas levadas a cabo pelas autarquias locais, que ainda hoje tutelam muitos dos museus portugueses.

Na segunda metade do século XX, verificou-se, nos países desenvolvidos, o desenvolvimento de uma série de conceitos e de doutrinas sobre o Património Cultural, nomeadamente através de inúmeras iniciativas em benefício da preservação e conservação do Património Cultural. Efectivamente, a partir da década de 50, assistimos à criação de várias instituições no âmbito da preservação e conservação do património cultural, nomeadamente o IIC - International Institute for Conservation of Museum Objects (1950); o ICCROM – International Center for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property (1959); o ICOM – International Council of Museums (1966).

Paralelamente, os Museus deixaram de ter por objectivo a salvaguarda e exposição de obras de arte, e passaram a conservar a memória colectiva por formas mais alargadas, conservando e mostrando a história das comunidades, a evolução das ciências e das técnicas, as artes e ofícios tradicionais, as formas de vida das populações. Efectivamente, no contexto da comunidade, a instituição museológica assume diversas funções, nomeadamente uma função estética, uma função didáctica e uma função política. Ao nível estético, o Museu possibilita um exercício de observação e contemplação dos objectos pelo seu valor estético; por outro lado, o Museu promove a educação e a formação dos seus públicos na sua vertente estética, social e histórica. Para além disso, a fundação educativa do Museu traduz-se num sistema de cooperação entre as instituições museológicas e outras entidades ligadas à educação, nomeadamente as escolas. Finalmente, enquanto uma instituição social, detentora de uma função ideológica, o Museu reforça a estrutura da sociedade, transformando os visitantes em participantes sociais activos.

A participação da comunidade em projectos culturais, nomeadamente no âmbito de instituições museológicas, traduz-se em inúmeros benefícios, nomeadamente de carácter social, educacional, artístico e económico. Através dos objectos, os Museus promovem o desenvolvimento individual e colectivo, proporcionando espaços de discussão e de debate,

afirmando a identidade individual, promovendo a tolerância e a compreensão, possibilitando experiências e criando uma identidade colectiva, fundamental para a sua inclusão na sociedade. Do ponto de vista económico, a dinâmica museológica traduz-se frequentemente na rentabilização económica da região através do turismo. Assim, os Museus tornaram-se verdadeiros pólos culturais alargados, atraindo em muitos países uma parte crescente das respectivas populações.

Todas estas mudanças acabaram por se reflectir em Portugal, acentuando a carência de uma legislação de base que actuasse significativamente no panorama museológico nacional.

O Inquérito aos Museus de Portugal, promovido pelo Instituto Português de Museus e pelo Observatório das Actividades Culturais, realizado em 1998, constitui um documento bastante elucidativo da mudança verificada no panorama museológico português no decurso dos últimos anos (Inquérito aos museus de Portugal, 1998). Assim, através do Inquérito é possível verificar o crescimento muito acentuado do número de museus existentes em Portugal, nomeadamente após a Revolução de Abril de 1974, evidenciando-se, dessa forma, o alargamento significativo dos conceitos de património e, nesse contexto, a valorização de espólios até então pouco considerados. No entanto, ao aumento quantitativo verificado, não corresponde necessariamente um desenvolvimento qualitativo.

O Inquérito do Instituto Português de Museus permitiu o conhecimento rigoroso da realidade museológica nacional e o recenseamento das instituições que a integram. Assim, e através da análise dos dados recolhidos, verifica-se o desenvolvimento crescente do universo museológico autárquico, o qual excede o dos estabelecimentos tutelados pela administração pública central. Paralelamente, verifica-se também a crescente afirmação da iniciativa privada no cenário museológico português, a qual se traduz no aparecimento de novos modelos de enquadramento jurídico-institucionais, contemplados no documento normativo aprovado em Agosto último.

De acordo com o Inquérito aos Museus em Portugal, cerca de 60% dos museus portugueses têm estatuto jurídico público, sendo na sua maioria (35%) da Administração Local. Por outro lado, a Administração Central tutela cerca de 22% dos museus, estando estes dependentes de vários Ministérios, nomeadamente da Cultura, da Educação e da Defesa.

Quanto aos Museus cujo estatuto jurídico aponta para uma tutela privada (40%), esta está distribuída pelas Associações, pela Igreja Católica, por Empresas e Particulares.

Para além das alterações verificadas no número de museus existentes e nas suas tutelas, é igualmente de salientar as mudanças ocorridas na configuração museológica do país, tanto do ponto de vista disciplinar como temático. Assim, verifica-se uma maior presença de sectores

patrimoniais como o da arqueologia e da arte contemporânea. Paralelamente, áreas como as da história natural e das ciências exactas mantêm-se em posições mais modestas.

O panorama museológico português denuncia a necessidade da existência de documentos normativos e reguladores da realidade dos museus nacionais.

Em Setembro de 2001 foi aprovada a lei nº 107, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Este documento não incide propriamente sobre a questão museológica. No entanto, aponta algumas directrizes importantes no que diz respeito à protecção e valorização do património cultural, objectivos que constituem uma prioridade das instituições museológicas.

A lei nº 107/2001 começa por definir o conceito de “património cultural” enquanto bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, devam ser objecto de especial protecção e valorização. Integram ainda o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

De acordo com o artigo 6º do decreto em análise, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de “- Inventariação, assegurando o levantamento sistemática, actualizado e tão exaustivo quanto possível dos bens culturais existentes”.

A relevância da lei nº 107/2001 não poderá ser, obviamente, contestada. No entanto, revela-se insuficiente face à especificidade das questões surgidas no contexto museológico. Partindo deste pressuposto, foi apresentada uma proposta de Lei-Quadro dos Museus Portugueses, a qual foi aprovada em 19 de Agosto de 2004.

4.2.6 A Lei-Quadro dos Museus Portugueses

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses tem como objectivo definir os princípios da política museológica nacional, estabelecendo um regime jurídico comum aos museus portugueses e promovendo o rigor técnico e profissional das práticas museológicas. O diploma institui ainda mecanismos de regulação e supervisão da programação, criação e transformação de museus e estabelece os direitos e deveres das pessoas colectivas, públicas e privadas, de que dependam os museus. A Lei-Quadro promove também a institucionalização de formas de

colaboração inovadoras entre instituições públicas e privadas tendo em vista a cooperação científica e técnica e o melhor aproveitamento possível de recursos dos museus; define o direito de propriedade de bens culturais incorporados em Museus, o direito de preferência e o regime de expropriação. O dispositivo legal em análise estabelece as regras de credenciação de Museus e institucionaliza e desenvolve a Rede Portuguesa de Museus.

A exemplo do que acontecia em diplomas anteriores, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses sublinha o papel dos museus como instituições indispensáveis ao desenvolvimento integral do indivíduo, promovendo a sua valorização e o seu empenho na salvaguarda, enriquecimento e divulgação, enquanto manifestação da sua identidade cultural e patrimonial. Neste contexto, o Museu assume-se como um serviço público, aberto à sociedade, uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, e sem fins lucrativos, cuja criação é passível de ser efectuada por quaisquer entidades públicas ou privadas.

O diploma de Agosto de 2004 estabelece as funções das instituições museológicas, nomeadamente a valorização dos bens culturais através do seu estudo, investigação, inventário e documentação, as quais fundamentam as acções desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, nomeadamente para estabelecer a política de incorporações, e identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis. Efectivamente, o investimento no património cultural através da incorporação de novos elementos no espólio da instituição constitui uma das funções dos Museus.

O estudo e a investigação dos bens culturais constitui uma prioridade no que diz respeito aos Museus, na medida em que sustentam a informação divulgada pelas instituições museológicas, através de inúmeras iniciativas de divulgação cultural, designadamente exposições, edições, programas educativos etc. Para tal, o Museu deverá utilizar os seus próprios recursos, mas também estabelecer formas de cooperação com outros museus com temáticas similares e com organismos vocacionados para a investigação, nomeadamente as universidades. Por outro lado, a cooperação com estabelecimentos de Ensino Superior deverá reflectir igualmente os benefícios resultantes da existência de vários cursos na área da museologia, nomeadamente através da promoção de oportunidades de prática profissional.

A divulgação do conhecimento e a promoção da democratização da cultura e do desenvolvimento social e cultural do indivíduo constituem alguns dos principais objectivos das instituições museológicas. Efectivamente, os Museus deixaram de ser lugares destinados à exibição de objectos, para se tornarem espaços privilegiados de divulgação, formação e entretenimento. Neste contexto, a interpretação e a exposição constituem algumas das formas de dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu de forma a propiciar o seu acesso ao público, através do uso de recursos variados, nomeadamente das novas

tecnologias da comunicação e da informação, sempre que as condições o permitam. Para além disso, o museu deverá definir e executar um plano de edições, em diferentes suportes, adequado à sua vocação e tipologia e desenvolver programas culturais diversificados.

A eficácia das políticas museológicas depende igualmente da coordenação de esforços com outras políticas culturais e com as políticas da educação, da ciência, do ordenamento do território, do ambiente e do turismo. Paralelamente, deverão ser utilizados os recursos nacionais, regionais e locais, de forma a corresponder e abranger a diversidade administrativa, geográfica e temática da realidade museológica portuguesa.

5. O projecto “Rede Portuguesa de Museus”

No início do novo milénio, foi criada a Rede Portuguesa de Museus, com o objectivo de se tornar um “sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”. Esta estrutura de projecto, transformada em estrutura de missão¹⁶⁷, tem como objectivos “a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus, a difusão da informação relativa aos museus, a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas e o fomento da articulação entre museus”. Para concretizar estes objectivos, a Rede Portuguesa de Museus dispõe de um mecanismo de credenciação dos museus portugueses¹⁶⁸, onde é exigido aos museus que queiram ser certificados, o cumprimento de todas as funções museológicas estabelecidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses¹⁶⁹, bem como a existência de meios humanos, financeiros e físicos para que o Museu possa cumprir a sua missão. Estes instrumentos legais, assim como todas as iniciativas desenvolvidas pela Rede Portuguesa de Museus relacionadas com o inventário e a gestão das colecções museológicas, têm sido essenciais para o reconhecimento da importância destas matérias.

6. O Instituto de Museus e Conservação: novas competências

O Decreto-Lei nº 97/2007, de 29 de Março, concretiza e estrutura o Instituto dos Museus e Conservação (IMC, I.P.), resultante da fusão do Instituto Português de Museus e do Instituto Português de Conservação e Restauro, o que naturalmente, se reflecte na sua missão e atribuições. Assim, assistimos à junção, num mesmo organismo, de competências na área dos museus e na área da conservação e restauro do Património Cultural móvel. Neste contexto,

¹⁶⁷ Resolução do Conselho de Ministros, nº 117/2005, de 30 de Junho de 2005.

¹⁶⁸ A credenciação dos museus portugueses, por parte da Rede Portuguesa de Museus, está prevista no Despacho Normativo nº3/2006, de 25 de Janeiro de 2006

¹⁶⁹ Lei-Quadro dos Museus Portugueses, nº 47/2004, de 19 de Agosto de 2004.

importa salientar a atribuição de competências na área do Património Imaterial, com a criação de uma unidade orgânica, colmatando, assim, a inexistência de um serviço da Administração Central que coordenasse a salvaguarda e a divulgação desta componente do Património Cultural.

O Decreto-Lei propõe “a inventariação e classificação dos bens culturais móveis de interesse público e de interesse nacional, (...) a inventariação sistemática e actualizada dos bens que integram o Património Cultural na respectiva área de actuação, (...) o registo patrimonial de inventário e o registo patrimonial de classificação dos bens culturais móveis objecto de protecção legal” (Decreto-Lei nº 97/2007 de 29 de Março, 2007). Ainda no que diz respeito ao inventário museológico, e de acordo com este documento, o IMC deverá “aprovar normas técnicas e divulgar directrizes a respeito do inventário museológico”, o que denota uma preocupação no sentido de regulamentar esta matéria. Consideramos particularmente relevante a promoção da “articulação dos inventários de bens públicos e privados com o inventário geral do Património Cultural”, numa perspectiva de eventual integração de informação.

7. Instrumentos de controlo terminológico: o caso português

A experiência nacional nesta matéria é muito recente e circunscrita, sobretudo quando comparada com outros exemplos europeus, que oportunamente referimos. No entanto, é possível identificar algumas iniciativas¹⁷⁰, no âmbito do inventário do Património Cultural que, mesmo não incidindo exclusivamente na problemática da terminologia, constituem contributos relevantes num processo em desenvolvimento. A título de exemplo, destacamos:

- IAC – Inventário do Património Imóvel dos Açores¹⁷¹;
- Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora¹⁷²;
- Inventário online da Diocese do Porto¹⁷³
- Inventário do Património Geológico Português¹⁷⁴;
- Comissão de Património Cultural – Inventário DGEMN¹⁷⁵;
- IGESPAR/IPA - Endovélico¹⁷⁶;

¹⁷⁰ Neste contexto, destacamos alguns projectos desenvolvidos no âmbito de financiamento diversos, nomeadamente o Programa Operacional da Cultura, a Rede Portuguesa e Museus e a CCDRN. Ver anexo 2.

¹⁷¹ Para mais informações: www.iac-azores.org

¹⁷² Para mais informações: <http://inventarioaevora.com.pt/inventario.html>

¹⁷³ Para mais informações: <http://inweb.bcdp.org>

¹⁷⁴ Para mais informações: <http://www.progeo.pt/inventario.htm>

¹⁷⁵ Para mais informações: http://cpc.ump.pt/ump/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=16&Itemid=66

- Ecomuseu do Barroso;

- Base de Dados do Património Arquivístico do Ministério da Educação¹⁷⁷.

8. O estudo de caso: o Matriz Online

8.1 Caracterização

Em 1993, o Instituto Português de Museus¹⁷⁸ iniciou o desenvolvimento de um projecto que tinha por objectivo dotar os museus tutelados pela Administração Central com um programa que optimizasse a gestão das colecções das referidas instituições, nomeadamente no que diz respeito à inventariação do seu espólio museológico: o Matriz. Entre 1993 e 1998, a primeira versão do software é instalada no conjunto dos 29 museus nacionais tutelados pelo IPM, mantendo-se até à data, bem como noutras instituições um pouco por todo o país¹⁷⁹, sendo a aplicação comercializada por uma empresa privada.

Em 2000, surge uma segunda versão do Matriz, onde, para além do módulo de inventário propriamente dito, a aplicação passa a dispor de um conjunto de ferramentas, cujo objectivo é a gestão integrada das colecções museológicas com actividades diversas, como a organização de exposições, intervenções de conservação e restauro, etc.

Entre 2001 e 2002, o Instituto Português de Museus desenvolveu o motor de pesquisa Matriznet: Colecções dos Museus IPM¹⁸⁰, o interface da internet da aplicação. O Matriznet permite o acesso online a conteúdos relativos às colecções existentes nos museus tutelados pelo Instituto, designadamente a informação contida nas respectivas fichas de inventário e a informação relativa a exposições, apresentada nos formatos texto, imagem, vídeo e som.

Disponibilizado ao público em 2003, o Matriznet constitui, no panorama museológico nacional, uma referência incontornável no domínio da divulgação das colecções museológicas. Efectivamente, e apesar de todos os problemas que os profissionais dos museus lhe reconhecem, e que iremos abordar oportunamente, a disponibilização online de um elevado número de registos¹⁸¹ merece uma nota de destaque.

¹⁷⁶ Para mais informações: <http://www.ipa.min-cultura.pt>

¹⁷⁷ Para mais informações: http://www.sg.min-edu.pt/cdoc_bd.htm

¹⁷⁸ O Instituto Português de Museus foi substituído pelo Instituto de Museus e Conservação, em 2007, na sequência da sua fusão com o Instituto Português de Conservação e Restauro (Decreto-Lei 97/2007, de 29 de Março).

¹⁷⁹ Segundo informação disponibilizada na website (<http://matriz.softlimits.com>), o software Matriz conta com cerca de 100 clientes.

¹⁸⁰ Matriznet: Colecções dos Museus IPM. Para mais informações: www.matriznet.ipmuseus.pt

¹⁸¹ Em Março de 2007, a aplicação disponibilizava, online, cerca de 30000 registos.

No contexto da actividade desenvolvida pelo IPM / IMC, no domínio do processo de inventariação das colecções museológicas nacionais, importa destacar a publicação dos cadernos de Normas de Inventário, cujo objectivo consistia em “constituir um objecto de uso corrente aos museus tutelados pelo IPM, todos eles dotados com o programa de inventário informatizado Matriz; em segundo lugar, o poder orientar outros museus portugueses que, dispondo ou não de programas de inventário informatizado, pretendam utilizar ou confrontar a experiência que acumulamos e desejamos partilhar” (*Normas Gerais. Artes Plásticas e Artes Decorativas*, 2000). Apesar das limitações evidenciadas, e que oportunamente abordaremos, estas constituem uma iniciativa relevante, devendo constituir-se como um ponto de partida para uma análise mais aprofundada destas matérias, nomeadamente na definição de procedimentos a adoptar pelas instituições museológicas.

8.2 Estrutura

A aplicação Matriz, sistema de gestão e documentação de colecções museológicas, integra três módulos autónomos: o módulo do inventário, destinado à catalogação de acervos e colecções; o módulo da gestão de colecções, destinado à documentação e gestão de movimentos internos e externos de um objecto; o módulo Matriznet, destinado à disponibilização online da informação relacionada com as colecções museológicas.

O Módulo Inventário é constituído por um conjunto diversificado de campos, alguns dos quais de preenchimento obrigatório¹⁸², o que apresenta algumas dificuldades: Por um lado, a obrigatoriedade de preenchimento destes campos, associada à inexistência de normas de preenchimento, traduz-se numa variedade de soluções. Por outro lado, o preenchimento de alguns destes campos recorre a uma “Lista Fixa”¹⁸³, que nem sempre fornece o termo necessário e adequado à realidade em questão.

Um projecto com estas características reveste-se, certamente, de uma enorme complexidade, sobretudo atendendo aos seus intervenientes: 29 museus¹⁸⁴ com um espólio numeroso e diversificado. Contrariamente ao que acontece em Espanha¹⁸⁵ ou no Reino Unido¹⁸⁶,

¹⁸² Constituem campos de preenchimento obrigatório: Identificação Sumária da Peça; Instituição / Proprietário; Supercategoria; Categoria; Denominação / Título (pelo menos, um deles); Nº de Inventário. Constituem separadores de preenchimento obrigatório: Identificação; Autoria; Datação; Dimensões; Conservação; Incorporação; Localização; Validação.

¹⁸³ Os campos que recorrem a “Listas Fixas” são: Supercategoria; Tipo de Autor; Unidade de Peso; Estado de Conservação; Local de Conservação, Intervenção, Restauro; Modo de Incorporação.

¹⁸⁴ Ver anexo 6.

¹⁸⁵ Em 1998, André C. Pérez publicou “Normalizacion Documental de Museos. Elementos de una aplicación informática”, um documento técnico que tinha por objectivo a definição da estrutura da base de dados e alguns procedimentos a adoptar pelos museus na gestão das suas colecções.

não existe em Portugal um documento técnico equivalente ao que os espanhóis designam por “normalização documental dos museus” (Perez A. C., Normalización documental de museos: elementos de una aplicación informática de gestión museológica, 1998c). Existem, no entanto, um conjunto de documentos, intitulados “Normas de Inventário”¹⁸⁷, que reúne os procedimentos a adoptar nas tarefas do inventário das colecções, tendo por base o software de gestão de colecções Matriz. No entanto, uma iniciativa que, à partida, poderia constituir-se como uma referência, apresenta inúmeras debilidades e limitações.

Para além da inadequação das normas de inventário a algumas colecções, a omissão de alguns procedimentos traduz-se numa deficiente gestão dos espólios museológicos.

Após a análise das Normas de Inventário, debruçamo-nos sobre a aplicação, propriamente dita. Poderíamos ter adoptado diferentes perspectivas de avaliação, mas optamos por incidir a nossa análise no ponto de vista que nos é possível aferir a partir do Matriznet: por um lado, permite-nos conhecer a utilização que as instituições museológicas e os seus profissionais fazem da aplicação, as suas potencialidades e dificuldades; por outro lado, permite-nos identificar o tipo de informação que é disponibilizada, e as dificuldades verificadas no momento da pesquisa da informação.

Tendo em conta a metodologia adoptada¹⁸⁸, e a informação disponibilizada, a nossa análise incide sobre os seguintes campos¹⁸⁹: Supercategoria; Categoria; Subcategoria; Autoria; Denominação.

8.3 Definição de conceitos, relativamente aos campos em análise

8.3.1 Super categoria

As Normas de Inventário apresentam o conceito de “Supercategoria”, criadas na definição do programa Matriz: Artes Plásticas e Artes Decorativas, Arqueologia e Etnologia, que constituem, por assim dizer, os três grandes grupos de objectos.

¹⁸⁶ O Spectrum – Museum Documentation Association constitui uma referência internacional no domínio dos procedimentos a adoptar no domínio das colecções museológicas.

¹⁸⁷ Neste momento, foram já publicadas as seguintes Normas de Inventário: “Normas Gerais. Artes Plásticas e Decorativas”; “Normas Gerais. Arqueologia”; “Normas de inventário. Alfaias agrícolas”; “Normas de inventário. Cerâmica de revestimento”; “Normas de inventário. Têxteis”; “Normas de inventário. Mobiliário”; Normas de inventário. Cerâmica utilitária”; “Normas de inventário. Tecnologia têxtil”; “Normas de inventário. Escultura”; “Normas de inventário. Cerâmica”. Nesta análise, foram apenas consideradas as Normas publicadas até Março de 2007.

¹⁸⁸ A metodologia adoptada é descrita no primeiro capítulo da dissertação.

¹⁸⁹ Foram analisadas 30 574 fichas de inventário, disponíveis online em Março de 2007.

8.3.2. Categoria

A categoria constitui o “primeiro nível de classificação das colecções museológicas”, designando os “grandes agrupamento de peças, tradicionalmente estabelecidos e definidos em função da técnica, matéria de base ou mesmo da sua funcionalidade”.

8.3.3. Subcategoria

O inventário informatizado admite a “existência de subcategorias como desdobramento das Categorias pré-definidas”, correspondendo a uma “especificação de ordem funcional que visa auxiliar a gestão interna das colecções”.

8.3.4. Denominação

A Denominação do objecto é definida, nas Normas de Inventário, como a “identidade estrita e inequívoca do objecto, regra geral tendo em conta a função do mesmo”.

8.3.5. Autoria

O “Autor” é definido, nas Normas de Inventário, como “todo e qualquer interveniente no processo de fabrico de uma peça”, com excepção das entidades colectivas (oficinas, fábricas, ateliers, etc), identificadas em campo próprio.

8.4 Análise de dados

8.4.1. Super Categoria

As Normas de Inventário referem-se especificamente a determinadas categorias de objectos, incluídas em três Supercategorias, criadas na definição do programa Matriz: Artes Plásticas e Artes Decorativas, Arqueologia e Etnologia, sendo descuradas outras de igual importância no panorama museológico nacional, mas que evidenciam, uma tradição político-administrativa que caracteriza a organização dos Museus Nacionais.

8.4.2. Categoria

Logo à partida, deparamo-nos com uma multiplicidade de critérios na atribuição da Categoria a um determinado objecto, o que, necessariamente, introduz alguma subjectividade ao processo de inventariação¹⁹⁰.

As “Normas” sugerem a criação, só excepcionalmente, de novas categorias, para além das propostas, “sob pena de duplicar a informação, que poderá estar contida noutros campos, ou mesmo depreciar a lógica interna que preside ao funcionamento da base de dados”. No entanto, constamos que: a base de dados Matriznet apresenta um total de 56¹⁹¹ Categorias, sendo que 24 constituem novas categorias criadas¹⁹², para além das existentes nas normas.

Se, por um lado, algumas das Categorias criadas evidenciam uma especificidade muito própria, não contemplada numa “Norma” demasiado abrangente¹⁹³, outras há cuja existência é inequivocamente desnecessária, traduzindo-se numa duplicação da informação e em resultados de pesquisa bastante deficientes¹⁹⁴.

Por outro lado, verificamos o facto de uma Categoria ser, simultaneamente, Categoria e Subcategoria, consoante a Supercategoria a que está associada¹⁹⁵. Para além disso, uma mesma Categoria é associada a Supercategorias diferentes¹⁹⁶.

¹⁹⁰ Ex. Museu Nacional de Etnologia / N° de inventário BC.772/10 / Designação: Pote / **Categoria: Brinquedos** (classificação em termos de função); Museu de Évora / N° de inventário: C 189 / Designação: Pote / **Categoria: Cerâmica** (classificação em termos de matéria).

¹⁹¹ Ver anexo 7.

¹⁹² Categorias criadas, para além das existentes nas Normas: Bronzes figurativos; Caça; Cenografia; Equipamentos e utensílios; Figurado de barro; Frasco de Rapé; Iluminação; Indústria Lítica; Instalação; Joalharia, Maquetes; Matérias-Primas; Mineração e Metalurgia; Outros objectos; Paleontologia, Pastoreio; Prataria; Ritual; Tecnologia Têxtil; Transporte; Utensílios Líticos; Vídeo; Terracota (informação à data de Março de 2007).

¹⁹³ Uma situação que tem vindo a ser parcialmente corrigida com a publicação de Normas de Inventário mais específicas.

¹⁹⁴ Sublinhamos a existência de uma Categoria designada “Outros objectos”.

¹⁹⁵ De acordo com as “Normas de Inventário”, verificamos que a Categoria: “Adereços e objectos de adorno” constitui uma Categoria da Supercategoria “Arqueologia” e uma Subcategoria da Supercategoria “Artes Plásticas e Decorativas”.

¹⁹⁶ De acordo com as “Normas de Inventário”, verificamos que Categoria “Armas” constitui uma Categoria da SuperCategoria “Arqueologia” e da Supercategoria “Artes Plásticas e Decorativas”; a Categoria “Escultura” constitui uma Categoria da Supercategoria “Arqueologia” e da Supercategoria “Artes Plásticas e Decorativas”. Outros exemplos: ver anexo 8.

8.4.3 Subcategoria

O inventário informatizado admite a “existência de subcategorias como desdobramento das Categorias pré-definidas”, correspondendo a uma “especificação de ordem funcional que visa auxiliar a gestão interna das colecções”. No entanto, podemos identificar vários exemplos de classificação de objectos em que o princípio funcional não é aplicado¹⁹⁷.

À semelhança das recomendações apresentadas na criação de novas “Categorias”, também no que diz respeito às Subcategorias, a criação de novas classificações “deverá ser objecto de ponderação”, só se justificando em função de uma tipologia específica. No entanto, este princípio não se verifica, tendo sido possível identificar:

- a criação de Subcategorias que as “Normas” remetem para o campo “Denominação”¹⁹⁸;
- a criação de Subcategorias que as “Normas” remetem para o campo da “Técnica”¹⁹⁹;
- a criação de Subcategorias que as “Normas” remetem para o campo “Matéria”²⁰⁰;
- a criação de Subcategorias que as normas remetem para o campo “Colecção”²⁰¹;
- a criação de Subcategorias que as normas apresentam como categorias²⁰²;

¹⁹⁷ Ex. Museu de Alberto Sampaio / N° de inventário: C 05 / SuperCategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Cerâmica / **Subcategoria: Faiança**; Museu de Alberto Sampaio / N° de inventário: C 260 / Supercategoria: Artes Plásticas e Artes Decorativas / Categoria: Cerâmica / **Subcategoria: Olaria**; Museu Monográfico de Conímbriga / N° de inventário: 64.517 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Instrumentos e Utensílios / **Subcategoria: Vidraria**.

¹⁹⁸ Ex. Museu Monográfico de Conímbriga / N° de inventário 63.30 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Adereços e objectos de adorno / **Subcategoria: Anéis**; Museu Monográfico de Conímbriga / N° de inventário: 69.542 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Cerâmica utilitária / **Subcategoria: Ânforas**; Museu Nacional do Teatro / N° de inventário: 87036 / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Espólio documental / **Subcategoria: Álbum de fotografias**; Museu Monográfico de Conímbriga / N° de inventário: 64.71 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Adereços e objectos de adorno / **Subcategoria: Brincos**; Museu de Alberto Sampaio / N° de inventário: T 115 / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Têxteis / **Subcategoria: Colchas**.

¹⁹⁹ Ex. Museu Francisco Tavares Proença Júnior / N° de inventário: 78.18 MFTPJ / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Pintura / **Subcategoria: Aguarela**; Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves / N° de inventário: SIC 617 / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Ourivesaria / **Subcategoria: Galvanoplastia**.

²⁰⁰ Ex. Museu Monográfico de Conímbriga / N° de inventário: 70.656 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Adereços e objectos de adorno / Subcategoria: **Cobre figurativo**; Museu de Alberto Sampaio / N° de inventário: E 107 / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Escultura / **Subcategoria: Madrepérola**; Museu de Alberto Sampaio / N° de inventário: E 98 (2/3); Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Escultura / **Subcategoria: Marfim**.

²⁰¹ Ex. Museu dos Biscáfnhos / N° de inventário: 710 (1) MB / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Escultura / **Subcategoria: Arte Sacra**.

²⁰² Ex. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior / N° de inventário: 41.7 MFTPJ / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Adereços e Objectos de Adorno / **Subcategoria: Armamento**.

- a criação de Subcategorias semelhantes, o que se traduz numa duplicação da informação²⁰³.

8.4.4 Autoria

No que diz respeito a este campo, procedemos à análise de todos os registos recolhidos, num total de 30 574, sendo que, apenas 1 003 estão preenchidos. No entanto, e apesar das recomendações existentes nas diversas Normas elaboradas pelo então Instituto Português de Museus, o preenchimento deste campo apresenta uma diversidade de formatos que compromete indiscutivelmente a gestão desta informação. Senão vejamos:

- 957 registos correspondem ao formato “Apelido, Nome”²⁰⁴;
- 667 registos correspondem ao formato “Apelido, Nome, Localidade, Cronologia”²⁰⁵;
- 280 registos correspondem ao formato “Apelido, Nome, Cronologia”²⁰⁶.

Neste contexto, verificamos igualmente a inexistência de uma norma no que diz respeito à inserção do pseudónimo (quando existe), sendo, ora omitido²⁰⁷, ora indevidamente associado ao nome²⁰⁸, propriamente dito, do autor. Para além dos problemas identificados ao nível da morfologia, identificamos ainda deficiências várias ao nível da sintaxe²⁰⁹.

²⁰³ Ex. Museu de Alberto Sampaio / N° de inventário: T 36 / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Têxteis / Subcategoria: **Alfaías de Igreja**; Museu de Aveiro / N° de inventário: 125 C / Supercategoria: Artes Plásticas e Decorativas / Categoria: Têxteis / Subcategoria: **Alfaías Religiosas**; Museu de Francisco Tavares Proença Júnior / N° de inventário: 41.7 MFTPJ / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Adereços e objectos de adorno / **Subcategoria: Armamento**; Museu Nacional de Arqueologia / N° de inventário: 10204 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Armas / **Subcategoria: Armas brancas**; Museu Nacional de Etnologia / N° de inventário: AA.568 / Supercategoria: Etnologia / Categoria: Armas / **Subcategoria: Armas de corte**; Museu Nacional de Arqueologia / N° de inventário: 10792 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Armas / **Subcategoria: Armas outras**; Museu da Guarda / N° de inventário: 104 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Armas / **Subcategoria: Outras**; Museu da Guarda / N° de inventário: 410 / Supercategoria: Arqueologia / Categoria: Armas / **Subcategoria: Brancas**. Outros exemplos: ver anexo 9.

²⁰⁴ Ex. Museu de Lamego / N° de inventário: 2942 / Autoria: **Bordalo Pinheiro, Rafael**.

²⁰⁵ Ex. Museu de José Malhoa / N° de inventário: Pin 197 / Autoria: **Keil, Alfredo (Lisboa, 1850 - Lisboa, 1907)**.

²⁰⁶ Ex. Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso / N° de inventário: 84 Des. / Autoria: **Botelho, Carlos (1899-1982)**.

²⁰⁷ Ex. Museu Nacional Soares dos Reis / N° de inventário 23 Pin. (CMP) / Autoria: **Francisco Vieira (1765-1805)**.

²⁰⁸ Ex. Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves / N° de inventário: CMAG 850 / Autoria: **Vieira Portuense, Francisco (1765-1805) (atrib.)**.

²⁰⁹ Ex. Museu Nacional do Teatro / N° de inventário: 134595 / Autoria: **Alberto de Souza**; Museu do Abade de Baçal / N° de inventário 1018 / Autoria: **Sousa, Alberto (1880-1961)**.

No que diz respeito à informação inserida, verificamos a existência de informações díspares relativamente aos mesmos conteúdos²¹⁰.

Por outro lado, o facto de estarmos perante um campo de preenchimento obrigatório traduz-se na adopção de diferentes soluções de preenchimento, consoante se trate de um autor desconhecido²¹¹, ou de uma atribuição de autoria que apresenta algumas dúvidas²¹².

A inexistência de uma norma, no que diz respeito ao preenchimento deste campo, traduz-se num universo total de 1 003 campos preenchidos, correspondentes a 748 diferentes registos de autores, mas que, na realidade, não são mais do que 284 entidades, quando aplicada uma norma ao seu registo²¹³. Por outro lado, as disparidades verificadas traduzem a inexistência de um sistema eficaz de gestão e validação da informação que, põe em causa, indiscutivelmente, o princípio de gestão integrada das colecções de todas as instituições museológicas envolvidas.

8.4.5 Designação

No que diz respeito ao campo da Designação, constatamos a inexistência de procedimentos de normalização de conteúdos, nomeadamente a não utilização de Tesouros e Listas de Valores, essenciais à normalização.

A análise da base de dados Matriznet permitiu-nos identificar as debilidades da aplicação de gestão de colecções museológicas. Não podemos, no entanto, deixar de sublinhar o carácter positivo de uma iniciativa com estas características. De facto, apesar de todos os problemas e dificuldades que podemos verificar, a base de dados Matriznet constitui uma referência no panorama museológico nacional, não só pela sua dimensão, no que diz respeito ao volume de informação disponibilizado, mas também tendo em conta as várias instituições envolvidas.

²¹⁰ Ex. Museu de José Malho / N.º de inventário: Pin 197 / Autoria: **Keil, Alfredo (Lisboa, 1850 – Lisboa, 1907)**; Museu do Chiado / N.º de inventário: 1302 – B / Autoria: **Keil, Alfredo Cristiano (Lisboa, 1850 – Hamburgo, Alemanha, 1907)**; Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves / N.º de inventário: CMAG 917 / Autoria: **Keil, Alfredo (Lisboa, 1854 – Hamburgo, 1907)**.

²¹¹ Ex. Museu da Guarda / N.º de inventário 10 – D; Autoria: **Desconhecido**; Museu de José Malho / N.º de inventário: Esc 2 / Autoria: **Autor Desconhecido**; Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves / N.º de inventário: CMAG 1 / Autoria: **Desconhecido (?)**; Museu da Música / N.º de inventário: MM 1070 / Autoria: **Desconhecido/a**; Museu Nacional de Arte Antiga / N.º de inventário: 1069 Pin / Autoria: **Mestre Desconhecido**.

²¹² Ex. Museu Nacional de Machado de Castro / N.º de inventário: 6598;0286 / Autoria: **A.N (António Nunes das Neves?) ; João Frederico Ludevice**; Museu dos Biscainhos / N.º de inventário: 2128 MB / Autoria: **Autoria Italiana (?)**; Museu da Música / N.º de inventário: MM 189 / Autoria: **Bavoux et Poiseau (ou? Loiseau)**;

²¹³ Ex. Autores: Alberto de Sousa (**7 registos**); António Carneiro (**5 registos**); António Soares dos Reis (**5 registos**); Domingos Sequeira (**8 registos**); José de Almada Negreiros (**6 registos**); António Teixeira Lopes (**7 registos**). Ver anexo 10.

Uma aplicação com estas características apresenta inúmeras potencialidades, nomeadamente ao nível da integração da informação. No entanto, este desafio é tanto ou mais complexo, se atendermos ao volume de informação envolvido. Nesse contexto, a exigência do ponto de vista do estabelecimento de normas é ainda mais premente.

As “Normas de Inventário”, publicadas pelo IPM, mostraram-se insuficientes perante as exigências verificadas. A omissão de alguns aspectos, a pouca clareza de outros, e, simplesmente, a sua não utilização por parte dos técnicos envolvidos no processo de inventariação, contribuem para uma gestão deficiente dos conteúdos existentes na base de dados que, em última análise, comprometem irremediavelmente, qualquer pesquisa, não só do ponto de vista do técnico da instituição, mas também do utilizador comum.

A utilização de terminologia diversificada, bem como a inexistência de normas, de facto, no preenchimento da base de dados, dificultam as pesquisas realizadas, pela diversidade de resultados obtidos, consoante os critérios de pesquisa seleccionados²¹⁴. Este facto adquire uma dificuldade acrescida se atendermos às dificuldades de pesquisa inerentes a erros de morfologia²¹⁵.

As dificuldades verificadas no momento da pesquisa resultam de vários factores, nomeadamente da diversidade de critérios no momento do preenchimento da ficha de inventário, constatando-se, nesse contexto, a ausência de uma unidade de critérios e de metodologias de procedimentos.

²¹⁴ Ex. Termo de pesquisa: “Adereço” / Resultados de Pesquisa: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **940 registos** / Denominação: **6 registos**; “Anel” / Resultados de Pesquisa: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **8 registos** / Denominação: **337 registos**; “Armas”: Resultados de Pesquisa: Pesquisa Orientada (Categoria): **478 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **480 registos** / Denominação: **69 registos**.

²¹⁵ Ex. Termo de pesquisa: “Anel”: Resultados de Pesquisa: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **8 registos** / Denominação: **337 registos**; “Anéis”: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **30 registos** / Denominação: **0 registos**; “Brinco”: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **5 registos** / Denominação: **112 registos**; “brincos”: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **5 registos** / Denominação: **17 registos**; “Arreios”: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **148 registos** / Denominação: **95 registos**; “Arreios”: Pesquisa Orientada (Categoria): **0 registos** / Pesquisa Livre (Subcategoria): **113 registos** / Denominação: **4 registos**. Ver anexo 11.

III. Os Museus da Câmara Municipal do Porto: proposta de gestão integrada

1. Introdução

Os Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto iniciaram o processo de informatização dos inventários museológicos em 1997, com a aquisição de uma aplicação informática especializada neste domínio (Inarte), no contexto da introdução das tecnologias da informação como instrumento de realização desta tarefa. O princípio subjacente a esta iniciativa consistia na instalação de uma aplicação em cada museu, o que exigia um esforço acrescido a todo o processo de normalização de conceitos, procedimentos e terminologias, aspectos essenciais para a consistência e o rigor do processo de informatização.

Em 2007, verificou-se uma alteração significativa ao nível da estratégia que vinha a ser desenvolvida desde os finais da década de 90, tendo sido decidida a integração dos diferentes inventários existentes numa única base de dados, de modo a permitir uma abordagem transversal do processo de informatização, o que implicou a instalação de recursos tecnológicos e de comunicações que viabilizassem esta solução. Paralelamente, efectuou-se o upgrade da aplicação para uma nova versão: o InArte Premium.

Uma redefinição estratégica com estas características reflecte-se, inevitavelmente, a vários níveis. Para além dos recursos de carácter técnico, nomeadamente um servidor para a aplicação InArte Premium, um scanner, uma máquina fotográfica digital, um sistema de backup, etc, foram adstritos, em regime de exclusividade a este processo, alguns recursos humanos, nomeadamente um técnico-profissional da área da Museografia e um técnico-superior da área da Biblioteconomia.

2. Objectivos

Este capítulo tem por objectivo definir um modelo integrado de gestão dos inventários das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto, com base nas colecções cujo inventário se encontra já em suporte electrónico.

O modelo a apresentar incidirá sobre vários aspectos relacionados com a gestão das colecções museológicas, no contexto da integração dos diferentes inventários existentes numa única base de dados, nomeadamente, conceitos, procedimentos e terminologias.

3. Identificação e caracterização dos Museus no domínio dos inventários das colecções

A Câmara Municipal do Porto possui, sob a responsabilidade do Departamento de Museus e Património Cultural, um espólio museológico distribuído por 6 Museus e um espaço de Reservas Municipais. Globalmente, os respectivos inventários encontram-se realizados em formato de papel, sendo que cerca de 5 300 objectos encontram-se já inventariados em suporte electrónico.

A inexistência de um inventário informatizado, concluído, dos espólios depositados nos diversos museus, não nos permite quantificar e caracterizar a totalidade das suas colecções, pelo que a abordagem que nos propomos fazer, neste contexto, é limitada aos cerca de 5300 objectos inventariados e informatizados²¹⁶.

3.1 Museu Romântico da Quinta da Macieirinha

O Museu Romântico da Quinta da Macieirinha, inaugurado em 1972 após aquisição da autarquia, recria ambientes do século XIX, ligados ao Romantismo e à cidade do Porto, nomeadamente à burguesia, cujo papel cultural, político e económico na cidade Invicta foi preponderante.

O espólio do Museu Romântico é constituído por objectos de Artes Decorativas, Pintura, Têxteis e Mobiliário. Os objectos estão marcados e inventariados, em fichas em formato de papel. Conta com 57 objectos informatizados, pertencentes, na sua totalidade, à colecção de Têxteis.

²¹⁶ Informação relativa a Janeiro de 2007. Ver anexo 12.

3.2 Gabinete de Numismática / Casa Tait

O Gabinete de Numismática possui uma das mais importantes e completas colecções de numismática do país, contando, no seu espólio, com valiosas colecções de medalhas, cédulas, notas bancárias e senhas diversas, num total de várias dezenas de milhar de espécimes.

Inaugurado nas actuais instalações em 1988, o espólio do Gabinete de Numismática é constituído, grosso modo, por cerca de 21 000 espécimes, distribuídos por, fichas em metal, senhas, apólices, vales, letras, notas bancárias, medalhas, condecorações, cunhos de medalhas, chapas de impressão de notas, cheques, selos e contra-selos. Estes objectos são em diversos materiais, que se poderão agrupar, basicamente, em metais, papeis e porcelana.

O espólio do Gabinete de Numismática está inventariado em fichas em formato de papel. Para além da ficha do objecto, existe também uma ficha de Fotografia, constituída pelos seguintes campos de informação: Autor; Clichá nº; Tirada em; Registo Geral nº; Nº de Inventário; Colocação no Museu; Descrição.

Para além do inventário em formato de papel, cerca de 2500 objectos do espólio da colecção de Numismática estão já informatizados na aplicação InArte Premium.

3.3 Casa- Museu Marta Ortigão Sampaio

Instalada num edifício dos anos 50, da autoria dos arquitectos Luís Pádua Ramos e Carlos Loureiro, a Casa-Museu apresenta o espólio de Marta Ortigão Sampaio (1897-1978), doado à Câmara Municipal do Porto em 1978.

O espólio da Casa-Museu é constituído por colecções de Pintura, Mobiliário e Joalharia, dos séculos XVIII-XX.

O inventário das colecções da Casa-Museu apresenta-se em formato de papel, sendo que, cerca de 300 objectos estão informatizados.

3.4 Casa-Museu Guerra Junqueiro

A Casa-Museu Guerra Junqueiro possui algumas das mais notáveis colecções de Artes Decorativas da cidade do Porto, nomeadamente: Mobiliário, Ourivesaria, Cerâmica, Têxteis, Torêuticas e Vidros. Para além destas, possui ainda alguns objectos em metal e Esculturas, nomeadamente uma colecção de escultura portuguesa e estrangeira, em situação de Depósito, do Museu Nacional de Arte Antiga.

Para além do inventário em formato de papel, cerca de 800 objectos pertencentes ao espólio da Casa-Museu Guerra Junqueiro estão informatizados

3.5 Casa-Oficina António Carneiro

A Casa-Oficina António Carneiro, instalada num edifício dos anos 20, apresenta a reconstituição do atelier do artista, o que é claramente evidenciado na tipologia de objectos que a integra.

O espólio da Casa-Oficina António Carneiro é constituído por: Pintura, Desenho, Mobiliário, Gravura, Escultura, Artes Decorativas, Material Gráfico diverso (recortes de imprensa, fotografias, bibliografia, cartografia, epistolografia), para além de outros instrumentos relacionados com a produção artística, nomeadamente pincéis.

Para além do inventário em formato de papel, cerca de 300 objectos do espólio da Casa-Oficina estão já informatizados.

3.6 Museu do Vinho do Porto

O Museu do Vinho do Porto apresenta uma colecção relacionada com a actividade comercial associada ao Vinho do Porto. Do seu espólio, fazem parte colecções de Vidro, Cerâmica, Material Gráfico diverso, Metais, Mobiliário, Pintura e Têxteis sendo, que cerca de 250 objectos estão informatizados.

3.7 Reservas Municipais

As Reservas Municipais da Câmara Municipal do Porto são constituídas por objectos representativos das diferentes colecções que constituem o espólio museológico da Autarquia, sendo que 857 objectos estão já informatizados.

4. Análise e avaliação dos inventários actuais

4.1 Introdução

A inexistência de um inventário global informatizado condicionou a análise que realizamos, a qual se limitou aos cerca de 5 300 objectos informatizados. Estamos perante um universo representativo dos 7 inventários existentes, onde estão presentes exemplos das diferentes tipologias de objectos, bem como lógicas diversificadas de abordagem do inventário, na qual participaram diversos técnicos.

Numa primeira fase, procedeu-se à exportação dos dados dos 7 inventários para um formato TXT/Excel, no qual se realizou a integração da totalidade da informação. O estudo e análise deste documento, pelos dados que apresenta e pelos elementos que podemos, com segurança, inferir, foi realizado com a seguinte metodologia:

4.1.1 Identificação de todos os campos utilizados no conjunto dos 7 inventários

Iniciamos a nossa análise com a identificação dos campos da base de dados preenchidos pelos diversos museus, tendo sido possível constatar a inexistência de uma regra neste domínio. De facto, o preenchimento de alguns campos é comum a alguns museus, mas, de um modo geral, verificamos que o seu preenchimento varia consoante a instituição e, inclusivamente, na própria instituição²¹⁷.

Após a identificação dos grupos de informação preenchidos pelos diversos museus, seleccionamos aqueles cuja utilização é mais frequente, permitindo-nos, assim, uma análise mais substancial dos dados.

²¹⁷ Ver anexo 13.

A abordagem desenvolvida tem por objectivo avaliar os dados inseridos, quanto à sua morfologia e sintaxe, e não pela qualidade e rigor científicos dos mesmos, algo que se nos assemelha inadequado, pela sua especificidade, no contexto desta análise.

4.1.2 Identificação dos campos mais utilizados no Inventário

A análise da informação inserida na aplicação informática “InArte Premium” permitiu-nos identificar os diferentes campos utilizados, tendo sido possível concluir a inexistência de uma norma quanto a este procedimento, o que se traduz numa variedade de tipologias de campos preenchidos nos diferentes museus. No entanto, verificamos que alguns campos são mais comumente utilizados nos vários museus²¹⁸.

4.1.3 Análise da coerência dos dados no que concerne à normalização dos conteúdos (morfologia e sintaxe)

Após a identificação dos Campos mais utilizados pelos diferentes Museus Municipais, procedemos à análise da coerência dos dados introduzidos, no que concerne à normalização dos conteúdos, no que diz respeito à morfologia e sintaxe.

4.1.3.1 Autorias

O campo “Autoria” traduz, de forma inequívoca, a ausência de normas de inventário, no que diz respeito à morfologia dos dados. De facto, a análise dos registos existentes permitiu-nos identificar a inexistência de uma norma, o que se traduz numa variedade de formatos: Apelido, Nome²¹⁹; Nome, Apelido²²⁰; Abreviaturas²²¹; Desconhecido²²²; Nome²²³; Apelido²²⁴.

²¹⁸ Ver anexo 14.

²¹⁹ Ex. Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio / N° de inventário: 78.35.001 / Autoria: **CARNEIRO, António.**

²²⁰ Ex. Reservas / N° de inventário: VR.1951.31.077 / Autoria: **Alice D’Azevedo Ribeiro.**

²²¹ Ex. Reservas / N° de inventário: VR.1951.31.212 / Autoria: **C. A. Silva.**

²²² Ex. Casa-Museu António Carneiro / N° de inventário: 93.93.314 / Autoria: **Desconhecido.**

²²³ Ex. Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio / N° de inventário: 78.33.037 / Autoria: **Albano.**

²²⁴ Ex. Casa-Museu António Carneiro / N° de inventário: 93.93.313 / Autoria: **Almeida.**

Paralelamente, a inserção da informação em diferentes formatos traduz-se na repetição de nomes de autores²²⁵.

4.1.3.2 Designação

A análise do campo “Designação” permite-nos identificar 347 termos distintos, utilizados nos diferentes Museus. Após a análise morfológica e sintáctica dos conteúdos inseridos, concluímos:

- a utilização indevida de conjunções, no contexto da inventariação de dois objectos com um mesmo número de inventário²²⁶;
- utilização indevida de pontuação²²⁷;
- indicação da técnica de produção utilizada²²⁸;
- utilização de diferentes critérios na atribuição da designação, nomeadamente no que diz respeito ao inventário da colecção de numismática²²⁹.

4.1.3.3 Categoria

A análise do campo “Categorias” permite-nos identificar 83 Categorias distintas, utilizadas nos diferentes Museus. Após a análise deste campo, concluímos:

²²⁵ Ex. Reservas / N° de inventário: VR.1951.31.063 / Autoria: **A. Lino (Acácio Lino?)**; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio / N° de inventário: 78.31.045 / Autoria: **LINO, Acácio**. Reservas/ N° de inventário: VR.1951.31.144 / Autoria: **António Carneiro**; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio / N° de inventário: 78.35.001 / Autoria: **CARNEIRO, António**. Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio / N° de inventário: 78.33.064 / Autoria: **GAMEIRO, Helena Roque**; Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio / N° de inventário: 78.33.031 / Autoria: **GAMEIRO, Roque**.

²²⁶ Ex. RVMN / N° de inventário: VR.1951.48.0185 (1,2) / Designação: **Bacia e gomil**; CMGJ / N° de inventário: 295 / Designação: **Bandeja e espevitador**.

²²⁷ Ex. MVPT / N° de inventário: AT.003.004.2 / Designação: **Conjunto (garrafa e copos)**; CMGJ / N° de inventário: 458 / Designação: **Gaveta – Escritório**.

²²⁸ Ex. CMMOS / N° de inventário: 78.12.001 / Designação: **Pintura\Aguarela**; CMMOS / N° de inventário: 78.33.052; Designação: **Pintura\Guacho**.

²²⁹ Ex. GNUM / N° de inventário: 04377 / Designação: **Moeda**; GNCT / N° de inventário: GM.1977.A.00382 / Designação: **Moeda\10 reais**; GNUM / N° de inventário: GN.1988.D.02949 / Designação: **Moeda\Antoniniano**; GNUM / N° de inventário: GN.1976.A.00184 / Designação: **Moeda\Cruzado** ouro; GNUM / N° de inventário: GN.2000.A.06780 / Designação: **Moeda\Pataca (320 Réis)**.

- utilização indevida de terminologia identificativa da técnica de produção do objecto inventariado²³⁰;
- utilização de diferentes terminologias com o mesmo significado²³¹;
- utilização de terminologia que remete para o local de produção do objecto inventariado²³²;
- utilização de diferentes Categorias, com o mesmo significado, associada a um mesmo objecto;²³³
- utilização de Categorias com diferentes graus de detalhe para um mesmo objecto²³⁴.

4.1.3.4 Classificação

A análise do campo “Classificação” permite-nos identificar a utilização de 19 termos distintos nos diversos Museus, tendo-se verificado que a Classificação dos objectos é atribuída de acordo com critérios diversificados²³⁵.

4.1.3.5 Colecção

A análise do campo “Colecção” permitiu-nos identificar 46 termos distintos, identificativos das diferentes colecções museológicas, sendo que, neste contexto, consideramos particularmente relevante a utilização de diferentes critérios subjacentes à atribuição de um

²³⁰ Ex. CMMOS / N° de inventário: 78.31.006 / Categoria: **Carvão**; CMGJ / N° de inventário: 131 / Categoria: **Desenho\lápiz**.

²³¹ Ex. CMMOS / N° de inventário: 001 / Categoria: **Cerâmica\doméstica**; CMGJ / N° de inventário: 004 / Categoria: **Cerâmica\utilitária**.

²³² Ex. CMGJ / N° de inventário: 570 / Categoria: **Ourivesaria\estrangeira**.

²³³ Ex. RVMN / N° de inventário: VR.1951.48.0121 / Designação: Boião / Categoria: **Cerâmica\doméstica**; CMGJ / N° de inventário: 170 / Designação: Boião / Categoria: **Cerâmica\utilitária**.

²³⁴ Ex. MVPT / N° de inventário: AT.003.001 / Designação: Cadeira / Categoria: **Mobiliário\civil\móveis de repouso**; CMMOS / N° de inventário: 78.65.02.01 / Designação: Cadeira / Categoria: **Mobiliário\assento**; CMGJ / N° de inventário: 480 / Designação: Cadeira / Categoria: **Mobiliário\civil**; CMGJ / N° de inventário: 352 / Designação: Castiçal / Categoria: **Metais**; CMGJ / N° de inventário: 358 / Designação: Castiçal / Categoria: **Metais\luminária**.

²³⁵ Ex. GNUM / N° de inventário: GN.1976.A.0040 / Designação: Moeda\dinheiro / Classificação: **Centro Emissor – Origem** (Classificação em função do centro emissor); RVMN / N° de inventário: VR.951.93.3361/3119 / Designação: Gravura / **Classificação: Rectangular** (Classificação em função da forma); CMGJ / N° de inventário: 030 / Designação: Prato / Classificação: **Cerâmica de reflexos metálicos** (Classificação em função da técnica decorativa).

objecto a uma determinada colecção²³⁶, o que atesta a ausência de procedimentos no momento da incorporação de um objecto no espólio do Museu.

4.1.3.6 Cronologia

No que diz respeito à análise do Grupo de Informação Específica “Cronologia”, a nossa análise incidiu sobre o campo “Cronologia_Texto”, dado que, pelo facto de se tratar de um campo de texto, a sua gestão regista um maior grau de complexidade, o que é possível verificar pela diversidade de soluções adoptadas na inserção dos dados²³⁷.

4.1.3.7 Época

A análise do Grupo de Informação Específica “Época” permitiu-nos verificar a inexistência de uma norma quanto à terminologia utilizada, sendo possível identificar, neste contexto, critérios de preenchimento muito diversificados:

- inserção de datas específicas²³⁸;
- inserção de intervalos temporais em formato de texto²³⁹;
- inserção de informação que remete para um estilo artístico²⁴⁰;
- inserção de informação que se traduz na indicação de um século²⁴¹;

²³⁶ Ex. CMMOS / N° de inventário: 78.31.001 / Designação: Pintura\óleo / Colecção: **Pintura** (atribuição da Colecção em função da Categoria do objecto); CMGJ / N° de inventário: 151 / Designação: Prato / Colecção: **Cerâmica\espanhola** (atribuição da colecção em função da Categoria e do local de produção do objecto); CMMOS / N° de inventário: 78.65.02.01 / Designação: Cadeira / Colecção: **Mobiliário\civil** (atribuição da colecção em função da Categoria e da função do objecto).

²³⁷ Ver anexo 15.

²³⁸ Ex. RVMN / N° de inventário: VR.1951.93.1178/2992 / Época: **1833**.

²³⁹ Ex. RVMN / N° de inventário: VR.1951.48.0042 / Época: **1775-1827**.

²⁴⁰ Ex. CMMOS / N° de inventário: 78.63.15 / Época: **Barroco**.

²⁴¹ Ex. Reservas / N° de inventário: VR.1951.48.376 / Época: **Finais do século XVII / Princípios do século XVIII**.

4.1.3.8 Função

A análise do Grupo de Informação Específica “Função” permitiu-nos identificar 17 termos identificativos de funções de objectos, sendo possível constatar a utilização de diferentes terminologias com o mesmo significado²⁴².

4.1.3.9 Localização

A análise dos dados relativamente ao campo “Localização” permitiu-nos identificar algumas fragilidades. Contrariamente à reflexão que temos vindo a desenvolver até agora, a nossa abordagem, relativamente a este campo, não incide tanto na forma, mas sobretudo no conteúdo. De facto, a análise efectuada permitiu-nos verificar a falta de rigor e especificidade da informação relativamente à localização dos objectos sendo, grosso modo, demasiado vaga²⁴³.

4.3.1.10 Marca

A análise dos dados relativamente ao campo “Marcas” permitiu-nos verificar a utilização de 25 termos. Em alguns casos, é utilizada uma conjunção para associar duas marcas distintas²⁴⁴, o que, no nosso entender, deverá ser corrigido.

4.1.3.11 Material

A análise dos dados relativamente ao campo “Material” permitiu-nos identificar 113 termos distintos, alguns dos quais de forma incorrecta, tendo em conta o campo em análise, nomeadamente:

- utilização inadequada de terminologia referente a Técnicas²⁴⁵;

²⁴² Ex. N° de inventário: 214 / Designação: Guanyin / Função: **Litúrgica**; CMMOS / N° de inventário: 78.63.01 / Designação: Oratório / Função: **Religiosa**.

²⁴³ Ex. CMMOS / N° de inventário: 78.65.26 / Designação: Arca / Localização: **1º Piso**; RVMN / N° de inventário: VR. 1951.48.204 / Designação: Colher / Localização: **Reservas dos Museus Municipais**.

²⁴⁴ Ex. COAC / N° de inventário: 93.30.112 / Designação: Desenho / Marca: **Assinado e datado**.

²⁴⁵ Ex. CMMOS / N° de Inventário: 78.33.001 / Material: **Aguarela s/ papel**; MVPT / N° de inventário: (5812)Z156 | Material: **Cerâmico (louça dourada)**.

- utilização inadequada de conjunções²⁴⁶;
- utilização inadequada de pontuação²⁴⁷;
- utilização inadequada de abreviaturas²⁴⁸;
- inexistência de normalização dos conteúdos, do ponto de vista da sintaxe²⁴⁹;
- inadequada enumeração de materiais num único campo²⁵⁰;
- diferentes níveis de especificação dos conteúdos²⁵¹.

4.1.3.12 Técnicas

A Análise do campo “Técnicas” permitiu-nos identificar 59 termos distintos, alguns dos quais apresentam incorrecções que, no nosso entender, e tendo em conta os princípios de normalização defendidos, importa corrigir, nomeadamente:

- inadequada enumeração de técnicas num único campo²⁵²;
- incorrecções do ponto de vista da sintaxe²⁵³;
- utilização de diferentes terminologias com o mesmo significado²⁵⁴;

²⁴⁶ Ex. CMGJ / N° de inventário: 002 / **Material: Argila ou Terracota**;

²⁴⁷ Ex. MVPT / N° de inventário: CNOV.01.004(2) / **Material: Cerâmica (faiança)**; MVPT / N° de inventário: VR.003.001 / **Material: Madeira- Estrutura da tela; Linho- Tela; Tinta- Pintura notas: Tinta a óleo; Madeira- Moldura.**

²⁴⁸ Ex. CMMOS / N° de inventário: 78.33.052 / **Material: Guacho s/ papel.**

²⁴⁹ Ex. MVPT / N° de inventário: AT.003.001 / **Material: Madeira/Pau-preto -estrutura; Tecido/Damasco- Estofa- Damasco carmesim**; CMGJ / N° de inventário: 424 / **Material: Pau-preto.**

²⁵⁰ MVPT / N° de inventário: AT.003.003.1 / **Material: Lousa\Madeira**; MVPT / N° de inventário: CNOV.01.004(1) / **Material: Madeira e Metal.**

²⁵¹ EX. CMGJ / N° de inventário: 310 / **Material: Ferro**; RVMN / N° de inventário: VR.1951.48.0092(a,b) / **Material: Metal\Ferro**; CMMOS / N° de inventário: 78.65.14 / **Material: Madeira**; CMGJ / N° de inventário: 432 / **Material: Madeira\Cedro.**

²⁵² Ex. COAC / N° de inventário: 93.30.114 / **Técnica: Lápis, carvão e giz sobre papel.**

²⁵³ Ex. CMGJ / N° de inventário: 368 / **Técnica: Estampagem**; RVMN / N° de inventário: VR.1951.48.007 / **Técnica: Estampilhagem**; RVMN / N° de inventário: VR.1951.48.002 / **Técnica: Modelagem**; CMGJ / N° de inventário: 002 / **Técnica: Moldagem.**

²⁵⁴ Ex. RVMN / N° de inventário: VR1951.31.064 / **Técnica: Pintura\Oleografia**; RVMN / N° de inventário: VR1951.31.042 / **Técnica: Pintura\Óleo sobre tela**; COAC / N° de inventário: 93.30.001 / **Técnica: Óleo sobre tela.**

5. Proposta de normalização: Gestão integrada das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto

5.1 O software de gestão de colecções: InArte Premium

No contexto actual do desenvolvimento tecnológico, as aplicações de gestão de colecções museológicas têm vindo a desenvolver um conjunto diversificado e complexo de funcionalidades cuja introdução tem vindo a ser facilitada e proporcionada por aspectos de natureza tecnológica como sejam, entre muitas outras, a velocidade de processamento, a largura de banda das infra-estruturas de comunicações de dados (internas e externas) e os reduzidos custos dos sistemas de armazenamento de dados em formato digital.

O InArte Premium constitui um exemplo de uma aplicação desenhada para se adaptar às necessidades da maior parte dos museus que possuem colecções de carácter muito diversificado: Arqueologia, Etnografia, Artes Plásticas, Artes Decorativas, Numismática, Ciências Naturais, etc. De modo a responder às especificidades das diferentes colecções, a aplicação disponibiliza modelos de registo da informação adaptados, possibilitando uma grande diversidade de campos, capaz de corresponder a todas as potenciais necessidades dos utilizadores.

Mesmo conscientes da dificuldade de sintetizar, em breves palavras, uma aplicação cujo manual disponibilizado pela empresa é constituído por cerca de 150 páginas, consideramos premente apresentar algumas das características do software InArte Premium, bem como esclarecer alguns conceitos.

A aplicação é constituída por 4 “Módulos” fundamentais: Inventário, Eventos, Entidades, Documentos e Tabelas Auxiliares / Área de Controlo Terminológico. Cada um dos Módulos é constituído por um conjunto de “Tarefas”:

1. Módulo “Inventário”: O Módulo “Inventário” constitui o módulo central do programa, permitindo a identificação de todos os objectos das colecções museológicas, bem como o registo de toda a informação existente respeitante às suas características. É constituído por um núcleo central, designado por “Grupo de Informação Genérica”, que se destina à introdução de dados com um carácter geral e abrangente sobre os objectos inventariados: N° de Inventário; Designação; Descrição; Título; e por um grupo de “Informação Específica”, que possibilita a introdução de informação específica referente aos objectos inventariados, com um número variável de campos.²⁵⁵

²⁵⁵ Os Grupos de Informação Específica apresentam um número de campos que varia entre os 3 e os 12 campos.

2- Módulo “Eventos”: O módulo “Eventos” tem por objectivo o registo de acontecimentos aos quais pode ser associado qualquer registo da área de Inventário e Documentação. É constituído pelas seguintes Tarefas: Abates, Movimentos, Seguros, Exposições, Conservação, Reprodução, Catálogos, Iniciativas Educativas, Empréstimos e Projectos de Investigação.

3 – Módulo “ Entidades”: O módulo “Entidades” tem por objectivo a identificação e caracterização de todas as entidades, individuais ou colectivas, de alguma forma relacionadas com algum tipo de informação existente: Autor da peça, Proprietário da peça, Inventariante da peça, etc.

4 – Módulo “Documentação”: O módulo “Documentação” tem por objectivo o registo e descrição de diferentes tipologias de documentos associáveis à área das Entidades, Eventos ou Inventário: Material gráfico, Audiovisual, Bibliografia, Epistolografia, Material Cartográfico e Material de Arquivo.

5 – Módulo “Tabelas Auxiliares” / Controlo terminológico: As Tabelas Auxiliares têm por objectivo a criação de listas de termos que permitem o controlo do vocabulário utilizado, definindo a terminologia a utilizar no inventário, no preenchimento dos diversos campos. A lista de termos é organizada de um modo estruturado e hierarquizado. O Módulo é constituído pelas seguintes Listas de Valores: Código Postal, Código Nacional de Sítio, Locais Administrativos, Localidades, Países, Acção Cultural, Análises, Apoio, Arquivo, Audiovisual, Autorias, Bibliografia, Características Técnicas, Cartografia, Catálogos, Categorias, Classificações, Colecções, Condição, Conjuntos, Contexto de Campo, Cores, Departamentos, Designações, Designações de objectos, Disposição Legal, Divulgação, Documento Colecção, Entidade, Entidade, Epistolografia, Épocas, Escolas, Estações, Estações Arqueológicas, Estados, Estilos, Etnia, Exposições, Formatos, Funções, Grafias, Gráfico, Grupos, Iconografia, Idiomas, Incorporações, Iniciativa, Inscrições, Intervenções, Localizações, Marcas, Materiais, Medidas, Métodos, Moedas, Numerações, Orçamento, Originalidade, Projecto, Proveniência, Reprodução, Responsabilidade, Seguros, Situação, Situação do Pedido, Suportes, Tarefa, Técnicas, Temas, Tipologia Documental, Títulos, Tratamentos, Unidades de Medida e Unidades de Peso.

Podemos concluir que as características e funcionalidades associadas a esta aplicação, caracterizam-na, sobretudo, como um Sistema de Informação Museológico, mais do que um software para informatização de acervos museológicos. De facto, o Museu é encarado enquanto uma entidade produtora e gestora de informação, em estreita relação com as colecções museológicas que o caracterizam, mas que ultrapassa, claramente um conceito mais tradicional e

reduzidor em que as aplicações informáticas para museus se limitavam, sobretudo, à gestão das suas colecções.

5.2 O Conceito de Inventário

No caso dos Museus da Câmara Municipal do Porto, de acordo com trabalho já realizado e com as necessidades de gestão das colecções que nos foram apresentadas, pensamos que o Inventário deve incluir, nesta fase, a seguinte tipologia de informação, que se traduz, no InArte Premium, nos seguintes Módulos, Grupos de Informação e Tabelas Auxiliares:

5.2.1 Módulo “Inventário”

Informação genérica: N° de Inventário; Designação; Título, Descrição, Data de Registo;

Informação Específica: Autorias; Categorias; Classificações; Colecções; Cores; Cronologia, Departamentos; Designações; Direitos, Disposições Legais, Épocas, Escolas; Estados, Estilos; Funções; Incorporações, Inscrições, Inventariantes; Localizações; Marcas; Materiais; Medidas; Numerações; Numismática; Produções; Técnicas; Títulos.

5.2.2 Módulo “Entidades”

Autores; Inventariantes; Seguradoras; Proprietários; Outras Entidade.

5.2.3 Módulo “Eventos”

Movimentos; Seguros; Exposições; Conservação; Empréstimos.

5.2.4 Módulo “Documentação”

Bibliografia; Material Gráfico.

5.2.5 Módulo “Tabelas Auxiliares” / Controlo Terminológico

Código Postal; Local Administrativo; Localidade; País; Análise; Audiovisual; Autoria; Bibliografia; Categoria; Classificação; Condição; Cor; Departamento; Designação; Designação de Objecto; Disposição Legal; Entidade; Época; Escola; Estado; Estilo; Exposição; Formato; Função; Grafia; Gráfico; Iconografia; Idioma; Incorporação; Inscrição; Intervenção; Localização; Marca; Material; Medidas; Moedas; Numerações; Seguros; Suportes; Técnicas; Títulos; Tratamentos; Unidades de Medida; Unidades de Peso.

5.3 Gestão integrada das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto

A implementação de um modelo de gestão centralizado dos inventários das colecções museológicas da Câmara Municipal do Porto tem por base:

- as características técnicas do sistema informático e de comunicações;
- conceitos associados às acções inerentes à realização do inventário;
- a definição de um conjunto de procedimentos;
- o estabelecimento de terminologias estruturadas a utilizar.

5.3.1 Características técnicas essenciais do sistema informático e de comunicações

Actualmente, as Casas-Museu Guerra Junqueiro e Marta Ortigão Sampaio, os Museus Romântico e do Vinho do Porto, bem como o Gabinete de Numismática e a área de gestão da Casa-Oficina António Carneiro (ambos na Casa Tait) encontram-se ligados à rede informática da Câmara Municipal do Porto através de soluções que variam entre a linha dedicada e as Virtual Private Network sobre ADSL, situação que possibilita o acesso ao Servidor do InArte Premium

que se encontra instalado centralmente na Casa Tait. A largura de banda encontra-se em fase de melhoria, inviabilizando neste momento a transferência de ficheiros informáticos de grandes dimensões, nomeadamente imagens de grande resolução.

A largura de banda disponível permite, no entanto, uma utilização eficaz da aplicação, em condições de tráfego normal, estando em fase de instalação uma rede de dados baseada em fibra óptica.

5.3.2 Conceitos associados às acções inerentes à realização do inventário

Módulo Inventário

Informação Geral

Nº de Inventário: O nº de inventário é um campo alfanumérico, constituído pela associação do acrónimo do Museu²⁵⁶ e por um conjunto de valores alfanuméricos que correspondem aos valores marcados ou associados aos objectos.

Tendo em conta que, até este momento, foram utilizados diferentes critérios nos vários museus e, em alguns casos, vários critérios no mesmo museu, somos de opinião que pelas implicações daí decorrentes deverá manter-se, nesta fase, a diversidade de critérios. A introdução do acrónimo do Museu só se verificará na aplicação informática por facilitar a identificação dos objectos e a realização de pesquisas com base neste critério.

No caso dos objectos que se encontram no Museu em situação de depósito, não é introduzido qualquer elemento identificativo desta situação no campo “Nº de inventário”, sendo essa especificação remetida para o campo “Proprietário”.

Designação: O campo “Designação” destina-se à indicação do nome comumente atribuído ao objecto. O preenchimento deste campo recorre à informação introduzida previamente na Tabela Auxiliar Específica intitulada “Designações”. A designação dos objectos deverá ser sempre inserida no singular. Sempre que a designação do objecto for desconhecida deverá ser seleccionada a opção “Indeterminada”.

²⁵⁶ A utilização de acrónimos no registo de informação só poderá verificar-se nas seguintes situações: acrónimo identificativo dos Museus da Câmara Municipal do Porto²⁵⁶ (CMGJ – Casa-Museu Guerra Junqueiro; CMMOS – Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio; Museu Romântico / Quinta da Macieirinha – MRQM; COAC – Casa-Oficina António Carneiro; MVPT – Museu do Vinho do Porto; RVMN – Reservas Municipais do Porto; GNUM – Gabinete de Numismática); acrónimo comumente identificativo de uma instituição, devendo ser apresentada entre parêntesis a sua definição. Não é permitida a utilização de abreviaturas, nem mesmo no hagiológico cristão, devendo ser sempre utilizadas os nomes por extenso, em detrimento das fórmulas abreviadas (ex. Santo António, e não Sto. António).

Título: O campo “Título” destina-se à inserção do nome / título atribuído ao objecto pelo autor. O título deverá ser registado na íntegra, incluindo artigos e partículas. Quando se regista um título inscrito no objecto, este deve ser transcrito na íntegra. A transcrição deverá ter em conta os seguintes princípios: o texto deverá ser registado tal como foi escrito; as siglas e abreviaturas, quando conhecidas, desdobram-se entre parênteses rectos; a divisão de linhas é assinalada através de barras. Quando existe, de facto, uma barra no texto a transcrever, coloca-se entre parênteses curvos (/); a pontuação original deverá se mantida; qualquer informação gráfica deve ser traduzida textualmente entre parênteses rectos e, posteriormente, ser fotografada ou desenhada e anexada aos elementos multimédia; deverá ser mantida a língua original.

Descrição: Este campo destina-se à descrição da peça, de uma forma concisa e objectiva, do geral para o particular.

Data de Registo: A data de registo corresponde à informação sobre a data em que se iniciou o registo dos dados do objecto. Este campo é preenchido automaticamente pelo computador, após a validação do registo. O campo em questão não permite alterações por parte do utilizador.

Informação Específica

Autorias: O Grupo de Informação Específicas “Autorias” tem por objectivo a identificação do autor(a) ou autores(as) do objecto, ou seja, a identificação de todos aqueles que intervieram no processo de elaboração de uma peça, especificando-se o tipo de intervenção verificada. No caso de existirem vários autores para a mesma peça, deverá ser especificada a contribuição de cada um dos intervenientes.

O campo “Autorias” permite a inclusão da seguinte informação:

a) Autor: identificação do autor ou entidade que intervieram no processo de elaboração da peça. O inventariante recorre à informação introduzida previamente no Módulo “Entidades”, Tarefa “Autores”,

b) Tipo de Autoria: identificação do tipo de intervenção verificada na execução da peça. O inventariante recorre à informação introduzida previamente na Tabela Auxiliar Específica “Autorias – tipo de autorias”.

c) Notas²⁵⁷: inserção de informação considerada relevante relativamente à Autoria.

Categorias: As categorias servem de base à classificação dos objectos museológicos, designando, de um modo geral, os grandes agrupamentos de peças, considerados do ponto de vista tradicional da gestão das colecções em museus, tal como é utilizado pelo IMC. Neste Grupo de Informação específica, podemos identificar dois campos:

a) Tipo de categoria: tipificação da categoria em que se insere o objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Categorias – tipo de categoria”;

b) Justificação: identificação das razões pelas quais é atribuída determinada categoria ao objecto.

Classificações: O Grupo de Informação Específica “Classificações” tem por objectivo a caracterização dos objectos relativamente a um conjunto de critérios. Neste Grupo de Informação Específica, existem os seguintes campos:

a) Classificação: indicação do valor classificativo atribuído ao objecto;

b) Tipo de Classificação: indicação do critério subjacente ao agrupamento das peças, o qual determinou a sua classificação. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Classificação – tipo de classificação”;

c) Justificação: identificação das razões pelas quais é atribuída determinada classificação ao objecto.

Colecções: O Grupo de Informação Específica “Colecções” tem por objectivo a caracterização dos objectos relativamente à Colecção a que estão associados de acordo com diversos elementos, nomeadamente a datação, a funcionalidade, o conteúdo temático, a técnica, etc., segundo critérios previamente definidos pela instituição. No que diz respeito aos Museus

²⁵⁷ O campo “Notas” tem por objectivo a inserção de informação considerada relevante relativamente ao Grupo de Informação Específica em que se insere.

da Câmara Municipal do Porto, o tipo de colecção é atribuído em função da tipologia do objecto. O Grupo de Informação Específica “Colecções” possui os seguintes campos:

a) Tipo de colecção: designação da colecção da qual faz parte o objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Colecções”;

b) Justificação: razões que justificam a relação existente entre o objecto e a colecção, ou outras informações tidas como relevantes.

Cores: O Grupo de Informação Específica “Cores” tem por objectivo o registo das cores dos objectos ou dos seus componentes. Para tal, deverá ser utilizada uma norma internacional para a definição das cores, como por exemplo o PANTONE, o que permitirá uma fácil interpretação da informação disponibilizada. O Grupo “Cores” é constituído pelos seguintes campos:

a) Cor: indicação da cor e respectivo código do objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Cores”;

b) Parte Descrita: indicação da parte específica a que a “cor” definida no campo anterior diz respeito;

c) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente à Cor.

Cronologia: O Grupo de Informação Específica “Cronologia” permite ao utilizador registar todas as datas que caracterizam a história e o percurso do objecto, a qual deverá ser o mais rigorosa possível. O Grupo “Cronologia” permite a inserção de informação em diversos campos, nomeadamente:

a) Data Inicial: indicação da data em que se iniciou o acontecimento a registar;

b) Data Final: indicação da data final do acontecimento que se está a registar;

c) Data Textual: indicação de uma data de referência acerca da peça, nomeadamente em situações em que se desconhece a sua datação exacta. Sempre que uma informação de carácter cronológico for inserida num campo de texto, deverá ser seguido o seguinte formato:

Termo a utilizar	Data
Século X	Século X
1670-1680	Entre 1670-1680
c. 1300	Por volta de 1300
Primeiro Quartel do Século XV	1400-1425
Segundo Quartel do Século XV	1426-1450
Terceiro Quartel do Século XV	1451-1475
Último Quartel do Século XV	1476-1500
Primeira Metade do Século XV	1400-1450
Segunda Metade do Século XV	1451-1500
Meados do século XV	1440-1460
Final do Século XV	1490-1500
Início do século XV	1400-1410
Dinastia	

d) Acontecimento: especificação do acontecimento registado;

d) Parte Descrita: indicação da parte da peça à qual a data se refere que está a ser objecto de inventário, nomeadamente quando a peça é objecto de alguma modificação ou acréscimo;

e) Justificação: indicação da justificação da atribuição da data, através da referência a documentos ou a pareceres de especialistas.

Departamentos: O Grupo de Informação Específica “Departamentos” tem por objectivo identificar o Departamento sob cuja tutela se encontra o objecto. No caso dos Museus Municipais, todos os objectos estão sob a tutela do Departamento de Museus e Património Cultural. O Grupo de Informação Específica “Departamentos” disponibiliza os seguintes campos:

a) Tipo de Departamento: indicação do nome do departamento que tem a cargo a responsabilidade sobre o objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Departamentos”;

b) Data: indicação da data em que o objecto integrou o Departamento;

c) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente ao Departamento.

Designações: O Grupo de Informação Específica “Designações” tem por objectivo a indicação de outras designações que não a existente na informação genérica de cada objecto. O Grupo de Informação Específica “Designações” disponibiliza os seguintes campos:

a) Designações: indicação de outros nomes pelos quais o objecto é conhecido. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Designações do objecto”;

b) Tipo de Designação: indicação do tipo de designação atribuída ao objecto. O inventariante recorre à Tabela Auxiliar Específica “Tipo de designações”;

c) Justificação: justificação da atribuição da designação, ou inserção de outras informações tidas como relevantes.

Direitos:

O Grupo de Informação Específica “Direitos” permite o registo de todos os direitos associados ao objecto que está a ser inventariado, nomeadamente a entidade que detém o direito sobre a peça. Este Grupo permite ainda a inclusão das seguintes informações:

a) Entidade: indicação da pessoa ou entidade colectiva que detém os direitos legais sobre o objecto. O inventariante recorre a informação previamente inserida no Módulo “Entidades”, Tarefa “Proprietários”;

b) Descrição: inserção de informação adicional sobre a entidade ou os direitos do objecto.

Disposições Legais: O Grupo de Informação Específica “Disposições Legais” tem por objectivo a indicação das disposições legais associadas a determinado objecto, como por

exemplo, classificações de património móvel, direitos de autor e propriedade ou disposições quanto a empréstimos. O Grupo permite a inserção dos seguintes dados:

a) Disposição legal: indicação das normas estabelecidas por lei ou documento legal, associadas ao objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Disposição Legal”;

b) Documento: indicação do documento que estipula a disposição legal associada ao objecto;

c) Data: indicação da data de entrada em vigor do documento normativo;

d) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente às Disposições Legais.

Entrada: O Grupo de Informação Específica “Entradas” destina-se ao registo de todas as entradas e saídas de objectos do Museu, quer seja por motivo de aquisição, empréstimo, depósito, etc., É importante salientar que “Entrada” não é o mesmo que “Incorporação”. Enquanto o primeiro diz respeito a todas as movimentações do objecto, o segundo remete-nos para a incorporação de um determinado objecto no espólio da instituição. O Grupo “Entrada” disponibiliza os seguintes campos:

a) Motivo: indicação da razão que justificou a movimentação do objecto;

b) Data de entrada: indicação da data em que se verificou a movimentação do objecto;

c) Data de saída: indicação da data em que o objecto deixa a instituição, a qual deixa de ter qualquer responsabilidade sobre o mesmo;

d) Proveniência: identificação da origem do objecto enviado para o Museu. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulos “Entidades”, Tarefa “Outros”;

e) Responsável: indicação do responsável pela entrada do objecto no Museu. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”, Tarefa “Colaboradores”.

f) Créditos: transcrição do texto imposto pelo doador e aceite pela instituição aquando da entrada do objecto no Museu;

g) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente à Entrada.

Épocas: O Grupo de Informação Específica “Épocas” tem por objectivo a indicação do período cronológico, histórico ou cultural em que se insere o objecto. O Grupo “Épocas” possui os seguintes campos:

- a) Época: indicação do período cronológico, histórico ou cultural em que se insere o objecto. O inventariante recorre a informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Específica “Épocas”;
- b) Parte descrita: indicação da parte descrita. Este campo é utilizado, sobretudo, em objectos que sofreram incorporações de outras épocas;
- c) Justificação: inserção de informação adicional tida como relevante.

Escolas: O Grupo de Informação Específica “Escolas” tem por objectivo a definição de um conjunto de características comuns no processo de execução das peças, tais como locais, normas, conceitos ou outras características, que contribuem para a identificação da origem do objecto. O Grupo “Escola” possui os seguintes campos:

- a) Escola: indicação da Escola à qual o objecto está associado. O inventariante recorre à informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Específica “Escolas”;
- b) Justificação: explicação da atribuição feita, sendo aconselhável a inclusão de informações de carácter científico que sustentem a informação inserida anteriormente.

Estados: O Grupo de Informação Específica “Estados” tem por objectivo a inserção de informação sobre o estado do objecto, no que diz respeito à integridade da forma, conservação e funcionalidade. O Grupo “Estados” apresenta os seguintes campos:

- a) Estados: indicação do estado em que se encontra o objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Estados”;
- b) Parte descrita: indicação da parte do objecto a que se refere o estado indicado anteriormente;
- c) Descrição: descrição breve e sucinta do estado da peça;
- d) Data do estado: indicação da data em que o estado foi verificado e registado;
- e) Condições especiais: indicação das condições particulares a que o objecto deve estar sujeito, em termos de manuseamento, exposição, etc.

Estilos: O Grupo de Informação Específica “Estilos” tem por objectivo a indicação das influências estilísticas identificadas em determinado objecto. O Grupo de Informação Específica “Estilos” permite o preenchimento dos seguintes campos:

a) Estilos: indicação do estilo a que está associado um determinado objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Estilos”;

b) Parte descrita: indicação da parte do objecto a que se refere o estilo registado no campo anterior;

c) Justificação: explicação da atribuição de um determinado estilo ao objecto; inserção de outras informações tidas como relevantes.

Funções: O Grupo de Informação Específica “Funções” tem por objectivo a indicação da função ou funções que o objecto desempenhou desde que foi produzido. O Grupo “Funções” permite o preenchimento dos seguintes campos:

a) Tipo de função: indicação da função que o objecto tinha num determinado momento. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Funções”;

b) Justificação: explicação da atribuição de uma determinada função a um objecto.

Incorporações: O Grupo de Informação Específica “Incorporações” destina-se ao registo da forma de integração do objecto no Museu, assim como a proveniência do mesmo, e anteriores proprietários. O Grupo “Incorporações” possui os seguintes campos.

a) Tipo de incorporação: indicação da forma como o objecto integrou a colecção do Museu. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Incorporações”;

b) Proveniência: indicação do nome da entidade associada à proveniência do objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”, Tarefa “Proprietários”;

c) Local: indicação do local de proveniência do objecto;

d) Data textual: indicação da data (indeterminada / aproximada) em que o objecto foi incorporado na colecção do Museu.

e) Data: indicação da data (determinada / exacta) em que o objecto foi incorporado na colecção do Museu;

f) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente à Incorporação.

Inventariantes: O Grupo de Informação Específica “Inventariantes” tem por objectivo a identificação dos intervenientes no processo de inventariação de um objecto. O Grupo “Inventariantes” possui os seguintes campos:

a) Inventariante: indicação do nome do responsável pelo processo de inventariação do objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”, Tarefa “Inventariantes”;

b) Data: indicação da data referente à utilização ou modificação dos registo por determinado inventariante, ficando disponível um historial dos inventariantes que fizeram alterações na ficha;

c) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente ao Inventariante.

Localizações: O Grupo de Informação Específica “Localizações” permite o registo das localizações do objecto, dentro e fora da instituição a que pertence. Este Grupo possibilita, assim, a indicação de todo o histórico da localização do objecto. O Grupo de Informação Específica “Localização” deve ser actualizado sempre que se verificar qualquer alteração na localização do objecto, a qual deve ser especificada com rigor:

- quando em exposição, com a identificação da sala e da vitrina/expositor.;
- quando em reserva, com a identificação do espaço de reserva, sala, armário, prateleira, contentor, etc.;
- quando em empréstimo, com a identificação da entidade receptora e o número do processo de empréstimo;
- quando alvo de intervenção de conservação e restauro, com a identificação da entidade e do número de processo, no caso de se tratar de um entidade externa; caso estejamos a considerar um processo a decorrer nas instalações do Museu, deverá ser indicada a sala.

O Grupo possibilita a inserção da seguinte informação:

a) Tipo de localização: indicação da localização do objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Localizações”;

b) Localização: indicação detalhada do local onde se encontra o objecto (ex. andar, sala, armário, vitrine);

c) Data: indicação da data em que um objecto se encontra num determinado local;

d) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente à Localização.

Marcas: O Grupo de Informação Específica “Marcas” tem por objectivo a identificação das marcas existentes no objecto, as quais contribuem para uma melhor identificação do mesmo, na medida em que, frequentemente, as marcas estão associadas aos processos de fabrico das peças e ao próprio autor. O Grupo “Marcas” disponibiliza os seguintes campos:

a) Tipo de marca: identificação do tipo de marca existente no objecto. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Marcas”;

b) Texto: transcrição da marca, quando esta consistir num texto;

c) Técnica: indicação da técnica utilizada na execução da marca. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Técnicas”;

d) Grafia: indicação da forma gráfica utilizada na execução da marca. O inventariante recorre à informação previamente inserida Tabela Auxiliar Específica “Grafias”;

e) Posição: indicação da localização da marca no objecto;

f) Idioma: indicação do idioma em que se encontra a marca. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Idiomas”;

g) Tradução: transcrição traduzida da marca.

Materiais: O Grupo de Informação Específica “Materiais” tem por objectivo o registo dos materiais que compõem os objectos, isto é, os meios de suporte utilizados na estrutura da peça. O Grupo “Materiais” apresenta os seguintes campos:

a) Tipo de Material: indicação dos materiais que compõem o objecto. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Materiais”;

b) Cor: indicação da cor do objecto. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Cores”;

c) Parte Descrita: indicação da parte do objecto em que se encontra o material registado;

d) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente aos Materiais.

Medidas: O Grupo de Informação Específica “Medidas” tem por objectivo o registo das medidas dos objectos que possam ser relevantes para o seu estudo, conservação, embalagem, transporte, exposição e armazenamento. Deverão ser consideradas, no mínimo, as dimensões máximas de cada objecto. O Grupo “Medidas” permite a inserção dos seguintes dados:

a) Unidade de Medida: a unidade de medida utilizada deverá ser determinada pela instituição, tendo em conta a natureza das colecções, no entanto, a unidade internacionalmente adoptada é o centímetro. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Unidades de Medida”;

b) Tipo de Medida: indicação do tipo de medida utilizada na medição do objecto. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Medidas”;

c) Parte Descrita: indicação da parte do objecto que está a ser medida;

d) Valor: indicação do valor numérico retirado da medição respectiva. As casas decimais deverão ser separadas por vírgulas;

e) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente às Medidas.

Numerações: O Grupo de Informação Específica “Numerações” tem por objectivo o registo de toda a informação sobre números associados ao objecto, nomeadamente, n.º de inventário antigo, o n.º de depósito, o n.º de cadastro, n.º de catálogo, etc. O Grupo “Numerações” apresenta os seguintes campos:

a) Número: indicação dos números que têm algum tipo de relação com o objecto;

b) Tipo de Numeração: indicação do tipo de numeração associada ao objecto. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Numerações”;

c) Data: indicação da data relativa ao número associado ao objecto;

d) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente às Numerações.

Numismática: No Grupo de Informação Específica “Numismática” são introduzidos todos os dados relativos à colecção de moedas e medalhas. O Grupo apresenta os seguintes campos:

- a) Posição: indicação da orientação do cunho do objecto;
- b) Valor: indicação do valor nominal da moeda;
- c) Moeda: indicação da unidade monetária. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Moedas”;
- d) Emissor: identificação da entidade que emite o numisma. O inventariante recorre à informação existente no Módulo “Entidades”;
- e) Oficina: identificação da entidade que produz o numisma. O inventariante recorre à informação existente no Módulo “Entidades”;
- f) Anverso: descrição do conteúdo do anverso do numisma;
- g) Reverso: descrição do conteúdo do reverso do numisma;
- h) Série: especificação cronológica, geográfica e cultural da classificação do numisma;
- i) Atribuição: a preencher com a atribuição da produção, emissão ou série quando não existirem dados concretos ou certezas sobre os anteriores;
- j) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente à Numismática.

Produções: O Grupo de Informação “Produções” tem por objectivo o registo de dados sobre a produção do objecto, autoria, datação, o lugar de fabrico ou sua origem. O Grupo “Produções” permite o preenchimento dos seguintes campos:

- a) Entidade: indicação do nome da pessoal, individual ou colectiva, que produziu o objecto. O inventariante recorre à informação existente no Módulo “Entidades”, Tarefa “Outros”;
- b) Data: indicação da data em que a peça foi produzida;
- c) Local Administrativo: indicação do local de produção. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica, “Locais Administrativos”, segundo a seguinte organização administrativa: País / Distrito / Concelho / Freguesia / Lugar;
- d) Local: indicação da localização específica onde o objecto foi produzido;
- e) Notas: ver Procedimentos.

Técnicas: O Grupo de Informação Específica “Técnicas” tem por objectivo o registo dos dados sobre os processos técnicos utilizados na execução das peças. Este Grupo permite a inserção dos seguintes dados:

a) Técnica: indicação dos processos utilizados na execução do objecto. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Técnicas”;

b) Parte Descrita: indicação da parte da peça a que se refere o campo anterior;

c) Justificação: inserção de informação que sustente a informação registada nos campos anteriores.

Títulos: O Grupo de Informação Específica “Títulos” tem por objectivo o registo de um outro título, que não o original, dado ao objecto, podendo este ser atribuído pelo autor, fabricante, etc. Este Grupo permite a inserção dos seguintes dados:

a) Tipo de Título: indicação da origem do título atribuído ao objecto. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Títulos”;

b) Título: indicação do nome atribuído, e ao qual se refere o campo anterior;

c) Idioma: indicação da língua em que se encontra o título. O inventariante recorre à informação existente na Tabela Auxiliar Específica “Idiomas”;

d) Tradução: indicação da tradução do título;

e) Notas: inserção de informação considerada relevante relativamente ao Título.

Módulo Entidades

Autores: A Tarefa “Autores” tem por objectivo o registo de todos os autores que possuem qualquer relação com o objecto. Este Grupo permite o preenchimento dos seguintes campos:

Informação Genérica:

a) Nome: indicação do nome do autor. O nome do autor deverá ser indicado se forma completa, sem abreviaturas. No entanto, esta regra não se aplica sempre que estejamos perante

um nome próprio ou pseudónimo vulgarizado pela historiografia²⁵⁸, ou um apelido composto²⁵⁹. Sempre que o autor for desconhecido, o inventariante deverá inserir o termo “Desconhecido”;

- b) Pseudónimo: indicação do pseudónimo do autor;
- c) Especialidade: indicação da área de especialização do autor;
- d) Nacionalidade: indicação da nacionalidade do autor;
- e) Morada: indicação da morada do autor;
- f) Código postal: indicação do código postal relativo á morado do autor. O inventariante recorre à informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Geográfica “Código Postal”;
- g) País: indicação do país de origem do autor. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “País”;
- h) Telefone: indicação do número de telefone do autor,

Informação Específica:

Cronologia:

- a) Data inicial: indicação da data de início do acontecimento a registar;
- b) Data final: indicação da data de conclusão do acontecimento a registar;
- c) Data textual: indicação de uma data de referência acerca da peça, nomeadamente em situações em que se desconhece a sua datação exacta;
- d) Acontecimento: especificação do acontecimento registado;
- e) Justificação: inserção de informação adicional tida como relevante.

Inventariantes: A Tarefa “Inventariantes” tem por objectivo o registo dos dados relativos aos utilizadores do programa de inventário, ou seja, às pessoas que possuem autorização para inserir, alterar e eliminar informação na base de dados e a outras pessoas que tenham colaborado com o processo de inventário. O Grupo permite o preenchimento dos seguintes campos:

Informação Genérica:

- a) Nome: indicação do nome do inventariante;
- b) Especialidade: indicação da função do inventariante no contexto da definição de “Utilizadores e Permissões” dos diferentes inventariantes;
- c) Morada: indicação da morada do inventariante;

²⁵⁸ Ex. Pierro de la Francesca;

²⁵⁹ Ex. Silva Porto, António Carvalho de

- d) Localidade: indicação da localidade onde reside o inventariante;
- e) Código Postal: indicação do código Postal correspondente à morada do inventariante. O inventariante recorre à informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Geográfica “Código Postal”;
- f) País: indicação do país de origem do inventariante. O inventariante recorre á informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Geográfica “País”;
- g) Telefone: indicação do número de telefone do inventariante;
- h) Fax: indicação do número de fax do inventariante;
- i) Número de contribuinte: indicação do número de contribuinte do inventariante;
- j) Data de início: indicação da data de início da colaboração do inventariante com a instituição;
- k) Curriculum Vitae: descrição sumária do Curriculum Vitae do inventariante.

Seguradoras: A Tarefa “Seguradoras” tem por objectivo o registo das empresas com quem a instituição estabelece contratos de seguros para os objectos da colecção, ou até mesmo para o edifício, salvaguardando os seus interesses caso se verifique alguma situação de risco. Este Grupo permite o preenchimento dos seguintes campos:

- a) Nome: indicação do nome da empresa seguradora;
- b) Morada: indicação da morada da empresa seguradora;
- c) Localidade: indicação da localidade da empresa seguradora. O inventariante recorre á informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Localidades”;
- d) Código Postal: indicação do código postal da empresa seguradora. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Código Postal”;
- e) País: indicação do país da seguradora. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Países”;
- f) E-mail: indicação do e-mail da entidade seguradora;
- g) Contacto: indicação da pessoa a contactar na entidade seguradora;
- h) Telefone: indicação do número de telefone da entidade seguradora;
- i) Fax: indicação do número de fax da entidade seguradora;
- j) Número de contribuinte; indicação do número de contribuinte da entidade seguradora;
- k) Data de início: indicação da data de início da relação entre a instituição museológica e a empresa seguradora.

Proprietários: A Tarefa “Proprietários” tem por objectivo a inserção de dados sobre as pessoas, colectivas ou individuais, que detêm a propriedade da peça. O Grupo disponibiliza os seguintes campos:

Informação Genérica:

- a) Nome: indicação do nome do proprietário;
- b) Morada: indicação da morada do proprietário;
- c) Localidade: indicação da localidade onde reside o proprietário. O inventariante recorre á informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Geográfica “Localidades”;
- d) Código Postal: indicação do Código Postal correspondente á residência do proprietário. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Código Postal”;
- e) País: indicação do país de origem do proprietário. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “País”;
- f) E-mail: indicação do e-mail do proprietário;
- g) Contacto: indicação de um contacto do proprietário;
- h) Telefone: indicação do número de telefone do proprietário;
- i) Número de contribuinte: indicação do número de contribuinte do proprietário.

Informação Específica:

- a) Data inicial: indicação da data de início do acontecimento a registar;
- b) Data final: indicação da data de conclusão do acontecimento a registar;
- c) Data textual: indicação de uma data de referência acerca da peça, nomeadamente em situações em que se desconhece a sua datação exacta;
- d) Acontecimento: especificação do acontecimento registado;
- e) Justificação: inserção de informação adicional tida como relevante.

Outras Entidades: A Tarefa “Outras Entidades” tem por objectivo o registo de dados referentes a pessoas ou entidades que não estejam referenciadas em outros campos da tarefa, nomeadamente empresas de construção, empresas de conservação e restauro, etc. Este Grupo permite a inserção dos seguintes dados:

- a) Nome: indicação do nome da identidade a que se refere o registo;
- b) Tipo de entidade: indicação do tipo de entidade a que se refere o registo. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades – Outros”;

c) Morada: indicação da morada da entidade a que se refere o registo;

d) Localidade: indicação da localidade da entidade a que se refere o registo. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Localidades”;

e) Código Postal: indicação do código postal da entidade a que se refere o registo. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Código Postal”;

f) País: indicação do país da entidade a que se refere o registo. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “Países”;

g) E-mail: indicação do e-mail da entidade a que se refere o registo;

h) Contacto: indicação da pessoa a contactar na entidade a que se refere o registo;

i) Telefone: indicação do número de telefone da entidade a que se refere o registo;

j) Fax: indicação do número de fax da entidade a que se refere o registo;

k) Número de contribuinte: indicação do número de contribuinte da entidade a que se refere o registo.

Módulo Eventos

Movimentos: A Tarefa “Movimentos” tem por objectivo o registo das alterações verificadas na localização do objecto, possibilitando o preenchimento dos seguintes campos:

a) Tipo de movimento: indicação do tipo de movimento a que a peça está sujeita. O programa disponibiliza três opções para o preenchimento deste campo: Interno, Entrada e Saída;

b) Nota Interna: indicação da documentação que estipula as condições do movimento do objecto;

c) Data: indicação da data em que se verificou a alteração da localização geográfica do objecto;

d) Hora: indicação da hora a que é realizado o movimento;

e) Autorização de: identificação da pessoa que autoriza o movimento. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”;

f) Responsável: indicação do responsável pelo movimento;

g) Descrição: descrição do movimento;

h) Destinatário: indicação da pessoa ou entidade a quem a peça foi entregue. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Módulo “Entidades – Outros”;

i) Data Regresso: indicação da data em que se verificou o regresso da peça à instituição de origem;

Transporte:

a) Entidade: identificação da entidade responsável pela execução do transporte. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”;

b) Descrição: descrição do transporte efectuado.

Entrega:

a) Local: indicação do local de entrega do objecto;

b) Responsável: identificação da entidade responsável pela entrega do objecto;

c) Data: indicação da data de entrega do objecto.

Recolha:

a) Local: indicação do local de recolha do objecto;

b) Responsável: identificação da entidade responsável pela recolha do objecto;

c) Data: indicação da data de recolha do objecto.

Seguros: Os seguros são indispensáveis para qualquer instituição museológica, na medida em que os objectos que constituem os espólios dos Museus são frequentemente expostos a condições que podem, eventualmente, constituir um factor de risco à sua conservação, nomeadamente aquando do seu transporte, em circunstâncias de montagem de exposições, ou até mesmo no próprio edifício da instituição. A Tarefa “Seguros” disponibiliza os seguintes campos

a) Número de apólice: indicação do número de apólice do seguro;

b) Tipo de seguro: indicação do tipo de seguro. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Seguros”;

c) Seguradora: indicação da entidade seguradora. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades – Seguros”;

d) Mediador: indicação do mediador de seguros. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades – Outros”;

e) Tomador: indicação do tomador do seguro. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades – Outros”;

- f) Valor do seguro: indicação do valor do seguro;
- g) Valor pago: indicação do montante pago pelo tomador para a celebração do contrato com a seguradora;
- h) Moeda: indicação da moeda em que são efectuadas as operações. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Grupo de Informação Específica “Moedas”;
- i) Data de pagamento: indicação da data de pagamento do seguro;
- j) Data de início: indicação do início do contrato;
- k) Data de fim: indicação da data de fim do contrato.

Exposições: A Tarefa “Exposições” tem por objectivo o registo de todas as exposições cujo conteúdo seja relevante no âmbito do espólio do Museu. Esta Tarefa permite o preenchimento dos seguintes campos:

Grupo de Informação Genérica:

- a) Título: indicação do título da exposição;
- b) Tipo de exposição: indicação do tipo de exposição. O inventariante recorre à Informação inserida previamente na Tabela Auxiliar Específica “Exposições”;
- c) Organização: indicação da entidade responsável pela organização da exposição. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Módulo “Entidades – Outros”;
- d) Responsável: identificação do responsável pela exposição no Museu. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”;
- e) Contrato: indicação da existência ou não de um contrato no âmbito da exposição;
- f) Comissário: indicação do comissário responsável pela exposição. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Módulo “Entidades – Outros”;
- g) Descrição: descrição pormenorizada do evento, mencionando o tema, o tipo de peças expostas, a área e o contexto da exposição, etc.

Grupo de Informação Específica

1. Locais:

O Grupo “Locais” destina-se ao registo de todos os locais por onde passou a exposição. Este Grupo permite o preenchimento dos seguintes campos:

- a) País: indicação do país onde esteve patente a exposição. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Geográfica “País”;
- b) Local: indicação do local, propriamente dito, onde esteve patente a exposição;
- c) Responsável: indicação do responsável pela exposição;
- d) Data do início: indicação da data de início da exposição;
- e) Data de fim: indicação da data do fim da exposição;
- f) Notas: ver Procedimentos.

Conservação: A Tarefa “Conservação” tem por objectivo o registo de todas as informações resultantes de acções ou de intervenções de conservação e restauro nos objectos da colecção ou dos imóveis, constituindo, assim, um importante historial no domínio da gestão do património. Esta Tarefa permite o preenchimento dos seguintes campos

Grupo de Informação Genérica:

- a) Número: indicação do número correspondente à intervenção de conservação no objecto ou imóvel. Deverá ser atribuída uma numeração sequencial, antecedida do acrónimo identificado do Museu;
- b) Outros Números: indicação de outros números que sejam importantes no âmbito da intervenção;
- c) Descrição: indicação de todas as etapas do processo, assim como a descrição de todos os procedimentos a que recorreram os técnicos intervenientes;
- d) Data de início: indicação da data de início da intervenção;
- e) Data de fim: data do fim da intervenção;
- f) Tipo de intervenção: indicação do tipo de intervenção efectuada. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Grupo de Informação Específica “Intervenções”;
- g) Interveniente: indicação dos intervenientes no processo de intervenção. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Módulo “Entidades – Intervenientes”;

- h) Responsável: indicação da responsável pela intervenção;
- i) Estado: indicação do estado da peça após a intervenção. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Grupo de Informação Específica “Estados”;
- j) Data de revisão: indicação da data para a qual está prevista uma revisão / verificação do estado objecto;
- k) Descrição do Estado: descrição do estado da peça após ter sido sujeita a um processo de intervenção;
- l) Condições especiais: indicação das condições a que a peça deverá estar sujeita de modo a manter as actuais condições de conservação;

A Tarefa “Conservação” possui os seguintes Grupos de Informação Específica:

1. Análises:

O Grupo “Análises” destina-se ao registo de informação relativamente ao processo de análise do objecto museológico ou do imóvel, nomeadamente.

- a) Tipo de análise: indicação do tipo de análise efectuada. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Análises”;
- b) Descrição: descrição pormenorizada de todo o processo de intervenção;
- c) Técnico: indicação do técnico responsável pela análise;
- d) Local: indicação do local onde foi executada a análise;
- e) Data de início: indicação da data de início da análise;
- e) Data de fim: indicação da data de fim da análise;
- f) Notas: ver Procedimentos.

2. Tratamentos:

O Grupo “Tratamentos” tem por objectivo o registo de informação relativamente aos tratamentos levados a cabo no domínio da conservação, permitindo o preenchimento dos seguintes campos:

- a) Tipo de tratamento: indicação do tipo de tratamento desenvolvido. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Tratamentos”;
- b) Descrição: descrição pormenorizada do tratamento desenvolvido;
- c) Produtos: indicação dos produtos utilizados no âmbito do tratamento;

- d) Executantes: indicação do executante do tratamento;
- e) Técnico: indicação do técnico responsável pelo tratamento;
- f) Local: indicação do local onde foi efectuado o tratamento;
- g) Data do início: indicação da data de início do tratamento;
- h) Data do fim: indicação da data do fim do tratamento.

Módulo “Documentos”:

Bibliografia: A Tarefa “Bibliografia” tem por objectivo o registo de informação bibliográfica pertencente ao espólio do Museu. Esta tarefa permite o preenchimento dos seguintes campos:

Informação Genérica:

- a) Número: indicação do número identificativo do registo. Deverá ser atribuído um número sequencial;
- b) Tipo de documento: identificação do tipo de documento registado. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades”;
- a) Título: identificação do título do documento;
- b) Edição: identificação da edição do documento;
- c) Local publicação: identificação do local de publicação do documento;
- d) Data publicação: indicação da data de publicação do documento;
- e) Editor: identificação da entidade responsável pela edição do documento;
- f) Série: identificação da série da qual o documento faz parte;
- g) Nº páginas: indicação do número total de páginas do documento;
- h) Cota: indicação do número identificador da localização do documento;
- i) ISBN: indicação do ISBN – International Standard Book Number;
- j) ISSN: indicação do ISSN - International Standard Serial Number;
- l) Disposições: indicação das normas e regras às quais o documento está restringido;
- m) Colaço: identificação das características físicas do documento.

Informação Específica:**Artigos / Capítulos:**

- a) Título: identificação do título do artigo ou capítulo;
- b) Autor: identificação do autor do artigo ou capítulo;
- c) Localização: identificação da localização do artigo ou capítulo no documento;
- d) Notas: ver Procedimentos.

Responsabilidade:

- a) Nome: identificação da pessoa que detém algum tipo de responsabilidade no documento registado;
- b) Responsabilidade: identificação do tipo de responsabilidade no documento registado. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Responsabilidades”;
- c) Notas: inserção de informação relevante.

Assunto / Tema:

- a) Tema: identificação do tema presente no documento. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Temas”;
- b) Assunto: descrição do assunto referido no documento;
- c) Notas: ver Procedimentos.

Material Gráfico: A Tarefa “Material Gráfico” tem por objectivo o registo de documentos com representações gráficas, tais como desenhos, gravuras, postais e fotografias. Esta Tarefa permite o preenchimento dos seguintes campos:

Informação genérica:

- a) Número: indicação do número identificativo do registo;
- b) Tipo de documento: indicação do tipo de documento. O inventariante recorre à informação inserida previamente no Grupo de Informação Específica “Documento Material Gráfico”;
- c) Título: indicação do título do documento;
- d) Local de publicação: indicação do local de publicação do documento;

- e) Data de publicação: indicação da data de publicação do documento;
- f) Editor: indicação do editor responsável pela publicação do documento. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Módulo “Entidades – Outros”;
- g) Formato: identificação do formato do documento. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Formatos”;
- h) Suporte: identificação do suporte utilizado para executar o documento. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Suportes”;
- i) Técnica: identificação da técnica utilizada para executar o documento. O inventariante recorre à informação previamente inserida na Tabela Auxiliar Específica “Técnicas”;
- j) Número de itens: indicação do número de itens existentes no documento;
- k) Cota: indicação do número identificador da localização do documento;
- l) Duração: indicação da duração do documento audiovisual. Esta informação deverá ser indicada em minutos (ex. 120m);
- m) Velocidade: indicação da velocidade da reprodução / gravação do documento;
- n) Coleção: identificação da coleção de que o documento faz parte;
- o) Proprietário: identificação da entidade proprietária do documento;
- p) Disposições: indicação das condições e imposições que possam restringir a utilização do documento registado.

Grupo de Informação Específica:

Responsabilidade:

- a) Nome: identificação da pessoa que detem algum tipo de responsabilidade sobre o documento registado;
- b) Responsabilidade: identificação do tipo de responsabilidade sobre o documento registado. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Responsabilidade”;
- d) Notas: ver Procedimentos.

Assunto / Tema:

- a) Tema: identificação do tema presente no documento. O inventariante recorre à informação previamente inserida no Grupo de Informação Específica “Temas”;
- b) Assunto: descrição do assunto referido no documento;
- c) Notas: ver Procedimentos.

5.3.3 Procedimentos

O funcionamento de um sistema de inventário que envolve vários museus e muitos profissionais num ambiente de rede pressupõe a existência de um conjunto de definições relativamente à forma como o processo se materializa de um ponto de vista operativo, de acordo com as condições técnicas existentes e inerente processo de actualização, à natureza das colecções, aos objectivos que se pretendem alcançar com o processo de inventariação, aos recursos humanos disponíveis e respectivas qualificações técnicas e às características e funcionalidades da aplicação informática.

5.3.3.1 Procedimentos Genéricos**5.3.3.1.1 Utilizadores e Permissões**

A. Equipa de Gestão do Inventário: A Equipa de Gestão do Inventário é constituída pelos utilizadores coordenadores e tem como função a tomada de todas as decisões que dizem respeito ao Inventário das Colecções.

B. Gestor do Inventário: O Gestor do Inventário é o técnico responsável pela implementação das decisões da Equipa de Gestão, bem como pela:

- Realização de auditorias;
- Administração geral do sistema;
- Atribuição de permissões;
- Elaboração de um plano de formação anual;

- Segurança dos dados;
- Elaboração de propostas relativamente à melhoria das condições técnicas.

C. Coordenador do Inventário: O Coordenador do Inventário é o técnico responsável pela alteração de todos os registos da base de dados, à excepção dos registos relacionados com a Bibliografia, sendo particularmente relevante a sua intervenção no domínio da normalização dos registos.

D. Coordenador da Biblioteca: O Coordenador da Biblioteca é o técnico responsável pelas alterações de todos os registos relacionados com a Biblioteca, sendo o único com permissões, ao nível da aplicação, para esse efeito.

E. Coordenador do Museu/Colecção: O Coordenador do Museu/Colecção é o técnico responsável por um Museu/Colecção. Nesse contexto, e ao nível da aplicação, possui permissões de leitura e alteração de todos os dados relativos ao Museu/Colecção que coordena. É responsável pela globalidade dos dados.

F. Técnico de Inventário: O Técnico de Inventário é o técnico responsável pelo Inventário em cada um dos Museus/Colecções. No contexto da aplicação, possui permissões de leitura e escrita para todos os dados relativos ao Museu/Colecção ao qual está associado.

G. Convidado: O Convidado é um utilizador com permissões de visualização da totalidade dos dados inseridos na aplicação.

5.3.3.1.2 Gestão das imagens

Os Museus, na sua actividade diária, realizam a captura de imagens das suas actividades ou das suas colecções, nos contextos mais diversificados: publicações, conservação, estudo de colecções e outros. Paralelamente, em alguns casos, digitalizam imagens a partir de formatos analógicos, que vão desde formatos profissionais (6X6) até formatos domésticos (35mm). Assim,

consideramos essencial a definição de alguns procedimentos relativos ao processo de produção de imagem digital e de digitalização de imagens analógicas:

A. Numeração: A todos os originais analógicos deverá ser atribuída uma numeração sequencial precedida do acrónimo do Museu. Esta numeração, associada ao original, deverá corresponder à mesma numeração do ficheiro informático que o processo de digitalização gerou.

A numeração deverá ser inscrita na folha de cristal que, normalmente, armazena as imagens, no caso de negativos ou transparências, e, no caso de integradas em caixilhos, no respectivo caixilho; no que diz respeito aos positivos, independentemente dos formatos, a numeração deverá ser registada no verso.

B. Armazenamento dos ficheiros informáticos de imagem: Os ficheiros informáticos correspondentes a imagens, deverão ser armazenados no Servidor do InArte Premium, directoria “IMAGENS”, à qual os Museus, para efeitos de leitura, têm acesso via rede informática. Os ficheiros deverão ser organizados com base em directorias cuja raiz é constituída por uma directoria para cada um dos museus. O processo de carregamento de novas imagens produzidas no museu, independentemente das suas dimensões, é efectuado, através de CD ou outro suporte, directamente no Servidor.

Tendo em vista a criação de um formato normalizado para disponibilização através da Internet, o Gestor do Inventário deverá duplicar a directoria “IMAGENS”, sendo esta cópia designada directoria “IMAGENS WEB”. A directoria “IMAGENS WEB” constitui o repositório de imagens que deverá ser associado ao InArte Premium para efeitos de consulta, seja através do acesso à Base de dados, seja através do acesso via WEB

A directoria “IMAGENS” deverá conter as imagens digitalizadas no seu estado e formato original antes de ter sido editada, tendo em vista a preservação das características originais do ficheiro. Estes ficheiros não deverão nunca ser editados. A sua edição pressupõe a criação de uma cópia e a edição da respectiva cópia.

A resolução e os formatos dos ficheiros a digitalizar deverão ser os seguintes, dependendo a sua dimensão das dimensões do original:

- 300 DPI em Formato TIFF para imagens consideradas relevantes²⁶⁰;

²⁶⁰ O conceito de relevante ou não surge na potencial inexistência de espaço de armazenamento se, de um momento para o outro se iniciar a produção de ficheiros de elevadas dimensões. Sugere-se assim que com base no critério do potencial interesse para

- 300 DPI em Formato JPEG para imagens consideradas menos relevantes.

No caso de imagens adquiridas através de máquinas fotográficas digitais, deverá ser sempre utilizada a melhor resolução disponível, um formato nativo²⁶¹ ou sem compressão, por forma a garantir a melhor qualidade possível do original. Relativamente a estas, aplicar-se-á também o conceito de imagem mais ou menos relevante e a utilização do Formato JPEG para as consideradas menos relevantes

Como já foi referido, cada Museu disporá, na directoria “IMAGENS”, de uma subdirectoria cuja designação corresponde ao acrónimo do Museu. A gestão da subdirectoria “IMAGENS” é da responsabilidade do Museu, excepto no que diz respeito à realização de backup’s, cuja responsabilidade compete à equipa de Gestão da aplicação.

Em cada uma das directorias e subdirectorias, os ficheiros informáticos serão numerados sequencialmente, sendo sempre atribuídos zeros à esquerda de modo a garantir a ordenação alfabética e um acesso facilitado às imagens.

O registo de uma imagem no Sistema de Informação pressupõe que a mesma seja descrita no módulo Documentos, Tarefa Documentos Gráficos da aplicação InArte Premium, com o objectivo de registar em formato de texto os metadados essenciais da imagem. Após o registo da imagem, a mesma deverá ser relacionada com qualquer outro módulo ou tarefa tida como relevante.

5.3.3.1.3 Gestão das Tabelas Auxiliares Específicas

A Gestão das Tabelas Auxiliares é efectuada pelo utilizador de perfil Coordenador do Inventário que, para além do Gestor, é o único responsável pela alteração e eliminação de valores. A solicitação de alterações nas Tabelas Auxiliares Específicas deverá ser dirigida ao Gestor do Inventário que, juntamente com a Equipa de Gestão do Inventário, procederá à sua avaliação do ponto de vista técnico e científico.

publicação impressa ou tendo em conta a conservação do original, seja efectuada pelo Museu uma selecção das imagens a conservar em condições de elevada qualidade

²⁶¹ Um formato nativo corresponde ao formato originalmente produzido pela máquina fotográfica digital utilizada.

5.3.3.2 Procedimentos Específicos de Tarefas

5.3.3.2.1. Inventário

5.3.3.2.1.1 Procedimentos para o inventário de um Objecto

Após os procedimentos administrativos inerentes à aquisição de um objecto e posterior incorporação do mesmo no espólio do Museu, o Técnico do Inventário deverá proceder ao seu registo na base de dados. O registo da informação na base de dados deve verificar-se de acordo com o Manual de Normas e Procedimentos existente, devendo ser preenchidos os seguintes campos:

- **Informação Genérica:** N° de Inventário; Designação; Título, Descrição, Data de Registo;
- **Informação Específica:** Autorias; Categorias; Classificações; Colecções; Cores; Cronologia, Departamentos; Designações; Direitos, Disposições Legais, Épocas, Escolas; Estados, Estilos; Funções; Incorporações, Inventariantes; Localizações²⁶²; Marcas; Materiais; Medidas; Numerações; Numismática; Produções; Técnicas; Títulos;
- **Módulo “Entidades”:** “Entidades”: Autores; Inventariantes Proprietários;
- **Módulo “Documentação”:** Material Gráfico

Os objectos deverão ser marcados em zonas acessíveis e estáveis, previamente limpas e preparadas, visíveis, mas de modo a não interferir com a sua leitura formal e estética, e de acordo com os procedimentos de Conservação recomendados. No que concerne às medidas, serão sempre consideradas as dimensões máximas, livres de suportes e de molduras.

²⁶² O Grupo de Informação Específica “Localização” deve ser actualizado sempre que se verificar qualquer alteração na localização do objecto, a qual deve ser especificada com rigor:

- quando em exposição, com a identificação da sala e da vitrina/expositor. A ficha do objecto deverá ser relacionada com a ficha da Exposição correspondente;
- quando em reserva, com a identificação do espaço de reserva, sala, armário, prateleira, contentor, etc.;
- quando em empréstimo, com a identificação da entidade receptora e o número do processo de empréstimo. A ficha do objecto deverá ser relacionada com a ficha da Entidade correspondente;
- quando alvo de intervenção de conservação e restauro, com a identificação da entidade e do número de processo, no caso de se tratar de um entidade externa; caso estejamos a considerar um processo a decorrer nas instalações do Museu, deverá ser indicada a sala. A ficha do objecto deverá ser relacionada com a ficha de Conservação e Restauro correspondente.

O Técnico de Inventário deverá associar à ficha de inventário a documentação de carácter administrativo²⁶³, em formato pdf, relacionada com a incorporação do objecto no espólio do Museu, bem como outra considerada relevante para o conhecimento do objecto em causa²⁶⁴.

No contexto do inventário de um objecto, o Técnico de Inventário deverá ainda efectuar um registo fotográfico completo do mesmo, em formato digital, o qual deverá ser associado a uma ficha de “Material Gráfico”, no módulo Documentação. A imagem associada deverá permitir uma visualização total do objecto. Sempre que se justifique, deverão ser associadas imagens de pormenor, nomeadamente, marcas, inscrições, elementos decorativos e outras que testemunhem o deficiente estado de conservação do objecto inventariado.

A inserção dos dados deverá ser validada pelo Coordenador do Museu/Colecção.

5.3.3.2.1.2 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Autor”

O preenchimento da ficha de inventário “Autores”, do Módulo “Entidades” é obrigatório. Assim, o Técnico de Inventário deverá preencher os campos existentes na ficha, para além de associar uma imagem em formato digital²⁶⁵, identificativa do autor em questão.

A inserção dos dados deverá ser validada pelo Coordenador do Museu/Colecção.

5.3.3.2.1.3 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Inventariantes”

O Coordenador do Museu/ Colecção é o responsável pelo preenchimento e actualização das fichas dos Inventariantes, existentes no Módulo “Entidades”. O Técnico de Inventário, no momento do preenchimento da ficha de inventário do objecto, deverá relacionar esta com a ficha de Inventariante.

²⁶³ Ex. Requerimentos, contratos, pareceres, comunicação de doação, etc.

²⁶⁴ Ex. Relatório de Conservação e Restauro do objecto.

²⁶⁵ A imagem poderá ser original ou reproduzida, desde que a sua origem seja devidamente identificada, salvaguardando os direitos de autor.

5.3.3.2.1.4 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Seguradoras”

O Coordenador do Museu/ Colecção é o responsável pelo preenchimento e actualização das fichas “Seguradoras”, existentes no Módulo “Entidades”. O Técnico de Inventário é o responsável pelo estabelecimento de relações entre a ficha “Seguradora” e outras tidas como relevantes, nomeadamente:

- Objecto, sempre que a entidade seguradora efectuar um seguro do objecto em questão;
- Movimentos, sempre que a entidade seguradora efectuar um seguro no âmbito da movimentação de um determinado objecto;
- Seguros, de modo a especificar o tipo de seguro efectuado;
- Exposições, sempre que a entidade seguradora efectuar um seguro no contexto de uma exposição.

5.3.3.2.1.5 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Proprietários”

O Coordenador do Museu/ Colecção é o responsável pelo preenchimento e actualização das fichas “Proprietários”, existentes no Módulo “Entidades”. O Técnico de Inventário deverá estabelecer a relação existente entre a ficha do objecto e a ficha do Proprietário.

5.3.3.2.1.6 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Outras Entidades”

O Coordenador do Museu/ Colecção é o responsável pelo preenchimento e actualização das fichas “Outras Entidades”, no Módulo “Entidades”. O Técnico de Inventário deverá estabelecer a relação existente entre a ficha do objecto e a ficha “Outras Entidades”.

5.3.3.2.1.7 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Movimentos”

O Coordenador do Museu/ Colecção é o responsável pelo preenchimento e actualização das fichas “Movimentos”, no Módulo “Eventos”, cabendo ao Técnico de Inventário a responsabilidade de relacionar a ficha do objecto com a ficha “Movimentos”. Deverão ser

igualmente associados todos os documentos de carácter administrativos produzidos no âmbito da movimentação de um objecto. Os documentos associados deverão estar em formato pdf.

5.3.3.2.1.8 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Seguros”

O Coordenador do Museu/ Colecção é o responsável pelo preenchimento e actualização das fichas “Seguros”, no Módulo “Eventos”, cabendo ao Técnico de Inventário a responsabilidade de relacionar a ficha do objecto com a ficha “Seguros”. Deverão ser igualmente associados todos os documentos de carácter administrativos produzidos no âmbito da movimentação de um objecto. Os documentos associados deverão estar em formato pdf.

5.3.3.2.1.9 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Exposições”

O preenchimento da ficha “Exposição”, do Módulo “Eventos”, é da responsabilidade do Técnico de Inventário. Para além do preenchimento dos campos disponíveis, deverão ser associados ficheiros em formato digital que documentem o evento, nomeadamente:

- ficheiro, em formato pdf, do material de divulgação produzido no contexto da exposição;
- imagens da exposição.

O Técnico de Inventário deverá relacionar a ficha “Exposição” com as fichas consideradas relevantes nesse contexto, nomeadamente:

- ficha de objecto que integraram a exposição;
- ficha de movimentos, sempre que algum objecto pertencente ao espólio do Museu for solicitado no âmbito de uma exposição, a qual deverá ser inventariada;
- ficha de seguros, sempre que for efectuado um seguro no âmbito de uma exposição;
- ficha de autores cujos objectos integraram a exposição;
- ficha de seguradoras que efectuaram seguros no âmbito de uma exposição.

A inserção dos dados deverá ser validada pelo Coordenador do Museu/Colecção.

5.3.3.2.1.10 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Conservação”

A intervenção no domínio da Conservação e Restauro efectuada num objecto deverá corresponder, obrigatoriamente, ao preenchimento da ficha de “Conservação” no módulo “Eventos” da aplicação informática. Para além do preenchimento dos campos existentes, de acordo com o Manual de Normas e Procedimentos, deverão ser efectuados registos fotográficos do objecto, antes e depois da intervenção e, sempre que possível, do processo de conservação / restauro de que foi alvo.

Deverão ser associados, em formato digital (pdf) todos os documentos produzidos no âmbito da intervenção de Conservação e Restauro.

Nas situações em que seja recomendada uma avaliação periódica do estado do objecto, esta verificação deverá ser inserida na base de dados, com a indicação da data e do responsável, bem como o registo de qualquer alteração verificada.

O preenchimento da ficha “Conservação” do módulo “Eventos” é da responsabilidade do Coordenador do Museu /Colecção.

5.3.3.2.1.11 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Empréstimos”

O preenchimento da ficha “Empréstimos” do módulo “Eventos” é da responsabilidade do Coordenador do Museu /Colecção, cabendo ao Técnico de Inventário a responsabilidade de relacionar a ficha do objecto com a ficha do movimento que lhe está associado.

Deverão ser igualmente associados, em formato digital (pdf) todos os documentos de carácter administrativo²⁶⁶ produzidos no âmbito desta operação.

²⁶⁶ Ex. Processo do empréstimo; documentos de seguros, etc.

5.3.3.2.1.12 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Bibliografia”

O preenchimento da ficha “Bibliografia” do módulo “Documentação” é da responsabilidade do Coordenador da Biblioteca, cabendo ao Técnico de Inventário a responsabilidade de relacionar o documento bibliográfico com a ficha do objecto.

O Coordenador da Biblioteca, para além do preenchimento dos campos disponíveis na ficha da Bibliografia, deverá associar uma imagem em formato digital (de acordo com os requisitos definidos) da capa da publicação.

5.3.3.1.1.13 Procedimento para o Inventário da Tarefa “Material Gráfico”

O preenchimento da ficha “Material Gráfico” do módulo “Documentação” é da responsabilidade do Técnico do Inventário.

5.3.3.1.1.14 Tabelas Auxiliares Específicas. Área de Controlo Terminológico

A proposta de gestão integrada das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto por nós desenvolvida e apresentada no âmbito desta dissertação, assume diversas componentes, abordando desde questões de carácter técnico, até outras de ordem mais formal, como seja a definição de metodologias e procedimentos. Neste contexto, consideramos igualmente essencial a normalização dos conteúdos, do ponto de vista da morfologia e da sintaxe.

A análise dos registos informatizados das colecções dos Museus Municipais permitiu-nos verificar a premência desta questão, perante a inexistência de uma norma que contribua para a fiabilidade e eficácia da gestão da informação. Neste contexto, sublinhamos a importância da utilização de listas de valores, normalizadas, devidamente hierarquizadas e estruturadas.

As listas de valores apresentadas em anexo correspondem à selecção anteriormente realizada, e cujos critérios atempadamente enunciamos. Por outro lado, a terminologia apresentada, apesar de não exaustiva, reflecte, de acordo com o universo que nos é possível aferir, as colecções dos Museus da Câmara Municipal do Porto.

Conclusão

A investigação desenvolvida, e que nos permite, em última análise, a apresentação desta dissertação, constitui uma reflexão sobre a problemática da gestão das colecções museológicas, nomeadamente ao nível do inventário. Neste contexto, desenvolvemos uma abordagem que, mesmo não sendo exaustiva, constitui, no nosso entender, um ponto de partida, contemplando a definição de objectivos, conceitos, metodologias, procedimentos e terminologias, num exercício assumidamente inacabado, mas que certamente representa um contributo para um processo em constante mutação e desenvolvimento, permitindo-nos, neste momento, aferir algumas conclusões:

- O inventário museológico constitui uma preocupação efectiva dos Museus desde sempre, entendido como uma condição essencial para a gestão, conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do Património Cultural. No entanto, o conceito de “inventário” tem evoluído ao longo do tempo: com as actuais capacidades dos recursos técnicos de que dispomos (equipamento informático) a componente do inventário das colecções passou a integrar outras componentes de informação com que os museus lidam (exposições, bibliografia, conservação, imagem, etc), contribuindo para que a componente do inventário constitua uma pequena parte do que é, de facto, um sistema de informação de museus.

- A utilização das Tecnologias da Informação nas instituições museológicas constitui uma realidade que remonta a meados do século XX, tal como é possível verificar a partir dos diversos exemplos apresentados ao longo desta dissertação. No entanto, na década de 80, assistimos a mudanças significativas, sobretudo de carácter técnico, neste domínio: o desenvolvimento da microinformática, em estreita articulação com as comunicações (Tecnologias da Informação e da Comunicação), permitiram o desenvolvimento de novas potencialidades que, no caso dos Museus, se traduziram também no aparecimento de aplicações específicas para inventário/gestão de colecções museológicas.

- Actualmente, existem várias soluções informáticas especializadas no inventário/gestão de colecções museológicas, em Portugal: soluções de empresas portuguesas, soluções de empresas estrangeiras e soluções desenvolvidas pelos próprios museus. Esta variedade de opções tem motivado, erradamente, na nossa opinião, a ideia de que deveria ser utilizada uma única solução a nível nacional, pela facilidade que daí decorreria em processos futuro de integração e comunicação de dados. Parece-nos, contudo, que a questão deverá ser colocada ao nível da normalização dos dados, dos procedimentos e do intercâmbio da informação, permitindo, por outro lado, o livre funcionamento do mercado, ele próprio gerador de novas abordagens e funcionalidades.

- Os exemplos que sustentaram a nossa análise, nomeadamente o Matriznet, apesar da reconhecida qualificação dos corpos técnicos envolvidos, evidencia inúmeras fragilidades, nomeadamente ao nível da normalização dos conteúdos. Não podemos deixar de sublinhar que esta constitui uma realidade comum a muitos museus portugueses, tal como estudos recentes (citados ao longo da dissertação) nos permitem concluir, mas que, no caso do Matriznet, adquire uma maior dimensão pelo número de instituições e registos envolvidos, permitindo-nos verificar:

- A inexistência de uma única norma instituída e adoptada pelos diferentes Museus utilizadores da aplicação, o que condiciona qualquer propósito de normalização do inventário museológico;

- A evidente desarticulação entre os diferentes intervenientes no processo de gestão do inventário museológico, o que contribui para a inconsistência da informação disponibilizada;

- A inexistência de uma terminologia normalizada e comumente adoptada pelos diferentes Museus, o que se traduz numa fragilidade da aplicação, particularmente evidente no momento das pesquisas;

- A inexistência de um único manual de procedimentos, com evidentes implicações ao nível das metodologias e procedimentos adoptados.

A análise de um caso de estudo concreto constituiu o ponto de partida para a elaboração de uma proposta de gestão integrada das colecções museológicas dos Museus da Câmara Municipal do Porto, cuja componente prática nos apraz sublinhar, e que contempla as abordagens essenciais desta problemática: o desenvolvimento de um manual de normas e procedimentos, bem como de Listas de Valores e Tesauros. Durante o último ano, período durante o qual este trabalho foi desenvolvido, pudemos acompanhar a notável evolução verificada nos Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto, ao nível da infra-estrutura tecnológica em todos os museus, na integração das diferentes bases de dados numa só, no processo de revisão dos inventários, na formação dos técnicos envolvidos e na disponibilização do inventário através da Internet que, neste momento, já se verifica internamente.

O desenvolvimento da Internet, a simplificação administrativa e os serviços online confrontam, neste momento, as instituições em geral, e os museus em particular, com a necessidade de ser disponibilizada informação através da Internet, nomeadamente a que respeita às Colecções Museológicas. A normalização, nos seus diferentes patamares, constitui uma condição essencial para o cumprimento deste objectivo, sobretudo se enquadrado em contexto de redes de informação que se começam a desenhar: redes de museus de região, redes de museus temáticos, redes de museus em torno de temáticas específicas, requisitos de uma

Sociedade de Informação que se pretende global. Paralelamente, o desenvolvimento de redes de informação, baseado em princípios de colaboração e partilha de informação entre os profissionais dos museus e as instituições museológicas, constitui um dos principais desafios que urge encarar, e cuja real dimensão ultrapassa, em muito, o domínio das instituições museológicas.

Bibliografia:

A code of practices on archives for museums and galleries in United Kingdom. Standing Conference on Archives and Museums Informatics. (2002). 3ª Ed. [Em linha]. Disponível em: www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

A framework of guidance for building good digital collections. (2004). 2ª Ed. [Em linha]. Disponível em: www.niso.org/framework/framework2.html. [Consultado em Agosto de 2007].

A Survey of documentation standards in the Archaeological and museum community. (2006). [Em linha]. Disponível em: http://public-repository.epoch-net.org/surveys/AMA_survey.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

AAT - XML Data Dictionary. (2007). [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/aat/aat_xml_dd06.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Agénjo, X. B. (1991). La catalogación cooperativa en el entorno de la interconexión de sistemas abiertos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 51, nº 3-4, pp. 241-249.

Aguera, J. R. (2004). Automatización de Tesauros y su utilización en la web. *BID - Textos Universitários de Biblioteconomia i documentació*, nº 13. [Em linha]. Disponível em: http://www2.ub.es/bid/consulta_articulos.php?fichero=13perez2.htm. [Consultado em Agosto de 2007].

Aisa, L. M. (1998). La problemática de la biblioteca en nuestros museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 38, nº 3, pp. 43-45.

Alaix, M. M. (Março de 1997). Interpretación, identidad y territorio: una reflexión sobre el uso social del Patrimonio. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 18, pp. 33-38.

Alcalá, J. T. (2001). El museo ante el reto de las nuevas tecnologías en el siglo XXI. *Binaria: Revista de comunicación, cultura y tecnología*, nº 1.

Alonso, V. C. (1989). El museo, centro documental. El tratamiento archivístico de los documentos en el museo. De un archivo de oficina a un archivo histórico. *Boletín de la ANABAD*, vol. 39, nº 2, pp. 219-230.

Alquézar, E., Carrasco, R., & Fontes, F. (2007). Domus. Integrated System of Documentation and Museum Management. Towards a spanish museum's digital network. Apresentado no *Europe's Cultural and Scientific Heritage in a Digital World*, em Berlim, Alemanha.

Álvarez-Ossorio, J. R. (1999). Los centros de documentación en la sociedad de la información. *Boletín de la ANABAD*, vol. 49, nº 3-4, pp. 579-591.

Ambrose, T., & Paine, C. (1994). *Museum Basics*. Londres: Routledge.

American National Standard Guidelines for the construction, format and management of monolingual Thesauri (ANSI/NISO Z39.19-1993). (1993). [Em linha]. Disponível em: www.ansi.org. [Consultado em Agosto de 2007].

André Malraux et l'inventaire général. (2007). [Em linha]. Disponível em: : <http://www.culture.gouv.fr/culture/min/comite-histoire/malraux-inventaire/extrait.pdf> [Consultado em Agosto de 2007].

Aracena, M. P. (1996). Art & Architecture Thesaurus: vocabulario normalizado para documentación de colecciones. *Revista Museos* n° 22. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Aranguren, J. M. (1985). Definición de funciones y planificación de servicios técnicos de museos en el âmbito estatal. *Boletín de la ANABAD*, vol.35, n° 2-3 , pp. 351-362.

Aranguren, J. M. (1986). Informática y comunicación en el futuro de los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 36, n° 1-2, pp. 243-257.

Arcaute, J. R. (1993). Base de datos sobre las técnicas de los artistas contemporâneos y sus critérios en matéria de conservación y restauración. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 3 , pp. 5.

Archaeological archives: documentation access and deposition a way forward. (1995). Londres: English Heritage.

Arenillas, J. A. (2000). Bienes muebles, hacia un nuevo concepto en la catalogación del Património Mueble. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 32, pp. 201-204.

Arroyo-Bishop, D. (1999). From earth to cyberspace: the unforeseen evolution. *Archeologia e Calcolatori*, n° 10, pp. 7-16.

Artiga, V. A. (1993). Evolución histórica de las tecnologías de la información y su aplicación en el proceso documental. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 3, n° 2, pp. 131-142.

Aubin, S. (2003). *La numerisation du Patrimoine Culturel. Bibliothèques, Musées: des savoir-faire a partager*. Mémoire présenté en vue de obtenir le dess en Sciences de L'Information et de la Documentation spécialisés.Conservatoire National des Arts et Métiers. Institut National del Techniques de la Documentation, Paris.

Baca, M. (1996). Una relación fructífera: la colaboración entre el Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales y el Getty Information Institute. *Revista Museos* n° 22, DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Baca, M. (1998). Introduction to metadata: pathways to digital information. Getty Information Institute. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/intrometadata/ .[Consultado em Agosto de 2007].

Baca, M., Harpring, P. (2000). *Categories for the Description of works of Art (CDWA). List of Categories and Definitions*. J. Paulo Getty Trust and the College Art Association. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/cdwa/.[Consultado em Agosto de 2007].

- Baeza, Y., & Cacho, S. (1996). La base de datos: zonas arqueológicas de Andalucía. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 16, pp. 112-118.
- Baglioni, R., Lopez, M. J., & Ramon, a. L. (1997). Catálogo de simbología de apoyo a la representación gráfica del informe técnico de bienes muebles (I). *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 19, pp. 41-50.
- Baglioni, R., Lopez, M. J., & Ramon, A. J. (1997). Catálogo de simbología de apoyo a la representación gráfica del informe técnico de bienes muebles (II). *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 20, pp. 32-45.
- Bakula, C. (1970.). *La convención de 1970. Instrumento internacional para la protección del Patrimonio Cultural mueble de las naciones*. [Em linha]. Disponível em: www.lacult.org/docc/documento_cecilia_bakula.rtf .[Consultado em Agosto de 2007].
- Balerdi, (. I. (1994). *Miscelánea museológica*. Bilbao: Editorial Universid del País Basco.
- Barbuy, H. (2002). Os museus e seus acervos: sistemas de documentação em desenvolvimento. Apresentado no *Integrar - 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*. S. Paulo, pp. 67-77.
- Barchesi, C., & Ceccarelli, L. (2004). Linguaggi dichiarativi per la ricerca archeologica. *Archeologia e Calcolatori*, nº 15, pp. 95-113.
- Baroja, J. C. (1995). Proyecto para un Museo Etnográfico del Reino de Navarra, *Príncipe de Viana*, año 56, nº 206, pp. 735-740.
- Bartolomé, A., & Arredondo, P. M. (1998). Aproximación a la gestión de museos: una comparación entre el Museo Arqueológico Nacional y el Musée de Antiquités Nationales de Saint Germain-en-Laye. *Boletín de la ANABAD*, vol. 48, nº 1, pp. 187-201.
- Base de datos del Património Arqueológico de Andalucía. La provincia de Cádiz. (1997). *Boletín PH: Boletín del Instituto de Patrimonio Histórico*, nº 21, pp. 155-158.
- Base de datos del Património Arqueológico de Andalucía: área metropolitana de Sevilla. (1999). *PH: Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico*, nº 27, pp. 212-218.
- Bearman, D. (1994). Automating de future. *Museum International*, vol. 46, nº 1, pp. 38-41.
- Bearman, D. (1995). Multimedia computing and museums - technology, knowledge, representative and cultural heritage. Apresentado no ICHIM'95: *International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, San Diego, Estados Unidos da América, pp. 1-3.
- Bearman, D., & Perkins, J. (1993). *Standards framework for the computer interchange of museum information*. [Em linha]. Disponível em: www.cni.org/pub/CIMI/framework.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Bekiari, C., Constantopoulos, P., & Doerr, M. (2005.). *Information design for cultural documentation*. 9th DELOS Network of Excellence thematic workshop “Digital Repositories: Interoperability and common Services”. HELLAS. [Em linha]. Disponível em: www.ics.forth.gr/isl/publications/paperlink/information%20design.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Benchmarks in collections care for museums, archives and libraries. A self assessment checklist. (2002). [Em linha]. Disponível em: <http://www.mla.gov.uk/home>. [Consultado em Agosto de 2007].

Bénichou, A. (1993). Documentation Standards in Contemporary Art. CHIN: Canadian Heritage Information Network.

Bergengren, G. (1971). Automatic data processing in the registration of museum collection in Sweden. *Museum International*, vol. 23, n^o 1, pp. 53-58.

Bergengren, G.(1978). Towards a total information system. *Museum International*, vol. 30, n^o 3 / 4 pp. 213-217.

Besser, H. (1997). The transformation of the Museum and the way it's perceived. School of Information & Systems. University of California at Berkeley. [Em linha]. Disponível em: <http://www.gseis.ucla.edu/~howard/Papers/garmil-transform.html>. [Consultado em Agosto de 2007].

Besser, H. Introduction to imaging. J. Paul Getty Trust. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/introimages. [Consultado em Agosto de 2007].

Blackaby, J., & Green, P. (1995). *The revised nomenclature for museum cataloguing: a revised and expanded version of Robert Chenhall' system for classifying man made objects*. Nashville: American Association for State and Local History.

Boeuf, P. I., Lahanier, C., Aitken, G., Sinclair, P., Lewis, P., & Martinez, K. (2005). Integrating Museum & Bibliographic Information: the Sculpteur Project. Apresentado no ICHIM'05: *International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museum, San Diego, Estados Unidos da América*. [Em linha]. Disponível em: http://www.archimuse.com/publishing/ichim_05.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Bolt, V., Grant, A., & Newman, J. (2005). *Revisiting Collections: discovering new meanings for a diverse audience*. Londres: ALM.

Booth, B., & Heap, C. (1993). High resolution digital image storage at the national railway museum. Apresentado no ICHIM'93: *International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*. Cambridge, Inglaterra, pp. 14-19.

Bourdon, F. (2003). Modelling authority data for libraries, archives and museum: a project in progress at AFNOR. *Cataloguing & Classification Quarterly*, vol. 39, n^o 1-2, pp. 505-516. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/haworth/ccq;jsessionid=48mq70rfi8dae.alexandra>. [Consultado em Agosto de 2007].

Bravo, A. L. (1993). El Museo Arqueológico Nacional y la Red Europea de Museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 43, nº 3-4 , pp. 177-186.

Bravo, A. L. (1995). El proyecto RAMA y su desarrollo en el Museo Arqueológico Nacional. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 12. *Información de Bienes Culturales*, pp. 63-65.

Brígola, J., Teixeira, M. B., Pereira, F., & Nabais, A. (2003). Documento apresentado pelo grupo de trabalho da Associação Portuguesa de Museologia ao Conselho Consultivo do Instituto Português de Museus, no âmbito da elaboração da Lei-Quadro dos Museus. *Lugar em Aberto, Revista da APOM*, nº 1 , pp. 32-45.

Brown, A. (2002). *Digital Archiving Strategy*. English Heritage. Centre for Archaeology. [Em linha]. Disponível em: www.english-heritage.org.uk/upload/pdf/dap_manual_archiving.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Brown, A. (2002). *Preservation management. Procedures manual*. English Heritage. Centre for Archaeology. [Em linha]. Disponível em: www.english-heritage.org.uk/upload/pdf/dap_manual_preservation.pdf .[Consultado em Agosto de 2007].

Brown, A., & Perrin, K. (2000). *A model for the description of archaeological archives, information management & collections*. English Heritage. Centre for Archaeology. [Em linha]. Disponível em: www.english-heritage.org.uk/upload/pdf/archive_model.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Buck, R. A., & Gilmore, J. A. (1998). *The new museum registration Methods*. Washington: American Association of Museum.

Bullón, X. A., & Jaureguialzo, C. C. (1994). La Red Europea de información y documentación sobre América Latina. *REDIAL. Boletín de la ANABAD*, vol. 44, nº 4, pp. 143-157.

Burgos, M. D. (1985). Génesis y sistema de documentación del Museo Nacional Ferroviário. *Boletín de la ANABAD*, vol. 35, nº 4, pp. 485-492.

Busch, J. (1996). La documentación de objetos culturales. *Revista Museos* nº 22, DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Busto, F. F. (1985). Los profesionales de los museos ante las autonomías. *Boletín de la ANABAD*, vol. 35, nº 2-3, pp. 409-420

Cabrera, A. T. (1999). El inventário de jardines de interés patrimonial de Andalucía. Modelos y propuesta de una base de datos. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 27, pp. 166-177.

Cacho, S. F. (coord.) (1995). Arqueos. Sistema de información del Patrimonio Arqueológico de Andalucía. *Cuadernos Técnicos*, nº 6.

Cacho, S. F., Quincoces, P. M., & Iglesias, J. M. (1998). Evaluación del proyecto de Sistematización e Informatización del Inventario de Yacimientos Arqueológicos de Andalucía. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 23 , pp. 108-116.

Cacho, S. F., Quincoces, P., & Iglesias, J. M. (2000). Arqueos: un modelo andaluz de gestión de la información arqueológica. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 30 , pp. 143-150.

Caldeira, A. (1998). Projecto de digitalização do arquivo Mário Soares. *Páginas, Arquivo, Bibliotecas. Microfilmagem, Digitalização*, pp. 53-72.

Canha, M. J. *Radiografia documental dos museus portugueses: inquérito de avaliação da documentação enquanto processo*. (2005). Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

Cano, J. M. (1999). La documentacion en el Museo Arqueológico de Murcia. *Anales de Documentación*, nº 2, pp. 159-168.

Cano, M. d., & al (1997). Desarrollo de la base de datos inmuebles: algunas reflexiones sobre el destino de la documentación patrimonial. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 19, pp. 131-137.

Carrillo, R. (1980). Los museos y su responsabilidad en relacion con el Patrimonio Mundial. *Boletín de la ANABAD*, vol. 30, nº 4 , pp. 583-588.

Carro, P. C. (1988). Legislación del patrimonio histórico español para museólogos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 38, nº 3, pp. 3-28.

Carta de Florença. (1981). [Em linha]. Disponível em: <http://www.international.icomos.org>. [Consultado em Agosto de 2007].

Carta de Lausanne. (1990). [Em linha]. Disponível em: <http://www.international.icomos.org>. [Consultado em Agosto de 2007].

Castro, M. (1997). Hacia una política de museos. *Revista Museos nº 23*, DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Chan-Chen Chen, e. al (2002). The design of metadata for the digital Museum Initiative in Taywan. *Online Information review* , vol. 26, nº 5, pp. 295-306. [Em linha]. Disponível em: http://eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=EJ664834&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=EJ664834. [Consultado em Agosto de 2007].

Chenhal, R. G. (1978). Nomenclature for museum cataloguing: a system for classifying man-made objects. Nashville: American Association for State and Local History Press.

Chenhal, R. G. (1988). Museum collections and today's computers. New York: Greenwood Press.

Chenhal, R., & Homulus, P. (1978). Preposition for the future: museum data standards. *Museum International*, vol. 30, nº 3 - 4, pp. 205-212.

Chieze, V. (1994). Computerized inventorying in museum collections in África. *Museum International*, vol. 46, nº 1, pp. 30-33.

CHIN Data Dictionary: Humanities. Gatineau, Quebec: Canadian Heritage Information Network (CHIN). [Em linha]. Disponível em: <http://daryl.chin.gc.ca:8000/BASIS/chindd/user/wwwhe/SF>. [Consultado em Agosto de 2007].

CIDOC – CRM: Conceptual Reference Model. International Council of Museums, v. 3.4.10. (2004). [Em linha]. Disponível em: <http://cidoc.ics.forth.gr/downloads.html>. [Consultado em Agosto de 2007].

CIDOC International Guidelines for Museums Objects Information: the information categories. (1995). [Em linha]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide>. [Consultado em Agosto de 2007].

CIDOC International Guidelines for Museums Objects Information: the information groups and categories. (1995). [Em linha]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidecat.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Código de Ética para Museus - ICOM. (2006). [Em linha]. Disponível em: <http://www.icom.org.br/codigoetica/ICOM2006.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].

Collection Management policies for the New Scotia Museum. (2002). Nova Scotia: Nova Scotia Museum.

Commission des Affaires Culturelles, F. e. (2000). *Rapport d'information sur les musées*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/legislatures/11/pdf/rap-info/i2418.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. (1969). [Em linha]. Disponível em: http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_1311_1_0001.htm. [Consultado em Agosto de 2007].

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. (1992). [Em linha]. Disponível em: <http://heritagelaw.org/European-International-Conventions>. [Consultado em Agosto de 2007].

Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. (1954). [Em linha]. Disponível em: http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=6. [Consultado em Agosto de 2007].

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. (1972). [Em linha]. Disponível em: www.unesco.pt/pdfs/cultura/docs/3_Convencao_Protecao_Patrimonio.doc. [Consultado em Agosto de 2007].

Cook, T. (1997). The impact of David Bearman on modern archival thinking: an essay of personal reflections and critique. *Archives and Museum Informatics. Cultural Heritage Informatics Quarterly*, vol. 11, nº 1, pp. 15-37.

Correia, A. M. (1999). Moving Towards an information society in Portugal. *Anales de Documentación*, nº2, pp. 49-62.

Costa, P. F. (2004). Digitalização do Património Museológico Nacional: um projecto integrado. Apresentado no *Seminário Internacional sobre digitalização: experiência e tecnologia*. Lisboa.

Crofts, N., Dionissiadou, I., Doerr, M., & Stiff, M. (2001). *Definition of the CIDOC object-oriented conceptual reference model, version 3.2*. ISO Working Document ISO/TC46/SC4/WG9/2. [Em linha]. Disponível em: http://www.ics.forth.gr/isl/publications/by_year.jsp?Year_of_publication=2001. [Consultado em Agosto de 2007].

Crofts, N., Dionissiadou, I., Doerr, M., Gill, T., Krause, S., Stiff, M. (2003). *Scope definition of the CIDOC Conceptual Reference Model*. [Em linha]. Disponível em: <http://cidoc.ics.forth.gr/scope.html>. [Consultado em Agosto de 2007].

Cruz, V. M. (1996). La normalización del sistema de información del Patrimonio Histórico de Andalucía: el tesoro del Patrimonio Histórico. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 14, pp. 110-115.

Cruz, V. M. (2001). Hacia un sistema integrado del Patrimonio Histórico de Andalucía: la base de datos del Patrimonio Inmueble. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 37, pp. 223-229.

Cultural Heritage Protection Handbook 3. Documentation of Artefacts' Collections. (2007). [Em linha]. Disponível em: www.unesco.org. [Consultado em Agosto de 2007].

Dalbéra, J.-P., & Foulonneau, M. (2003). Recherche et numérisation du Patrimoine Culturel. Apresentado no *ICHIM'03: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, École du Louvre, Paris, França. [Em linha]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/publishing/ichim03/053C.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].

Dallas, C. (1994). A new agenda for museum information system. *Proceedings, problems and potentials of electronic information in archaeology*, pp. 251-264.

Delgado, A. L. (1993). Documentación informatizada en los museos andaluces. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 4, pp. 1-2.

Depelsenaire, J.-F. (2003). Un Réseau Rassemblant Plus de 50 Collections d'Art Moderne et Contemporain, de la Gestion des Collections à la Publication sur le Web. Apresentado no *ICHIM'03: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, École du Louvre, Paris, França. [Em linha]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/publishing/ichim03/127C.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].

Developments in museum and cultural heritage information standards. (2001). [Em linha]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/stand1.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Devesa, M. A., Merendez, M. D., & Regla, J. A. (1986). El thesaurus. *Boletín de la ANABAD*, vol. 36, nº 1 - 2, pp. 197-205.

Díaz, M. V. (2000). Bienes muebles: algunos ejemplos de bases de datos accesibles a través de internet. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 33, p. 222.

Dicionário Editora da Língua Portuguesa. (2008). Porto: Porto Editora.

Díez, M. D. (2005). El Proyecto Champollion: Museo Arqueológico Nacional. *Marq, Arqueologia y Museos*, pp. 31-37.

Diskus Network. (2007). [Em linha]. Disponível em: http://www.fotomarbarg.de/projects/diskus-network?set_language=en. [Consultado em Agosto de 2007].

Doerr, M. (2001). *Mapping of the AMICO Data Dictionnary to the CIDOC CRM*. Technical report FORTH-ICS/TR-288, Heraklion, Creta, Grécia. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ics.forth.gr/publications/technical-reports.jsp?raey=2001&offset=10> . [Consultado em Agosto de 2007].

Doerr, M., & Croft, N. (1999). Electronic esperanto: the role of the object oriented CIDOC Reference Model. Apresentado no ICHIM'99 *International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, Washington, Estados Unidos da América, pp. 157-173.

Doerr, M., Kritsotaki, A., & Stead, S. (2005). *Thesauri of Historical Periods - a proposal for standardization*. CIDOC's 05 Conference, Zagreb, Croatia, 24-27 Maio, 2005. [Em linha]. Disponível em: http://www.ics.forth.gr/isl/publications/by_yearCCI.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Doerr, M., Kritsotaki, A., & Stead, S.(2004). *Which period is it? A methodology to create thesaurus of Historical Periods*. Apresentado no *International Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology, CAA 2004*, 13-17 Abril, 2004, Prato, Itália. [Em linha]. Disponível em: http://www.ics.forth.gr/isl/publications/by_name.jsp?Person_ID=2. [Consultado em Agosto de 2007].

Doods, K., & Ball, H. (s.d.). *Digital images database standards checklist: technical, functional, content and access recommendations*. [Em linha]. Disponível em: www.arlisna.org/organization/com/standards/didsc.pdf . [Consultado em Agosto de 2007].

Doughty, P. S. (1987). Surveys of collections management systems and practice. *1st Annual Conference of the Museum Documentation Association* pp. 7-8. Cambridge: Museum Documentation Association.

Dudley, Dorothy et al. (1979). *Museum Registration Methods*, 3ª ed. Washington: American Association of Museums

eContentplus: Europe's Information Society. (2007). [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/information_society/activities/econtentplus/projects/funded_projects/index_en.htm. [Consultado em Agosto de 2007].

Edson, G. (1994). *The handbook for museums*. London: Routledge.

Eggebrecht, A., & Schulz, R. (1995). El Corpus Antiquitatum Aegypticarum definir standards para la documentacion. *Museum International*, vol. 47, nº 2, pp. 27-29.

Eilrt, C., & Dekkers, M. (2001). *Schemas: forum for metatada schema implement standards framework report*. [Em linha]. Disponível em: www.schemas-forum.org/metadata-watch/d29/d29.htm. [Consultado em Agosto de 2007].

Ellin, E. (1971). Considerations in the formation of museum databanks in the United States of America. *Museum International*, vol. 23, nº 1, pp. 8-9.

Escalona, M. J., Pradas, António, Bonaño, A., Salvago, D. (2002). Propuesta de um tesauro del Patrimonio Histórico en Internet mediante lenguaje ASP. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 40/41, pp. 231-234.

Etxeberria, A., & Gorospe, J. M. (2004). *Território, museo y nuevas tecnologías. Propuestas de desarrollo en território menorca*. Formación de la ciudadanía: las TIC's y los nuevos problemas. [Em linha]. Disponível em: www.centrodeestudiosandaluces.es/.../proyectos06/CULB030.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Fajardo, C. R. (1999). El acceso a la informacion en los museos: realidad o utopia? *Boletín de la ANABAD*, vol. 49, 3-4, pp. 732-742.

Fajardo, C. R. (2000). Técnicas documentales aplicadas en museologia. *Cuadernos de Documentación Multimedia*, nº 10.

Fernández, C. I., Perez, C. G., & Martinez, P. P. (1995). La base de datos POTES, un ejemplo de sistematización para el estudio de la cerámica. *PH: Boletín Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 13. *Información de Bienes Culturales*, pp. 64-67.

Fernandez, M. J., Martinez, E. B., & Martinez, A. G. (1986). La información en un museo local. *Boletín de la ANABAD*, vol. 36, nº 1-2, pp. 287-291.

Ferretis, J., & Urdaneta, B. d. (2004). Actualización del registro y diagnóstico de la coleccion de pintura y escultura del Museo Diocesano "Lucas Guillermo Castillo". Coro. Venezuela. *Annales del Museo de América*, nº 12, pp. 217-240.

Figuerola, C. G., Zazo, Á. F., Aldana, E. R., & Berrocal, J. L. (2004). La Recuperación de Información en español y la normalización de términos. *Inteligencia Artificial. Revista Iberoamericana de Inteligencia Artificial*, vol. III, nº 22, pp. 133-145.

Fiore, K. (2004). *An evaluation of online museum databases (consistency, content, context)*. Dissertação apresentada na Faculdade da Escola de Informação e Ciências Documentais da Universidade da Carolina do Norte. [Em linha]. Disponível em: http://www.kristinfiore.com/html/masters_paper.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

First International. Symposion on protection and restoration of historic gardens (1971). Fontainebleau, France 13-18 Sept. 1971. ICOMOS-IFLA.

Fort, J. C., & Blanxart, M. T. (1994). ARCAT: una base de datos documental y bibliográfica para el estudio del Patrimonio del Arte Románica Catalan. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 7, pp. 39-41.

Franchini, E. (2004-2005). *Nuove prospettive nell' evoluzione dei thesauri: interoperabilità, integrazione, standard. Tesi di Master di Secondo Livello in Archivistica, Biblioteconomia, Codicologia*. Firenze: Facultá di Lettere e Filosofia. Università degli Studi di Firenze.

Gaitán, J. E. (1997). Propuesta de normalización para la descripcion petrográfica de materiales pétreos. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 18, pp. 77-82.

Galiano, F. B. (1995). Problemas de nomenclatura en la conservación y restauración del Patrimonio Histórico. *PH: Boletín Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 11. pp. 34-36.

Galliani, D., & Díaz, F. (1998). Desarrollo de la base de datos geográfica de conjuntos históricos y patrimonio arquitectónico. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 22, pp. 102-105.

Gant, M. L. (1998). Análisis documental y normalización en las revistas de Historia del Arte Españolas. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 22, pp. 118-122.

Gant, M. L. (2001). *Arte, museos y nuevas tecnologías*. Gijón: Ediciones Trea.

Garcia, A. M. (2006-2007). Abreviaturas, acrónimos, iniciales, siglas y simbolos en los vocabularios especializados. Una proposta. *Debate Terminológico 1813-1867*, nº 2. [Em linha]. Disponível em: http://www.erevistas.csic.es/portal/ficha_articulo.jsp?id=oai:www.ritem.net/revista:10308. [Consultado em Agosto de 2007].

Garcia, J. L. (2006). Tesauros y lenguajes controlados en internet. *Anales de Documentación*, nº 9, pp. 105-121.

Garcia, J. M. (2005). Nuevas perspectivas de los museos ante el desafio del futuro. *Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales*, nº 1, pp. 24-47.

Garcia, M. D.-P. (1986). Información artística y tecnología actual. *Boletín de la ANABAD*, vol. 36, nº 1-2, pp. 293-296.

Gardin, J. C., & Roux, V. (2004). The Arkeotek project: a european network of knowledge bases in the Archaeology of Techniques. *Archeologia e Calcolatori*, nº 15, pp. 25-40.

Gardin, J.-C., & Roux, V. (2004). Writing or rewriting archaeology theory, technology and information society. *Archeologia e Calcolatori*, nº 14, pp. 25-40.

Gargano, S. (2004). Automatización de los museos de Uruguay. Technical Report. *Documents de Interés, Asociación Hispana de Documentalistas en Internet*. (AHDI). [Em linha]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00001192>. [Consultado em Agosto de 2007].

Gautier, G. (1978). Automated collections documentations systems at the National Museum of Natural History. Smithsonian Institution. Washington D.C. *Museum International*, vol. 30, nº 3 / 4 pp. 160-168.

Getty Vocabulary Program. Art & Architecture Thesaurus (AAT) (1988). Los Angeles: J. Paul Getty Trust. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/aat/. [Consultado em Agosto de 2007].

Getty Vocabulary Program. Getty Thesaurus of Geographic Names (1988). Los Angeles: J. Paul Getty Trust. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/tgn/. [Consultado em Agosto de 2007].

Getty Vocabulary Program. Union List of Artist Names (ULAN)) (1988). Los Angeles: J. Paul Getty Trust. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/ulan/ . [Consultado em Agosto de 2007].

Gil, E. L. (1997-1998). Proyecto de documentación de los fondos museográficos del museo provincial de Lugo. *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, nº 8, 2, pp. 35-48.

Gill, T., Gilliland, A. J., Woodley, M. S. (v. 2.1). Introduction to metadata. Pathways to digital information. J. Paul Getty Trust. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/intrometadata . [Consultado em Agosto de 2007].

Gomes, N. C., Seoane, M., & Llopis, J. S. (2004). La descripcio d'obres d'art: estàndards i projectes. *BID: Textos Universitáris de Biblioteconomia i Documentació*, nº 12.

Gómez, C. (1996). Documentación en línea: una posibilidad futura. *Revista Museos*, nº 22, DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Gonzalez, M. J. (1996). El departamento de coordinacion y normalizacion: organizacion y funcionamiento. *Boletín de la ANABAD*, vol 46, nº 1, pp. 261-280.

Gorbea, M. J. (1988). La utilidad de substitutos y reproducciones en los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 38, nº 3, pp. 171-185.

Gordo, R., & Rodrigues, E. F. (2002). Un sistema de gestion documental automatizada para museos: el Museo de Bellas Artes de Badajoz. *El profissional de la informacion*, vol. 11, nº 4, pp. 306-315.

Gou, C. G. (1993). Los medios informáticos y los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 43, nº 3-4, pp. 283-287.

Gouveia, F., Lira, S., & Menezes, S. (s.d.). *A conceptual reference approach for non material heritage. The case of Hat Industry*. [Em linha]. Disponível em: www2.ufp.pt/~slira/artigos/mesa_redonda_primavera_sergio.PDF . [Consultado em Março de 2007].

Gouveia, F., Lira, S., & Menezes, S. (s.d.). *Sistema de inventário e de gestão de colecções do Ecomuseu do Barroso*. [Em linha]. Disponível em: www.ufp.pt/~lira/artigos/mino.pdf. [Consultado em Março de 2007].

Gouveia, H. C. (1985). Acerca do conceito e evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. 1, nº2, pp. 485-520.

Grant, A. (. (1994). *Spectrum: the United Kingdom museum documentation system*. Cambridge: Museum Documentation Association.

Grant, A. (1996). Museums, Information and colaboration: why a single standard is not enough. *Study Series. Committee for Documentation. CIDOC/ICOM nº 3*, pp. 9-11.

Groups of the International Committee for Documentation of the International Council of Museums (ICOM-CIDOC). (2005). [Em linha]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/wg1.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Grucy, P., & Follet, K. (2006). Collections management supplement: documenting artefacts: managing museum collection records. *Collections Management Supplement. Museum Association of Newfoundland and Labrador*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.manl.nf.ca>. [Consultado em Agosto de 2007].

Guermandi, M. P. (1999). Dalle base dati alla rete: l'evoluzione del trattamento dei dati archeologici. *Archeologia e Calcolatori*, n° 10, pp. 89-99.

Guermandi, M. P. (2004). Nuovi linguaggi e "vecchie tecnologie": comunicare la conoscenza archeologica attraverso la rete. *Archeologia e Calcolatori*, n° 15, pp. 483-496.

Guermandi, M. P. (2004). Nuovi linguaggi e "vecchie tecnologie": comunicare la conoscenza archeologica attraverso la rete. *Archeologia e Calcolatori*, n° 15, pp. 483-496.

Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies. (ANSI / NISO Z39.19-2005). (2005). [Em linha]. Disponível em: www.niso.org. [Consultado em Agosto de 2007].

Guidelines for the University of Alberta's Museum Collection. (2001). Department of Museums and Collections Services. University of Alberta.

Guimier-Sorbets, A.-M. (s.d.). La construction de banques de données documentaires au Centre de Recherche TAAC (CNRS et Université de Paris X). *Le bulletin de l'EPI*, n° 48, pp. 185-190. [Em linha]. Disponível em: www.epi.asso.fr/fic_pdf/b48p185.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Gutiérrez, A. G. (2000). Itinerarios de representación del conocimiento en la sociedad de la información: bases para la construcción epistemográfica del Patrimonio Histórico Andaluz. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 31, pp. 96-106.

Handbook on cost reduction in digitisation. (2005). [Em linha]. Disponível em: www.minervaeurope.org/publications/CostReductioninDigitisation_v1_0610.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Heritage Management guidelines for resource management. (2004). New Zealand Historic Places Trust. [Em linha]. Disponível em: <http://urbo.ovpm.org/index.php?module=pagesetter&func=viewpub&tid=14&pid=6>. [Consultado em Agosto de 2007].

Hernández, F. F. (1994). Manual de Museología. Madrid: Editorial Síntesis.

Hernandez, F. F. (1995). El documentalista de museos: una nueva profesión. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 5, n° 1, pp. 83-97.

Hernandez, F. H. (1992). Evolución del concepto de museo. *Revista General de Documentación y Información*, vol. 2 (1), pp. 85-98.

- Hernandez, F. H. (1996). El Patrimonio documental y bibliográfico. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 6, n° 1, pp. 11-42.
- Hernandez, M. A. (2000). El Tesauro de Patrimonio Histórico Andaluz: un reto institucional y metodológico. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 31, pp. 130-33.
- Hernández, S. D. (2004). Qué hay de nuevo? El uso del catálogo para la promoción de la colección? *AABADOM: Boletín de la Asociación Asturiana de Bibliotecarios, Archiveros, Documentalistas y Museólogos*, vol. 15, n° 2, pp. 31-36.
- Herrera, A. H. (1983). Patrimonio documental andaluz: proteccion y investigacion. *Boletín de la ANABAD*, vol. 33, n° 2 , pp. 305-314.
- Herrera, A. H. (1990). Descripción y normalización. *Boletín de la ANABAD*, vol. 41, n° 2, p. 51-59.
- Herrera, A. H. (1999). La difusion del Patrimonio Documental y el ejercicio del Derecho a la informacion. *Boletín de la ANABAD*, vol. 49, n°-43, pp. 349-359.
- Herrera, M. C. (2005). *Construccion del Tesauro especializado en los servicios de referencia electronicos del campo de las ciencias y tecnologias de la informacion (TESREFEL): manual de políticas y procedimientos*. Dissertação apresentada na Escola Graduada de Ciências e Tecnologias da Informação da Universidad de Puerto Rico. [Em linha]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00005104>. [Consultado em Agosto de 2007].
- Hevia, G. B. (2004). Los Museos: marginados o integrados? *AABADOM: Boletín de la Asociación Asturiana de Bibliotecarios, Archiveros, Documentalistas y Museólogos*, vol. 15, n° 2, pp. 44-45.
- Hidalgo, S. G. (1994). La informatización en los museos. In *Miscelánea Museológica* (pp. 151-170). Bilbao: Servicio Editorial Universidad País Vasco.
- Hirald, R. A. (1989). Evaluar colecciones, compartir recursos: el programa Conspectus. *Boletín de la ANABAD*, vol. 39, n° 1, pp. 47-57.
- Hogenboom, J. (1996). Introduction to Museum Documentation Issue. *Study Series. Committee for Documentation. CIDOC/ICOM n° 3*, pp. 2-3.
- Holm, S. (1991). *Facts and artefacts: how to document a museum collection*. Cambridge: Museum Documentation Association.
- Homulus, P. S. (s.d.). Projects and achievements. The Canadian National Inventory Programm, pp. 153-159.
- Hoyos, C. G. (1998). Informatización del inventário de cementerios andaluces. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 25, pp. 180-185.
- Humanes, M. P. (2000). El Tesauro como experiencia patrimonial. Muebles y inmuebles y sus relaciones terminológicas. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico n° 31* , pp. 142-145.

Iannidas, M., & Hadzilacos, G. (s.d.). Standardization: a necessity for the documentation and archiving in cultural heritage. *XIXth International Symposium CIPA'03, Outubro, Antalya, Turkia*. [Em linha]. Disponível em: <http://cipa.icomos.org/index.php?id=357>. [Consultado em Agosto de 2007].

Iannides, M., & Hadzilacos, G. (2003.). Standardization: a necessity for the documentation and archiving in cultural heritage. *Apresentado no XIXth International Symposium CIPA'03, Outubro, Antalya, Turkia*. [Em linha]. Disponível em: <http://cipa.icomos.org/index.php?id=357>. [Consultado em Agosto de 2007].

ICOM Costume Committe. (2007). [Em linha]. Disponível em: <http://dept.kent.edu/museum/link/icom.html>. [Consultado em Agosto de 2007].

ICOM Definition of a Museum. (2001). [Em linha]. Disponível em: <http://icom.museum/definition.html>. [Consultado em Agosto de 2007].

Information and documentation — A reference ontology for the interchange of Cultural Heritage Information (ISO 21127:2006). (2006). [Em linha]. Disponível em: www.niso.org. [Consultado em Agosto de 2007].

Information and documentation international standards collection identifier (ISCI) (ISO/WD 27730). (2007). [Em linha]. Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/iso/tc46sc9/docs/sc9n457.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].

Inquérito aos museus de Portugal. (1998). Instituto Português de Museus / Observatório das Actividades Culturais.

International Charters for Conservation and Restoration. (1998). Estocolmo: ICOMOS: International Council on Monuments and Sites.

Introduction à la méthode d'inventaire documentaire informatisé. (2005). [Em linha]. Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/partenaires/AIDEMUSEES/intro-methode.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Jacas-Santoll, M. (1996). Notas sobre la elaboracion de un tesouro bilingue. *Revista Museos n° 22*. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Jané, M. B. (2001). Sistema Andaluz de Museos y registro de museos de Andalucía. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio*, n° 34, pp. 159-165.

Jaramillo, A. L., & Cobacho, I. D. (1999). La formación de la sección digital del fondo gráfico del IAPH y su inventário. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 26, pp. 165-168.

Juega, I. B. (1995). La organización y gestión de museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 45, n° 1, pp. 177-194.

Juega, I. B. (1995). Normas para desarrollar la ficha tipo de inventário para museos militares. *Militaria. Revista de Cultura Militar* n° 7. Servicio de Publicaciones Universidad Complutense Madrid, n° 7, pp. 403-433.

Justrell, B. (2004). *Manual de boas práticas. Versão 1.3*. [Em linha]. Disponível em: www.minervaeurope.org. [Consultado em Agosto de 2007].

Karvasonis, I. (2001). *Study of the heterogeneity in cultural databases and transformation of examples from CIMI to the CIDOC CRM*. Technical Report 291, ICS-FORTH, Heraklion, Creta, Grécia. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ics.forth.gr>. [Consultado em Agosto de 2007].

Klijn, E., & Lusenter, Y. d. (2004). *Sepiades: cataloguing photographic collections*. Amsterdam: European Commission on Preservation and Access.

Knell, S. (2003). The shape of things to come: museums in the technological landscape. *Museum and Society*, n° 1 (1), pp. 132-146.

Konstantios, D., Konstantios, N., & Tsombanoglou, L. (2005). *A manual for museum managers*. Estrasburgo: Conselho da Europa. Departamento de Política e Acção Cultural. DGIV/CULT/STAGE(2005) 4. [Em linha]. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/Completed/STAGE/pub_museum_managers_en.asp. [Consultado em Agosto de 2007].

Kulikauskas, P. (2002). Computerized heritage information system and monitoring the complexity of change. Apresentado no *UNESCO/ICCROM Monitoring Workshop: Monitoring World Heritage, em Veneza, Itália*, pp. 94-97. [Em linha]. Disponível em: http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_10_en.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

La base de datos de actividades de gestión patrimonial: el tratamiento de las intervenciones arqueológicas de urgencia. (1998.). *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 23, pp. 145-146.

La politique du patrimoine jusqu'en 2003: chronologie: 1930-1960: élargissement de la protection du patrimoine. (2003). [Em linha]. Disponível em: <http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/politique-patrimoine/chronologie/chronologie-1930-1960>. [Consultado em Agosto de 2007].

La politique du patrimoine jusqu'en 2003 - chronologie: 1830 - 1930: naissance de la politique du patrimoine. (2003). [Em linha]. Disponível em: <http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/politique-patrimoine/chronologie/chronologie-1830-1930>. [Consultado em Agosto de 2007].

La politique du patrimoine jusqu'en 2003 - chronologie: 1960: une nouvelle notion du Patrimoine. (2003). [Em linha]. Disponível em: <http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/politique-patrimoine/chronologie/chronologie-1960>. [Consultado em Agosto de 2007].

- Lefftz, M., & Demblon, C. (1993). Musem and interactive multimedia information service. *Apresentado no ICHIM'93: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, Cambridge, Inglaterra. [Em linha]. Disponível em: www.archimuse.com. [Consultado em Agosto de 2007].
- Leming, R. (1994). Computers and the museum business. *Museum International*, vol. 46, n° 1, pp. 26-29.
- Lenhart, Z. (1994). Breaking new ground: collection documentation in the Czech Republic and Slovakia. *Museum International*, vol. 46, n° 1, pp. 34-37.
- León, E., & Morón, V. (1998). El Patrimonio Etnológico en el sistema de información del Patrimonio Histórico Andaluz. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 23, pp. 117-121.
- Lira, S. (2002). *Museums and Temporary exhibitions as means of propaganda: the portuguese case during the Estado Novo*. Leicester: Department of Museum Studies, University of Leicester.
- Lira, S. (2003). *O sistema de inventário e gestão de colecções do Museu da Indústria de Chapalaria*. [Em linha]. Disponível em: www.ufp.pt/~slira/artigos/sistema_mic_antropologicas7_sergio.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].
- Llewellyn, R. (1991). Image Storage and retrieval: a tool for museum collection managment. *Apresentado no ICHIM'91 International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums* (pp. 150-158).
- Llorens, S. R. (2005) Nuevas Tecnologías aplicadas al studio y conservación de bienes culturales. Estado de la cuestion en los museos españoles. *Marq, arqueologia y museos*, pp. 39-46.
- Lonstreth-Brown. (1998.). Documentation - manual system. in Buck, R. , Gilmore, A. *The New Museum Registration Methods* Washington D.C., American Association of Museum, pp. 1-14.
- Looms, P. (1991). Economic and design issues of large scale multimedia databases. *Apresentado no ICHIM'91: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, pp. 298-306.
- López, E. A. (1990). El acceso a los museos: evolución histórica. *Boletín de la ANABAD*, vol. 40, n° 2/3 , pp. 173-178.
- López, M. Á. (2000). El Tesouro de Patrimonio Histórico Andaluz: un reto institucional y metodológico. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 31 , pp. 130-133.
- Lopez, M. C., & al, e. (1997). Control documental de los depósitos en los museos arqueológicos. ensayo de un formulário para el inventário y la catalogación de muestras materiales. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 20, pp. 110-115.
- Lord, B. (1989). *The cost of collecting*. Londres: Collection Management in United Kingdom.

- Losche, D., & Waltson, S. (1982). Conserving ethnographic collections: problems of documentation. *Museum International*, vol. 34, nº 1, pp. 34-36.
- M. J. Escalona, e. al (2003). El Tesouro del Património Histórico de Andalucía. *Apresentado nas IV Jornadas de Bibliotecas Digitais, JBDI*. [Em linha]. Disponível em: http://imhotep.unizar.es/jbidi/jbidi2003/11_2003.pdf. [Consultado em Março de 2007].
- Magariños, A., Casal, C., Pallardó, F., & Echegoyen, T. (1990). El Tesouro de Medio Ambiente de la Secretaria General de Medio Ambiente. *Boletín de la ANABAD*, vol. 40, nº 4, pp. 142-162.
- Mancinelli, M. (2004). Sistema Informativo Generale del Catalogo: nuovi strumenti per la gestione integrata delle conoscenze sui beni archeologici. *Archeologia e Calcolatori*, nº 15, pp. 115-128.
- Manuel pour l'enregistrement des données archaeologiques: fouilles et prospections. Version 1.0* (2005). Parcs Canadá. [Em linha]. Disponível em: www.pc.gc.ca/docs/pc/guide/fp-es/tm-contents_f.asp. [Consultado em Agosto de 2007].
- Marquez, A. p. (2000.). Museo: hacia un entorno experimental de sistemas de información. *Apresentado nas I Jornadas de Bibliotecas Digitales, JBDI*, pp. 197-206.
- Martínez, J. M. (1996). La documentación, un problema histórico? *Revista Museos nº 22*. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.
- Martinez, J. M., Cisneros, G., & Bescos, J. (1999). Acceso a bases de datos de museos y bibliotecas: el proyecto Babel. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 27, pp. 204-207.
- Mason, T., & Weeks, J. (2002). *From Australia to Zamzibar. Museums standards schemes overseas. A research project for resource*. The Council for Museums, Archives and Libraries Resource.
- Mateos, M. D. (1995). El conservador de museos en la primera metade del siglo XX: conservadores de monumentos, jefes y directores, anticuários y arqueólogos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 45, nº 2, pp. 117-132.
- Mateus, D., Primo, J., & Silva, D. (1999). Infomuse. Base de dados museológica. Manual do Utilizador. *Cadernos de Sociomuseologia nº 4. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.
- Matos, A. (2007). Da escavação ao museu: caminhos da informação. *Praxis Archaeologica*, nº 2, pp. 39-48.
- Matos, A. (2007). *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas. Contribuições para a certificação de museus*. Dissertação de mestrado em Museologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mattoso, J. (1994). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- McCulloch, E. (2005). Thesaurus: practical guidance for construction. *Library Review*, 54(7), vol. 54, pp. 403-409.

MDA Archaeological Objects Thesaurus. (1997). MDA, English Heritage & Royal Commission on the Historical Monuments of England. [Em linha]. Disponível em: <http://www.mda.org.uk/archobj/archcon.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Melnika, J., & Mihailovs, V. (2004). *Information technology strategy and its implementation in museums*. Riga: Stockholm School of Economics. [Em linha]. Disponível em: www2.sseriga.edu.lv/library/working_papers/FT_2004_12.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Meystre, C. (1994). *Sigma 94: system d'inventaire et de gestion museographique et archaeologique*. Lausanne: Documente du Musée Cantonal d'Archaeologie et d'Histoire.

Michael Collection Description Manual version 2 .(2007). Michael: Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe. [Em linha]. Disponível em: <http://www.michael-culture.eu/technology/collectiondescriptionmanual/index.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Midas: a manual and data standard for monument inventories. (2003). English Heritage, Data Standard Unit, National Monuments Record Center. [Em linha]. Disponível em: www.english-heritage.org.uk/upload/pdf/MIDAS3rdReprint.pdf . [Consultado em Agosto de 2007].

Mira, L. A. (1994). La colección textile del Museo de Artes Decorativas. *Boletín de la ANABAD*, vol. 44, nº 1, pp. 123-135.

Mitrovic, M., Bizic-Omcikus, V., & Cvetkovic, Z. (2005). Museum Information System - design methodology, implementations and perspectives. *Pregled Nacionalnog Centra za Digitalizaciju*, vol. 4 (6), pp. 69-77. [Em linha]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00004821>. [Consultado em Agosto de 2007].

Moline, J. (1991). Using standards to facilitate access and reuse of museum information. *Apresentado no ICHIM'91: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, Pittsburgh, Estados Unidos da América, (pp. 307-315).

Monistrol, R. (2007). *On-line cultural resources..* [Em linha]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00010133> [Consultado em Agosto de 2007].

Monserrat, R. (1995). *DAC. Documentación Asistida de Colecciones. Sistema Integrado de gestión de las colecciones de los Museos de Catalunya*. Sevilla: Catalogación del Patrimonio Histórico. Cuadernos del Instituto Andaluz Del Patrimonio.

MONTERO, A. e. (1991). Tipologia problemática y usos de la documentación asociada a las colecciones paleontológicas. *Boletín de la ANABAD*, vol. 41, nº 2, pp. 153-162.

Montiel, L. M. (1995). La base de datos de bienes muebles del Patrimonio Histórico Andaluz I. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 10, pp. 46-50.

Montiel, L. M. (1995). La base de datos de bienes muebles del Patrimonio Histórico Andaluz II. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* nº 11 , pp. 42-44.

Moore, K. (1999). *Management in museums*. London: Athlone Press.

Moore, K. (2005). La planificación estratégica en los museos. *Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales*, nº 1, pp. 32-47.

Moreno, M. A., & Pérez, A. M. (1996). Indicadores de alteración de los materiales pétreos: propuesta de una terminología. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 15, pp. 68-74.

Moscatti, P. (2004). Languages, communication, information technology: an introduction. *Archeologia e Calcolatori*, n° 15, pp. 11-22.

Multilingual Access to the European Cultural Heritage. Multilingual Websites and Thesauri. (2006). Minerva Europe. [Em linha]. Disponível em: www.minervaeurope.org/structure/workinggroups/inventor/multilingua/documents/ReportonMultilingualism0512.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Murakami, T. R. (2005). *Tesauros e a World Wide Web*. Monografia de conclusão de Curso de Biblioteconomia e Documentação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de S. Paulo.

Musalem, A. (1995). A multimedia database system managing a virtual collection of a architectural work. . *Apresentado no ICHIM'95: Internacional Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, Sand Diego, Estados Unidos da América (pp. 39-56).

Museum Handbook. Museum Management Programm. (2006). National Park Service.

Museum Libraries, A. C. (Ed.). (2007). *Benchmarks in collections care: a guide to using the database version.* [Em linha]. Disponível em: www.collectionslink.org.uk/assets/userfiles/index.php?file=oo107.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Nagel, L. (1997.). El registro de colecciones y la difusión como medidas de protección de los bienes culturales. *Revista Museos* n° 24. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Neves, L. M. (2005). *O Programa Operacional da Cultura na Modernização e Dinamização dos Museus Portugueses*. Lisboa: Dissertação de mestrado da Museologia, apresentada ao Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Nieto, G. (1986). Valor documental de los objetos arqueológicos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 36, n° 1-2, pp. 225-242.

Nistal, C. L. (1995-1996). Problemática de la normalización de la documentación de inventário del patrimonio mueble de los Museos Galegos (1). *Boletín del Museo Provincial de Lugo*, n° 7, 1, pp. 265-270.

Nogué, J. M. (1991). La documentación en los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 41, n° 3-4, pp. 406-413.

Normas Gerais de Inventário. Arqueologia 1ª ed. (2000) Lisboa: Instituto Português de Museus.

Normas de Inventário. Cerâmica / Cerâmica de revestimento 1ª ed. (1999) Lisboa: Instituto Português de Museus.

Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Escultura. 1ª ed. (2004) Lisboa: Instituto Português de Museus.

Normas de Inventário. Etnologia / Alfaias agrícolas 1ª ed. (2000) Lisboa: Instituto Português de Museus.

Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Mobiliário 1ª ed. (2004) Lisboa: Instituto Português de Museus.

Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Têxteis 2ª ed. (2000). Lisboa: Instituto Português de Museus.

Normas Gerais. Artes Plásticas e Artes Decorativas 2ª ed. (2000) Lisboa: Instituto Português de Museus

Nunez, J. C. (1998.). Sistemas de Información del Patrimonio Histórico Andaluz. Base de datos de bienes muebles: el inventário de las ermitas de la provincia de Sevilla. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 25, pp. 204-205.

Ó, J. R. (1999). *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a política do espírito: 1933-49*. Lisboa: Editorial Estampa.

Occupations Thesaurus. Recommended for contributors to the Australian Register of Archives and Manuscripts. (2002). Manuscripts Section. National Library of Australia. [Em linha]. Disponível em: www.nla.gov.au/raam/the082002.doc. [Consultado em Agosto de 2007].

Orellana, M. I. (1998). El museo: un espacio de interacción entre ciencia, cultura y sociedad. *Revista Museos*. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministerio de Educación de Chile

Orlandi, T. (2004). Archeologia teorica e informatica archeologia. Un rapporto difficile. *Archeologia e Calcolatori*, nº 15, pp. 41-50.

Ortega, E. O. (2000). Materialidad en el tesoro de Patrimonio Histórico Andaluz. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 31, pp. 146-150.

Ortega, N. R. (2000.). Mecanismos para la gestión y la difusión de la información histórico-artística en la era de la globalización y la cibernética: the Union List of Artists Names (ULAN). *PH: Boletín Andaluz Del Patrimonio Histórico*, nº 33, pp. 212-219.

Oxley, J. (2005). EAD: una estructura para la descripción normalizada del patrimonio cultural. *Série Bibliotecologia y Gestión de Información*, nº 5, pp. 1-47.

Padilla, E. B., Cuenca, J. C., Pradas, A. M. (1998). El programa de gestión del Tesoro de Patrimonio Histórico Andaluz. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 24, pp. 110-116.

Papic, C. G. (1996). Documentación en línea: una posibilidad futura. *Revista Museos* nº 22, DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministerio de Educación de Chile.

Paulus, C. V. (2005). *Metadatos: introducción e historia*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dcc.uchile.cl/1877/channel.html> [Consultado em Agosto de 2007].

Pearce, S. (1989). *Museums objects and collections*. Leicester: Leicester University Press.

- Peña, C. N. (2003). Indización y clasificación: un problema conceptual y terminológico. *Documentación de las ciencias de la información*, nº 26, pp. 23-40.
- Peña, T. A. (2000). Un instrumento versátil e idóneo para la interconexión de sistemas de información: Tesauro de Histórico Andaluz. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 31, pp. 134-141.
- Pereda, A. (2007). Pasado y presente de los inventarios en España. Apresentada no Centro Cultural de El Salvador. [Em linha]. Disponível em: <http://www.oei.es/cultura/AraceliPereda.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].
- Pereira, P. T. (1996). *Os sistemas de documentação nos museus*. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Perez, A. C. (1999). Museos: administración y administraciones. *Boletín de la ANABAD*, vol. 49, nº3-4, pp. 681-721.
- Pérez, A. C. (2001). El proyecto de normalización documental de museos: reflexiones y perspectivas. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 34, pp. 166-176.
- Pérez, A. C. (2005). Domus y la gestión de las colecciones museísticas. *Marq, arqueología y museos*, pp. 17-30.
- Perez, A. C. et al. (1998c). *Normalización documental de museos: elementos de una aplicación informática de gestión museológica*. Madrid: Ministério de Educación y Cultura. Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales.
- Pérez, A. H. (2002.). Intranets y preservación digital, algo más que tecnología. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 38, pp. 237-243.
- Perez, C. G. (1993.). Metodología para la catalogación y análisis de los pinjantes góticos del Museo Arqueológico Nacional. *Boletín de la ANABAD*, vol. 43, nº 3-4. pp. 137-139.
- Pérez, E. (2005). El M.A.R. y las nuevas tecnologías. *Marq, arqueología y museos*, pp. 75-83..
- Perkins, J. (1993). The CIMI standards framework and the interchange of multimedia information. *Museums and Interactive Multimedia. Apresentado em 6th International Conference of the MOA and the ICHIM'93: Internacional Cultural Heritage Informatics Meeting, Cambridge, Inglaterra*, (pp. 244-254).
- Perkins, J. (1994). Starting from scratch: introducing computers. *Museum International*, vol. 46, nº 1, pp. 7-11.
- Perkins, J. (1999). Finding museum information in the internet commons: a report on the CIMI Dublin Core metadata related project. *Apresentado no ICHIM'99: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums, Washington, Estados Unidos da América*, pp. 175-177.
- Perrot, X. (1994). European policies towards interactive multimedia for museums. Part. I - National support for cultural multimedia archives and museum informatics. *Cultural Heritage Informatics Quarterly*, vol. 8, nº 3, pp. 217-226.

Perrot, X. (1995). Applications in museums. *Apresentado no ICHIM'95: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums, San Diego, Estados Unidos da América*, pp. 2-11.

Peset, F. (2001). Recursos de información distribuidos en red: contenidos digitales para unidades documentales de arte en España. *Homenaje a Juan Antonio Sagredo Fernández: estudios de bibliografía y fuentes de la información*, pp. 441-476. [Em linha]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00000390>. [Consultado em Agosto de 2007].

Peset, M. F. (2006). *Tratamiento de información artística en colecciones públicas. Un modelo adaptado a la gestión del fondo de la Universidad Politécnica de Valencia*. Murcia: Departamento de Biblioteconomía y Documentación de la Universidad de Murcia. [Em linha]. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=6022>. [Consultado em Agosto de 2007].

Peterson, T. (1996). International Terminology Issues. *Study Series. Committee for Documentation. CIDOC/ICOM n° 3*, pp. 11-13.

Plan Estratégico de la Red de Museos Estatales (2004-08). Ministerio de Cultura: Dirección General de Bellas Arte y Bienes Culturales. Subdirección General de Museos Estatales. [Em linha]. Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/docs/PlanEstrategicoMuseos.pdf>. [Consultado em Agosto de 2007].

Pole de Competence "Patrimoine Culturel". (2006). [Em linha]. Disponível em: http://www.bourgogne.cnfpt.fr/patrimoine_culturel/pole.htm. [Consultado em Agosto de 2007].

Porter, M. F. (1978). Establishing a museum documentation system in the United Kingdom. *Museum International*, vol. 30, n° 3-4, pp. 169-178.

Porter, V., Thornes, R. (1994). A guide to the description of architectural drawings. Architectural Drawing Advisory Group. Foundation for Documents of Architecture. Getty Research Institute. [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/fda. [Consultado em Agosto de 2007].

Pradas, A. M. (2000). Hablando un mismo idioma. El Tesouro del Patrimonio Histórico y su aplicación en los distintos ambitos patrimoniales. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 31, pp. 106-111.

Prado, R. L. (1999). DIDO: proyecto para la digitalización de documentos en la biblioteca del Museo Arqueológico Nacional. *Boletín de la ANABAD*, vol. 49, n° 3-4, pp. 499-510.

Prado, R. L. (2003). Bibliotecas de museos en España: características específicas y análisis DAFO. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 13, n° 1, pp. 5-35.

Procedures manual for submission of archaeological artifact and records collection. (2002). Archaeological Research Collection. Museum of Indian, Arts and Culture. Laboratory of Anthropology. Museum of New Mexico. [Em linha]. Disponível em: www.indianartsandculture.org/collections/submission.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Quintero, V., & Hernandez, E. (2002). La documentación del Patrimonio Intangible: propuestas para una base de datos. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 40-41 , pp. 214-221.

Ramos, P. B. (1994). Algunos aspectos de la documentación en los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 44, nº 1 , pp. 135-151.

Real Decreto 620/1987, de 10 de Abril de 1987 (1987). [Em linha]. Disponível em: <http://www.mcu.es/legislacionconvenio/downloadFile.do?docFile=/HTTPD/deploy/pedpas/datos/LegislacionConvenio/legislacion/real decreto 620-1987.pdf> .[Consultado em Agosto de 2007].

Recommendation concerning the most effective means of rendering museums accessible to everyone. (1960). [Em linha]. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13063&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Recommendation for the Protection of Movable Cultural Property. (1978). [Em linha]. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13137&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Recommendation on international principles applicable to archaeological excavations. (1956). [Em linha]. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13062&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Recommendation on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Export, Import and Transfer of Ownership of Cultural Property. (1964). [Em linha]. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13083&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. [Consultado em Agosto de 2007].

Recours, A. (2000). *Rapport d'information déposé en application de l'article 145 du Règlement par la Commission des Affaires Culturelles, Familiales et Sociales sur les Musées*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.assembleenationale.com/11/rap-info/i2418.asp>. [Consultado em Agosto de 2007].

Reed, P. A. (1995). *Cidoc Relational Data Model. A guide*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/model/relational.model>. [Consultado em Agosto de 2007].

Ribeiro, C. (2001). A metadata model for multimedia databases. *Apresentado no ICHIM'01: International Cultural Heritage Informatics Meeting, Milão, Itália*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/ichim2001/sessions/index.html>. [Consultado em Agosto de 2007].

Roberts, A. (1996). The Museum Information Profession and CIDOC. *Study Series. Committee for Documentation. CIDOC/ICOM nº 3*, pp. 5-7.

Roberts, A. (2007). *CIDOC history - Draft*. MDA.

- Roberts, A. D. (1987). Collections management systems and practice in the United Kingdom. *First Annual Conference of the Museum Documentation Association* (pp. 32-38). Cambridge: Museum Documentation Association.
- Roberts, A. D. (1988). Collections management for museums: proceedings of an international conference. *First Annual Conference of the Museum Documentation Association*. Cambridge: Museum Documentation Association.
- Roberts, A. D. (1994). Computers systems and museum information standards. *Museum International*, vol. 46, n° 1, pp. 4-6.
- Roberts, A. D. (1995). *Planning the documentation of museum collections*. Cambridge: Museum Documentation Association.
- Rocha-Trindade, M. B. (1993). *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rodriguez, G. N. (2005). La normalización de vocabulário: preservación de la información. *Conserva, Revista del Centro Nacional de Conservación y Restauración*, n° 9, pp. 5-16.
- Rodriguez, J. C. (1990). Sistemas y redes museísticas. El caso de Santiago de Compostela. *Boletín de la ANABAD*, vol. 40, n° 4, pp. 129-140.
- Rodriguez, S. L. (2000). El tesoro de arte y arquitectura (AAT) en el web del Instituto Getty para la investigación. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* n° 31 , pp. 206-207.
- Rold, L. (1995). GENREG - a simple and flexible system for object registration at the National Museum of Denmark. *Apresentado no ICHIM'95: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, San Diego, Estados Unidos da América, pp. 19-38.
- Romeu, E. M. (1994). Algunas reflexiones en torno a la adquisición y documentación de colecciones. In *Miscelánea museológica* (pp. 135-149). Bilbao: Servicio Editorial Universidad País Vasco.
- Rosas, F., & Brandão, J. (1996). *Dicionário da História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Roubillard, M. (1996). La imagen en la documentación de colecciones. *Revista Museos*, n° 22. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.
- Roubillard, M., & Nagel, L. (1997). Gestación de la base de datos SUR. *Revista Museo* n° 22. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.
- Rovira, S. (2005). Nuevas tecnologías aplicadas al estudio y conservación de bienes culturales. Estado de la cuestión en los museos españoles. *MARQ, arqueología y museos*, pp. 39-46.
- ROWLAND, N. J. (2006.). Bringing technology back in: a critique of the institutional perspective on museums. *Museum and Society*, n° 4(2), pp. 84-95.
- Ruempol, A. (1992). In Rotterdam: a new documentation system for a new collection. *Museum International*, vol. 44, n° 1, pp. 55-58.

- Ruíz, M. O. (1992). Reflexiones en torno a museos provinciales e locales. *Boletín de la ANABAD*, vol. 34, nº 2-4 , pp. 289-298.
- Ruiz, M. S. (1994). La normalización terminológica en los museos. El tesoro. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 4, nº 2, *Universidade Complutense de Madrid*, vol. 4, nº 2, pp. 121-160.
- Ruiz, R. A. (2005). El MARQ: La tecnología al servicio de la museografía. *Marq, arqueologia y museos*, pp. 47-56.
- Ryan, R. (2003). Waterford museum of treasures: *digitisation of a Museum Collection. Final Report*. [Em linha]. Disponível em: www.askaboutireland.ie/resources/3D_DigitisationOfAMuseumCollection.pdf . [Consultado em Agosto de 2007].
- Sabater, M. R. (1993). El departamento de numismática y medallística: estrutura y funciones. *Boletín de la ANABAD*, vol. 43, nº 3-4 , pp. 141-150.
- Salgado L., Tsapatori, M. Díaz, J., & O'Connor (2005). The ORION project. A European Union Thematic Network. *Marq, Arqueologia y museos*, pp. 103-112.
- Samper, J. A. (2001). Propuesta para el establecimiento de sistemas normalizados de almacenaje para material arqueológico en museos. *Boletín PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 34 , pp. 177-182.
- Sanchez, C. L. (1997). El sistema de información del Patrimonio Histórico de Andalucía. *Cuadernos Técnicos nº 6*, pp. 4-9.
- Sanchez, C. L. (2007). La catalogación del Patrimonio Cultural: conceptos generales. *1º Seminário sobre la Planificación de Inventários en Centro América*, San Salvador.
- Sanjuan, L. G., & Cruz, V. M. (2004). Archaeology within the andalusian thesaurus of the historical heritage (IAPH). Design, implementation and computerisation. *Archeologia e Calcolatori*, nº 15 , pp. 145-160.
- Sanjuan, L. G., & Perez, V. H. (2000). Quince mil palabras de viaje sin destino. La terminología arqueológica dentro del Tesoro de Patrimonio Histórico de Andalucía. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico nº 3*, pp. 112-117.
- Santos, L. d. (1999.). El proyecto de fuentes documentales del Patrimonio Histórico y su informatización. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 28, pp. 153-160.
- Santos, L. F., & Pradas, A. M. (2003). La normalización terminológica del SIPHA. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 45, pp. 76-84.
- Santos, M. de L. (2005). O panorama museológico em Portugal: 2000-2003. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus.
- Santos, L. F., & Pradas, A. M. (2003). Proyectos del IAPH: la normalización terminológica en el SIPHA. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 45, pp. 76-84.

- Santos, L. J. (1999.). El proyecto de fuentes documentales del Património Histórico y su informatización. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, nº 28, pp. 153-161.
- Saz, J. T. (1997). Los sistemas de información: una reflexión sobre información, sistema y documentación. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 7, nº 1, pp. 207-229.
- Seconde International Symposium on protection and restoration of historic gardens, Les Jardins de l'ISLAM/Islamic Gardens (1973). Granada, Spain, 29 Oct. - 4 Nov. 1973. ICOMOS-IFLA.
- Semedo, A. (2002). *The professional museumscape portuguese poetics and politics*. Leicester: Department of Museum Studies, University of Leicester.
- Serrano, L. A. (1990). El papel del público en el museo de hoy. *Boletín de la ANABAD*, vol. 40, nº 2-3, pp. 171-188.
- Serrão, j., & Marques, A. d. (1990). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Sévigny, M. e. al. (2005). *Modelo de Datos MICHAEL. Versión 1.0*. [Em linha]. Disponível em: www.michael-culture.eu/documents/MICHAELDataModel_ES.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].
- Shaughnessy, R. (1999). *An approach to the digitisation of the collection at the Museum for Textiles*. Toronto, Museum for Textiles. [Em linha]. Disponível em: http://museumsontario.com/resources/Currently_digitization_article.PDF. [Consultado em Agosto de 2007].
- SIDRA: Sistema de Información Documental en Red de Asturias. Gobierno del Principado de Asturias (2005)*. Oviedo: AABADOM: *Boletín de la Asociación Asturiana de Bibliotecários, Archiveros, Documentalistas y Museólogos*, vol. 16, nº 1-2, pp. 1-110.
- Signore, O. (2005). Ontology drive access to museum information. *Apresentado no CIDOC 2005: Annual Conference of the International Committee for Documentation of the International Council of Museums ICOM-CIDOC*, em Zagreb, Croácia.
- Signore, O., Fresta, G., & Loffredo, M. (1995). A distributed hypermedia on Archaeology in Tuscany. *Apresentado no ICHIM'95 International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums*, San Diego, Estados Unidos da América, pp. 1-18.
- Silva, A. M. (2002). Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informar. *Apresentado no Integrar - 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus* pp. 573-609
- Silva, R. H. (2002). Os museus: história e perspectiva. In F. Pernes, *Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Ed. Afrontamento e Fundação de Serralves.
- Skae, S. (2006). The Dock Museum. Collections management policy and plan 2006-2008. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dockmuseum.org.uk/Default.aspx?page=3>. [Consultado em Agosto de 2007].
- Slavic, A. (2000). *A definition of thesauri and classification as indexing tools*. [Em linha]. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/2000/11/28/thesauri-definition>. [Consultado em Agosto de 2007].

Sledge, J. E. (1987). Survey of North America collections management systems and practice. *First Annual Conference of the Museum Documentation Association*. Cambridge: Museum Documentation Association.

Sledge, J. E. (1994). Computers in the museum: a guide to information sources. *Museum International*, vol. 46, n° 1, pp. 42-47.

Sledge, J., & Bryan, N. (1996). Let a thousand flowers bloom: the great leap forward in museum information. *Study Series. Committee for Documentation. CIDOC/ICOM n° 3*, pp. 13-17.

Soergel, D. (2005). *Functions of a thesaurus / classification / ontological knowledge base*. College of Information Studies, Universidade de Maryland, Estados Unidos da América. [Em linha]. Disponível em: http://ontolog.cim3.net/file/work/OntologizingOntolog/TaxoThesaurus/SoergelKOSOntologyFunctions2--DagobertSoergel_20060616.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Soergel, D. (s.d.). *Data models for an integrated thesaurus database*. [Em linha]. Disponível em: umd.edu/faculty/soergel/DataModels.PDF. [Consultado em Agosto de 2007].

Spurgeon, G. (1994). Managing change: from failure to success at the National Gallery of Canada. *Museum International*, vol. 46, n° 1, pp. 12-19.

Standards for Cultural Heritage Digitization Projects. (2007). [Em linha]. Disponível em: www.tsl.state.tx.us/thdi/documents/THDIstandards20070222.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

Statements of principles of museum documentation. CIDOC Documentation Standards Working Group. V. 6.0. (2007). [Em linha]. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/principles6.pdf>. [Consultado em Dezembro de 2007].

Strohecker, C. (1995). A model for museum outreach based on shared interactive spaces. *Apresentado em ICHIM'95: International Conference on Hypermedia and interactivity in Museums*, San Diego, Estados Unidos da América, pp. 57-66.

Strutturazione dei dati delle schede di catalogo e precatalogo. Beni Archeologici. Reperti Mobili. SCHDE RA-N. (1992). Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione. [Em linha]. Disponível em: <http://www.iccd.beniculturali.it> [Consultado em Agosto de 2007].

Strutturazione dei dati delle schede di catalogo. Scheda D – Disegno. V. 3.00. Livello Inventariale. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Istituto Centrale Per il Catalogo e la Documentazione.

Strutturazione dei dati delle schede di catalogo. Scheda F - Fotografia. V. 3.00. Livello Inventariale. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Istituto Centrale Per il Catalogo e la Documentazione.

Strutturazione dei dati delle schede di catalogo. Scheda MI – Matrice d' Incisione. V. 3.00. Livello Inventariale. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Istituto Centrale Per il Catalogo e la Documentazione.

Strutturazione dei dati delli schede di catalogo. Scheda NU - Numismatica. Livello Inventariale. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Istituto Centrale Per il Catalogo e la Documentazione.

Strutturazione dei dati delli schede di catalogo. Scheda S – Stampa. V. 3.00. Livello Inventariale. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Istituto Centrale Per il Catalogo e la Documentazione.

Strutturazione dei dati delli schede di catalogo. Scheda TMA – Tabella Materiali. V. 3.00. Livello Inventariale. Ministero per i Beni e le Attività Culturali. Istituto Centrale Per il Catalogo e la Documentazione.

Such, M. M. (1997). *Estudio y análisis de los museos y colecciones museográficas de la Provincia de Alicante*. Alicante: Tesis de Doctorado. Facultad Filosofía y Letras. Universidad de Alicante.

Tarrete, O. (1997). Un tesoro escondido: las bibliotecas y los centros de documentación de los museos. *Museum International*, vol. 49, nº 3, pp. 43-48.

Tejada, P. R. (1983). La situación de la etnología en los museos españoles. *Boletín de la ANABAD*, vol. 33, nº 3, pp. 455-464.

Téllez, F. (1999). El documento gráfico: su valor en el concepto, evaluación y registro de colecciones en el museo. *Revista Museos nº 23*. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministerio de Educación de Chile.

TGN - XML Data Dictionary. (2007). [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/tgn/tgn_xml_dd06.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

The AAM guide to collections planning. (2005). *Professional Educational Series*. Washington: American Association of Museums

The field guide for museums. Fundamental best practices that every museum can implement regardless of financial or staff limitations, 2ª ed. (2004). The State Historical Society of Iowa. REAP / Historical Resource Development Program. [Em linha]. Disponível em: www.iowahistory.org. [Consultado em Agosto de 2007].

The Florence Charter (Historic Gardens and Landscapes)(1981). [Em linha]. Disponível em: http://www.international.icomos.org/centre_documentation/chartes_eng.htm [Consultado em Agosto de 2007].

The ICOM handbook of standards. (1996). ICOM: International Council of Museums. [Em linha]. Disponível em: <http://icom.museum/afridoc>. [Consultado em Agosto de 2007].

The NINCH guide to good practice in the digital representation and management of Cultural Heritage Materials. (2002-2003). Humanities Advanced Technology and Information Institute, University of Glasgow. National Initiative for a networked Cultural Heritage. [Em linha]. Disponível em: <http://www.nyu.edu/its/humanities/ninchguide>. [Consultado em Agosto de 2007].

Theodoridou, M., & Doerr, M. (2001). *Mapping of the Encoded Archival Description DTD Element set to the CIDOC CRM*. Grécia: FORTH - ICS/TR-289, Heraklion, Grécia. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ics.forth.gr/publications/technical-reports-search.jsp>. [Consultado em Agosto de 2007].

Thesaurus for Monuments Types. (2007). [Em linha]. Disponível em: <http://thesaurus.english-heritage.org.uk/>. [Consultado em Agosto de 2007].

Thesaurus principles and practice. (1998). MDA: Museum Documentation Association. [Em linha]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.co.uk/thesprin.htm>. [Consultado em Agosto de 2007].

Thompson, M. A. (1992). *The manual of curatorship*. Londres: Butterworth.

Thornes, R. (1996). La protección de los objetos culturales en el mundo de la información global. *Revista Museos* n° 22. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile.

Thornes, R., Bold, J. (1998). Documenting the Cultural Heritage. Getty Information Institute. [Em linha]. Disponível em: <http://www.object-id.com/publications.html> .[Consultado em Agosto de 2007].

Thornes, R., Dorrell, P., Lie, H. (1999). Introduction to object ID: guidelines for making records that describe Art, Antiques and Antiquities. Getty Information Institute. [Em linha]. Disponível em: <http://www.object-id.com/publications.html> .[Consultado em Agosto de 2007].

Tobelem, J.-M. (2004). L'influence des nouvelles techniques sur le management des musées. *Apresentado no ICHIM'04: International Conference on Hypermedia and Interactivity in Museums, Berlim, Alemanha*, (pp. 2-16).

Torrejón, J. A. (2004). El patrimonio mueble inventariado en las catedrales andaluzas. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 47, pp. 60-61.

Torrejón, J. A., Cruz, V. M., & Cuaresma, M. J. (2002). La base de datos de bienes muebles arqueológicos. *Arqueos: sistema de información del Patrimonio Arqueológico de Andalucía*. pp. 71-96.

Torres, M. T. (2002). *História de la documentación museológica: la gestión de la memória artística*. Gijón: Ediciones Trea.

Trant, J. (1995). Framing the picture: standards for image system. *International Conference on Hypermedia and Statistics in Museums* (pp. 347-367). Pittsburgh: Archives and Museum Informatics.

Trant, J., Bearman, D., & Richmond, K. (2002). Open concepts: museum digital documentation for education through the AMICO Library. *Arts Libraries Journal* , vol. 27, n° 2.

Trindade, M. B. (1993). *Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

ULAN - XML Data Dictionary. (2007). [Em linha]. Disponível em: http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/ulan/ulan_xml_dd06.pdf. [Consultado em Agosto de 2007].

- Un nuevo avance en el inventario de bienes muebles. La incorporacion de la imagen digitalizada al programa informático. (1998). *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 23, pp. 143-144.
- Urdiciain, B. G. (1998). Orígenes y evolución de los tesauros en España. *Revista General de Información y Documentación*, vol. 8, n° 1, pp. 63-110.
- Valimaña, R. P. (1996). Património Arquitectónico en el sistema de informacion del Património Histórico Andaluz. *PH: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 17, pp. 100-104.
- Vaudou, M.-O. (2004). El inventário y la gestión global en arqueología: el ejemplo del Museo de Neuchâtel. *Museum international*, vol. 56, 3/223, pp. 66-77.
- Vega, L. N. (2002). El registro de colecciones y la difusión como medidas de protección de los bienes culturales. In L. N. Vega, *La protección de bienes culturales: proposición de manual de procedimientos*. Facultad de Ciencias Sociales de La Universidad de Tarapacá. Magister en Estudios y Administración Cultural.
- Vega, L. N., & Rodríguez, G. (2005). La normalización del vocabulário: preservación de la información. *Conserva. Revista del Centro Nacional de Conservación y Restauración*, n° 9, pp. 5-16.
- Vega, L. N., & Valle, F. d. (2001). El Art & Architecture Thesaurus. Una herramienta necesaria para la normalización del vocabulário. *Revista Museos* n° 24. DIBAM: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos. Ministério de Educación de Chile, pp. 25-28.
- Vela, C. (1984). El Departamento de Registro del Museo de Arte Moderna de New York: la importancia del Departamento de Registro como base de la organización de los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 34, n° 2-4, pp. 239-262.
- Veltman, K. (2003). Desafíos de la aplicación de las TIC al Patrimonio Cultural. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 46, pp. 26-40.
- Vergara, J. O. (s). Inventário de bienes muebles de la iglesia católica en Málaga. Antequera: la colegiata de San Sebastian. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n° 32, pp. 234-237.
- Vicente, M. B. (1999). Anticuários, arqueólogos, conservadores de museos, museología o técnico de museos: el paso del tiempo. *Boletín de la ANABAD*, vol. 49, n° 2, pp. 205-237.
- Villalba, F. J. (1994). Estudio de los criterios de acopio, clasificación y catalogación de los materiales arqueológicos del Museo de América de Madrid. *Boletín de la ANABAD*, vol. 44, n° 4, pp. 203-213.
- Vogt-O'Connor, D. (1995). Museum Information standards in the 21st century. *Cultural Resource Management Online*, n° 2, vol. 18.
- Voorrips, A. (1998). Electronic information systems in Archaeology: some notes and comments. *Archeologia e Calcolatori*, n° 9, pp. 251-267.
- Wanning, T. (1993). Ethnographic Treasures in the computer. Electronic access to a total museum collection. *Apresentado no ICHIM'93: International Cultural Heritage Informatics Meeting*, Cambridge, Inglaterra, pp. 26-31.

Wentz, P. (1989). Museum Information system: the case for computerization. *The International Journal of Museum Management and Curatorship* , pp. 313-325.

Will, L. (1994). Museum as Information Centres. *Museum International*, vol.46, nº 1, pp. 20-25.

Will, L. (24 de Fevereiro de 2004). *Thesaurus: principles and practice*. [Em linha]. Disponível em: www.willpowerinfo.co.uk/thesprin.htm. [Consultado em Agosto de 2007].

Williams, D. W. (1987). *A guide to museum computing*. Nashville: American Association for State and Local History.

Ximénez, R. d. (2006). La organización de los museos en el Reino Unido: la National Gallery de Londres. *Museos.es: Revista de la Subdirección Generale de Museus Estatales*, nº 2, pp. 50-61.

Yañez, E. M. (2004). Domus. Un sistema de documentación de museos informatizado. *Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales*, nº 0, pp. 28-41.

Ziegler, C. (1995). La informatización de las colecciones egípcias de Louvre. *Museum International*, vol. 47, nº 2, pp. 21-26.

Zoreda, L. C. (1980). El museo: funciones, personal y sua formación. *Boletín de la ANABAD*, vol. 30, nº 3, pp. 377-385.

Zoreda, L. C. (1981). La profesión de museólogo. *Boletín de la ANABAD*, vol. 31, nº 4, pp. 655-669.

Zoreda, L. C. (1983). A propósito del sistema de documentación para museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 33, nº 3 , pp. 493-500.

Zoreda, L. C. (1986). Del objeto al público. El informador en los museos. *Boletín de la ANABAD*, vol. 36, nº 1-2, pp. 259-280.

Zoreda, L. C. (1988). La documentación museológica. *Boletín de la ANABAD*, vol. 38, nº 4, pp. 455-478.

Zoreda, L. C. (1988). Teoria general del museo. Sus funciones. *Boletín de la ANABAD*, vol. 38, nº 3, pp. 29-41.

Zorich, D. M. (2003). *A survey of Digital Cultural Heritage Initiatives and their sustainability concerns*. Washington D.C.: Council on Library and Information Resources. [Em linha]. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub118/pub118.pdf> . [Consultado em Agosto de 2007].

Referências online:

AAM – American Association of Museums www.aam-us.org

ADS - Archaeological Data Service: <http://ads.ahds.ac.uk>

AHDS – Arts and Humanities Data Service: <http://ahds.ac.uk>

AHRS – Arts and Humanities Research Council: www.ahrb.ac.uk

AMICO – Art Museum Image Consortium: www.amico.org

ANABAD – Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos Y Documentalistas: www.anabad.org

ANSI - American National Standards Institute: www.ansi.org

APOM – Associação Portuguesa de Museologia: www.museusportugal.org/apom

Archeologia e Calcolatori: <http://soi.cnr.it/~archcalc/>

ARCHIMUSE – Archives and Museums Informatics www.archimuse.com

ARLIS – Arts Libraries Society: www.arlisna.org

ASTC – Association of Science Technology Centres Incorporated www.astc.org

Biblioteca Nacional: www.bn.pt

British Standards institute: www.bsi.global.com

Canadian Culture Online: http://www.pch.gc.ca/progs/pcce-ccop/index_e.cfm

CCO – Cataloguing Cultural Objects: <http://www.vraweb.org/ccoweb>

CHIN – Canadian Heritage Information Network: www.chin.gc.ca

CIDOC – International Committee for Documentation: <http://cidoc.mediahost.org>

CIMCIM – International Committee of Musical Instruments and Collections:
www.music.ed.ac.uk/euchmi/cimcim

CIMI – Computer Interchange of Museum Information:
www.cni.org/pub/CIMI/framework.html

CIPA – Heritage Documentation: www.cipa.icomos.org

CLIR – Council on Library and Information Resource: www.clir.org

CNI – Coalition for Networked Information: www.cni.org

Collections Link: www.collectionslink.org.uk

CoOI – Conservation Online: <http://palimpsest.stanford.edu>

DCMI – Dublin Core Metadata Initiative: <http://dublincore.org>

DGEMN- Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: www.monumentos.pt

DLF – Digital Library Federation www.diglib.org

ECHO – Exploring Cultural Heritage Online: www.ncecho.org

EMII – European Museum Information Institute www.emii.org

English Heritage: www.english-heritage.org.uk

European Commission for Preservation and Access <http://www.knaw.nl/ecpa/>

European Heritage Network: www.european-heritage.net

FISH – Forum on Information Standards in Heritage: www.fish-forum.info

Getty Center: www.getty.edu

IAC – Inventário do Património dos Açores: www.iac-azores.org

IATH – Institute for Advanced Technology in the Humanities: www.iath.virginia.edu

ICC – International Colour Consortium: www.color.org

ICCD – Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione: www.iccd.beniculturali.it

ICCROM – International Organization for Conservation of Cultural Heritage: www.iccrom.org

ICOM – CC – International Committee for Conservation: <http://icom-cc.icom.museum>

ICOM – International Council of Museums: <http://icom.museum>

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites: www.icomos.org

ICONCLASS – Iconographic Classification: www.iconclass.nl

IFLA – International Federation of Library Associations: www.ifla.org

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico: www.igespar.pt

IMC – Instituto de Museus e Conservação: www.ipmuseus.pt

IMLS – Institute for Museums and Library Science: www.imls.gov

INP – Institute National du Patrimoine: www.inp.fr

Institute of Conservation: www.icon.org.uk

Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico: www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph

International Council on Archives: www.ica.org

IPA – Instituto Português de Arqueologia: www.ipa.min-cultura.pt

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico: www.ippar.pt

ISO – International Organization of Standardization: www.iso.org

Library of Congress: www.loc.gov

MCN – Museum Computer Network: www.mcn.edu

MDA – Museum Documentation Association: www.mda.org.uk

MIBAC – Ministério Italiano para os Bens e Actividades Culturais: www.beniculturali.it

MICHAEL – Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe: www.michael-culture.org

MINERVA – Ministerial Network for Valorising Activities: www.minervaeurope.org

Ministério da Cultura Espanhol: www.mcu.es

Ministério da Cultura: www.portaldacultura.pt

MLAC – Museum, Libraries and Archives Council: www.mla.gov.uk :

Museums Association: www.museumsassociation.org

National Institute of Standards and Technology: www.nist.gov

NINCH – National Initiative for a Networked Cultural Heritage www.ninch.org

NISO – National Information Standards Organization: www.niso.org

Northeast Document Conservation Center: www.nedcc.org

Northern Ireland Museums Council: www.nimc.co.uk

OAC – Observatório das Actividades Culturais: www.oac.pt

OASIS: Organization for the Advancement of Structured Information Standards: www.oasis-open.org

Object-ID – Getty Art History Information Program: www.object-id.com

RCHME – Royal Commission on the Historical Monuments of England: www.rcahms.gov.uk

Resources: the council for museums, archives and libraries <http://www.mla.gov.uk/home>

RLG – Research Libraries Group: www.rlg.org

RPM – Rede Portuguesa de Museus: www.rpmuseus-pt.org

RSLP – Standard for Collection-Level Description: www.ukoln.ac.uk/metadata/rsdp

Scottish Museum Council http://www.scottishmuseums.org.uk/mgs_flash.html

Serviços de Documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto:
<http://sdi.letras.up.pt>

SHIC – Social History and Industrial Classification: www.holm.demon.co.uk/shic

Smithsonian Institute: www.si.edu

SMQ – Société des Musées Québécois : www.smq.qc.ca

Spectrum Terminology: www.mda.org.uk/spectrum-terminology/index.htm

TASI – Technical Advisory Service for Images: www.tasi.ac.uk

The Heritage Foundation: www.heritage.org

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: www.unesco.org

United Kingdom Registrars Group: <http://ukrg.org>

VRA – visual Resources Association www.vraweb.org

Anexos:

Anexo 1. Selecção de Thesaurus e Listas de Valores disponíveis para consulta na Internet

AAT – Art & Architecture Thesaurus | Getty Vocabulary Program
www.getty.edu/research/consulting_research/vocabularies/aat

ADS – Archaeology Data Service
<http://ads.ahds.ac.uk/>

AGRICOLA – Subject Category Codes
<http://agricola.nal.usda.gov/help/categorycodes.html>

AGRIFOREST - Thesaurus da Vikki Science Library | Universidade de Helsínquia
<http://www-db.helsinki.fi/triphome/agri/agrisanasto/Welcomeng.html>

AGROVOC Thesaurus – United Nations Food and Agriculture Organization
http://www.fao.org/aims/ag_intro.htm

AHDS – Arts & Humanities Service
<http://ahds.ac.uk/>

Alexandria Digital Library Feature Types Thesaurus
<http://www.alexandria.ucsb.edu/gazetteer>

ATBD – Ambito Culturale
www.iccd.beniculturali.it

American Society of Indexers. Thesaurus Information
<http://www.asindexing.org/site/thesbuild.shtml>

AMICO Consortium Website
www.amico.org

AP AIS – Australian Public Affairs Information Service
<http://www.nla.gov.au/apais/thesaurus>

Archaeological Names Thesaurus | MDA
<http://www.mda.org.uk/archobj/archcon.htm>

Archéologie | Direction des Musées de France
<http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/pres.htm>

Architecture et Patrimoine
<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine>

Architecture Glossary
<http://architecture.about.com/arts/architecture/library/bl-glossary.htm>

Architecture Web Resources
<http://library.nevada.edu/arch/rsrce/webrsrce/contents.html>

Archpedia Architecture Dictionary
<http://www.archpedia.com/Architecture-Dictionary.html>

Artefacts Canada

www.chin.gc.ca/English/Artefacts_Canada/index.html

Artists in Canada

<http://www.artistsincanada.com>

ARTlex Art Dictionary

www.artlex.com

ASCED - Australian Standard Classification of Education

<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/8D78ACD7005DDD62CA256AAF001FCA6E?opendocument>

ASCO - Australian Standard Classification of Occupations

<http://www.abs.gov.au/Ausstats/abs@.nsf/0/b70d48ab5acc56feca25692600235a67>

ASFA – Aquatic Sciences and Fisheries Thesaurus

<http://www4.fao.org/asfa/asfa.htm>

Astronomy Thesaurus

<http://msowww.anu.edu.au/library/thesaurus/>

Athena Mineralogy

<http://un2sg4.unige.ch/athena/mineral/mineral.html>

Autore – Qualifica AUTQ

www.iccd.beniculturali.it

Autore – Scuola d'appartenanza

www.iccd.beniculturali.it

Australian Pictorial Thesaurus

<http://www.picturethesaurus.gov.au/>

Austrian Digital Heritage Initiative

<http://www.digital-heritage.at>

Base de Dados do Património Arquivístico do Ministério da Educação

http://www.sg.min-edu.pt/cdoc_bd.htm

Base Mobilier

<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine>

BDAC - Base de dados de Arquitectura Contemporânea de Andaluzia

<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/bdac/>

BDI - Base de dados do Património Imóvel da Andaluzia

<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/bdi/>

BEI - British Education Index Thesaurus

<http://brs.leeds.ac.uk/~beiwww/beil.html>

Biocomplexity Thesaurus

<http://thesaurus.nbii.gov>

Biological Taxonomy

<http://www.zobodat.at/D/runD/D/cacheD>

BIOSIS Controlled Vocabulary

<http://scientific.thomson.com/support/products/previews/bcv>

British Geological Survey Thesaurus

<http://www.bgs.ac.uk/scripts/lexicon/home.cfm>

British Museum Materials Thesaurus

<http://www.mda.org.uk/bmmat/matintro.htm>

British Museum Object Names Thesaurus

<http://www.mda.org.uk/bmobj/Objintro.htm>

CAB Thesaurus

<http://www.cabi.org/DatabaseSearchTools.asp?PID=277>

Canadian Culture Online

<http://www.pch.gc.ca/progs/pcce-ccop/>

Canadian Thesaurus of Construction Science and Technology

<http://www.nrc.ca/irc/thesaurus/welcome.html>

CINDOC – Tesouro de Alimentos

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Biblioteconomia y Documentacion

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Biologia Animal

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Direito

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Economia

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Geologia

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Historia Contemporânea de Espanha

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Máquinas e Ferramentas

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Propriedade Industrial

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Psicologia

http://thes.cindoc.csic.es/index_PSICO_esp.html

CINDOC – Tesouro de Sociologia

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Topónimos

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

CINDOC – Tesouro de Urbanismo

http://thes.cindoc.csic.es/index_esp.html

Classical Architecture Vocabulary, Perseus Encyclopedia

<http://www.perseus.tufts.edu/Secondary/Encyclopedia/encyc.subj.html#Architecture>

Connecting Mathematics

<http://thesaurus.maths.org/mmkb/view.html>

Controlling Your Language: Links to Metadata Vocabularies

<http://www.tasi.ac.uk/resources/vocabs.html>

Costume Committee's Vocabulary of Basic Terms | ICOM

<http://www.mda.org.uk/costume/vbt00e.htm>

Database of Virtual Art

<http://virtualart.hu-berlin.de/>

Descrizione Iconografica DESS

www.iccd.beniculturali.it

Diccionario de Mitos y Creencias, Equipo NAYA

<http://www.cuco.com.ar/>

Dictionary of Islamic Architecture

<http://archnet.org/library/dictionary/>

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/000_B.aspx?Idioma=pt-PT

DOCUTES - Tesouro de Ciencias de la Documentación. Universidad de Leon

<http://www3.unileon.es/dp/abd/tesouro/pagina/tesdocumentacion/docutes.htm>

Ecomuseu do Barroso

<http://www.ecomuseu.org>

eHealth Thesaurus

http://www.hc-sc.gc.ca/hcs-sss/ehealth-esante/res/thesaurus/index_e.html

Environmental Data Catalogue Thesaurus

<http://p5uni.ii.pw.edu.pl/envoc/>

Envoc Thesaurus

<http://p5uni.ii.pw.edu.pl/envoc/>

ERIC – Educational Resources Information Center

<http://www.eric.ed.gov>

Etnographic Thesaurus

<http://et.afsnet.org/>

European Education Thesaurus

http://www.eurydice.org/TeeForm/frameset_en

Eurovoc Thesaurus |European Union

<http://europa.eu.int/celex/eurovoc/>

Geographical Names of Canada

http://geonames.nrcan.gc.ca/index_e.php ~

GEMET - General Multilingual Environmental Thesaurus

<http://eionet.europa.eu/GEMET/>

GeoRef Thesaurus

<http://www.agiweb.org/georef/about/srch aids.html>

GETTY Provenance Index

www.getty.edu/research/conducting_research/provenance_index/

GETTY TGN – Thesaurus of Geographic Names

http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/tgn/

GETTY ULAN – Union List of Artists Names Online

http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/ulan/

GLIN - Global Legal Information Network Thesaurus

<http://www.glin.gov/subjectTermIndex.action>

Glossary of Art Movements

<http://www.infoplease.com/ipea/A0106225.html>

Glossary of Castle Terms

<http://www.castlesonthe web.com/glossary.html>

Glossary of Japanese Cultural Arts

<http://www.michionline.org/resources/Glossary>

Glossary of Medieval Art and Architecture

<http://www.pitt.edu/~medart/menuglossary/INDEX.HTM>

Glossary of Technical Theatre Terms

<http://www.theatre crafts.com/glossary/glossary.shtml>

GNSS – Geographical Name Search Service

<http://gnss.nrcan.gc.ca/gnss-srt/searchName.jsp>

HASSET - Humanities and Social Science Electronic Thesaurus

<http://www.data-archive.ac.uk/search/hassetSearch.asp>

HEREIN – Tesouro para políticas nacionais do património arquitectónico e arqueológico

<http://www.european-heritage.net/sdx/herein/thesaurus/introduction.xsp>

Historical Thesaurus of English

<http://www2.arts.gla.ac.uk/SESL/EngLang/thesaur/homepage.htm>

History Data Service

<http://hds.essex.ac.uk/>

ICONCLASS

<http://www.iconclass.nl/libertas/ic?style=index.xsl>

IFLA – Tesouro de termos de arte

<http://www.ifla.org/VII/s30/pub/mg1.htm#spanish>

IGESPAR / IPa – Endovélico

http://www2.ipa.min-cultura.pt/ipa/basedados/basedados_thesaurus.html

INSPEC Thesaurus | Institute of Electronic Engineers

<http://www.iee.org/publish/support/inspec/document/electronic.cfm>

International Index to Film Periodicals: Subject Headings

<http://www.fiafnet.org/uk/publications/thesaurus.cfm>

Internet Archaeology

<http://intarch.ac.uk/>

Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora

<http://www.inventarioaevora.com.pt>

Inventário da Diocese do Porto

<http://inweb.bcdp.org>

Inventário do Património Geológico Português

<http://www.progeo.pt/inventario.htm>

Inventário do Património Imóvel dos Açores

<http://www.inventario.iacultura.pt>

ITRT – International thesaurus of Refugee Terminology

<http://refugeethesaurus.org/>

LC – Library of Arts Catalog

<http://catalog.loc.gov/>

Library and Information Science Thesaurus

<http://lu.com/odlis/about.cfm>

Library of Congress Thesauri

<http://www.loc.gov/lexico/servlet/lexico>

Life Sciences Thesaurus

<http://www.csa.com/factsheets/supplements/lscthes.php>

LIV - Legislative Indexing Vocabulary

<http://thomas.loc.gov/liv/livtoc.html>

Looking at Buildings Glossary

<http://www.lookingatbuildings.org.uk/default.asp?document=2.30>

MACS – Multilingual Access to Subject

<https://ilmacs.uvt.nl/pub/>

Malvine – Manuscripts and letters via integrated networks in Europe

<http://www.malvine.org:8100/metasearch/thesaurus.jsp?type=thesaurus&lang=pt>

Maritime Cargo | English Heritage

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=77

Materia e Tecnica – Oggetti d'arte – MTC

www.iccd.beniculturali.it

MULTHES - Multilingual Thesaurus of the Geosciences

http://info.gsf.fi/multhes/index_eng.html

Multilingual Egyptological Thesaurus

<http://213.132.220.88/ccer/apps/thesaurus/index.html>

Multilingual Egyptological Thesaurus

<http://www.kitlv.nl/thesaurus/index.htm>

Multilingual Egyptological Thesaurus | Utrecht University

<http://www.ccer.nl/treasures>

Multilingual glossary for art librarians

<http://www.ifla.org/VII/s30/pub/mg1.htm>

Museum of London Archaeological Site Manual

http://www.museumoflondon.org.uk/laarc/guidelines/ASM_3edn_1994.pdf

NALT - National Agricultural Library's Thesaurus

<http://agclass.nal.usda.gov/agt/agt.shtml>

NASA Thesaurus

<http://www.sti.nasa.gov/98Thesaurus/vol1.pdf>

National Monuments Record Thesauri / MDA Archaeological Objects

<http://www.mda.org.uk/archobj/archcon.htm>

National Monuments Record Thesauri / Archaeological Sciences

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=560

National Monuments Record Thesauri / Building Materials

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=129

National Monuments Record Thesauri / Components

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=546

National Monuments Record Thesauri / Defense of Britain

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=365

National Monuments Record Thesauri / Evidence Thesaurus

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=92

National Monuments Record Thesauri / Historic Aircraft Type

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=225

National Monuments Record Thesauri / Maritime Cargo

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=77

National Monuments Record Thesauri / Maritime Craft Type

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=143

National Monuments Record Thesauri / Maritime Place Names

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=145

National Monuments Record Thesauri / Monument Types

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=1

National Monuments Record Thesauri / Thred Thesaurus

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=547

National Monuments Records Thesauri

<http://thesaurus.english-heritage.org.uk/>

National Register of Historic Vessels

<http://web.archive.org/web/20061211123011/www.nhsc.org.uk/index.cfm/event/newsearch>

NDAD - National Digital Archive of Datasets Thesaurus

<http://www.ndad.nationalarchives.gov.uk/search/thesaurus.php>

Oggetto definizione – artistical objects – OA

www.iccd.beniculturali.it

Oggetto Tipologia – artistic objects – AO

www.iccd.beniculturali.it

OECD Macrothesaurus

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/oece-macroth/>

Place Names Databases: PWNHC

<http://pwnhc.learnnet.nt.ca/databases/geodb.htm>

RILM Thesaurus – Répertoire International de Littérature Musicale

<http://www.nisc.com/factsheets/qrlm.asp>

Scientific Date Method Thesaurus

http://ads.ahds.ac.uk/project/userinfo/scientific_dates.html

Terms of the Environment

<http://www.epa.gov/OCEPAterms/>

Tesouro de Arquitectura. França

http://humanities.uchicago.edu/orgs/ARTFL/forms_unrest/ROGET.html

Tesouro de Astronomia

<http://msowww.anu.edu.au/library/thesaurus>

Tesouro de Autores

<http://www.pre.gva.es/dgpa/index.html?URL=http://www.pre.gva.es/DGPACGI/BASIS/TLPDGPA/WWW/cat2/SAC?>

Tesouro de Biblioteconomia y Documentacion

http://thes.cindoc.csic.es/index_BIBLIO_esp.html

Tesouro de Documentação

<http://www3.unileon.es/dp/abd/tesouro/pagina/tesdocumentacion/t0000684.html>

Tesouro de Historia Contemporánea de España

http://thes.cindoc.csic.es/index_HISTO_esp.html

Tesouro de Materiais

<http://www.gobcan.es/juriscan/termino.jsp?id=192>

Tesouro do Folclore e Cultura Popular

<http://www.cnfcp.com.br/tesouro/index.html>

Tesouro do Património Histórico Andaluz

www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/tesouro/init.htm

Tesouro do Património Histórico e Arqueológico

<http://thesaurus.english-heritage.org.uk/newuser.htm>

Tesouro Multilingue de bens móveis eclesiásticos. França

<http://irc.nrc-cnrc.gc.ca/thesaurus/>

Tesouro Regional Arqueológico

<http://www.tesouroregional.cl/busqueda/inicio.asp>

Tesauro Regional Patrimonial

<http://www.tesauroregional.cl/home.htm>

THE – Historical Thesaurus of English (Universidade de Glasgow)

<http://www.arts.gla.ac.uk/SESLI/EngLang/thesaur/homepage.htm>

The Art Loss Register

www.artloss.com/default.asp

The Foundation Center's Grants Classification Thesaurus

http://fdncenter.org/research/grants_class/thesaurus.html

Thesaurus del Corredo Ecclesiastico di Culto Cattolico

<http://80.205.162.234/thesaurus/home/index.jsp>

Thesaurus for Cataloguing Military Collections

<http://www.national-army-museum.ac.uk/collection>

Thesaurus for Graphic Materials I – TGM 1

www.loc.gov/rr/print/tgm1/

Thesaurus for Graphic Materials II – TGM 2

www.loc.gov/rr/print/tgm2/

Thesaurus Musicarum Latinarum

<http://www.chmtl.indiana.edu/tml/start.html>

Thesaurus of Musical Instrument

<http://alteriseculo.com/instruments/>

Thesaurus Pactols – Peuples et cultures, anthroponymes, chronologie relative, toponymes, oeuvres, lieux, sujets

http://frantiq.mom.fr/html/pactols/pactols_doc.html

Thinkmap Visual Thesaurus

<http://www.visualthesaurus.com/desktop/index.jsp>

Thred Thesaurus

http://thesaurus.english-heritage.org.uk/thesaurus.asp?thes_no=547

THIST – Italian Thesaurus of Earth Sciences

<http://opac.apat.it/SebinaOpac/Opac>

Tipologia dell'oggetto – Architectonical objects

www.iccd.beniculturali.it

UKAT - UK Archival Thesaurus

<http://www.ukat.org.uk/>

UNBIS Thesaurus

<http://unhq-appspub-01.un.org/LIB/DHLUNBISThesaurus.nsf>

Understanding Illuminated Manuscripts: A Guide to Technical Terms

<http://prodigi.bl.uk/illcat/glossary.asp>

UNESCO thesaurus

<http://www2.ulcc.ac.uk/unesco/index.htm>

Universidad de Salamanca

<http://web.usal.es/~alar/Bibweb/Temario/Tesauro.PDF>

Urban Conservation Glossary

<http://www.trp.dundee.ac.uk/research/glossary/glossary.html>

Vocabulary of Basic Terms for Cataloguing Costume | ICOM

<http://www.mda.org.uk/costume/vbt00e.htm>

Words of Art

<http://web.ubc.ca/okanagan/creative/links/glossary.html>

Zoological Record Thesaurus

<http://scientific.thomson.com/support/products/zr/thesaurus/>

Anexo 2. Projectos de Normalização em Museus²⁶⁷

Data	País	Administração	Programa
	Austrália	History Trust of South Austrália	Museum Accreditation and Grants Program www.history.sa.gov.au/chu/programs/museums_grants.htm
1993	Austrália	Museums Australia Victoria	Museums Accreditation Program www.mavic.asn.au
1998	Bélgica	Flemish Community Cultural Administration	Museum Recognition www.museumsite.be/home/index.cfm?id=176&l=1
2001	Canadá	Museum Alberta	Museums Excellence Program www.millemuseum.ca/Museum%20Excellence%20Program
1966	Canadá	Nova Scotia Museum	Museum Assistance Program Http://museum.gov.ns.ca/cmap/cmaphistory2.htm
1999	Canadá	Ministry of Culture Providence of Ontário	Standards for Community Museums in Ontario www.museumontario.com/about/index.shtml
	Chipre	Application to Department of Antiquities	Criteria. Guidelines and provisions for the foundation and function of local museums in Cyprus
1984	Dinamarca	Danish Council of Museums	Museums Act www.infokiosk.dk/sw4497.asp
2001	Itália		Atto di Indirizzo
1998	Latvia	State Authority on Museums	Museum Accreditation
1997	Holanda	Netherlands Museum Register Foundation	Netherlands Museum Register
2001	Nova Zelândia	Te Papa Tongarewa	The New Zeland Museum Standards Scheme www.tepapa.govt.nz/tePapa/English/NationalServices/SupportingMuseums/NZMuseumsStandardsscheme.htm
1996	Noruega	Norwegian Museum Association	
1997	Polónia	The Ministry of Cultural and National Heritage	National Register of Museums
	Suiça	Museums Association of Switzerland	Association of Museums of Switzerland www.museums.ch
1970's	Estados Unidos da América	American Association of Museums	Museum Assessment Program www.aam-us.org/museumresources/map/index.cfm Museum Accreditaion Program www.aam-us.org/museumresources/accred/index.cfm
1919	Zanzibar	The Department of Archives, Museums and	Registration Decree www.arkeologi.uu.se/afr/projects/hrac/HRACreports/zanzibar_inf

²⁶⁷ Para mais informações: (Mason & Weeks, 2002).

		Antiquities Ministry of Education, Culture, Art and Zanzibar Services	ormation.htm
--	--	---	------------------------------

Anexo 3. Selecção de Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais (UNESCO)

Ano	Documento	Descrição
1954	Convenção de Haia	Convenção sobre a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado
	Convenção de Paris	Convenção sobre a salvaguarda do Património Europeu
1956	Recomendação de Nova Deli	Recomendação relativa aos princípios aplicados às escavações arqueológicas
1960	Recomendação de Paris	Recomendação de acessibilidade global nos museus
1962	Recomendação de Paris	Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e carácter de paisagens e sítios
1964	Carta de Veneza	Carta sobre a conservação e restauro dos Monumentos e Sítios
	Recomendação de Paris	Recomendação relativa à proibição e prevenção da exportação, importação e transferência ilícita de bens culturais
1967	Normas de Quito	Normas relativas à preservação e utilização dos Monumentos e Sítios de valor artístico e histórico
1968		Recomendação relativa à preservação da propriedade cultural em risco
1968		Recomendação relativa à protecção do Património Cultural e Natural em cada Estado
1969	Convenção de Londres	Convenção para a protecção do Património Arqueológico
1970		Convenção sobre as medidas que devem ser adoptadas para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícita de propriedade de bens culturais
1972		Resolução relativamente à introdução de elementos arquitectónicos contemporâneos em conjuntos de edifícios antigos
	Convenção do Património Mundial	Convenção para a protecção do Património Mundial Cultural e Natural
1975		Resolução relativa à conservação das pequenas cidades históricas
	Declaração de Amesterdão	Carta Europeia do Património Arquitectónico
1976		Carta do Turismo Cultural
	Recomendação de Nairobi	Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea
	Apelo de Granada	Apelo sobre a arquitectura rural e o ordenamento do território

1978	Recomendação de Paris	Recomendação relativa à protecção do Património Cultural Móvel
1979	Carta de Burra	Carta para a conservação de lugares de significado cultural
1980	Recomendação de Belgrado	Recomendação relativa à protecção e salvaguarda de imagens móveis
1981	Carta de Florença	Carta sobre a salvaguarda dos jardins históricos
1982	Declaração de Tlaxcala	Declaração sobre a revitalização de pequenos aglomerados
1982	Declaração de Dresden	Declaração relativa à reconstrução de monumentos destruídos por conflitos armados
1983	Resolução 813	Declaração relativa à arquitectura contemporânea
1985	Convenção de Granada	Convenção para a salvaguarda do Património Arquitectónico na Europa
1987	Carta de Washington	Carta para a conservação de cidades históricas e áreas urbanas históricas
1990	Carta de Lausanne	Carta relativa à gestão do Património Arqueológico
1991	Simpósio de Cracóvia	Simpósio relativo à preservação do Património Cultural dos membros do Conselho de Segurança e Cooperação Europeia
1992	Convenção de Londres	Convenção relativa à protecção do Património Arqueológico
1993	Recomendação do Sri Lanka	Directrizes para a educação e formação na conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios
1994	Documento de Nara	Conceito de autenticidade no âmbito da conservação do Património Cultural
1995	Declaração de Segeste	Declaração relativa à salvaguarda, valorização e utilização dos locais antigos de espectáculo
1996	Declaração de San António	Simpósio americano sobre a autenticidade na conservação e gestão do Património Cultural
		Carta relativa à protecção e gestão do Património Cultural Subaquático
1999	Carta do México	Carta sobre o Turismo Cultural
	Carta do México	Carta sobre a Arquitectura Popular
		Princípios que devem regulamentar a conservação das estruturas históricas em madeira
2000	Carta de Cracóvia	Carta para a conservação do Património construído
2001		Convenção para a protecção do Património Cultural Subaquático
2003	Convenção de Paris	Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial

Anexo 4. Selecção de normativos legais portugueses relacionados com a temática do inventário

Diploma	Data	Descrição
	30 de Dezembro de 1901	Aprovação das bases para a classificação dos Monumentos Nacionais e Bens Mobiliários
Decreto nº 1	26 de Maio de 1911	Primeira intervenção da República no âmbito dos Museus Portugueses
Lei nº 1700	18 de Dezembro de 1924	Conselho Superior de Belas Artes; Conselhos de Arte e Arqueologia; Museus; Arrolamentos das Obras de Arte e peças arqueológicas; Monumentos e Palácios Nacionais
Decreto nº 11445	13 de Fevereiro de 1926	Regulamenta a lei nº 1700
Decreto nº 15216	22 de Março de 1928	Reorganiza os Serviços Artísticos e Arqueológicos
Decreto nº 20586	4 de Dezembro de 1931	Salvaguarda do Património ainda não arrolado
Decreto nº 20985	7 de Março de 1932	Conselho Superior das Belas Artes; Comissões Municipais de Arte e Arqueologia; Monumentos Nacionais; Museus. Altera e revoga parcialmente a lei nº 1700, de 18 de Dezembro de 1924 e restante legislação anterior.
Decreto-lei nº 38906	10 de Setembro de 1952	Classificação dos bens de reconhecido valor histórico, arqueológico e artístico, com o intuito de impedir a sua alienação para o estrangeiro, para além da inventariação dos bens importados
Decreto-lei nº 2065	25 de Junho de 1953	Classificação dos bens de reconhecido valor histórico, arqueológico e artístico, com o intuito de impedir a sua alienação para o estrangeiro, para além da inventariação dos bens importados
Decreto-lei nº 46758	18 de Dezembro de 1965	Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia e a sua finalidade; Organização de funcionamento; Direcção dos Museus; Conservadores dos Museus; Curso de Conservador de Museu; Inspeção dos Museus; Instituto José de Figueiredo
Lei nº 107/2001	Setembro de 2001	Estabelecimento das bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural
Lei-Quadro dos Museus	19 de Agosto de 2004	Lei-Quadro dos Museus Portugueses

Portugueses		
Decreto-Lei nº 215/2006	19 de Outubro de 2006	Lei Orgânica do Ministério da Cultura
Decreto-Lei nº 97/2007	31 de Março de 2007	Lei Orgânica do Instituto de Museus e Conservação
Decreto-Lei nº 96/2007	23 de Março de 2006	Lei Orgânica IGESPAR, I.P.

Anexo 5. Projectos desenvolvidos no domínio do Património Cultural, que potencialmente incidem sobre acções de inventário, no âmbito de financiamento do Programa Operacional da Cultura, da Rede Portuguesa de Museus, da Fundação da Ciência e Tecnologia e da Comissão de Coordenação da Região Norte

Entidade Financiadora	Medida	Projecto
CCDRN-ON	1.4	Associação Comercial do Porto: Projecto de Valorização e Promoção do Património
CCDRN-ON	1.4	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo do Numão: Rota do Património, Arqueologia e Natureza
CCDRN-ON	1.4	Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega: Certificação da Olaria Negra de Vilar de Nantes
CCDRN-ON	1.4	Associação de Desenvolvimento Regional Entre Douro e Vouga: Roteiros Temáticos da Água: uma ferramenta de preservação e valorização do Património
CCDRN-ON	1.4	Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar: Um novo olhar sobre o Património de Abel Salazar
CCDRN-ON	1.4	Associação para a Defesa do Artesanato e Património de Vila do Conde: Rendas de Bilros - Um Património a Preservar
CCDRN-ON	1.4	Associação para o Museu da Ciência e Indústria: Balanço 10 anos
CCDRN-ON	1.4	Casa do Risco Felgueiras: Certificação do "Bordado da Terra de Sousa
CCDRN-ON	1.4	Centro Interpretativo do Real Filatário de Chacim
CCDRN-ON	3.9	Citânia de Sanfins
CCDRN-ON	1.4	Criação de um eixo cultural em torno da Escultura ao longo da bacia do Douro
CCDRN-ON	1.4	Delegação Regional da Cultura do Norte: Viajarcom - Os Caminhos da Literatura
CCDRN-ON	1.4	Ecomuseu do Barroso – Valorização e promoção
CCDRN-ON	1.4	Esposende entre Terra e Mar
CCDRN-ON	1.4	Estudo de concepção e programação do Ecomuseu de Montalegre
CCDRN-ON	1.4	Fábrica da Sé de Braga: XV Séculos de Memória: Património e Arte
CCDRN-ON	1.4	Fundação Bracara Augusta: Bracara Augusta Revisitada
CCDRN-ON	1.4	Inventariação do Património Móvel da Diocese do Porto
CCDRN-ON	1.4	Inventariação do Património Móvel Religioso nos Arciprestados de Lamego e Tarouca
CCDRN-ON	1.4	Inventário de Arte Sacra Móvel da Diocese de Viana do Castelo
CCDRN-ON	1.4	Inventário do Património Documental, Material, Iconográfico e Cartográfico – Real Companhia Velha

CCDRN-ON	1.4	IPPAR: Valorização integrada dos Monumentos e Sítios do Norte de Portugal
CCDRN-ON	1.4	Município de Barcelos: Certificação da Olaria de Barcelos
CCDRN-ON	1.4	Município de Barcelos: Certificação do Figurado de Barcelos
CCDRN-ON	1.4	Município de Braga: Centro de Interpretação Turística e Cultural
CCDRN-ON	1.4	Município de Carraceda de Ansiães: Roteiros Culturais
CCDRN-ON	1.4	Município de Castelo de Paiva: Museu do Carvão e Minas do Pejão: exposição permanente, concepção
CCDRN-ON	1.4	Município de Matosinhos: Novos Olhares sobre o Espólio "Escondido" do Museu da Quinta de Santiago
CCDRN-ON	1.4	Município de Melgaço: Patrimónios de Melgaço: Valorização Ruínas Arqueológicas Praça da República
CCDRN-ON	1.4	Município de Oliveira de Azeméis: Núcleo Museológico do Moinho e do Pão
CCDRN-ON	1.4	Município de Vale de Cambra: Casa da Tulha e o Património Etnográfico
CCDRN-ON	1.4	Município de Viana do Castelo: Bordados de Viana, Património Vianense
CCDRN-ON	1.4	Município de Vila do Conde: Valorização do Património Cultural
CCDRN-ON	1.4	Município de Vila Verde: Vila Verde Etnográfica
CCDRN-ON	1.4	Museu Digital – Museu de Olaria
CCDRN-ON	1.4	Museu Municipal de Amadeo Souza Cardoso: valorização de conteúdos da exposição permanente
CCDRN-ON	1.4	NEVIR: Valorização e Promoção da Olaria Negra Bisalhães
CCDRN-ON	1.4	Qualificação das exposições permanentes do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho
CCDRN-ON	1.4	Rota do Património Industrial do Vale do Ave
CCDRN-ON	1.4	Valorização / qualificação do Museu de História Natural da Escola Secundária de Alexandre Herculano
CCDRN-ON	1.4	Valorização do acervo do Museu dos Terceiros
CCDRN-ON	1.4	Valorização do Património Arqueológico do Museu Serpa Pinto
POC	2.2	Câmara Municipal de Mirandela: Inventariação do Património Cultural do Concelho de Mirandela
POC	2.2	IPPAR: Inventariação e digitalização do Património Histórico e Cultural
POC	2.2	DRC Norte: Viver e saber fazer: tecnologia industrial na região do Douro
POC	2.2	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão: Portal Virtual de Arqueologia
POC	2.2	Diocese de Bragança
POC	2.2	Fundação Ilídio Pinho: Catálogo Digital dos Artistas Portugueses Contemporâneos
POC	2.2	Câmara Municipal do Porto: Inventário do Património Arquitectónico do Porto: do inventário ao sistema de informação

POC	2.2	Município do Seixal: Inventário e digitalização do acervo do Ecomuseu Municipal do Seixal
POC	2.2	Fundação Eugénio de Almeida: Inventário do Património Móvel da Diocese de Évora
POC	2.2	Museu de Olaria: Centro de Documentação de Olaria
POC	2.2	Santa Casa da Misericórdia: A Arte na Misericórdia: inventariar e divulgar
POC	2.2	Município de Vila Franca de Xira: Conhecer o Património de Vila Franca de Xira
POC	2.2	Universidade de Coimbra: Museu Virtual do Museu das Ciências
POC	2.2	IPA: Divulgação de resultados de trabalhos arqueológicos
POC	2.2	Universidade do Porto: Museus da Universidade do Porto (2ª fase)
POC	2.2	Fundação de Serralves: inventariação, digitalização e divulgação do acervo da Fundação de Serralves
POC	2.2	União das Misericórdias Portuguesas: inventariação, digitalização e edição online do Património Móvel das Misericórdias Portuguesas
POC	2.2	Associação Divulgadora Casa-Museu Abel Salazar: criação do centro de Documentação de Abel Salazar
FCT		Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa: A rua em Portugal: inventário morfológico
FCT		Universidade Aberta: O inventário do Património em Azulejo do século XVIII em território continental: constituição de repertórios iconográficos
FCT		Universidade do Porto: Património Arquitectónico rural nos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia
FCT		CEPESE: Inventário do Arquivo da Real Companhia Velha
RPM	1	Ecomuseu Municipal do Seixal: datação directa por radiocarbono de enterramentos e de um ossário; estudo do espólio osteológico humano da necrópole medieval moderna na Quinta de S. Pedro; inventário e digitalização do acervo documental técnico e iconográfico
RPM	1	Ecomuseu Municipal do Seixal: estudo e digitalização de plantas de bens móveis da MUNDET
RPM	1	Museu Convento dos Lóios: estudo sobre o Convento e a Congregação dos Lóios
RPM	1	Museu da Fundação Cupertino de Miranda: estudo da colecção Gonçalo Duarte
RPM	1	Museu da Indústria da Chapelaria: disponibilização da informação sobre as colecções via Internet; carregamento de bases de dados do sistema de gestão e de inventário das colecções
RPM	1	Museu da Indústria da Chapelaria: recolha e registo de informação relacionada com o estudo e divulgação das colecções do museu e concepção de um protótipo do sistema de documentação e de gestão das colecções museológicas industriais com interligação à gestão do arquivo e centro de documentação do museu
RPM	1	Museu de Arte Contemporânea de Serralves: continuação do estudo e inventário da colecção
RPM	1	Museu de Olaria: a louça de Prado

RPM	1	Museu de Olaria: estudo da colecção de Rosa Ramalho
RPM	1	Museu do Brinquedo: continuação da execução do inventário do acervo do museu
RPM	1	Museu do Brinquedo: continuação do inventário do acervo do museu
RPM	1	Museu Escolar de Marrazes: inventário e digitalização de imagens
RPM	1	Museu Municipal de Alcochete: estudo sobre as igrejas de Sabonha e S. Francisco
RPM	1	Museu Municipal de Benavente: estudo e inventário da colecção de alfaías agrícolas para um novo núcleo e instalação de reservas visitáveis no Celeiro dos Arcos
RPM	1	Museu Municipal de Coruche: projecto de estudo e inventariação do Património etnográfico do concelho, intitulado “O museu vai ao sótão”, e publicação do catálogo da exposição permanente do museu “O homem e o trabalho: a magia da mão”
RPM	1	Museu Municipal de Faro: estudo da colecção do material de cerâmica islâmica do Museu Municipal de Faro
RPM	1	Museu Municipal de Penafiel: estudo da colecção da necrópole arqueológica de Monteiras; estudo da colecção relativa ao ofício de carpinteiro
RPM	1	Museu Municipal de Santiago do Cacém: estudo da colecção de Terra sigillata africana
RPM	1	Museu Municipal de Vila Franca de Xira: estudo de materiais cerâmicos do espólio arqueológico da igreja do Mártir Santo; inventariação e informatização das colecções de arqueologia
RPM	1	Museu Pio XII – Inventário das colecções
RPM	1	Museu de Arte Sacra e Etnologia: estudo da colecção de etnologia

Anexo 6. Museus e Palácios tutelados pelo Instituto dos Museus e Conservação, utilizadores da aplicação Matriz

- Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves
- Museu da Cerâmica
- Museu da Guarda
- Museu da Música
- Museu da Terra de Miranda
- Museu de Alberto Sampaio
- Museu de Arte Popular
- Museu de Aveiro
- Museu de Cerâmica
- Museu de Évora
- Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
- Museu de Grão Vasco
- Museu de José Malhoa
- Museu de Lamego
- Museu do Abade de Baçal
- Museu do Chiado
- Museu dos Biscainhos
- Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso
- Museu Monográfico de Conímbriga
- Museu Nacional de Arqueologia
- Museu Nacional de Arte Antiga
- Museu Nacional de Etnologia
- Museu Nacional de Soares dos Reis
- Museu Nacional do Azulejo
- Museu Nacional do Teatro
- Museu Nacional do Traje
- Museu Nacional dos Coches
- Museu Nacional Machado de Castro
- Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
- Paço dos Duques
- Palácio Nacional da Ajuda
- Palácio Nacional da Pena
- Palácio Nacional de Mafra
- Palácio Nacional de Queluz
- Palácio Nacional de Sintra

Anexo 7. Normas de Inventário do IPM /IMC: Compilação do modelo estruturado para utilização nos campos Supercategoria, Categoria e Subcategoria

Supercategoria	Categoria	Subcategoria
Arqueologia	Adereços (e objectos de adorno)	
	Antropologia Física	
	Armas	Branças
		De fogo
		Outras
	Arquitectura (materiais de construção e revestimento)	Capiteis
		Cerâmicas de construção
		Mosaicos
		Pedras lavradas
	Artefactos ideotécnicos	Adornos
		Rituais
	Cerâmica utilitária	
	Ecofactos (e amostras de sedimentos)	
	Epigrafia	Islâmica
		Latina
		Portuguesa
		Pré-latina
		Sobre instrumentum
	Escultura	Decorativa
		Relevos
		Vulto redondo
	Instrumentos e Utensílios	Agrícolas
		Científicos
		Industriais
		Lúdicos
		Musicais

		Piscatórios
		Utensilagem doméstica
	Numismática	
	Ourivesaria	
	Têxteis	
	Utensílios líticos e sub-produtos de talhe	
	Vidros	
Artes Plásticas e Artes Decorativas	Armas	
	Brinquedos	
	Cerâmica	Cerâmica de revestimento
	Desenho	Desenho de arquitectura
	Epigrafia	
	Equipamentos e utensílios	
	Escultura	Elementos de arquitectura
		Escultura de vulto
		Escultura funerária
		Escultura heráldica
	Espólio documental	
	Fotografia	
	Gravura	
	Instrumentos científicos	Astronomia
		Física
		Metrologia
		Óptica
		Química
	Instrumentos musicais	Acessórios
		Aerofones
		Automatofones
		Cordofones
		Ideofones
		Membranofones

	Medalhística	
	Meios de transporte	Acessórios
	Metais	Ferragens
		Selos e sinetes
	Mobiliário	Mobiliário civil
		Mobiliário religioso
	Numismática	
	Ourivesaria	Joalheira
		Selos e sinetes
	Pintura	Iluminura
		Miniatura
	Talha	
	Têxteis	Alfaia domésticas
		Colchas
		Paramentaria
		Tapeçaria
		Tapetes
		Tecidos e bordados
	Traje	Acessórios
		Calçado
		Cosmética
		Roupa interior
		Traje civil
		Traje de cena
		Traje militar
	Vidros	
Etnologia	Alfaia agrícolas	Instrumentos de colheita de cereais
		Instrumentos de colheita de frutos e de tubérculos
		Instrumentos de corte e manuseamento de forragens
		Instrumentos de debulhe
		Instrumentos de limpeza de cereais e

		manuseamento de palhas
		Instrumentos de mobilização da terra
		Instrumentos de poda e enxertia
		Instrumentos de protecção e tratamento
		Instrumentos de recolha e manuseamento de fertilizantes naturais
		Instrumentos de rega e movida
		Instrumentos de sementeira
	Transportes	Instrumentos de acarreo humano
		Instrumentos de atrelagem
		Instrumentos de condução e controle dos animais
		Transportes aquáticos
		Transportes de tracção animal
		Transportes de tracção humana

Anexo 8. “Categorias” atribuídas a “Supercategorias”. Síntese

Categoria	Supercategoria
Armas	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Epigrafia	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Escultura	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Meios de Transporte	Etnologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Numismática	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Ourivesaria	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Têxteis	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Traje	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas
Vidros	Arqueologia
	Artes Plásticas e Artes Decorativas

Anexo 9. Duplicação de Subcategorias

Categoria	Subcategoria	Nº de inventário Museu
Adereços e objectos de adorno	Adereço de traje	76856 Museu Nacional do Teatro
	Adereços	BA.524 Museu Nacional de Etnologia
	Adorno pessoal	69160 Museu Monográfico de Conímbriga
	Adornos	5098 Museu Nacional de Arqueologia
	Objectos de auxílio / conforto pessoal	BC.503/1 Museu Nacional de Etnologia
	Objectos de cuidado e higiene pessoal	BC.508/1 Museu Nacional de Etnologia
	Objectos de uso pessoal	32876 Museu Nacional de Arqueologia
	Objectos pessoais	67106 Museu Nacional do Teatro
Armas	Armas brancas	AU 976 Museu Nacional de Arqueologia
	Armas de corte	AA.568 Museu Nacional de Etnologia
	Branças	19910676 Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Arquitectura	Cerâmica de construção	66.80 Museu Monográfico de Conímbriga
	Cerâmicas de construção	19910489 Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
	Elementos de arquitectura	ME 1719 Museu de Évora
	Elementos de construção	19913094 Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
	Materiais de construção	64161 Museu Monográfico de Conímbriga
	Mosaico	A1 Museu Monográfico de Conímbriga
	Mosaicos	18478 Museu Nacional de Arqueologia
Cerâmica	Cerâmica de revestimento	108 Museu da Guarda
	De revestimento	20010966 Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
	Cerâmica fina	11213 Museu Nacional de Arqueologia
	Paredes finas	15578 Museu Nacional de Arqueologia
Desenho	Caricatura	906 Museu Nacional do Teatro
	Desenho caricaturado	92632 Museu Nacional do Teatro\
	Desenho arquitectura	2231;RB62 Museu Nacional de Machado de

		Castro
	Desenho de arquitectura	HD 0788 Museu Nacional dos Coches
Epigrafia	Epigrafia latina	16012 Museu Nacional de Arqueologia
	Latina	31.3 MFTPJ Museu Francisco Tavares Proença Júnior
	Epigrafia pré-latina	200.30.1 Museu Nacional de Arqueologia
	Pré-latina	10.62 MFTPJ Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Escultura	Decorativa	A 825 Museu Monográfico de Conímbriga
	Escultura decorativa	994.6.4 Museu Nacional de Arqueologia
Instrumentos e utensílios	Agrícolas	10532 MFTPJ Museu Francisco Tavares Proença Júnior
	Agricultura	68621 Museu Monográfico de Conímbriga
	Objectos agrícolas	10268 Museu Nacional de Arqueologia
	Equipamento militar	A 492 Museu Monográfico de Conímbriga
	Equipamento militar e peças de arnês	65212 Museu Monográfico de Conímbriga
	Metrologia	144 ETN Museu de Terra de Miranda
	Metrológicos (de peso e medida)	19911380 Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
	Pesos e medidas	66102 Museu Monográfico de Conímbriga
	Pesca	BB.499 Museu Nacional de Etnologia
	Piscatórios	983.3.1180 Museu Nacional de Arqueologia
Têxteis	Alfaia de igreja	T 36 Museu de Alberto Sampaio
	Alfaia religiosas	125/C Museu de Aveiro
	Paramentaria	T 10 Museu de Alberto Sampaio
Traje	Religioso	1059 Museu do Abade de Baçal
	Traje eclesiástico	T 37 Museu de Alberto Sampaio

Anexo 10. Registo de “Autorias”. Síntese

Autor	Formato do Registo
A. Bobone	A.Bobone Augusto Bobone Bobone, A.
Abel Manta	Manta, Abel (Gouveia, 1888 - 1982) Manta, Abel (Gouveia, 1888 - idem, 1982) Manta, João Abel (Lisboa, 1928 -)
Abel Salazar	Salazar, Abel (1889-1946) Salazar, Abel (Guimarães, 1889 - Lisboa, 1946) Salazar, Abel, (1889 - 1946)
Abílio Mattos e Silva	Abilio de Mattos e Silva Silva, Abílio Mattos e (Sardoal, 1908 - 1985)
Acácio Lino	Lino, Acácio (Tavanca, 1878 - Porto, 1956) Magalhães, Acácio Lino de (Travanca 1878 - 1956)
Adriano de Sousa Lopes	Lopes, Adriano de Sousa (1879-1944) LOPES, Adriano de SOUSA (Vidigal, Leiria, 1879 - Lisboa, 1944)
Agostinho Salgado	Salgado, Agostinho (Leça da Palmeira, 1905 - Leça da Palmeira, 1967) Salgado, Agostinho António (Leça da Palmeira 1905 - 1967)
Alberto Caetano	«Alberto» E.Caetano Caetano, Alberto (1843-1924)
Alberto de Souza	Alberto de Souza Souza, Alberto (?) Souza, Alberto Augusto de Souza, Alberto Augusto de (1880-1961) Souza, Alberto Augusto de (Lisboa, 1880 - idem, 1961) Souza, Alberto, (1880 - 1961) Souza, Alberto (Lisboa, 1880 - Lisboa, 1961)
Alfredo de Morais	Morais, Alfredo de (Lisboa, 1872 - Lisboa, 1971) Morais, Alfredo Januário (1872-1971)

Alfredo Keil	Keil, Alfredo (Lisboa, 1850 - Lisboa, 1907) Keil, Alfredo (Lisboa, 1854 - Hamburgo, 1907) Keil, Alfredo Cristiano (1851-1907) Keil, Alfredo Cristiano (Lisboa, 1850 - Hamburgo, Alemanha, 1907)
Alfredo Roque Gameiro	Gameiro, Alfredo Roque (1864-1935) Gameiro, Alfredo Roque (Linde, Porto de Mós, 1864 - Lisboa, 1935) Gameiro, Alfredo Roque (Minde, 1864 - Lisboa, 1935)
Álvaro da Silveira	Álvaro da Silveira M da Silveira, Álvaro
Alves de Sá	Alves de Sá, João (1878-1982) Sá, Alves de (Lisboa, 1878 - Lisboa, 1972)
Amarelhe	Amarelhe Amarelhe (Porto, 1892 - Lisboa, 1946)
Américo Gomes	GOMES, Américo (1880-1963) Gomes, Américo (Porto, 1880 - 1963)
Américo Silva	Silva, Américo Silva, Américo (1930 -)
Ana Salazar	Ana Salazar Salazar, Ana
Anatole Calmels	Calmels, Anatole Célestin (1822-1906) Calmels, Anatole Célestin (Paris, 1822 - Lisboa, 1906)
André Gonçalves	André Gonçalves (1692-1762) André Gonçalves, atr. Gonçalves, André
André Reinoso	André Reinoso Reinoso, André Reinoso, André (act. 1610-1641) Reinoso, André (act.1641-1677)
Andrea Della Robbia	Andrea Della Robbia Della Robbia Robbia, Andrea e Girolamo (?) della
Anjos Teixeira	Anjos Teixeira

	Teixeira (Filho), Anjos (Paris, 1908) Teixeira, Anjos (Filho)
Anjos Teixeira	Anjos Teixeira, Artur Gaspar dos (1880-1935) Teixeira, Anjos (Lisboa, 1880 - Lisboa, 1935) TEIXEIRA, Artur Gaspar dos ANJOS (Lisboa, 1880 - Sintra, 1935)
António Alberto Nunes	Alberto Nunes NUNES, António ALBERTO (1838-1912) Nunes, António Alberto, (n. 1838 - f. 1912)
António Augusto da Costa Mota	Costa Mota, António Augusto da, (n.1862- f. 1930) Costa, Augusto da MOTA, António Augusto da COSTA (Coimbra, 1862 - Lisboa, 1930) Motta, Costa (Coimbra, 1862 - Lisboa, 1930)
António Augusto da Costa Mota (sobrinho)	MOTA (Sobrinho), António Augusto da COSTA (Coimbra, 1877 - Lisboa, 1956) Motta Sobrinho, Costa (Coimbra, 1877 - Lisboa, 1956) Motta, António Augusto da Costa, (Coimbra, 1877 - Lisboa, 1956)
António Carneiro	Carneiro, António Carneiro, António (Amarante, 1872 - Porto, 1930) Carneiro, António Teixeira (1872-1930) Carneiro, António Teixeira (Amarante, 1872 - Porto, 1930) Junior, Antonio Teixeira Carneiro
António Cruz	Cruz, António (Cedofeita, 1907 - 1983) Cruz, António (Porto, 1907 - m. 1983)
António Alves da Cunha	Cunha, António Alves Cunha da, (1856-1941) Cunha, António Alves da,
António de Azevedo	António de Azevedo Azevedo, António de (1889-1969) Azevedo, António de (Mafamude, Vila Nova de Gaia, 1889 - m. 1968) Azevedo, António de (Vila Nova de Gaia, 1889 - Guimarães, 1968)
António Duarte	António Duarte Duarte, António Duarte, António (Caldas da Rainha, 1912 - 1998) Duarte, António (Caldas da Rainha, 1912)

	Santos, Antonio Duarte da Silva (1912-?)
António Firmo da Costa	António Firmo da Costa Firmo da Costa, António (Lisboa, 1/07/1767 - Lisboa, 2/04/1824)
António Joaquim Padrão	PADRÃO, A. (?) Padrão, António Joaquim (n.1731, f.1760)
António Lino	António, Lino (Leiria, 1898 - Cascais, 1974) Lino, António
António Manuel da Fonseca	Fonseca, António Manuel da (1796-1890) Fonseca, António Manuel da (Lisboa, 1796 - idem, 1890)
António Monteiro Ramalho (Júnior)	Ramalho (Júnior), António Monteiro (Barqueiros, Alto Douro, 1859 - Figueira da Foz, 1916) Ramalho Júnior, António Monteiro (1858-1916) Ramalho, António (Barqueiros, 1858 - Figueira da Foz, 1916)
António Pedro	António Pedro Pedro, António (Cidade da Praia, Cabo Verde, 1909 - Moledo do Minho, 1966) Pedro, António (Nossa Senhora das Graças, Praia, Cabo Verde, 1909 - Moledo do Minho, 1966)
António Pimentel	A. Pimentel António Pimentel
António Quadros	Quadros, António (Viseu, 1933 - 1994) Quadros, António Augusto de Melo Lucena (Viseu 1933 - 199?) Quadros, António, (Viseu, 1933 - Viseu, 1994)
António Saúde	Saúde, António (Lisboa, 1875 - Lisboa, 1958) Saúde, António Manuel da (1875 - 1958) Saúde, António Manuel da (Lisboa, 1875 - idem, 1958)
António Soares	Soares, António Soares, António (Lisboa 1894 - 1978) Soares, António (Lisboa, 1894 - idem, 1978)
António Soares dos Reis	António Soares dos Reis (1847-1889) REIS, António SOARES DOS (St.º Ovídio, Vila Nova de Gaia, 1847 - V. N. de Gaia, 1889) REIS, António Soares dos (V. N. Gaia 1847-1889) Reis, Soares dos (Vila Nova de Gaia, 1847 - Vila Nova de Gaia, 1889) Soares dos Reis, Antonio (1847-1889)

António Vaz	Antonio Vaz Vaz, António (act.1537-1570?)
António Vieira	António Victor Vieira António Vieira
Armando Boaventura	Armando Boaventura Boaventura, Armando
Armando Pereira de Basto	Basto, Armando Pereira de (Porto 1889 - Braga 1923)
Armindo Viseu	Ribeiro, A. (Armindo Viseu) Viseu, Armindo
Artur Alves Cardoso	Alves Cardoso, Artur (1883 - 1930) Cardoso, Alves (Lisboa, 1883 - Lisboa, 1930) Cardoso, Artur Alves (1883-1930) Cardoso, Artur Alves (Lisboa 1883 - 1930) CARDOSO, Artur ALVES (Lisboa, 1883 - idem, 1930)
Artur de Melo	Melo, Artur de Melo, Artur Napoleão Vieira de
Artur José de Sousa Loureiro	Loureiro, Artur (Porto, 1853 - Serra de Gerez, 1932) Loureiro, Artur José de Sousa (1853-1932) Loureiro, Artur José de Sousa (Porto, 1853 - Leonte, Gerês, 1932)
Augusto César Trindade Machado	Augusto César Trindade Machado Machado, Augusto César Trindade (ourives)
Augusto Roquemont	Roquemont, Augusto (1804-1852) Roquemont, Augusto (Genebra 1804 - Porto 1852)
Augusto Sabino	Augusto Sabino Sabino, Augusto
Augusto Santo	Santo, Augusto (1870 - 1907) SANTO, Augusto (1870-1907)
Aurélia de Souza	SOUSA, Maria Aurélia Martins de (1866-1922) Souza, Aurélia de, (1866 - 1922)
Avelino António Soares Belo	Belo, Avelino António Soares, (Murtosa, 1872- Caldas da Rainha, 1927) Belo, Avelino Soares,
Baltasar Gomes	Figueira, Baltasar Gomes, (n.1597 - f. 1674)

	Figueira, Baltazar Gomes, (act.1640-1670)
Barata Feyo	Feio, Barata (1902 -) Feyo, Barata (Moçamedes, 1902 - 1990) FEYO, Salvador d' Eça BARATA (Moçâmedes, Angola, 1902 - Porto, 1983)
Bartolomeu Vilhena	Mestre do São Bartolomeu da Colecção Vilhena Santos, Bartolomeu Vilhena Cid dos (Lisboa, 1931)
Bela Silva	Silva, Bela (Almada, 1966 -) Silva, Bela, (Almada,1966)
Benjamin West	West, Benjamin West, Benjamin (le Vieux) (n. 1738, f. 1820)
Bento Coelho	Bento Coelho (da Silveira), c.1628-1708 Bento Coelho da Silveira (1620-1708)
Bernardo Marques	Bernardo Marques Marques, Bernardo (Silves, 1898 - Lisboa, 1962) Marques, Bernardo Loureiro (Silves, 1899 - Lisboa, 1962)
C. G. Conn	C. G. Conn. Lda. C. G. Conn Co.
Camaluala	Camaluála Camalualua
Cândido Teles	Teles, Cândido Teles, Cândido (1921-1999)
Canto da Maia	Canto da Maia, Ernesto do (Ponta Delgada, 1890 - Prestes [S. Miguel], 1981) Maia (CANTO DA MAIA), Ernesto do Canto de Faria e (Ponta Delgada, 1890 - Manor da Morgada, 1981) Maya, Canto da (Ponta Delgada, 1890 - 1981) Maya, Ernesto do Canto de Faria e (Ponta Delgada - Açores, 1890 - 1981)
Carlos Botelho	Botelho, Carlos (1899 - 1982) Botelho, Carlos (Lisboa 1899 - 1982) Botelho, Carlos (Lisboa, 1899 - idem, 1982) Botelho, Carlos (Lisboa, 1899 - Lisboa, 1982) Carlos Botelho
Carlos Carneiro	Carlos Carneiro Carneiro, Carlos (1909-1971)

	Carneiro, Carlos (Porto 1900 - 1971)
Carlos Reis	Reis, Carlos (Torres Novas, 1863 - Coimbra, 1940) Reis, Carlos António Rodrigues dos (Torres Novas, 1863 - Coimbra, 1940)
Carlos Resende	C. Resende Carlos Resende
Carlos Vasques	Carlos Vasques Fotografia Vasques Vasques, Carlos (fotografo)
Cavaleiro de Faria	Cavaleiro de Faria Cavaleiro de Faria, (século XVIII)
Charles Le Brun	Le Brun Le Brun, Charles (1619-1690)
Cirilo Machado	Cirilo Volkmar Machado Machado, Cirilo Volkmar (Lisboa, 1748 - 1823)
Claude Laprade	Claude Laprade Laprade, Claude Joseph Courrat de (1687-1740?)
Columbano Bordalo Pinheiro	Columbano (Almada, 1857 - Lisboa, 1929) Columbano Bordalo Pinheiro Columbano Bordalo Pinheiro (Almada, 1857- Lisboa, 1929); Pedrozo, J. (1825-1890) Columbano Bordalo Pinheiro (Cacilhas, 1857 - Lisboa, 1929) Pinheiro, Columbano Augusto Bordalo Prostest (1857 - 1929) Pinheiro, COLUMBANO Augusto Bordalo Prostest (Cacilhas, Almada, 1857 - Lisboa, 1929) Pinheiro, Columbano Bordalo (1857-1929)
Cristino da Silva	Silva, Cristino da (Lisboa, 1820 - Lisboa, 1877) Silva, Cristino da (Lisboa, 1896 - Lisboa, 1976) Silva, João CRISTINO da (Lisboa, 1829 - idem, 1877)
Cruzeiro Seixas	SEIXAS, Artur Manuel do CRUZEIRO (Amadora, 1920) Seixas, Cruzeiro (1920)
Custódio Cardoso Pereira	Cardoso Pereira e Cº, Custódio Custódio Cardoso Pereira
D. Carlos de Bragança	Bragança, D. Carlos de (Lisboa, 1863 - idem, 1908) Bragança, D. Carlos de (Lisboa, 1863 - Lisboa, 1908)

	D. Carlos de Bragança (Lisboa, 1863 - Lisboa, 1908)
Delfim Maia	Maya, Delfim (Foz do Douro, 1886 - 1978) MAYA, Delfim (Porto 21.12.1886 - Lisboa 13. 03. 1978)
Diogo Contreiras	Contreiras, Diogo (actividade conhecida 1521- 1561) Diogo de Contreiras
Diogo de Macedo	Macedo, Diogo (1889-1959) MACEDO, Diogo de (Gaia 1889-1959) Macedo, Diogo de (Mafamude, Vila Nova de Gaia, 1889 - Lisboa, 1959) Macedo, Diogo de (Vila Nova de Gaia, 1889 - Lisboa, 1959)
Domenico Pellegrini	Pellegrini, Domenico (n. 1759 - f. 1840) PELLEGRINI, Domenico (Veneza 1764-1840)
Domiguez Alvarez	Alvarez, Dominguez (Porto, 1906 - Porto, 1942) ALVAREZ, José Cândido DOMINGUEZ (Porto, 1906 - idem, 1942) Dominguez Alvarez, José Cândido (Porto 1906 -? 1942)
Domingos Rebelo	Domingos Rebelo Rebelo, Domingos (Ponta Delgada, 1891 - 1971) Rebelo, Domingos Maria Xavier (Ponta Delgada, 1891 - Lisboa, 1971)
Domingos Sequeira	DOMINGOS ANTÓNIO DE SEQUEIRA (1768/1837) Domingos António de Sequeira (1768-1837) DOMINGOS ANTÓNIO SEQUEIRA? Sequeira, Domingos António Sequeira, Domingos António (n.1768, f. 1837) Sequeira, Domingos António de (Belém, 1768 - 1837) Sequeira, Domingos António de (Lisboa, 1768 - Roma, 1837) Sequeira, Domingos António de, (Lisboa, 1768 - Roma, 1837) (?)
Dórdio Gomes	Dórdio Gomes, Simão César (Arraiolos 1890 - Porto 1976) Dórdio Gomes, Simão César (Arraiolos, 1890 - f.1976) Gomes, Dórdio (Arraiolos, 1890 - 1976) Gomes, Simão César Dórdio (1890-1976) GOMES, Simão César DORDIO (Arraiolos, 1890 - idem, 1976)
Eduarda Lapa	Lapa, Eduarda (Trancoso, 1895 - 1976) Lapa, Eduarda (Trancoso, 1896 - Lisboa, 1976)

	Lapa, Maria Eduarda (1896-1976)
Eduardo Anahory	Anahory, Eduardo Fortunato Jaime (Lisboa, 1917) Eduardo Anahory
Eduardo Loureiro	Loureiro, Eduardo Loureiro, Eduardo (Rio de Janeiro, 1928 -)
Eduardo Malta	Eduardo Malta Malta, Eduardo (Covilhã, 1900 - Óbidos, 1967) Malta, Eduardo (Covilhã, 28/10/1900 - 1967)
Eduardo Viana	Viana, Eduardo (Lisboa, 1881 - Lisboa, 1967) Viana, Eduardo Afonso (1881-1967) Viana, Eduardo Afonso (Lisboa, 1881 - idem, 1967) Viana, Eduardo Afonso (Lisboa, 1881 - Lisboa 1967)
Elisa Felismino	Elisa Felismino Felismino, Elisa Bermúdez (Lisboa, 1903 -)
Emília dos Santos Braga	Braga, Emília dos Santos (Lisboa, 1867 - 1950) Braga, Emília Santos, 183?
Emílio Campos	Campos, Emílio de Paula (? -1943) Campos, Emílio de Paula (Leiria, 1884 - Lisboa, 1943)
Emmérico Nunes	Emmérico Nunes Nunes, Emérico Nunes, Emmerico Hartwich Jacinto (Lisboa, 1888 - Sines, 1968)
Enrique Casanova	Casanova, Enrique (Saragoça, Espanha, 1850 - Madrid, 1913) Casanova, Henrique Casanova, Henrique (Saragoça, 1850 - Madrid, 1913)
Erard Frères	Erard Erard Frères
Ernesto Condeixa	Condeixa, Ernesto (Lisboa, 1857 - Lisboa, 1933) Condeixa, Ernesto Ferreira (Lisboa, 1857 - idem, 1933)
Ernesto Haupt	Haupt júnior, Ernesto Frederico (1821-1890) Haupt, Ernesto Frederico
Espiga Pinto	Pinto, Espiga (n. 1940) PINTO, José Manuel ESPIGA (Vila Viçosa, 1940)

Estevão Gonçalves Neto	Estêvão Gonçalves Neto Neto, Estevão Gonçalves (act.1610-1627)
Estrela Faria	Estrela Faria Faria, Estrela da Liberdade Alves (Évora, 1910 - Lisboa, 1975)
Ezequiel Pereira	Ezequiel Pereira, António (1868 - 1943) Pereira, Ezequiel (Lisboa, 1868 - Lisboa, 1943)
Falcão Trigo	TRIGOGO, João de Melo FALCÃO (Lisboa, 1878 - idem, 1956) Trigo, Falcão (Lisboa, 1879 - Lisboa, 1956) Trigo, João Maria de Jesus de Melo Falcão (1879 - 1956)
Família Brioso	Família Brioso: Primeira época Manuel da Costa Brioso: Família Brioso, Segunda Época
Fausto Gonçalves	Fausto Gonçalves Gonçalves, Fausto (Coimbra, 1893 - Coimbra, 1947) Gonçalves, Fausto (n.1893; f. 1946)
Fernan Quijarro	Fernan Martinez Quijarro Quijarro, Fernan Martínez e Herrera, Pedro
Ferreira Chaves	Chaves, Ferreira (Chaves, 1838 - Lisboa, 1899) Chaves, Jose Ferreira (Chaves 1838 - 1899) Chaves, José Ferreira (Chaves, 1838 - Lisboa, 1899)
Francesco Bartolozzi	BARTOLOZZI, Francesco (1728-1815) Bartolozzi, Francesco, (Florença, 1728 - Lisboa, 1815)
Francesco Bibiena	Bibiena, Francesco Galli (atribuído a) Bibiena, Giovanni Carlo Sicinio Galli
Francisca de Almeida Furtado	Francisca de Almeida Furtado Furtado, Francisca de Almeida (Viseu 1827 - Porto 1918)
Francisco dos Santos	Santos, Francisco dos (Paiões, 1878 - Lisboa, 1930) Santos, Francisco dos (Rio de Mouro, Sintra, 1878 - Lisboa, 1930)
Francisco Franco	FRANCO, Francisco (Funchal 1885-Lisboa 1955) Franco, Francisco (Funchal, 1885 - Lisboa, 1955)
Francisco Gomes de Avelar	Avelar, Francisco Gomes de, (1850 - 1918) Gomes de Avelar, F.
Francisco José Aparício	Aparício, Francisco José (Vila Franca de Xira, 170... - 1787)

	Francisco José Aparício (Abade)
Francisco Metrass	Metrass, Francisco (1825 - 1861) Metrass, Francisco (Lisboa, 1825 - Funchal, 1861) Metrass, Francisco Augusto (Lisboa, 1825 - Funchal, 1861)
Francisco Relógio	Francisco Relógio Relógio, Francisco (Vila Verde de Ficalho, 1925 - 1997) Relógio, Francisco Pedro (Ficalho, 1926)
Francisco Rssende	Resende, Francisco José de Vasconcelos (Porto, 1825 - idem, 1893) Resende, Francisco José, (1825-1893) Rezende, Francisco José de (Porto 1825 - 1893)
Francisco Valença	Francisco Valença Valença, Francisco (Lisboa, 1882 - 1962) Valença, Francisco (Lisboa, 1882 - Lisboa, 1963)
Francisco Venegas	Venegas, Francisco Venegas, Francisco, (século XVI, 2ª metade)
Francisco Vieira	Vieira, Francisco (1765-1805) Vieira, Francisco (n. 1765, f. 1805)
Francisco Vieira de Matos	Matos, Francisco Vieira de (1699-1783) Matos, Francisco Vieira de (n. 1699, f. 1783)
Francisco Vieira Lusitano	Vieira Lusitano, Francisco (Lisboa, 1699 - Lisboa, 1783) Vieira Lusitano, Francisco (1699 - 1783) (atrib.) Vieira Lusitano, Francisco Vieira de Matos, dito
Francois Thomas Germain	Francois Thomas Germain Francois Thomas Germain Thomas Germain ; Francois Thomas Germain
Frederico Ayres	Ayres, Frederico (1887-1963) Ayres, Frederico (Lisboa, 1887 - Lisboa, 1963)
Frederico George	Frederico George George, Frederico (Lisboa, 1915 - 1995)
Garcia Fernandes	Garcia Fernandes Garcia Fernandes (act.1514-1541) Garcia Fernandes (act.1514-1565)

Garcia Hispaleta	Garcia y Hispaleta, Manuel Hispaleta, Manuel Garcia (n. Sevilha, Espanha)
Gil Vicente	Gil Vicente Gil, Vicente, (actividade conhecida 1491-1518)
Giovani Guercino	Barbieri, Francesco Guercino, Giovanni Francesco Barbieri, dito
Giuseppes Cades	Cadés, Giuseppe CADES, Giuseppe (1750-1799)
Gregório Lopes	Gregório Lopes Lopes, Gregório Lopes, Gregório (1490? -1550) Lopes, Gregório (n.1490? - f.1550)
Guilherme Camarinha	Camarinha, Guilherme (V.N. Gaia 1912 - 1994) Camarinha, Guilherme (Vila Nova de Gaia, 1913 - 1994)
Guilherme Filipe	Filipe, Guilherme Filipe, Guilherme (Fasão, 1899 - 1971) Filipe, Guilherme (Fajão 1899 - Lisboa 1971)
Guiseppe Troni	Giuseppe Troni Troni, Giuseppe (Turim, 1739 - Lisboa, 1810) TRONI, Giuseppe (Turim 1739 - 1810)
Hein Semke	Semke, Hein (Hamburgo, 1899 - 1995) Semke, Hein (Hamburgo, 1899 - Lisboa, 1995)
Hendrick van Balen	BALEN, Hendrik van (1575-1632) Hendrik van Balen
Henrique Franco	Franco, Henrique (Funchal, 1883 - m. 1961) Franco, Henrique (Funchal, 1883 - Penela, 1961)
Henrique Medina	Medina, Henrique (1901 - 1989) Medina, Henrique (Porto, 1901 - idem, 1989)
Henrique Moreira	Moreira, Henrique Moreira, Henrique (19 de Maio 1890 -1979) Moreira, Henrique (Avintes, 1890-1979)
Henrique Pousão	Henrique César de Araújo Pousão (1859-1884)

	Pousão, Henrique (atrib.) (Vila Viçosa, 1859 - Vila Viçosa, 1884) Pousão, Henrique (Vila Viçosa, 1859 - idem, 1884) POUSÃO, Henrique César de Araújo (1859-1884)
Herculano Elias	Elias, Herculano (avô) Elias, Herculano Lino, (Caldas da Rainha, 1932) Elias, Herculano, (1864-1939)
Hermano Baptista	Baptista, Hermano (Lisboa, 1901 - Lisboa, 1971) Baptista, José Hermano (1901-1971)
Irenne Natividade	Natividade, Irene Natividade, Irene (Porto, 1900 -)
Jaime Isidoro	Isidoro, Jaime (Porto, 1924 -) Isidoro, Jaime Gaspar (Porto, 1924 -)
Jaime Martins Barata	Barata, Jaime Martins (1899 - 1970) Barata, Martins Martins Barata
Jean Pillement	Pillement, Jean Pillement, Jean (1728-1808) PILLEMENT, Jean (Lyon 1728-1808)
Jean Thouvenin	Thouvenin, Jean (n. 1765, f. 1828) West, Benjamin (le Vieux) (n. 1738, f. 1820) ; Thouvenin, Jean (n. 1765, f. 1828)
João Alves da Costa	Costa, J. A. da Costa, João Alves da; Sousa, Costa de
João Baptista Ribeiro	João Baptista Ribeiro Ribeiro, João Baptista (Vila Real 1790 - Porto 1868) RIBEIRO, João Baptista (Vila Real 1790- Porto 1868) Ribeiro, João Baptista (Vila Real, 1790 - 1868) Ribeiro, João Baptista (Vila Real, 1790 - Porto, 1868)
João Charters de Almeida	Almeida, Charters d' (Lisboa, 1935) ALMEIDA, João CHARTERS DE (Lisboa, 1935)
João da Silva	Silva, João da Silva, João da (Lisboa, 1880 - Lisboa, 1960) Silva, João da (n. 1880 - Lisboa, 1960)

João Fragoso	Fragoso, João (1913 -) Fragoso, João (Caldas da Rainha, 1913 - 2000) Fragoso, João (Caldas da Rainha, 1913 - Lisboa, 2000)
João Hogan	Hogan, João Manuel Navarro (Lisboa, 1914 - idem, 1988) Hogan, João Navarro (Lisboa 1914 - 1988)
João José de Sousa	de Sousa, João José João José de Sousa
João José Vaz	Vaz, João (Setúbal, 1859 - Lisboa, 1931) Váz, João José (1859 - 1931) Vaz, João José (Setúbal, 1859 - Lisboa, 1931)
João Reis	Reis, João (Lisboa, 1899 - 1982) Reis, João (Lisboa, 1899 - idem, 1982)
João Ribeiro Cristino	Cristino, João Ribeiro (Lisboa, 1858 - Lisboa, 1947) Silva, João RIBEIRO CRISTINO da (Lisboa, 1858 - idem, 1948)
João Rodrigues	João Rodrigues João Rodrigues, S.J. (1617, Abridada, Alenquer - 1687, Coimbra)
João Rodrigues da Costa Negreiros	IRC (atribuível a João Rodrigues da Costa Negreiros) Negreiros, João Rodrigues da Costa
João Tabarra	Tabarra, João (Lisboa, 1966) Tagarro, José (Cartaxo 1902 - Lisboa 1931)
João Vieira	João Vieira Vieira, João (Vidago, 1934 -)
Joaquim Carneiro da Silva	Silva, Domingos José da (n. 1785, f.1863); Silva, Joaquim Carneiro da (n. 1727, f. 1818) Silva, Joaquim Carneiro da (n. 1727, f. 1818); Monteiro, António Maria de Oliveira (n. 1785 - f. 1845) Silva, Joaquim Carneiro da (Porto, 1727 - Lisboa, 1818)
Joaquim Lopes	Lopes, Joaquim Lopes, Joaquim (1886 - 1956) Lopes, Joaquim Francisco (Vila Nova de Gaia 1886 - 1956)
Joaquim Machado de Castro	Joaquim Machado de Castro Machado de Castro (atr.)
Joaquim Manuel da Rocha	Joaquim Manuel da Rocha Rocha, Joaquim Manuel da (n.1727, f.1786)

Joaquim Prieto	Prieto, Joaquim (Lisboa, 1833 - Lisboa, 1907) Prieto, Joaquim Gregório Nunes (1833-1907)
Jorge Barradas	Barradas, Jorge (Lisboa, 1894 - Lisboa, 1971) Barradas, Jorge Nicholson Moore (Lisboa, 1894 - idem, 1971) Barradas, Jorge Nicholson Moore (Lisboa, 1894 - Lisboa, 1971) Jorge Barradas
Jorge Maltieira	Jorge Maltieira Maltieira, Jorge (Cartaxo, 1908 - 1986)
Jorge Melício	Jorge Melicio Melício, Jorge (1957)
José Alves da Cunha	Cunha, José Alves da Cunha, José Alves da (1849 - 1901)
José Contente	Contente, José (Coimbra, 1907 - Coimbra, 1957) Contente, José Campos (1907-1957)
José de Almada Negreiros	Almada Negreiros Almada Negreiros, José de (S.Tomé e Príncipe, 1893 - Lisboa, 1970) José de Almada Negreiros (1893-1970) José de Almada Negreiros (S. Tomé 1893 - Lisboa 1970) Negreiros, Almada, (1893 - 1970) NEGREIROS, José Sobral de ALMADA (S. Tomé e Príncipe, 1893 - Lisboa, 1970)
José de Almeida Furtado	Furtado, José de Almeida (1778-1831) José de Almeida Furtado, dito o Gata
José de Brito	Brito, José de (1855-1948) Brito, José de (Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, 1855 - Porto, 1948) Brito, José de (Viana do Castelo, 1855 - Porto, 1948)
José Júlio	Júlio, José (Lisboa, 1916 - idem, 1963) Santos, José Júlio Andrade dos, (Lisboa, 1916 - Lisboa, 1963)
José Malhoa	Malhoa, José Malhoa, José (Caldas da Rainha, 1855 - Figueiró dos Vinhos, 1933) Malhoa, José Vital Branco (Caldas da Rainha, 1855 - Figueiró dos Vinhos, 1933)
José Maria Veloso Salgado	Salgado, José Maria Veloso, (Orense, 1864 - Lisboa, 1945) Salgado, José Veloso (1869-1945)

	Salgado, José Veloso (Melon, Orense, 1864 - 1945) SALGADO, José VELOSO (Santa Maria de Melón, Orense, Espanha, 1864 - Lisboa, 1945) Salgado, Veloso (Orense, 1864 - Lisboa, 1945) Veloso Salgado, José Maria (Orense, 1864 - Lisboa, 1945)
José Sanhudo	José Sanhudo Sanhudo, José Ferreira
José Simões de Almeida (Sobrinho)	ALMEIDA (Sobrinho), José SIMÕES DE (Figueiró dos Vinhos, 1880 - idem, 1950) Almeida Sobrinho, Simões de (Figueiró dos Vinhos, 1880 - Lisboa, 1950)
Josefa de Ayalla	Ayala, Josefa de, (n. 1634? - f. 1684) Josefa d'Ayalla (1634? -1684)
Josefa de Óbidos	Josefa de Óbidos Josefa de Óbidos (Sevilha, 1630 -...1684) Josefa de Óbidos, atr.
Juan Avalos	Avalos, Juan Avalos, Juan (Mérida, 1911 -)
Júlio Pereira	Pereira, Júlio dos Reis (Vila do Conde, 1902 - 1983) Pereira, Júlio Reis (Vila do Conde, 1902)
Júlio Pomar	Júlio Pomar Pomar, Júlio (Lisboa, 1926 -) Pomar, Júlio (Lisboa, 1926) Pomar, Júlio Artur da Silva, (Lisboa, 1926)
Júlio Resende	Resende, Júlio Resende, Júlio (Porto, 1917 -) Resende, Júlio Martins da Silva Dias (Porto 1917)
Lacerda	Lacerda Lacerda, Alberto
Lagoa Henriques	HENRIQUES, Lagoa (Lisboa 1923) Lagoa Henriques, António Augusto, (Lisboa, 1923)
Lázaro Lozano	Lázaro Lozano, Bonifácio (Nazaré, 1906 - 1999) Lozano, Lázaro (Nazaré, 1906 - Oeiras, 1999)
Leitão de Barros	Leitão de Barros Leitão de Barros, José Julio Marques (1896-1967)

Leonel Marques Pereira	Pereira, Leonel Marques (Lisboa 1828 - Lisboa 1892) Pereira, LEONEL Marques (Lisboa, 1828 - idem, 1892)
Leopoldo de Almeida	Almeida, Leopoldo de Almeida, Leopoldo de (Lisboa, 1898 - Lisboa, 1975) Almeida, Leopoldo de, (1898 - 1975) Almeida, Leopoldo Neves de (Lisboa, 1898 - idem, 1975)
Lídia Santos	Santos, Lídia Margarida Pereira dos (Leiria, 1974 -) Santos, Lídia, (1974) Santos, Lídia, (1974)
Lima de Freitas	Freitas, José Lima de (Setúbal, 1927 - 1998) FREITAS, José Maria LIMA DE (Setúbal, 1927) Freitas, Lima de (Setúbal, 1927 - Lisboa, 1998) Freitas, Lima de (Setúbal, 1927) Lima de Freitas
Louis Gauffier	Gauffier, Louis Gauffier, Louis (1762-1801)
Lourdes Castro	Castro, Lourdes (Funchal, 1930 -) Castro, Maria de Lourdes de Mello e (Tomar, 1903 - Lisboa, 1996)
Luciano Freire	Freire, Luciano (Lisboa, 1864 - Lisboa, 1935) Freire, Luciano Martins (1864-1935) Freire, Luciano Martins (Lisboa, 1864 - idem, 1935)
Lucien Donnat	Donnat, Lucien; Amaral, Rogério (Lisboa, 1917 -) Lucien Donnat
Luigi Manini	Luigi Manini Manini, Luigi
Luís António Teixeira Coelho	Coelho, Luis António Teixeira Luís António Teixeira Coelho
Luís de Ortigão Brunay	Burnay, Luís de Ortigão (1884-1951) Burnay, Luís Ortigão (Lisboa, 1884 - Lisboa, 1951)
Luís Fernandes	FERNANDES, Luís (1895-1954) Fernandes, Luís (Ourém, 1895 - Berlengas, 1954)
Luís Menezes	Meneses, Luís de Miranda Pereira Henriques (Visconde de Meneses) (Porto 1817 - Lisboa 1878)

	Menezes, Luís de Miranda Pereira Henriques de [Visconde de] (Porto, 1817 - Lisboa, 1878)
Luís Pinto-Coelho	Pinto Coelho, Luís (1932 - 2001) Pinto-Coelho, Luís (Lisboa, 1942)
Luís Tomazini	Tomasini, Luís Ascêncio (Lisboa, 1823 - idem, 1902) Tomazini, Luís Ascênsio (1823-1902)
Luís Varela Aldemira	Aldemira, Luís Varela (1895-1975) Aldemira, Luis Varela (Orense 1895 -? 1975) Aldemira, Varela (Orense, 1895 - Lisboa, 1975)
Maconde	Maconde Macondes Makonde
Maluda	Maluda MALUDA, Maria de Lourdes Ribeiro (Pangim, Índia, 1934 - Lisboa, 199 (?))
Manuel Cargaleiro	Cargaleiro, Manuel (Vila Velha de Rodão, 1927 -) Cargaleiro, Manuel Alves (Chão das Serras, Vila Velha de Ródão, 1927) Cargaleiro, Manuel Alves, (Vila Velha de Ródão, 1927)
Manuel da Macedo	Manuel de Macedo Manuel de Macedo (1839-1915)
Manuel Filipe	Filipe, Manuel (Condeixa - a - Nova, 1908 -?) Filipe, Manuel (Condeixa-a-Nova, 1908 -) Filipe, Manuel (Condeixa-a-Nova, 1908 - Lisboa, 2002) Filipe, Manuel (Condeixa-a-Nova, 1908)
Manuel Gaudêncio	Correia, José Gaudêncio (ourives) Correia, Manuel Gaudêncio; Mora, Vicente Manuel Manuel Gaudêncio Correia
Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro	Bordalo Pinheiro, Manuel Gustavo (1867-1922) Pinheiro, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, Manuel Gustavo Bordalo (Lisboa, 1867 - 1920) Pinheiro, Manuel Gustavo Bordalo, (Lisboa, 1867- Lisboa, 1920) Pinheiro, Modelo de Manuel Gustavo Bordalo (Lisboa, 1867 - 1920); Santos, José Carlos
Manuel Mafra	Mafra, Manuel Cipriano Gomes Mafra, Manuel Cipriano Gomes, (Saibreira, Mafra, 1829- Caldas da Rainha, 1905)

Manuel Maria Bordalo Pinheiro	Manuel Maria Bordalo Pinheiro Pinheiro, Manuel Maria Bordalo (Lisboa, 1815 - 1880) Pinheiro, Manuel Maria Bordalo (Lisboa, 1815 - Alcolena, 1880)
Marcelino Vespereira	Vespeira, Marcelino Macedo (Samouco, Alcochete, 1925 - Lisboa, 2002) Vespeira, Marcelino Macedo (Samouco, Alcochete, 1925 - Lisboa, 2002)
Maria Adelaide Cruz	Cruz, Maria Adelaide de Lima (1908 - 1985) Cruz, Maria Adelaide Lima (Lisboa, 1908 - idem, 1985) Maria Adelaide Lima Cruz
Maria das Dores Furtado	Furtado, Maria das Dores de Almeida (? - 1842) Maria das Dores Furtado
Maria Keil	Keil, Maria (Silves, 1914) Maria Keil
Mário Augusto	Augusto, Mário (1895 - 1941) Augusto, Mário (Alhadas, 1895 - Alhadas, 1941) Augusto, Mário (Alhadas, 1895 - idem, 1941)
Mário Botas	Botas, Mário (Nazaré, 1952 - 1983) Botas, Mário (Nazaré, 1952 - Lisboa, 1983) Mário Botas
Mário Cesariny	Cesariny, Mário (Lisboa, 1923) Mário Cesariny
Marques de Oliveira	Marques de Oliveira (Porto 1853-1927) Marques de Oliveira, João (Porto, 1853 - Porto, 1927) Oliveira, João Marques da Silva (1853-1927) OLIVEIRA, João MARQUES DE (Porto, 1853 - idem, 1927) Oliveira, Marques d' (Porto, 1853 - Porto, 1927) Oliveira, Marques de, (1853 - 1927)
Martinho da Fonseca	Fonseca, Martinho da (Lisboa, 1890 - Lisboa, 1972) Fonseca, Martinho Gomes da (Lisboa, 1890 - 1972)
Martins Correia	CORREIA, Joaquim MARTINS (Golegã, 1910) Correia, Martins (Golegã, 1910 - Lisboa, 1999)
Martins da Costa	Costa, Martins da (Coimbra, 1921-) Martins da Costa, João (Coimbra 1921)

Masahide	Choshuju Masahide Masahide
Maximiano Alves	Alves, Maximiano (Lisboa, 1888 - Lisboa, 1954) Alves, Maximiano Firmo de Macedo (Lisboa, 1888 - m. 1954)
Mestre Hilário	Mestre Hilário, dito Mestre Hilarius
Mestre Pero	Mestre Pero Pêro, Mestre
Miguel ângelo Lupi	Lupi, Miguel Ângelo (1826-1883) Lupi, Miguel Angelo (Lisboa 1826 - 1883) Lupi, Miguel Ângelo (Lisboa, 1826 - idem, 1883) Lupi, Miguel Ângelo (Lisboa, 1826 - Lisboa, 1883)
Mily Possoz	Mily Possoz Possoz, Mily (Lisboa, 1888 - Sintra, 1967)
Moreira Rato	RATO (Júnior), José MOREIRA (Paço de Arcos, Lisboa, 1860 - Lisboa, 1937) Rato, Moreira (Lisboa, 1860 - Lisboa, 1937)
Narciso de Moraes	Morais, Narciso de (Lisboa, 1892 - 1977) Narciso Moraes
Nicolau Chanterene	Chanterene, Nicolau (actividade conhecida 1511-1551) João de Ruão; Nicolau Chanterene
Nils Hansen	N. Hansen, Lisboa Nils Hansen e filho
Noronha da Costa	COSTA, Luís NORONHA DA (Lisboa, 1942) Costa, Noronha da (Lisboa, 1942)
Pascoal Parente	Pascoal Parente, atr. Pasquale Parente (? Coimbra-1796)
Paul Girol	Girol, Paul Girol, Paul (Saint-Maur-des- Fossés, 1911-) Paulo Girol
Paulino Montês	Montês, Paulino (1897-1988) Montês, Paulino (Peniche, 1897 - 1988)
Pedro Alexandrino de Carvalho	Alexandrino, Pedro (1730-1810)

	Carvalho, Pedro Alexandrino de (1730 - 1810) Carvalho, Pedro Alexandrino de (n.1730 - f. 1810) Pedro Alexandrino de Carvalho Pedro Alexandrino de Carvalho (1730-1810)
Pedro Calapez	Calapez, Pedro (Lisboa, 1953 -) Pedro Calapez
Philips Wouwerman	Wouwerman, Philips (1619-1668) Wouwermann, Philips, a partir de
Pierre Antoine Quillard	Quillard, Pierre Antoine Quillard, Pierre-Antoine (Paris, - 1733) ; Almeida, José de (170... - 1769)
Pietro Perugino	Círculo de Pietro Vannucci, dito o Perugino Perugino, Pietro Vannuci, dito
Pietro Pieri	Pieri, Pietro Pauli PIERI, Pietro Paulo
Policarpo Vicente Isaac	Isaac, Policarpo Vicente Policarpo Vicente Isaac
Quentin Metsys	Quentin Metsys Quentin Metsys (Lovaina, 1466 - Antuérpia, 1530)
Rafael Bordalo Pinheiro	Bordalo Pinheiro, Rafael Bordalo Pinheiro, Rafael (Lisboa, 1846 - 1905) Pinheiro, Rafael Bordalo (Lisboa, 1846 - idem, 1905) Pinheiro, Rafael Bordalo (Lisboa, 1846 - Lisboa, 1905) Rafael Bordalo Pinheiro
Raimundo Joaquim da Costa	COSTA, Raimundo Joaquim da (Lisboa 1778- Porto 1862) Raimundo Joaquim da Costa (1778-1862)
Raquel Roque Gameiro	Gameiro, Raquel Roque (Lisboa, 1889 - Lisboa, 1970) Raquel Roque Gameiro
Raúl Lino	Lino, Raúl (Lisboa, 1879 - Lisboa, 1974) Raúl Lino
Raúl Xavier	Xavier, Raul Xavier, Raul (Macau, 1894 - Lisboa, 1964) Xavier, Raul Maria (Macau, 1894 - Lisboa, 1964)

Ricardo Hogan	Hogan, Ricardo (1843-1890) Hogan, Ricardo (Lisboa, 1843 - 1891)
Roberto de Araújo	Araújo, Roberto (Lisboa, 1909 - 1969) Araújo, Roberto de (1909 - 1968) Araújo, Roberto de (Lisboa, 1908 - idem, 1969) Roberto Araújo
Rodin	Auguste Rodin; Pierre Rodin, Auguste (Paris, 1840 - Meudon, França, 1917)
Rodrigo dos Anjos Fernandes	Fernandes, Rodrigo dos Anjos Rodrigo dos Anjos Fernandes
Rudolfo Couto	Couto, Rodolfo Pinto de (Porto, 1888 - Porto, 1945) COUTO, Rodolfo Pinto do (1888-1945) Pinto do Couto, Rodolfo (? - 1945)
Ruy Gameiro	Gameiro, Ruy (Venteira, 1907 - Sintra, 1935) Gameiro, Ruy Roque (Amadora, 1907 - m. 1935) Gameiro, Ruy, (1907 - 1935)
Sá Nogueira	NOGUEIRA, Rolando SÁ (Lisboa, 1921 - idem, 2002) Sá Nogueira Sá Nogueira, Rolando (Lisboa, 1921- 2002)
Sarah Afonso	Afonso, Sarah (Lisboa, 1899 - Lisboa, 1970) Afonso, Sarah (1899 - 1983) Afonso, Sarah (Lisboa, 1899 - idem, 1989) Afonso, Sarah, Maria José Almada Negreiros, (Lisboa, 1899 - 1983)
Sebastião de Almeida	Almeida, Sebastião de Sebastião de Almeida
Severo Portela Júnior	Portela Júnior, Severo (Coimbra, 1898 - 1985) Portela Júnior, Severo (Coimbra, 1898 - Lisboa, 1985)
Silva Nogueira	Nogueira, Silva Silva Nogueira
Silva Porto	PORTO, António Carvalho da SILVA (Porto, 1850 - Lisboa, 1893) Porto, António Carvalho de Silva, (Porto, 1850 - 1893) Porto, Silva (Porto, 1850 - 1893)

	Silva Porto, António Carvalho (1850-1893) Silva Porto, António Carvalho da (Porto 1850 - Lisboa 1893)
Simão da Veiga	Veiga, Simão da (Lavre, Montemor-O-Novo, 1879 - Lisboa, 1963) Veiga, Simão da (n.1879, f.1963)
Simão Rodrigues	Simão Rodrigues Simão Rodrigues (1560-1628) Simão Rodrigues (c.1560-1628); Domingos Vieira Serrão (1570-1632)
Simões de Almeida (Júnior)	ALMEIDA (Júnior), José SIMÕES DE (Figueiró dos Vinhos, 1844 - Amadora, 1926) Almeida, Simões de (Figueiró dos Vinhos, 1844 - Lisboa, 1926)
Simon de Vos	VOS, Simon de (Antuérpia 1603 - 1676) Vos, Simon de, atribuído a
Sousa Pinto	Pinto, Sousa (Angra do Heroísmo, 1856 - França, 1939) Sousa Pinto, José Júlio de (1856-1939)
Stuart Carvalhais	Carvalhais, Stuart (Vila Real, 1887 - Lisboa, 1961) Stuart Carvalhais Stuart Carvalhais (Vila Real, 1887 - 1961)
Teixeira Lopes	LOPES, António Teixeira (V. N. Gaia 1866-1942) Lopes, Teixeira (Gaia, 1907 - 1992) Lopes, Teixeira (Vila Nova de Gaia, 1866 - Vila Nova de Gaia, 1942) Lopes, Teixeira, (1866 - 1942) Teixeira Lopes Teixeira Lopes, Antonio (1866-1942) Teixeira Lopes, António (n.1866; f.1942)
Tomás da Anunciação	Anunciação, Tomás da (Lisboa, 1818 - Lisboa, 1879) Anunciação, Tomas José da (1818-1879) Anunciação, Tomás José da (Lisboa, 1818 - idem, 1879)
Tomás de Mello	Mello, Thomaz de / Tom (Rio de Janeiro, 1906 - Oeiras, 1990) Thomaz de Mello
Vasco Fernandes	Fernandes, Vasco (Viseu 1475-1480 - Tomar 1542) Vasco Fernandes Vasco Fernandes (c.1475-1542) Vasco Fernandes (c.1475-1542); Henriques, Francisco (act.1508-1518)

Vieira da Silva	SILVA, Maria Helena VIEIRA DA (Lisboa, 1908 - Paris, 1992) Vieira da Silva, Maria Helena (Lisboa, 1908 - Paris, 1992)
Vieira Portuense	“Portuense” Francisco Vieira (1765-1805) Francisco Vieira (Vieira Portuense) Vieira Portuense, Francisco (1765-1805) (atrib.) Vieira Portuense, Francisco Vieira, dito Vieira Portuense, Francisco Vieira, dito, atribuído a
Virgínia Fróis	Fróis, Virgínia (Rio Maior, 1954 -) Virgínia Fróis
Virgínia Teixeira Peixoto	Peixoto, Virginia Teixeira Virginia Teixeira Peixoto
Wenceslau Cifka	Cicka, Wenceslau, (Tscheraditz, Boémia, 1811- Lisboa, 1883) CIFKA, Wenceslau Cifka, Wenceslau (1811-?) Cifka, Wenceslau (Tscheraditz-Boémia, 1811 - Lisboa, 1884) Wescslau Cifka

Anexo 11. Resultados de pesquisa no Matriznet. Síntese²⁶⁸

Termo pesquisa	Resultados de Pesquisa		
	Pesquisa Livre ²⁶⁹	Pesquisa orientada ²⁷⁰	Denominação/Título
Acessório	940	0	6
Acessórios	940	0	1
Adereço	605	0	157
Adereço de cena	0	0	4
Adereço de Traje	81	0	7
Adereços	525	0	148
Adereços de cena	8	0	0
Adereços de Traje	0	0	4
Adereços e objectos de adorno	517	517	0
Adorno	770	0	11
Adorno de cabeça ou de peito	0	0	1
Adorno de cabelo	0	0	2
Adorno de embira	0	0	0
Adorno de peito	0	0	5
Adorno pessoal	1	0	0
Adornos	427	0	0
Alfinete	25	0	99
Alfinetes	0	0	1
Anéis	30	0	0
Anel	8	0	337
Bijuteria	22	0	0
Bracelete	9	0	117
Brinco	5	0	112

²⁶⁸ Informação correspondente a pesquisas efectuadas em Março de 2007.

²⁶⁹ Resultado de pesquisa remete para o campo “Subcategoria”.

²⁷⁰ Resultado de pesquisa remete para o campo “Categoria”.

Brincos	5	0	17
Cinturão Adorno	0	0	14
Objectos de adorno	525	0	0
Objectos de uso pessoal	19	0	0
Par de brincos	0	0	7
Pulseira	1	0	24
Pulseiras	1	0	1
Agrafo	3	0	3
Agrafos	3	0	0
Agrícolas	36	0	0
Agricultura	21	0	10
Alfaia agrícola	224	224	0
Objectos agrícolas	11	224	0
Aquarela	14	0	1
Album de fotografias	1	0	17
Alfaia	298	0	0
Alfaia agrícola	224	224	0
Alfaias	74	0	0
Alfaias de Igreja	2	0	0
Alfaias Domésticas	32	0	0
Alfaias religiosas	40	0	0
Alfaias de Igreja	2	0	0
Alfaias religiosas	40	0	0
Paramentaria	242	0	0
Paramento	0	0	6
Vestes de imagem	28	0	0

Ânfora	1	0	63
Arma	557	0	167
Armamento	2	0	0
Armas	480	478	69
Branças	40	0	9
Arquitectura	404	265	82
Desenho Arquitectura	34	0	1
Desenho de arquitectura	1	0	1
Elemento arquitectónico	0	0	3
Elemento de arquitectura	35	0	1
Fragmento arquitectónico	0	0	4
Desenho	2329	2326	98
Arreio	148	0	95
Arreios	113	0	4
Atavios	0	0	1
Atavios Equestres	70	0	0
ARTE SACRA	1	0	0
Sacra	1	0	55
Artefacto	1	0	0
Artefacto decorado em osso	0	0	0
Artefactos	0	0	0
Artefactos ideotécnicos	302	302	0
Azulejo	4	0	2189
Azulejos	0	0	874

Painel de azulejos	0	0	840
Bandeira	2	0	19
Bandeiras	2	0	0
Brinquedo	109	0	4
Brinquedos	109	109	1
Caixa	2	0	104
Caixas	2	0	0
Capitéis	8	0	7
Capitel	0	0	46
Caricatura	205	0	229
Caricaturas	0	0	2
Desenho caricaturado	1	0	1
Cartaz	182	0	186
Cerâmica	6265	5395	399
Cerâmica campaniense	4	0	0
Cerâmica comum	230	0	43
Cerâmica de construção	3	0	0
Cerâmica de engobe	3	0	2
Cerâmica de revestimento	2254	0	0
CERÂMICA EUROPEIA	2	0	0
Cerâmica fina	73	0	28
Cerâmica Grega	16	0	3
Cerâmica pintada	2	0	1
Cerâmica utilitária	805	805	1
Cerâmicas	47	0	311

de Revestimento	2309	0	5
Decorativa	11	0	19
Escultura cerâmica	63	0	6
Fragmento cerâmico	0	0	0
Fragmento de cerâmica	0	0	4
Materiais de Construção	68	0	0
Materiais de revestimento	15	0	0
Peça cerâmica	0	0	5
Placa de revestimento	0	0	3
Vulto redondo	74	0	0
Científicos	16	0	0
Instrumentos Científicos	12	12	0
Instrumentos e Utensílios	1036	1036	0
Civil Feminino	39	0	0
Civil Masculino	51	0	0
Roupa Interior	54	0	0
Traje	2576	2556	271
Traje civil	605	0	0
Traje de cena	222	0	1
Traje eclesiástico	1	0	0
Traje feminino	0	0	25
Traje masculino	51	0	11
Traje Militar	26	0	0
Traje Ocupacional	340	0	0
Colcha	77	0	68
Colchas	62	0	0
Cortina	25	0	28
Cortinas	20	0	0

Construção naval	1	0	1
Embarcação	0	0	4
Embarcações	50	0	2
Epigrafia	354	353	354
Aves e Utensílios de Cobre	0	0	1
Equipamento Militar	91	0	0
Equipamento	1359	0	0
Equipamentos e Utensílios	1054	1054	0
Indústria	128	0	1
Indústria lítica	7	77	0
Industriais	51	0	0
Instrumentos e Utensílios	1036	1036	0
Lítico	505	0	228
Líticos	505	0	0
Ut.líticos e subprod. de talhe	0	502	0
Utensilagem doméstica	261	0	0
Utensílios	2091	0	4
Utensílios de cozinha	0	0	3
Utensílios líticos	1	0	0
Esboço	3	0	11
Escultura	2230	2165	160
Escultura cerâmica	63	0	6
Escultura de vulto	0	0	77
Escultura decorativa	7	0	0
ESCULTURA ORNAMENTAL	0	0	6
Escultura relevos	9	0	0
Suporte ou fragmento de escultura.	0	0	1

Documentação	158	0	0
Documentação gráfica	158	0	0
Documentos	0	1	0
Documentos Pessoais	7	0	0
Espólio Documental	501	501	0
Base de estátua	0	0	7
Cabeça de Estátua	0	0	2
Estátua	0	0	53
Estátua feminina	0	0	4
Estátua masculina	0	0	3
Estátua militar. Fragmento	0	0	2
Estatueta	1	0	192
Fragmento de estátua	0	0	4
Pedestal de estátua/A Endovélico	0	0	2
Estuque	17	0	17
Estuque figurado	0	0	1
Estuque modelado	0	0	2
Estuque moldado	0	0	14
Estuques	17	0	1
Estuques e pintura mural	17	0	0
Estuques moldado	0	0	1
Fragmento de pintura mural	0	0	5
Grupo Pintura mural	0	0	0
Pintura Mural	39	0	35
Faiança	284	0	3
Faianças, cristais, relógio e corrente	0	0	1
Fragmento de faiança	0	0	1
Projecto/Porcelana-Faiança-Vidro	0	0	1

Fiação	25	0	0
Placa de tecelagem	0	0	6
Placas de Tecelagem	0	0	2
Tecelagem	31	0	89
Tecido	12	0	30
Tecidos	12	0	0
Tecnologia Têxtil	227	227	0
Têxteis	685	685	0
Têxtil	227	0	0
Telão	16	8	17
Telão para cenário	16	0	13
Fíbula	25	0	69
Fibulas	0	0	0
Figura	201	0	287
Figura avulsa	0	0	1
Figura de Homem	0	0	8
Figura de mulher	0	0	7
Figura feminina	0	0	19
Figura masculina	0	0	14
Figurado de barro	0	97	0
Figurado em barro	0	0	0
Figurinha antropomórfica	0	0	1
Fotografia	399	398	217
Fotografia de cena	20	0	28
Fotografias	1	0	2
Frasco	435	0	488
Frasco de chá	0	0	5

Frasco de perfume	0	0	1
Frasco de Rapé	0	0	435
Frasco do mel	0	0	0
Frasco licoreiro	0	0	1
Frasco para álcool (2)	0	0	1
FRASCO POLICROMADO	0	0	1
Frascos	435	0	42
Frascos de chá	0	0	1
Frascos de Rapé	0	435	40
FRASCOS-GARRAFA (PAR)	0	0	1
Grafito	0	0	3
Grafitos	1	0	1
Gravura	259	259	8
Higiene	51	0	0
Higiene, Manutenção e Limpeza	5	0	0
Objectos de cuidado e higiene pessoal	5	0	0
Saúde e Higiéne do Corpo	41	0	0
Iconografia	97	0	0
Iconografia Musical	43	0	0
Contentores de iluminação	2	0	0
Iluminação	126	124	0
Inscrição	2	0	32
Inscrição funerária	0	0	11
Inscrição votiva	2	0	0
Placa funerária/Inscrição funerária	0	0	0

Insígnia	17	0	10
Insígnias e Distintivos	17	0	0
Instrumento de corte	0	0	0
Instrumento de debulha	0	0	0
instrumento de ferreiro	0	0	0
Instrumento de tratamento de fibras	0	0	0
Instrumento de tratamento do vinho	0	0	0
Instrumento de uso animal	0	0	0
Instrumento para cortar cabedal	0	0	1
Instrumentos de acarreo humano	0	0	0
Instrumentos de colheita de cereais	0	0	0
Instrumentos de colheita de frutos e tubérculos	0	0	0
Instrumentos de corte e manuseio de forragens	0	0	0
Instrumentos de escrita	0	0	0
Instrumentos de limpeza de cereais	0	0	0
Instrumentos de mobilização da terra	0	0	0
Instrumentos de poda e enxertia	0	0	0
Instrumentos de rega e monda	0	0	0
Instrumentos de sementeira	0	0	0
Instrumentos musicais	894	894	1
Joalharia	222	222	0
Jóia	0	0	5
Jóias	0	0	3
Ourivesaria	1590	1590	0
Ouro	0	0	100
Prata	1	0	11
PRATARIA	1	1	0
Jogo	19	0	100

Epigrafia latina	137	0	0
Epigrafia pré-latina	3	0	0
Latina	213	0	0
Latina cristã	0	0	0
Pré-latina	6	0	0
Livro	6	0	1083
Livros	0	0	0
Lucerna	36	0	186
Lucernas	33	0	3
Machado	1	0	167
Maqueta	0	0	3
Maquete	346	0	339
Maquete 3D	25	0	21
Maquetes	343	343	2
Medalha	0	0	51
Medalhão	0	0	23
Medalhística	32	32	0
Meios de Transporte	359	359	0
Transporte	51	0	2
Transportes	410	51	2
Transportes de tracção animal	5	0	0
Veículos	101	0	2
Veículos de Tracção Animal	94	0	0
Veículos de Tracção Humana	7	0	0

Metais	92	92	0
Metal	82	0	100
Mineração e Metalurgia	78	78	0
Vasos Metálicos e Ferragens	0	0	0
Miniatura	60	0	97
Miniaturas	17	0	1
Mobiliário	713	639	0
Moeda	115	0	249
Moedas	0	0	1
Numismática	575	574	105
Mosaico	28	0	70
Mosaicos	26	0	0
Objectos de auxílio/ conforto pessoal	0	0	0
Objectos de uso decorativo	0	0	0
Objectos de uso ritual	87	87	0
Objectos decorativos	0	0	0
objectos pessoais	0	0	0
Outros objectos	34	0	0
Papiro	1	0	1
Papiros	0	0	0
Parapeito	1	0	2
Parapeitos	1	0	0
Pedra	38	0	107
Pedras	29	0	2

Pesca	26	26	66
Piscatórios	19	0	0
Medida	43	0	10
Medidas	35	0	0
Metrologia	15	0	0
Metrológicos (de peso e medida	8	0	0
Peso	43	0	143
Pesos	35	0	2
Pesos e medidas	35	0	0
Pingente	5	0	10
Pingentes	5	0	0
Pintura	3909	3869	67
Placa	17	0	226
Placa cerâmica	16	0	0
Placa comemorativa	0	0	5
Placa de revestimento	0	0	3
Placa de tecelagem	0	0	6
Placa de xisto	0	0	17
Placa decorativa	0	0	7
Placa Figurativa	0	0	0
Placa funerária	0	0	20
Placa Heráldica	0	0	1
Placa honorífica	0	0	1
Placa Sepulcral	0	0	1
Placa Toponímica	0	0	2
Placa votiva/Inscrição votiva	0	0	0
Placas	0	0	20

Porcelana	66	0	3
PORCELANA CHINESA	42	0	0
PORCELANA EUROPEIA	6	0	0
Portuguesa	11	0	61
VIDRARIA PORTUGUESA	1	0	0
Programa	126	0	132
Programas	0	0	0
Retrato	49	0	701
Retratos	0	0	7
Objectos de uso ritual	87	0	0
Rituais	101	0	0
Ritual	277	190	0
Selo	3	0	24
Selos	3	0	3
Selos e Sinetes	3	0	0
Sinete	3	0	8
Sepultura	2	0	24
Sepulturas	0	0	1
Impressões sigilares	10	0	0
Matriz sigilar	0	0	6
Sigilar	10	0	10
Sigillata	17	0	45
Terra Sigillata	8	0	20
Terracotas	6	6	0

Bandeja	2	0	6
Bandejas	2	0	0
Tabuleiro	2	0	12
Tabuleiros	2	0	1
Talha	127	0	76
Talhas	0	0	0
Tapeçaria	53	0	5
Tapete	15	0	22
Tapetes	15	0	0
Telão	16	8	17
Teliz	3	0	41
Telizes	3	0	0
Vidraça	0	0	3
VIDRARIA EUROPEIA	1	0	0
VIDRARIA PORTUGUESA	1	0	0
Vidraria	49	0	0
Vidro	0		137
Vidros	375	375	129

Anexo 12. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: nº de objectos informatizados

Museu	CMGJ	GNCT	MRQM	CMMOS	COAC	MVPT	RVMN
Nº de objectos informatizados	805	2535	58	547	328	245	857
Total	5375						

Anexo 13. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: Grupos de Informação utilizados pelos diferentes espaços museológicos, pelo menos uma vez

Categorias de Informação	CMGJ	GNCT	MRQM	CMMOS	COAC	MVPT	RVMN
Data Registo	x	x	x	x	x	x	x
Descrição	x	X	x	x	x	x	X
Designação	x	X	x	x	x	x	X
Nº Inventário	x	X	x	x	x	x	X
Autor	x			x	x	x	X
Título	x			x	x		X
Caracterização	x						X
Categoria	x	X	x	x	x	x	X
Classificação	x	X		x	x		X
Colecção	x	X	x	x	x		X
Cor	x			x	x		X
Cronologia	x	X			x	x	X
Departamento	x			x	x	x	
Designação	x	X		x	x		X
Direitos				x	x		
Disposição Legal	x						
Movimentos	x			x	x	x	X
Época	x		x	x	x	x	

Escola	x	X		x	x		
Estado	x	X	x	x	x	x	X
Estilo	x			x	x		
Função	x				x	x	X
Grupo	x						
Iconografia	x						
Incorporação	x		x	x	x	x	X
Inscrição	x			x	x		X
Inspiração							
Inventariante	x	X		x			X
Localização	x	X	x	x	x	x	X
Marca	x		x	x	x	x	
Material	x	x	x	x		x	X
Medidas	x	x	x	x	x	x	X
Numeração		x	x	x	x	x	X
Originalidade	x			x			
Peso	x	x					
Produção	x						X
Técnica	x	x			x		X

Anexo 14. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: Grupos de Informação mais utilizados pelos diferentes espaços museológicos

Categorias de Informação	CMGJ	GNCT	MRQM	CMMOS	COAC	MVPT	RVMN
Data Registo	X	X	X	X	X	X	X
Descrição	X	X	X	X	X	X	X
Designação	X	X	X	X	X	X	X
Nº Inventário	X	X	X	X	X	X	X
Autor	X			X	X	X	X
Categoria	X	X	X	X	X	X	X
Classificação	X	X		X	X		X
Colecção	X	X	X	X	X		X
Cronologia	X	X			X	X	X
Designação	X	X		X	X		X
Movimentos	X			X	X	X	X
Época	X		X	X	X	X	
Estado	X	X	X	X	X	X	X
Incorporação	X		X	X	X	X	X
Localização	X	X	X	X	X	X	X
Marca	X		X	X	X	X	
Material	X	X	X	X		X	X
Medidas	X	X	X	X	X	X	X
Numeração		X	X	X	X	X	X

Anexo 15. Museus Municipais da Câmara Municipal do Porto: Grupo de Informação Específica “Cronologia”. Critérios de preenchimento do campo “Cronologia_texto”, ao nível da morfologia e da sintaxe

Museu	Nº Inventário	Cronologia / Texto
GNUM	06477	1786
RVMN	VR.951.RP2	08-01-1925
GNUM	G.04427	1130-1162
GNUM	04333	15 Maio 392-17 Janeiro 395
CMGJ	057	1ª Metade séc. XIX
CMGJ	151	1º Quartel do séc. XVII
GNUM	04332	25 Agosto 383-28 Agosto 388 ou 28 Agosto 388-Primavera 393
GNUM	04331	25 Agosto 383-Verão 387
GNUM	03282	300-3 (?)
CMGJ	358	Alemanha (?) XVII-XVIII
CMGJ	407	Alemanha Central e do Sul, séc XV / XVI
CMGJ	337	Arte Hispano-Flamenga, séc. XVI
CMGJ	538	Arte Indo-Portuguesa, Índia, séc. XVI.
CMGJ	536	Arte Nambam, período Momoyama, Japão, ca. 1590, séc. XVI.
GNUM	03272	c. 298-9
CMGJ	186	China. Dinastia Ch'ing. Kangxi. Fim do séc. XVII/ inícios do séc. XVIII
CMGJ	214	China do Sul (Fukião). Dinastia Ch'ing. finais do séc. XVII
CMGJ	357	Espanha (?), Portugal (?), séc. XVII
CMGJ	420	Espanha, estilo gótico-mudéjar, séc. XVI (2ª metade)
CMGJ	454	Espanha, modelo do final séc. XVII
CMGJ	002 CMGJ	Hispano-Árabe
CMGJ	019 CMGJ	Hispano-árabe, oficina de Aragão, finais do século XVI
CMGJ	173	Meados do séc. XVIII
CMGJ	222	Porto, 2ª metade do séc. XVIII (1768 - 1784)
CMGJ	352	Portugal (?)
CMAC	93.93.318	Século XIX

CMGJ	163	Século XVIII (1770-1790)
CMGJ	138	Século XVIII (c. 1700)

Anexo 16. Lista de valores a usar no contexto da aplicação InArte Premium

Tabela Auxiliar : Código Postal			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Entidades	Autores, Colaboradores, Intervenientes, Inventariantes, Seguradoras, Proprietários, Outras Entidades		
Fonte: <u>CTT (www.ctt.pt)</u>			
Notas: Deverá ser utilizado o Código Postal constituído por quatro dígitos, disponibilizado no site indicado.			

Tabela Auxiliar : Local Administrativo (exemplo para o Distrito do Porto)

Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Produções	Local Administrativo
- Portugal - Portugal/Porto - Portugal/Porto/Amarante - Portugal/Porto/Baião - Portugal/Porto/Felgueiras - Portugal/Porto/Gondomar - Portugal/Porto/Lousada - Portugal/Porto/Maia - Portugal/Porto/Maia - Portugal/Porto/Marco de Canaveses - Portugal/Porto/Matosinhos - Portugal/Porto/Paços de Ferreira - Portugal/Porto/Paredes - Portugal/Porto/Penafiel - Portugal/Porto/Porto - Portugal/Porto/Porto/Bonfim - Portugal/Porto/Porto/Campanhã - Portugal/Porto/Porto/Cedofeita - Portugal/Porto/Porto/Foz do Douro - Portugal/Porto/Porto/Lordelo do Ouro - Portugal/Porto/Porto/Massarelos - Portugal/Porto/Porto/Miragaia - Portugal/Porto/Porto/Paranhos - Portugal/Porto/Porto/Ramalde - Portugal/Porto/Porto/Santo Ildefonso - Portugal/Porto/Porto/São Nicolau - Portugal/Porto/Porto/Sé - Portugal/Porto/Porto/Vitória - Portugal/Porto/Póvoa do Varzim - Portugal/Porto/Santo Tirso - Portugal/Porto/Trofa - Portugal/Porto/Valongo - Portugal/Porto/Vila do Conde - Portugal/Porto/Vila Nova de Gaia			

Fonte: BARREIRA, Domingos (1987), Novo Dicionário Coreográfico

Notas: O local administrativo deverá ser indicado de acordo com o seguinte formato: País/Distrito/Concelho/Freguesia/Lugar.

Tabela Auxiliar : Localidade			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Entidades	Autores, Colaboradores, Inventariantes, Seguradoras, Proprietários, Outras Entidades		
- Caminha - Porto - Vila Nova de Gaia			
Fonte: Fonte: BARREIRA, Domingos (1987), Novo Dicionário Coreográfico			

Tabela Auxiliar : País			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Eventos	Exposições	Locais	País
Entidades	Autores		País
Entidades	Inventariantes		País
Entidades	Seguradoras		País
Entidades	Proprietários		País
Entidades	Outras Entidades		País
- Europa - Europa/Portugal - África/Angola			
Fonte : Getty Thesaurus of Geographic Names (http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/tgn/)			
Notas: O país deverá ser indicado de acordo com o seguinte formato: Continente/País.			

Tabela Auxiliar : Análise			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Eventos	Conservação	Análises	Tipo de análise
- Electrónica - Electrónica/raio X - Electrónica/exames microscópicos - Electrónica/difracção por raio X - Electrónica/espectrometria de fluorescência de raio X - Electrónica/análise por activação com neutrões - Mecânica - Química - Visual			
Fonte: Conservation Online: http://palimpsest.stanford.edu/			

Tabela Auxiliar : Audiovisual			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Documentos	Audiovisual		Tipo de documento
- Videogramas - Documentos musicais			
Fonte : FIAF – Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (http://www.fiafnet.org) IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions (www.ifla.org)			

Tabela Auxiliar : Autoria			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Autorias	Autor
- Arquitecto - Arquivista - Artesão - Bronzista - Capitelador - Ceramista - Desenhador - Designer - Dourador - Engenheiro - Ensamblador - Entalhador - Escultor - Estatuário - Estofador - Executante - Fotógrafo - Fundidor - Gravador - Ilustrador - Joalheiro - Louceiro - Modelador - Oleiro - Operador - Ourives - Pintor - Projectista - Vidrador			
Fonte : « Occupations Thesaurus » - Australian Register of Archives and Manuscripts (2002) Notas: O tipo de autoria deverá ser sempre mencionado no singular.			

Tabela Auxiliar : Bibliografia			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Documentos	Bibliografia		Tipo de documento
- Anexo - Antologia - Apêndice - Apostilha - Atlas - Catálogo - Catálogo/Catálogo de exposições - Dicionário - Dicionário/Dicionário alfabético - Dicionário/DicionárioBilingue - Dicionário/Dicionário biográfico - Dicionário/Dicionário de antónimos - Dicionário/Dicionário de sinónimos - Dicionário/Dicionário enciclopédico - Dicionário/Dicionário geográfico - Dicionário/Dicionário técnico - Enciclopédia - Glossário - Gramática - Guia - Inventário - Livro - Livro/Livro acéfalo - Livro/Livro anepigráfico - Livro/Livro anónimo - Livro/Livro científico - Livro/Livro científico e técnico - Livro/Livro de ensino - Livro/Livro de ficção - Livro/Livro de histórias - Livro/Livro de notas - Livro/Livro-diário - Livro/Livro didáctico - Manual - Memorando - Memórias - Miscelânea - Monografia (verificar livro/monografia) - Obra em fascículos (confirmar) - Prontuário - Roteiro - Seminário Periódicos - Almanaque - Anais - Anuário - Boletim			

- Boletim/Boletim bibliográfico
- Boletim/Boletim informativo
- Calendário
- Diário
- Fascículo
- Folhetim
- Folheto
- Gazeta
- Jornal
- Magazine
- Revista
- Separata
- Série
- Suplemento

Tabela Auxiliar : Categoria

Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Categorias	Tipo de categoria
- Armas - Brinquedos - Cerâmica - Cerâmica/Faiança - Cerâmica/Grés - Cerâmica/Porcelana - Cerâmica/revestimento - Cerâmica/Terracota - Desenho - Epigrafia - Escultura - Espólio documental - Fotografia - Gravura - Instrumentos - Instrumentos/científicos - Instrumentos/domésticos - Instrumentos/musicais - Medalhística - Metais - Mobiliário - Numismática - Ourivesaria - Pintura - Têxteis - Traje - Utensílios - Vidros			
Fonte : Normas de Inventário do IPM/IMC			

Tabela Auxiliar : Classificação			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Classificações	Classificação
- Funcional - Aquecimento - Arma - Arma/branca - Arma/de fogo - Arma/de protecção - Arma/projectil ou munição - Artefactos lúdicos - Artefacto lúdicos/brinquedo - Artefactos lúdicos/jogo - Cerâmica - Cerâmica/revestimento - Consumo alimentar - Consumo alimentar/armazenamento - Consumo alimentar/preparação - Consumo alimentar/serviço - Consumo alimentar/transporte - Iluminação - Instrumento - Instrumento/corte - Instrumento/cálculo - Instrumento/medida - Instrumento/medida/ângulo - Instrumento/medida/área - Instrumento/medida/comprimento - Instrumento/medida/densidade - Instrumento/medida/força - Instrumento/medida/peso - Instrumento/medida/pressão - Instrumento/medida/temperatura - Instrumento/medida/tempo - Instrumento/medida/volume - Instrumento/escrita - Instrumento/desenho - Instrumento/pintura - Organológica - Aerofone - Aerofone/instrumento de sopro - Aerofone/livre - Cordofone - Cordofone/complexo - Cordofone/simples ou cítara - Idiofone - Idiofone/belisco - Idiofone/fricção - Idiofone/percussão - Idiofone/sopro - Membranofone - Membranofone/belisco - Membranofone/fricção - Membranofone/percussão - Técnica - Tipológica			

- Mobiliário
- Mobiliário/de repouso
- Mobiliário/de pousar
- Mobiliário/de conter
- Mobiliário/de escrita, leitura, desenho
- Mobiliário/de higiene
- Mobiliário/de função combinada ou transformável
- Mobiliário/integrada na arquitectura
- Mobiliário/acessório de adorno e serviço doméstico
- **Têxteis**
- Têxtil/alfaia doméstica
- Têxtil/paramentaria
- Traje
- Traje/acessórios
- Traje/casçado
- Traje/traje civil
- Traje/traje militar

Tabela Auxiliar : Colecção

Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Colecções	Tipo de colecção
- Cerâmica - Fotografia - Gravura - Metais - Mobiliário - Numismática - Ourivesaria - Vidros			
Notas : O tipo de colecção é definido em função dos seguintes critérios : - Categoria dos objectos ; - Tipo de incorporação dos objectos (ex. designação da colecção atribuída em função do nome do doador)			

Tabela Auxiliar : Cor

Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Cores	Cor
Fonte : international Colour Consortium (www.icc.org)			

Tabela Auxiliar : Departamento			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Departamentos	Departamento
- Departamento de Museus e Património Cultural			
Nota: O Departamento identificado corresponde ao departamento responsável pelos diferentes espaços museológicos da Câmara Municipal do Porto.			

Tabela Auxiliar : Designação			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Designações	Tipo de designação
- Atribuída pelo autor - Científica - Comercial - Comum - Formal - Funcional - Local - Popular - Técnica			

Tabela Auxiliar : Designação do objecto			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Designações	Designação
- Açucareiro - Alfineteira - Alguidar - Almofariz - Armário - Almofariz - Almotolia - Aplique - Arca - Areeiro - Armário - Arrolhadeira - Azeitoneira - Azulejo - Bacia - Bandeja - Bilha - Boião - Bufete - Bule - Cabaça - Cachepot - Caçoila - Cadeira - Cafeteira - Caixa - Cálice - Campainha - Canapé - Candeeiro - Candeia - Candelabro - Caneca - Cântaro - Cantil - Capacete - Carimbo - Casaca - Castiçal - Chávena - Cheque - Cinzeiro - Cofre - Colher - Coluna - Cómoda - Contador - Copo - Cruz - Desconhecida - Desenho - Escudela			

- Estante
- Estrado
- Fato
- Ferro
- Floreira
- Folha
- Fotografia
- Frasco
- Fruteira
- Galheteiro
- Garrafa
- Garrafão
- Gaveta
- Gomil
- Gravura
- Jarra
- Lanterna
- Lápis
- Leiteira
- Leque
- Letra bancária
- Litografia
- Louceiro
- Lunetas
- Medalha
- Mesa
- Moeda
- Molheira
- Moringa
- Nota bancária
- Oratório
- Paliteiro
- Palmatória
- Papeleira
- Perfumador
- Pintura
- Pires
- Placa
- Pote
- Prato
- Púcaro
- Recibo
- Retábulo
- Retrato
- Saboneteira
- Salva
- Sertã
- Sinete
- Taça
- Talha
- Tampa
- Terrina
- Tigela
- Travessa
- Vaso

Notas : A designação dos objectos deve ser feita no singular e sem a utilização de artigos. As designações apresentadas corresponde maos objectos que nos foi possível identificar a partir do inventário informatizado existente.

Tabela Auxiliar : Disposição Legal			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Disposições-legais	Disposição-legal
- Carta de doação - Decreto-Lei - Deliberação Camarária - Informação - Norma interna - Protocolo			

Tabela Auxiliar : Entidade			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Entidades	Outras entidades	Entidade	
- Agência - Agência/publicidade - Administração Central - Administração Local - Administração Local/Câmara Municipal - Administração Local/Junta de Freguesia - Arqueólogo - Arquitecto - Arquivo - Arquivo/Distrital - Arquivo/Municipal - Associação - Autor - Biblioteca - Biblioteca/Nacional - Biblioteca/Distrital - Biblioteca/Municipal - Biólogo - Botânico - Colaborador - Coleccionador de arte - Colector - Comissário - Coordenador - Conservador - Crítico de arte - Director - Distribuidor - Doador - Editor - Emissor - Empresa - Empresa/arqueologia			

- Empresa/artes gráficas
- Empresa/conservação e restauro
- Empresa/transportes de obras de arte
- Ensino
- Ensino/profissional
- Ensino/superior
- Ensino/básico
- Ensino/secundário
- Fabricante
- Fornecedor
- Fotógrafo
- Galeria de arte
- Fundação
- Historiador
- Imprensa
- Imprensa/jornal
- Intérprete
- Interveniente
- Inventariante
- Investigador
- Joalheiro
- Laboratório
- Museólogo
- Museógrafo
- Museu
- Oficina
- Organizador
- Proprietário
- Responsável
- Restaurador
- Segurador
- Solicitante
- Técnico de restauro
- Tradutor
- Transportadora

Tabela Auxiliar : Época			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Épocas	Época
- Proto-História - Proto-História/Idade do Bronze - Proto-História/Idade do Bronze/Inicial - Proto-História/Idade do Bronze/Médio - Proto-História/Idade do Bronze/ Final - Proto-História/Idade do Ferro - Proto-História/Idade do Ferro/1ª - Proto-História/Idade do Ferro/2ª - Romano - Romano/República - Romano/Império - Romano/Alto Império - Romano/Baixo Império - Medieval - Medieval/Alta Idade Média - Medieval/Islâmico - Medieval/Cristão - Medieval/Baixa Idade Média - Moderno - Contemporâneo - Indeterminado			
Fonte : IPA/IGESPAR (adaptado)			

Tabela Auxiliar : Escola			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Escolas	Escola
- Escola Alemã - Escola Coimbra - Escola de Ashcan - Escola de Barbizon - Escola de Mafra - Escola de Northwest - Escola de Paris - Escola do Danúbio - Escola Espanhola - Escola Flamengo - Escola Francesa - Escola Holandesa - Escola Inglesa - Escola Italiana - Escola Portuguesa			

Tabela Auxiliar : Estado			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Estados	Estado
Eventos	Conservação	Estados	
Estado		Definição	
Conservação/Muito bom		Objecto em perfeito estado de conservação.	
Conservação/Bom		Objecto em bom estado de conservação (materiais estabilizados), mas que pode apresentar alguma(s) lacuna(s) ou falha(s).	
Conservação/Regular		Objecto que apresenta lacuna(s) ou falha(s) e que necessita de intervenções de conservação e/ou restauro, ou fragmento de peça permitindo uma restituição do original	
Conservação/Deficiente		Objecto com problemas ao nível da conservação, sendo urgente uma intervenção.	
Conservação/Mau		Objecto que apresenta sérios problemas de conservação.	
Forma/Fracturada		Objecto que apresenta a separação total ou parcelar de partes da sua estrutura, resultante de um choque físico ou da fissuração interna da pasta.	
Forma/Íntegra		Objecto que se apresenta de forma integral.	
Forma/Mutilada		Objecto que se apresenta de forma incompleta.	
Forma/Rasgada		Objecto que se apresenta com fracturas.	
Função/Operacional		Objecto que mantém a sua função intacta.	
Função/Não operacional		Objecto cuja função não se encontra operacional.	

Tabela Auxiliar : Estilo			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Estilos	Estilo
- Abstracionismo - Arte Conceptual - Art Brut - Art Déco - Art Figurativa - Art Nouveau - Arts and Crafts - Barroco - Bauhaus - Classicismo - Construtivismo - Cubismo - Dada - Desconstrutivismo - Existencialismo - Expressionismo - Fauvismo - Fluxus - Folk Art - Fotorealismo - Futurismo - Gótico - Graffiti Art - Impressionismo - Jugendstil - Maneirismo - Medieval - Minimalismo - Modernismo - Nabis - Neoclássicismo - Neoexpressionismo - Neoplasticismo - Op-Art - Pontilismo - Pop-Art - Pós-Impressionismo - Pós-Modernismo - Pré-Rafaelistas - Rayonismo - Realismo - Renascimento - Rococó - Romantismo - Situacionismo - Surrealismo - Simbolismo			
Fonte : Artmovements – www.artmovement.co.uk			

Tabela Auxiliar : Exposições			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Eventos	Exposições	Tipo de exposições	
- Externa - Externa/Permanente - Externa/Temporária - Interna - Interna/Permanente - Interna/Temporária - Itinerante - Venda			

Tabela Auxiliar : Formato			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Formatos	Formato
Documentos	Material Gráfico	Formato	
- Digital - Digital/Bit-mapped/GIF - Digital/Bit-mapped/JPEG - Digital/Bit-mapped/PNG - Digital/Bit-mapped/TIFF - Digital/Imagens Vectoriais/SVG - Digital/Imagens Vectoriais/SWF - Digital/Imagens Vectoriais/AI - Digital/Metafiles/CGM - Digital/Metafiles/EPS - Digital/Metafiles/PDF - Papel - Papel/A0 - Papel/A1 - Papel/A2 - Papel/A3 - Papel/A4 - Papel/A5 - Papel/A5 - Vídeo - Vídeo/8mm - Vídeo/Beta - Vídeo/Vhs			
Fonte : Tasi – Technical Advisory Service for Images (www.tasi.ac.uk)			

Tabela Auxiliar : Função			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Funções	Função
- Alegórica - Caricatural - Comemorativa - Científica - Decorativa - Documental - Informativa - Lúdica - Utilitária - Utilitária/aforro de economias - Utilitária/armazenamento de líquidos - Utilitária/armazenamento de sólidos - Utilitária/conservação de alimentos - Utilitária/cozedura de alimentos - Utilitária/cultivo de plantas - Utilitária/higiene pessoal e íntima - Utilitária/limpeza - Utilitária/preparação de alimentos - Utilitária/recolha de cinzas - Utilitária/serviço de alimentos - Utilitária/serviço de líquidos - Utilitária/transporte de líquidos			

Tabela Auxiliar : Grafias			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Fundo documental	Grafia
		Inscrições	Grafia
		Marcas	Grafia
- Cursiva - Maiúscula - Manuscrita - Minúscula - Relevada			

Tabela Auxiliar : Gráfico			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Documentos	Material Gráfico	Tipo de documento	
- Album - Album/Álbum de banda desenhada - Álbum/Álbum de recortes - Álbum/Álbum de viagens - Banda desenhada - Cartaz - Desdobrável - Estampa - Estampa/Estampa com papel de seda - Estampa/Estampa dobrada - Estampa/Estampa dupla - Estampa/Estampa sobreposta - Estampa/Estampa solta - Fotografia - Ilustração - Ilustração/Ilustração animada - Ilustração/Ilustração antropomórfica - Ilustração/Ilustração arquitectural - Ilustração/Ilustração didáctica - Ilustração/Ilustração figurativa - Ilustração/Ilustração fitomórfica - Ilustração/Ilustração geométrica - Ilustração/Ilustração ictiomórfica - Ilustração/Ilustração naturalista - Ilustração/Ilustração ifiomórfica - Ilustração/Ilustração ornitológica - Ilustração/Ilustração zoomórfica - Legenda - Livro - Livro/Livro de estampas			

- Livro/Livro de fotografias
- Livro/Livro de histórias ilustrado
- Livro/Livro iconográfico
- Livro/Livro de gravuras
- Livro/Livro ilustrado
- Planta
- Projecto
- Quadro

Tabela Auxiliar : Iconografia

Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Iconografias	Identificação
- Representação alegórica - Representação antropomórfica - Representação de cenas - Representação de espaços - Representação fitomórfica - Representação geométrica - Representação pagã - Representação religiosa - Representação zoomórfica			

Tabela Auxiliar : Idioma			
Módulo	Tarrefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Fundo documental	Idioma
		Inscrições	Idioma
		Marcas	Idioma
- Alemão/de - Árabe/ab - Bengali/bn - Catalão/ca - Chinês/zh - Coreano/ko - Espanhol/es - Francês/fr - Grego/el - Hebraico/he - Holandês/nl - Inglês/en - Italiano/it - Japonês/ja - Latim/la - Português/pt - Russo/ru - Ucrainiano/uk			
Fonte : International Standards Organization (www.iso.org) ISO 639.1 – Codes for the Representation of Names of Languages			

Tabela Auxiliar : Incorporação			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Incorporações	Tipo de incorporação
Tipo de incorporação		Definição	
Achado		Coisa móvel que nunca teve dono ou que foi abandonada, perdida ou escondida pelo seu proprietário, que, por via da ocupação, passou a integrar o património de outrem	
Afectação permanente		Incorporação do objecto no espólio do Museu, com carácter permanente.	
Compra		Contrato pelo qual se opera a transmissão do direito de propriedade sobre uma coisa ou da titularidade de um direito a favor de um sujeito – comprador -, que procede ao pagamento de um preço ao titular do direito - vendedor	
Dação em pagamento		Acordo de vontades entre credor e devedor, por meio do qual o primeiro concorda em receber do segundo, para exonerá-lo da dívida, prestação diversa da que lhe é devida	
Doação		Contrato pelo qual um sujeito dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício de outro sujeito, que a aceita	
Herança		Bens, propriedades, direitos ou obrigações transmitidos por disposição testamentária ou por via de sucessão	
Legado		O legado é a doação feita em testamento, ou seja, é a disposição testamentária na qual um sujeito dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício de outro sujeito que não seja herdeiro e que a aceite, pela sua morte.	
Permuta		Contrato pelo qual se opera a transmissão de um direito de propriedade sobre uma coisa ou da titularidade de um direito de um sujeito a favor de outro que, como contra-prestação, procede à transmissão do direito de propriedade ou da titularidade de coisa ou direito diferente	
Preferência		O direito, legal ou contratual, de o titular de um direito, fazer valer e impor o seu direito relativamente a outro indivíduo, que tenha constituído posteriormente outro direito, sobre a mesma coisa	
Recolha		Integração de um objecto no espólio de uma instituição museológica, no decurso do trabalho de campo realizado.	
Transferência		Passagem de uma peça de uma instituição para outra, a título definitivo, pressupondo o abatimento da peça na instituição originária.	
Fonte : Lei nº 47/2004 – Lei-Quadro dos Museus Portugueses			

Tabela Auxiliar : Inscrição			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Inscrições	Tipo de inscrição
- Abreviatura - Assinatura - Data - Distribuidor - Iniciais - Instruções - Legenda - Local de produção - Logotipo - Marca do fabricante - Medida - Modelo - Monograma - Número - Número/série			

Tabela Auxiliar : Intervenção			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Eventos	Conservação	Tipo de intervenção	
- Conservação - Conservação/acondicionamento de peças - Conservação/controle - Conservação/controle/humidade relativa - Conservação/controle/intensidade da luz - Conservação/controle/temperatura - Restauro - Restauro/acabamento - Restauro/aplicação de verniz - Restauro/colagem - Restauro/consolidação - Restauro/desinfestação - Restauro/electrólise - Restauro/limpeza - Restauro/preenchimento - Restauro/reconstituição - Restauro/reentelagem - Restauro/remoção			

Tabela Auxiliar : Localização			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Localizações	Tipo de localização
- Anterior à incorporação - Interna - Casa-Oficina António Carneiro - Casa-Oficina António Carneiro/Sala de exposições - Casa-Oficina António Carneiro/Reservas - Casa-Museu Guerra Junqueiro - Casa-Museu Guerra Junqueiro/Sala de exposições - Casa-Museu Guerra Junqueiro/Reservas - Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio - Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio/Sala de exposições - Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio/Reservas - Gabinete de Numismática - Museu do Vinho do Porto - Museu do Vinho do Porto/Sala de exposições - Museu do Vinho do Porto/Reservas - Museu Romântico - Museu Romântico/Sala de exposições - Museu Romântico/Reservas - Reservas Municipais - Externa			
Notas : Em cada um dos espaços identificados, deverá ser especificada, em pormenor, a localização dos objectos : estante, prateleira, gaveta, etc.			

Tabela Auxiliar : Marca			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Marcas	Tipo de marca
- Assinatura - Carimbo - Impressão digital - Marca - Marca/autor - Marca/fábrica - Marca/ferramenta - Marca/oficina - Marca/produção - Marca/propriedade - Monograma - N° de série - Selo			

Tabela Auxiliar : Material			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Materiais	Tipo de material
- Indeterminado - Inorgânico - Inorgânico/Pedra - Inorgânico/Pedra/Alabastro - Inorgânico/Pedra/Anfibolito - Inorgânico/Pedra/Alpaca - Inorgânico/Pedra/Areia - Inorgânico/Pedra/Arenito - Inorgânico/Pedra/Argila - Inorgânico/Pedra/Basalto - Inorgânico/Pedra/Calcário - Inorgânico/Pedra/Lioz - Inorgânico/Pedra/Mármore - Inorgânico/Pedra/Quartzo - Inorgânico/Pedra/Xisto - Inorgânico/Sedimento - Orgânico - Orgânico/Animal - Orgânico/Animal/Bexiga - Orgânico/Animal/Concha - Orgânico/Animal/Corno - Orgânico/Animal/Dente - Orgânico/Animal/Espinha - Orgânico/Animal/Espinha - Orgânico/Animal/Osso - Orgânico/Animal/Pele - Orgânico/Animal/Pelo - Orgânico/Animal/Pena - Orgânico/Vegetal - Orgânico/Vegetal/Casca - Orgânico/Vegetal/Fibra - Orgânico/Vegetal/Haste - Orgânico/Vegetal/Madeira - Orgânico/Vegetal/Madeira/Carvalho - Orgânico/Vegetal/Madeira/Castanho - Orgânico/Vegetal/Madeira/Ébano - Orgânico/Vegetal/Madeira/Faia - Orgânico/Vegetal/Madeira/Mogno - Orgânico/Vegetal/Madeira/Nogueira - Orgânico/Vegetal/Madeira/Pau-Preto - Orgânico/Vegetal/Madeira/Pau-Santo - Orgânico/Vegetal/Madeira/Pinho - Orgânico/Vegetal/Madeira/Salgueiro - Orgânico/Vegetal/Madeira/Teca - Orgânico/Vegetal/Madeira/Vinhático - Transformado - Transformado/Argamassa - Transformado/Argamassa/Estuque - Transformado/Borracha - Transformado/Cal - Transformado/Cerâmica			

- Transformado/Cerâmica/Faiança
- Transformado/Cerâmica/Grés
- Transformado/Cerâmica/Porcelana
- Transformado/Cerâmica/Terracota
- Transformado/Couro
- **Transformado/Metal**
- Transformado/Metal/Alumínio
- Transformado/Metal/Chumbo
- Transformado/Metal/Cobre
- Transformado/Metal/Ferro
- Transformado/Metal/Liga Metálica
- Transformado/Metal/Liga Metálica/Aço
- Transformado/Metal/Liga Metálica/Alpaca
- Transformado/Metal/Liga Metálica/Bronze
- Transformado/Metal/Liga Metálica/Latão
- Transformado/Metal/Níquel
- Transformado/Metal/Ouro
- Transformado/Metal/Prata
- Transformado/Metal/Zinco
- **Transformado/Papel**
- Transformado/Papel/Cartão
- Transformado/Papel/Cartolina
- **Transformado/Sintético**
- Transformado/Sintético/Acrílico
- Transformado/Sintético/Napa
- Transformado/Sintético/Nylon
- Transformado/Sintético/Plástico
- Transformado/Sintético/Poliéster
- Transformado/Sintético/Poliuretano Expandido
- Transformado/Sintético/PVC
- **Transformado/Vidro**
- Transformado/Vidro/Cristal
- Transformado/Vidro/Pasta Vítrea
- Transformado/Laca

Fonte : Britihs Museum Materials Thesaurus : <http://www.mda.org.uk/bmmat/matintro.htm>

Tabela Auxiliar : Medidas			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Medidas	Tipo de medida
- Altura - Comprimento - Massa - Capacidade - Volume - Diâmetro - Espessura - Largura - Profundidade - Peso - Área			
Fonte : Sistema Internacional de Medidas Bureau International des Poids et Mesures : http://www1.bipm.org/en/si/si_brochure/			

Tabela Auxiliar : Moedas			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Numismática	Moeda
		Valores	Moeda
Eventos	Seguros	Moeda	
- Dólar Americano/USD - Dólar Australiano/AUD - Dólar Canadano/CAD - Euro/EUR - Kwanza/AOA - Libra Egípcia/EGP - Libra Esterlina/GBP - Peso Argentino/ARS - Real/BRL - Yen/JPY			
Fonte : International Standards Organization : www.iso.org ISO4217 – Codes for the Representation of Currencies and Funds			

Tabela Auxiliar : Numerações			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Numerações	Tipo de numeração
-Nº de inventário ; - Nº de cadastro ; - Nº de catálogo			

Tabela Auxiliar : Seguros			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Eventos	Seguros	Tipo de seguro	
- Exposição - Furto - Incêndio - Inundação - Multiriscos - Prego a prego - Transporte			

Tabela Auxiliar : Suportes			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Documentos	Material Gráfico	Suporte	
	Audiovisual	Suporte	
- Transformado - Transformado/Cartão - Transformado/Cartão/Cartão amarelo - Transformado/Cartão/Cartão canelado - Transformado/Cartão/Cartão/cinza - Transformado/Cartão/Cartolina - Transformado/Papel - Transformado/Papel/Papel absorvente - Transformado/Papel/Papel acetinado - Transformado/Papel/Papel acid free - Transformado/Papel/Papel almaço - Transformado/Papel/Papel cartaz - Transformado/Papel/Papel cavalinho - Transformado/Papel/Papel celofane - Transformado/Papel/Papel de alumínio - Transformado/Papel/Papel de carta - Transformado/Papel/Papel mata-borrão - Transformado/Papel/Papel de lustro - Transformado/Papel/Papel fotográfico - Transformado/Papel/Papel vegetal - Suportes mecânicos : - Cilindro gravável ; - Cilindro replicado ; - Disco de sulco largo ; - Disco regravável de microsulco ; - Disco de vinyl ; - Suportes de banda magnética - Áudio - Áudio/Bobine - Cassete - Cassete/Classe II - Cassete/Classe IV - Suportes de disco magnético : - Gravador de disco magnético; - Disquete - Disquete/3.0 - Disquete/5.25 - Disquete/3.5 - Disco rígido - Suporte Fotomecânico			

- Película
- Película/35mm
- Película/28mm
- Película/16mm
- Película/9,5mm
- Película/super 8
- **Suportes ópticos:**
 - LV Laser Vision
 - CD
 - CD/replicado
 - CD/gravável
 - CD/regravável
 - MiniDisc
 - MiniDisc/replicado
 - MiniDisc/gravável
 - DVD
 - DVD/replicado
 - DVD/gravável
 - DVD/regravável

Fonte: IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions (www.ifla.org)

Tabela Auxiliar : Técnicas			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Inscrições	Técnicas
		Marcas	Técnicas
		Técnicas	Técnicas
Documentos	Material Gráfico	Técnicas	Técnicas
	Audiovisual	Técnicas	Técnicas
- Acrílico - Adamascado - Aerografia - Aguarela - Alicatado - Aparelhar - Aplicada - Aresta - Assemblar - Banho - Bordar - Brilho metálico - Bronzear - Brunir - Calibragem - Carimbar - Carnação - Ceroplástica - Cinzelar - Colagem - Contraposto - Corda seca - Cozida - Cromada - Cromolitografia - Cunjagem - Decalcomania - Decalque - Desenhlar - Douragem - Embutir - Encarnar - Encáustica - Enchacote - Encolar - Encrespado - Engessar - Engobe - Ensamblar - Entalhar - Envernizar - Enxambrar - Enxaquetado - Esculpir			

- Esgrafitado
- Esmaltagem
- Esponjado
- Estampagem
- Estanhada
- Estofar
- Estresido
- Extrusão
- Facetado
- Folhear
- Forjada
- Fotocerâmica
- Fresco
- Fundir
- Galvanoplastia
- Glíptica
- Grão de arroz
- Gravar
- Guache
- Impressão
- Incisão
- Incrustação
- Insculpir
- Jaspeada
- Lacar
- Lapidar
- Lastra
- Lustre
- Lustro
- Manuscrita
- Marcada com pontos
- Marchetar
- Marmoreado
- Martelada
- Mezzo fresco
- Modelagem
- Moldagem
- Oleo
- Pasta sobre pasta
- Patinada
- Perfurada
- Pintada
- Pirogravada
- Policromada
- Polida
- Prateada
- Punciada
- Raku
- Recortar
- Relevada
- Remontada
- Repintada
- Repolicromada
- Repuxagem
- Roda
- Rolos
- Samblar
- Serigrafia
- Soldadura

- Stencil
- Sulcada
- Têmpera
- Torneamento
- Tubagem
- Vazar
- Vidragem

Tabela Auxiliar : Títulos

Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Títulos	Tipo de título
- Actual - Atribuído - Atribuído/autor - Atribuído/fabricante - Científico - Comum - Iconográfico - Inscrito - Popular - Publicado - Tradicional			

Tabela Auxiliar : Tratamentos			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Eventos	Conservação	Tratamentos	Tipo de tratamento
- Acondicionamento - Conservação - Conservação/Consolidação - Conservação/Limpeza mecânica - Conservação/Limpeza química - Conservação/Neutralização - Consolidação - Consolidação/Camada cromática - Consolidação/Suporte - Desinfestação - Limpeza - Limpeza/Mecânica - Limpeza/Química - Reintegração - Restauro - Restauro/Colagem - Restauro/Substituição - Restauro/Reintegração cromática			
Fonte: Conservation On Line (www.palimpsest.stanford.edu)			

Tabela Auxiliar : Unidades de medida			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Medidas	Unidades de medida
- Metro/m - Metro Quadrado/m ² - Metro Cúbico/m ³ - Centímetro/cm - Centímetro Quadrado/cm ² - Centímetro Cúbico/cm ³ - Milímetro/mm			
Fonte: Sistema Internacional de Medidas Bureau International des Poids et Mesures : http://www1.bipm.org/en/si/si_brochure/			

Tabela Auxiliar : Unidades de peso			
Módulo	Tarefa	Grupo de Informação	Campo
Inventário	Objectos	Pesos	Unidades de peso
- grama/g - kilograma/kg			
Fonte: Sistema Internacional de Medidas Bureau International des Poids et Mesures : http://www1.bipm.org/en/si/si_brochure/			

